



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JAÍNA LINHARES ALCANTARA

“FAZENDO OS CORRES” NO CUCA JANGURUSSU
NOÇÕES E PRÁTICAS DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS RELACIONADOS AO
USO DE DROGAS ENTRE JOVENS DA PERIFERIA DE FORTALEZA (CE)

SALVADOR

2021

JAÍNA LINHARES ALCANTARA

“FAZENDO OS CORRES” NO CUCA JANGURUSSU
NOÇÕES E PRÁTICAS DE REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS RELACIONADOS AO
USO DE DROGAS ENTRE JOVENS DA PERIFERIA DE FORTALEZA (CE)

Tese apresentada como correquisito à obtenção do título de doutora em Ciências Sociais, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Corporeidade.

Orientação: Edward John Baptista das Neves MacRae

SALVADOR

2021

Alcantara, Jaína Linhares.

“Fazendo os corres” no Cuca Jangurussu: noções e práticas de redução de riscos e danos relacionados ao uso de drogas entre jovens da periferia de Fortaleza (CE) / Jaína Linhares Alcantara. – 2021.

244 f.: il.

Orientador(a): Edward John Baptista das Neves MacRae.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2021.

Bibliografia.

Inclui anexos, lista de abreviaturas e siglas, lista de ilustrações e lista de quadros.

1. juventudes. 2. drogas. 3. políticas públicas. 4. redução de danos. 5. Direitos Humanos. I. MacRae, Edward John Baptista das Neves, orient. II. Título.

CDU 316

JAÍNA LINHARES ALCANTARA

**“FAZENDO OS CORRES” NO CUCA JANGURUSSU: NOÇÕES E PRÁTICAS DE
REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS RELACIONADOS AO USO DE DROGAS ENTRE
JOVENS DA PERIFERIA DE FORTALEZA (CE)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais e, aprovada em quinze de fevereiro de dois mil e vinte e um, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Edward John Baptista das Neves MacRae (FFCH-UFBA)
Doutor em Ciência Social pela Universidade de São Paulo



Profa. Dra. Ana Gretel Echazú Böschemeier (UFRN)
Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília



Profa. Iara Maria de Almeida Souza (FFCH-UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



Prof. Ricardo Pimentel Mélo (UFC)
Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Prof. Roselene Cassia de Alencar Silva (FFCH-UFBA)
Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

AGRADECIMENTOS

Este trabalho e eu devemos a muitas pessoas e instituições.

Agradeço o aceite do projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Assim como, agradeço o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), com uma bolsa de estudos para a manutenção da vida, posto que, por exigência contratual, a dedicação à pesquisa foi exclusiva. E fundamental para o desenvolvimento do trabalho foi a orientação e toda a atenção e paciência de Edward MacRae.

Para iniciar esse trajeto na Bahia, Irlena Malheiros foi propulsora de forças e mobilizou energias para que eu encaminhasse a proposta e seguisse para a seleção. Sua recepção em Salvador foi um ponto firme para o início da jornada e seu desenrolar futuro. Nena, muito obrigada por todas!

Agradeço ao Tiago Ribeiro por abrir as portas de sua casa e me receber para temporadas de moradia em tão bela ambientação e deliciosa companhia. A conversa instigante de sempre era a prosa que resistia na Barra. Assim como com ele, dividi espaço e somei as forças com Felipe Barroco e Rafael Bernardo. Em outra temporada, Eduardo Rocha foi quem abriu as portas de sua casa e o espaço para o diálogo, e assim dividimos um tempo de convivência e envolvimento. Rosa Guedes foi uma benção na força doméstica semanal desde que cheguei até quando saí de Salvador.

ECSAS foi o grupo de estudos com o qual pude me aproximar na UFBA e sou grata a Miriam Ribeiro, Iara Souza, Mariela Hita, Paulo César e tantas outras pesquisadoras pela acolhida e por inspirarem o fazer socioantropológico rigoroso com suavidade. Neste grupo, encontrei uma interlocutora genial que se dispôs a ler a primeira versão destes escritos: Clara Lourido. Suas perguntas e sugestões abriram horizontes ao entendimento do que eu propunha como questões e foram essenciais para seguir na escrita.

Sou agradecida aos meus interlocutores que foram tantas pessoas, em sua maioria, jovens. Por uma questão ética, não posso citar seus nomes. Sem elas e eles nada teria sido possível. Agradeço cada “corre” feito juntos, cada conversa, cada possível compartilhado.

Agradeço ao coordenador do Nuced, que abriu as portas e fortaleceu potências para podermos caminhar nesse rumo com a extensão universitária. Agradeço aos gestores do Cuca Jangurussu por acreditarem que as ações – do Nuced – e a presença com a pesquisa poderiam “gerar” novas práticas e dialogar com a Ciência, e por possibilitarem experimentos sociais no intuito de dirimir alguns percalços no cotidiano do serviço e talvez nos trajetos dos jovens.

Agradeço as contribuições de Roca Alencar e Elena Calvo, que leram o texto para qualificá-lo, e espero ter dado aqui respostas a algumas das perguntas que ficaram. E fico honrada pela leitura crítica e atenciosa, e pelas contribuições trazidas por Roca Alencar, Grétel Echazu, Iara Souza e Ricardo Mélo no momento da defesa desta tese.

Minha família é base para muito do que faço. Temos diferenças, mas foram nelas que aprendemos a respeitar posturas, tempo e espaço uns dos outros. Mãe, agradeço cada oferta feita com carinho, dos almoços com brindes ao colinho. Pai, suas observações, postagens e solicitações de diligência para essa missão foram importantes. Jamile, essa gangorra em que estamos, desde há muito, dá um frio na barriga, mas é bom, né?! Agradeço cada ligação e mensagem perguntando “e, no que posso te ajudar?”. Pronto, tá aqui, nesse trabalho, o que você e Luiza também fizeram. Amo vocês!

Fabíola, minha companheira, agradeço pelo melhor na parceria, pelas corridas e pela paciência quase impossível nos percalços. Nossa vida dividida tem sido de aprendizados e bem querer, meu amor.

Aqui está mais um tijolinho na continuidade de uma trilha. Esses são os meus recentes achados na vertente de pesquisa que decidi seguir desde a graduação em Ciências Sociais. A partir dali, agreguei apoios de muitas pessoas, para lidar com um tema espinhoso, que foi e é necessário de se debater. Ao longo destes anos, houve trocas de informações, com dicas de matérias, artigos, livros ou *sites*, e que compuseram com ideias o mundo desta formação. É registro afetivo e palpável em termos de produção. Aqui cito algumas pessoas que estiveram mais próximas nestes últimos anos: minhas amigas belezuras, Ariadne, Diana e Samara são meu esteio amoroso até no pensar científico. Diana ainda deu um tapa numa parte da revisão final. Essa amizade, que rendeu desde a graduação, só “groova” cada vez mais. Tatiane Barros é uma interlocutora constante com críticas aguçadas, e eu as utilizo como propulsão para ir adiante. Foi cada mergulho profundo! Roberto Brandão é infalível em suas dicas fresquinhas sobre temas que envolvem minhas pesquisas. Danilo Viana foi essencial já no finalzinho com seu “segura a mão e vai”. Regalou-me o resumo em inglês com uma sensibilidade que é só dele. Fernanda Meireles já é parceira de há muito também e foi com ela que se fermentou a ideia da arrojada “sedanapo”. À Juliana Mota, que além de atenta e perspicaz nas interlocuções sobre momentos compartilhados por mim desta pesquisa, ocupou um espaço que deixei em Fortaleza, e me abriu a possibilidade de estar em outro em Salvador. Muito grata! Agradeço à Sté Campos, que esteve em Salvador nesse mesmo período, quem ouviu e retrucou algumas das minhas ideias e dúvidas sobre o trabalho, e ainda batemos pernas e comemos uns bons acarajés.

Marquinhos, Ronaldo, Claudinha, Alberto, Benedito e Sílvia são “de um Benfica”, onde uns curtem plantas e outros bichos, mas tudo embolado. Vocês foram diversão e bons papos para os momentos de descanso e destroço. Obrigada!

Agradeço à Gra Dias, ao Jaimirton Queiroz e a todas as bonitas que preenchem de performances e possibilidades criativas a vida até aqui.

Nos fluxos acadêmicos, entre estudos e pesquisas pelo Brasil, devo agradecimentos ao Carlos Guilherme do Valle, pelos diálogos, à Alexandra Barbosa e à Edilma Nascimento, por se interessarem por esta pesquisa e me indicarem leituras, fazerem perguntas e colaborarem com suas escutas ativas. À Catarina Farias devo a constante interlocução sobre metodologia etnográfica em ação e seu apoio como uma afetiva colega da profissão na educação superior. Agradeço também à Juliana Sampaio a disposição em ler o texto ainda não finalizado e me comunicar suas impressões, e que ajudou na organização do texto final.

Há uma canoa psicodélica nesse marejar. Vocês da proa e na popa.

Na UFBA, reencontrei e conjuminei com Luana Malheiro, Dudu Ribeiro e Joey, parceiros nas lutas por melhores condições de vida para quem faz uso de drogas. Muitas ideias e “rolês” de ação ainda virão, espero. Valeu e está valendo! Jalusa Arruda foi a colega com quem mais troquei ideias, dúvidas e referências, sou grata também pelo “andar roendo as unhas pela madrugada” e por cada vez que *Coração leviano* foi cantarolada. Thiago foi parceiro em vários momentos de dúvidas e por busca de informações. Com sua calma, fez-me respirar e acreditar que seria possível. Toda a turma foi parceira nos cursos e leituras de nossos próprios textos, agradeço a: Ana Cláudia, Danilo Uzeda, Gabriel, Henrique Oliveira, Natasha, Pedro Junior, Raquel, Rosane Silva, Tiara e Vladimir. Agradeço aos professores Eduardo Paes, Jair Batista, Mariana Possas e Leonardo Nascimento, com quem atualizei as leituras e de quem recebi críticas, ao longo das disciplinas no doutorado. Agradeço também o apoio operacional e diligente de Alberto e Dôra, em seu trabalho de secretaria no PPGCS. E agradeço também ao Freud, que sempre tinha as dicas mais quentes sobre obras recém-lançadas.

Aos revisores deste trabalho, Filipe e Cláudio, agradeço pelo apoio técnico e também pela resolução de problemas que me seriam difíceis de dar conta e em tempo.

Por fim, minha gratidão aos jovens que estiveram presentes no período de pesquisa, mas que perderam a vida. Desejo que suas famílias sejam reparadas com condições dignas de vida e confortadas em sua dor.

RESUMO

Esta pesquisa situa a problemática presente na mediação das ações denominadas de redução de danos entre uma equipe de educadoras/es sociais ligadas à Diretoria de Promoção de Direitos Humanos do Cuca Jangurussu (equipamento público direcionado a possibilitar e potencializar o acesso de jovens a cultura, arte, ciência, esporte e lazer localizado no Jangurussu, um bairro de Fortaleza no Ceará, Brasil), o Nuced (Núcleo de Estudos sobre Drogas do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará) e jovens beneficiárias/os das políticas públicas executadas pelo/no Cuca referente a implantação das chamadas ações de redução de danos. A rede de interlocutoras/es se tornou central para a pesquisa e foi acompanhando-as/os que o argumento do trabalho se fez. A compreensão vinda das Ciências Sociais nos estudos sobre usos de psicoativos e seus cruzamentos com a saúde coletiva e as políticas públicas são meus referenciais para observar, analisar e propor ações voltadas à redução de danos entre os jovens pauperizados que vivem em contextos urbanos periféricos. Relatei como se realizaram e como foram apropriadas por eles as ações e intervenções de redução de riscos e danos, a partir das perspectivas identitária, étnica e socioeconômica. Procedi também a análises situacionais sobre o modo como foram planejadas, realizadas e apropriadas estas ações e estratégias de redução de riscos e danos, com vista a garantir o direito ao uso do próprio corpo para os jovens negras/os e mestiças/os moradoras no bairro periférico onde o Cuca atuou. Aproximei-me do lócus entendido como o campo de pesquisa central da presente tese a partir de ações provocadas pelo Nuced. Enquanto voluntária do Núcleo, juntei-me a jovens e a moradores/as daquela região, e incorporei ao trabalho as suas narrativas, suas trajetórias e histórias de vida, aqui, mais especificamente, a partir dos relatos de uma jovem e um jovem, então ligados a cursos universitários (graduação e pós-graduação), pois se mostraram fortes ativistas neste território. A noção de redução de riscos e danos (re)estabelecida neste campo de pesquisa se espalhou por aspectos contextuais em que fatores jurídicos, sociais e políticos se sobrepuseram aos fisiológicos, em termos de importância dada ao cuidado nos discursos e nas práticas daqueles jovens. Como um resultado, a pesquisa nos ajuda a situar como as ações e estratégias de redução de riscos e danos para o uso de psicoativos ofertadas pelo Estado são transformadas criativamente por esta fração da população jovem moradora de uma periferia de Fortaleza.

Palavras-chave: juventudes; drogas; políticas públicas; redução de danos; Direitos Humanos.

ABSTRACT

This research situates the existing problematic between a team of educators / social workers linked both to the Human Rights Promotion Directorate of Cuca Jangurussu (public equipment aimed at enabling and enhancing the access of young people to culture, art, science, leisure and sport located in Jangurussu, a neighborhood of Fortaleza in Ceará, Brazil) and 'Nuced' (Center for Drug Studies of the Department of Psychology of the Federal University of Ceará), and young beneficiaries of public policies carried out by/at Cuca concerning the implementation of so-called harm reduction actions. The 'network of interlocutors' became central to the research, and the argument for the work was built by being with these individuals. Social sciences studies on the uses of psychoactive drugs and their intersections with public health and public policies formed the guidelines for observing, analyzing and proposing actions aimed at reducing harm among impoverished young people living in peripheral urban contexts. I reported on how the actions and interventions to reduce risks and harm were appropriated by those individuals based on their identity, ethnic and socioeconomic perspectives. I also carried out situational analyzes on how these harm reduction actions / strategies were planned, executed and appropriated, in order to guarantee for the black and mixed-race youth living in a peripheral neighborhood where Cuca operates, the right of ownership of their own bodies. I approached the locus, understood as the central research field of the present thesis, based on actions proposed by Nuced. As a volunteer at Nuced, I joined the youth and other residents of that region, and incorporated into the work their narratives, trajectories and life stories, more specifically based on accounts of a young woman and a young man who at the time were university students at undergraduate and graduate level, as they show themselves to be fierce activists in the community. The notion of risk and harm reduction (re)established in this field of research was spread by contextual aspects in which legal, social and political factors were superimposed on physiological ones, in terms of the importance given to the notion of care in the discourses and practices of those young people. As a result, the research helps to situate how the actions and strategies offered by the State to reduce drug-related harm are creatively transformed by this fraction of the young population living on the outskirts of Fortaleza.

Keywords: youths; drugs; public policies; harm reduction; human rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Placa produzida para informar sobre redução de danos no Cuca.....	33
Figura 2 – Produção coletiva de “sedanapo”.....	144
Figura 3 – Primeira versão da “sedanapo”.	145
Figura 4 – Conjunto de frases transcritas pela artista Fernanda Meireles transformados em adesivos.....	145
Figura 5 – Adesivo no guardanapo.....	146
Figura 6 – Estêncil aplicado no chão – Roda das 4:20.....	161
Figura 7 – Estêncil aplicado no chão – “vida loka é quem estuda”.....	162
Figura 8 – Pixo no chão – Tudo Nosso * Nada Deles.....	162
Figura 9 – Lambe “lorena é pedo”.	163
Figura 10 – Lambe fixado na arquibancada do anfiteatro – “Se for F1 prefira jogar na SEDA”	163
Figura 11 – Estêncil – Use seda!! (com desenho de uma folha de Cannabis).....	164
Figura 12 – Estêncil – Use seda!! (aplicado na arquibancada do anfiteatro).	164
Figura 13 – Redutor de Danos realizando oficina de estêncil.	165
Figura 14 – Estêncil aplicado na base da cerca do Cuca – Jangurussu.	165
Figura 15 – Adesivo afixado na parede de vidro da biblioteca do Cuca – Jangurussu “+ [mais] amor [e] - [menos] violência e um Brasil justo – fora Temer”	166
Figura 16 – Adesivo afixado na parede de vidro da biblioteca do Cuca – Jangurussu – “não legalização / certo pelo certo”	166
Figura 17 – Varal da Redução exposto na entrada do prédio do curso de Psicologia da UFC durante a semana universitária.....	185
Figura 18 – Mesa de totó.	193
Figura 19 – Destaque para a falta da peça que segurasse a bolinha.	194
Figura 20 – Xadrez Inca, junto ao livro “Almanaque das Drogas” – Tarso Araújo.....	196
Figura 21 – Materiais para confecção de bituqueiras.	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Experiência de <i>spots</i> de rádio no Viradão.	68
Quadro 2 – Componentes e ações das políticas no Cuca.	88
Quadro 3 – Transcrição da dinâmica “O que são drogas?”	150
Quadro 4 – Síntese da dinâmica de grupos “Como reduzir danos com o uso de tipos de substâncias psicoativas”	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcólicos Anônimos.
ABA	Associação Brasileira de Antropologia.
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.
ADA	Amigos dos Amigos.
AIDS	<i>Acquired Immune Deficiency Syndrome.</i>
AIEJI	Associação Internacional de Educadores Sociais.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas.
CASA/ACERD	Centro de Assessoria à Adolescência/Associação Cearense de Redução de Danos
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza.
CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas.
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa.
CETAD	Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas.
CORDATO	Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos.
CPDrogas/PMF	Secretaria de Políticas Sobre Drogas da Prefeitura Municipal de Fortaleza.
CRR-UECE	Centro Regional de Referência da Universidade Estadual do Ceará.
CSU	Centro Social Urbano.
CTI	Centro de Trabalho Indigenista.
Cuca	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte.
CV	Comando Vermelho.
DH	Direitos Humanos.
DPDH	Diretoria de Promoção de Direitos Humanos.
DST	Doença Sexualmente Transmissível.
EJC	Encontro de Jovens com Cristo.
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio.
ESP-CE	Escola de Saúde Pública do Ceará.
EUA	Estados Unidos da América.
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

FDN	Família do Norte.
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor.
FUNCI	Fundação da Criança e da Família.
GAPA-CE	Grupo de Apoio a Prevenção à AIDS do Ceará.
GPS	<i>Global Positioning System.</i>
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus.</i>
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IES	Instituição de Ensino Superior.
IJC	Instituto da Juventude Contemporânea.
IST	Infecção Sexualmente Transmissível.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LEAP	<i>Law Enforcement Against Prohibition.</i>
LEV-UFC	Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará.
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
LGBTQT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers e Mais.
LSD	<i>Lysergsäurediethylamid</i> (dietilamida do ácido lisérgico).
MDMA	Metileno-dioximetanfetamina.
MJ	Ministério da Justiça.
NA	Narcóticos Anônimos.
NEPAD	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas.
Nuced	Núcleo de Estudos sobre Drogas da Universidade Federal do Ceará.
NUPES-UECE	Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Estadual do Ceará.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONG	Organização Não Governamental.
OP	Orçamento Participativo.
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde.
OS	Organização Social.
PCC	Primeiro Comando da Capital.
PET	Polietileno tereftalato.
PIPPJ	Programa Integrado de Política Pública para Juventude.
PM	Polícia Militar.

PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza.
POPFOR	Pré-Vestibular Popular de Fortaleza.
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
PRD	Programa de Redução de Danos.
PROAD	Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes.
PROGBOL	Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia.
PROINFOR	Programa de Informática de Fortaleza.
PROSAD	Programa de Saúde do Adolescente.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade.
PT	Partido dos Trabalhadores.
RD	Redução de Danos.
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas.
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.
SER	Secretaria Executiva Regional.
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.
SMS	Secretaria Municipal de Saúde.
SNGPC	Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados.
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude.
SPA	Substâncias Psicoativas.
SPD	Secretaria Estadual de Políticas sobre Drogas.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UFC	Universidade Federal do Ceará.
UFPB	Universidade Federal da Paraíba.
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime.</i>
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora.
VNA	Vídeo nas Aldeias.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Pode um estudo etnográfico se realizar sem ética na pesquisa?	20
1.2 Sobre as distâncias socioespaciais, econômicas e simbólicas.....	29
1.3 Retomando a questão da ética na pesquisa com seres humanos	35
1.4 Contextualizando questões da pesquisa – ética em pesquisas antropológicas.....	38
1.5 Fio histórico das margens como campo investigativo	45
1.6 Uma versão para a história da pesquisa	50
2 O CUCA – CENTRO URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE.....	53
2.1 Cuca Jangurussu em ação	55
2.2 Entrada em campo: uma pesquisa etnográfica envolvendo substâncias psicoativas e instituições públicas.....	59
2.2.1 <i>Viradão</i>	67
2.3 Um recuo para observar questões políticas nesta inserção em campo.....	70
2.4 O diário de um retorno: relato de campo sobre a Chacina do Curió ou Chacina da Grande Messejana	75
2.5 Desdobramentos: pela luta em nome da resistência.....	78
3 POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE – BRASIL	79
3.1 Política Pública de Juventude – Fortaleza.....	85
3.2 O projeto Cuca	90
3.2.1 Sobre a Diretoria de Promoção de Direitos Humanos	96
4 REDUÇÃO DE DANOS COMO UMA LINHA GUIA	106
4.1 Redução de Danos abrindo portas para os Direitos Humanos	113
4.2 Os pulos.....	116
5 COMO CONJUGAR JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDUÇÃO DE DANOS	119
5.1 Se juventude é uma construção social, o direito ao uso da cidade por jovens também é?	126
5.2 Sedanapo	143
5.3 Formação em Redução de Danos.....	149
5.3.1 <i>Roda das 4:20</i> : construída por jovens redutores de danos no Cuca.....	157
6 HISTÓRIAS COM JOVENS REDUTORES DE DANOS.....	174
6.1 O que movia a Roda?	177

6.2 A <i>Roda das 4:20</i> no diálogo com as turmas de psicólogas em formação e o Nuced	180
6.3 Convite à festa: o <i>Cuca Roots</i>	186
6.4 Antes e depois da <i>Roda das 4:20</i>	191
6.4.1 Oficina de Arraia.....	192
6.4.2 Totó e jogos coletivos	193
6.4.3 Grafite – arte na periferia	194
6.4.4 Xadrez, chá e café	194
6.4.5 Planejamentos e técnicas em oficinas de e sobre Redução de Riscos e Danos	195
6.4.6 Cuidando do espaço do Cuca: a Oficina de “bituqueiras”	200
6.5 Planejamento da formação em RD e estudos de textos com o Nuced	203
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219
ANEXOS	233

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, desejei fazer esta pesquisa em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPS AD), mas as condições específicas para a entrada em campo me foram, de algum modo, negadas. Esclarecerei essa questão na próxima sessão do texto, como um ponto a ser percebido em termos de conflitos entre hermenêuticas distintas quando se trata de procedimentos investigativos dentro da ciência moderna, provocando inflexões às pesquisas das Ciências Sociais na interface com aspectos entendidos como éticos para a área das Ciências da Saúde.

Diante desta negativa, tratei de encontrar, por meio de contatos de confiança, outro locus que podia ajudar a aclarar algumas das questões que haviam norteado o projeto original aprovado. Nesse momento, surge-me o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca)¹ do Jangurussu, em Fortaleza (CE), como um espaço potencial, onde algumas ações relacionadas aos cuidados em redução de riscos e danos e prevenção ao uso de drogas estavam sendo desenvolvidas, sob o incentivo de sujeitos influentes na política de movimentos sociais do local, naquele contexto. Iniciei o trabalho de campo acompanhando alguns ativistas antiproibicionistas (Coletivo BalanCeará e Coletivo Plantando Informação). As atividades eram desenvolvidas por meio de rodas de conversa com jovens, e circulavam por três destes equipamentos na cidade. Resolvi centrar o foco da pesquisa nas ações que ocorriam no Cuca Jangurussu, até mesmo por eu estar participando nesta sede, como voluntária, das atividades pensadas e promovidas pelo Núcleo de Estudos sobre Drogas (Nuced) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E tive como estímulo o fato de poder acompanhar uma das componentes do Nuced que era também uma moradora do Jangurussu². Começávamos ali a pensar como poderíamos realizar ações de redução de danos tendo como público as/os jovens que conviviam naquele contexto.

¹ O Cuca (Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte) era um equipamento cujo financiamento para construção veio por meio de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto, no momento da pesquisa de campo, estava ligado à Secretaria de Juventude municipal, e tinha como propósito formar e informar jovens que estavam nas periferias da cidade sobre assuntos ligados a cultura, arte, direitos sociais, orientação profissional, mercado de trabalho, a oferecer aulas e espaços para prática de esporte e de música, e, por fim, lidava com aspectos relacionados, entre outras coisas, a: formação, saúde, lazer e direitos dos jovens. Era entendido como um equipamento de retaguarda para as políticas públicas de assistência social. Mais adiante explicarei melhor como essa rede de equipamentos foi sendo feita na cidade.

² O Bairro Jangurussu, durante aproximadamente vinte anos, sediou o aterro sanitário da cidade (1978-1998), e é destino da população pauperizada expulsa de regiões de praias centrais. Em busca de moradias a baixo custo, muitos viveram a partir da coleta de recicláveis ou dos restos “ainda aproveitáveis” do que era descartado pelo restante da cidade. Mesmo com a desativação do aterro, a população remanescente continuou sofrendo com várias iniquidades socioespaciais. E, devido a estas características, como as que mostravam as violações contra adolescentes e jovens, entre os anos de 2008 e 2012, durante a gestão da prefeita Luiziane Lins (2004-

No Cuca Jangurussu, encontrei uma equipe de trabalhadores ligados à Diretoria de Direitos Humanos aguerrida no propósito de promover os direitos dos jovens na periferia. Seus membros eram bastante interessados. As práticas dessa equipe conseguiam promover, ainda que de forma precária, algumas ações que preconizavam as garantias postas em pauta pela Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, ou Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). As ações de redução de riscos e danos se inseriam entre aquelas destinadas à garantia da saúde dos jovens (de modo mais geral) que eram atendidos pelo Cuca.

Nas reuniões iniciais entre a equipe do Nuced e a equipe de educadores sociais³ havia a vontade de atuar com jovens criminalizados. O que se chamava de “criminalizado” dizia respeito a um “tipo” de conduta entre jovens que ou haviam cumprido ou estavam a cumprir medidas socioeducativas, com ou sem privação de liberdade, ou entre aqueles que estavam em vias de serem autuados pelas práticas de “ilegalismo” (FOUCAULT, 1979) com as quais se envolviam. Essa visão sobre um jovem criminalizado lhes era imputada até mesmo por trabalhadores do próprio Cuca, em especial, aqueles ligados a outras diretorias que não a de Promoção dos Direitos Humanos – além da Guarda Municipal, da Polícia Civil e da Polícia Militar, e também por parte da população que vivia no entorno daquele local.

2012), decidiu-se por construir uma sede do equipamento Cuca neste bairro. O Bairro Jangurussu tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Bairros (IDH-B) do Município de Fortaleza (PMF/SDE, 2014), estando em 111º no *ranking*. A respeito dos dados do IDH-B de Fortaleza (CE), consultar a seguinte cartilha: FORTALEZA. **Desenvolvimento humano por bairros em Fortaleza**. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2016. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0040663398b78ea8e61ab>. Acesso em: 23 mai. 2017. Mais aspectos sobre a contextualização desse bairro e a sua história podem ser encontrados na dissertação de Ricardo Cavalcante (2011), que apresenta o Jangurussu das mortes e violências contra adolescentes.

³ Uma função laboral neste momento exercida por pessoas que não necessariamente têm uma formação técnica ou graduação científica para tal. Ainda não é reconhecida como uma profissão, apesar de tramitar na câmara federal brasileira um projeto de lei (PL 5.346/2009) para regulamentar a profissão no Brasil. Segundo a justificativa do projeto de lei “a existência dos profissionais denominados de ‘Educadores e Educadoras Sociais’, que se destacam pela sua atuação em contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, não é uma característica exclusiva do Brasil. Desde o fim do século XIX encontramos registros que falam do potencial de atuação desses profissionais na Europa. Mas foi em meados do século XX, com o fim da 2ª Guerra Mundial, que estes profissionais passaram a acelerar a construção de sua identidade. Em 1951 foi fundada a Associação Internacional de Educadores Sociais – AIEJI, objetivando promover a união dos educadores e educadoras sociais de todos os países, contribuindo na formação e elaboração de suas competências e na consolidação desta profissão” (BRASIL, 2009). Em Fortaleza as competências para a profissão foram regulamentadas pela Lei 9.958/2012. Porém, tal função é desempenhada por atores políticos em projetos sociais ou equipes de programas sócio-assistenciais que lidam com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos entendidos como partícipes de uma parcela populacional em “situação de vulnerabilidade ou risco social” sem ter garantias de sua profissionalização. “No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB dispõe, pela primeira vez na história, em seu Art. 1º que a educação: ‘abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas Instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.’” Ou seja, reconhece a existência de contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, onde há destacada atuação dos Educadores e Educadoras Sociais que fundamentam sua prática educativa, sobretudo, no legado da Educação Popular, especialmente a desenvolvida a partir da década de 70, tomando por base a influência do educador Paulo Freire” (*idem*, 2009. Grifos meus).

Outro fator importante para ter adentrado e estabelecido relações de confiança com informantes e interlocutores em campo foi a presença, entre as educadoras e os educadores sociais, de um antigo parceiro de trabalho, e com quem mantenho uma relação afetiva há anos. Daqui em diante, chamá-lo-ei por Jangu⁴, pois assim combinamos de a ele me referir neste texto. Tanto Jangu como Mel, a jovem estudante da UFC e moradora do bairro, foram interlocutores principais e se tornaram mediadores nesta pesquisa em campo.

Como mulher adulta, e pesquisadora acadêmica, tentando interagir com jovens que vivem na periferia, sendo vista como branca, vinda de outra região da cidade e pertencente a outra camada social, impuseram-se certas barreiras e com as quais tive de lidar. De modo que obter o apoio de Mel e Jangu, neste momento crucial do trabalho de campo, foi fundamental para dar prosseguimento a esta pesquisa. Outro fator que acredito ter reduzido a tensão desse contato foi eu ter me posicionado e, assim, ter sido vista também como uma ativista em defesa dos direitos das pessoas portadoras de HIV/AIDS e usuárias de drogas. Por ser uma pessoa “de fora” do campo, enfrentei percalços para começar a ser minimamente aceita ou tolerada, e tenho por certo que a interferência destes jovens junto à equipe de profissionais do Cuca e aos próprios jovens foi fundamental.

Jangu e Mel, portanto, são aqui interlocutores centrais, e, nesta pesquisa, os reconheço como jovens ativistas na periferia. Muito do que está neste trabalho, surgiu a partir de suas conduções, mediações e intervenções durante minha permanência no campo, inclusive me apoiando quando pude descrever, transcrever e analisar o contexto no qual estes jovens interagem, pautavam e atuavam numa micropolítica dos afetos.

Obviamente, houve outros interlocutores importantes no trabalho de campo, mas foi na relação com eles, durante o tempo de execução da pesquisa de campo, e nos períodos de escrita e análise de dados, que troquei informações preciosas, perguntei-lhes sobre dúvidas surgidas quanto a questões contextuais do trabalho de campo, e que coletei informações sobre suas trajetórias de vida. Conversamos em diversas ocasiões, desde charlas, por meio de aplicativos de mensagens, até conversas mais formais, em ambientes onde falávamos para um público em comum. E também naqueles momentos em que dividíamos mesas de lanche, cerveja em bar, planejamentos e execução de oficinas do Nuced no Cuca, e outras ações

⁴ Como de costume em trabalhos qualitativos nos quais citamos nossos interlocutores por nomes, estes são fictícios e nesse caso foram os próprios quem escolheram. Jangu disse que esse nome refletia uma força enorme com a qual tinha se encontrado naquele local, naquele contexto do bairro Jangurussu e Mel lembrou que tomou essa referência de uma personagem de novelas da Rede Globo com a qual tinha certa identificação simbólica. Ao menos assim argumentaram quando lhes pedi que dissessem o que os levava a escolher estes nomes fictícios, caso sentissem-se à vontade. Expliquei-lhes que estes nomes seriam citados em meu trabalho quando fosse tratar de suas falas.

compreendidas no campo de RD. Mas, os laços construídos iam para além da criação de estratégias de redução de danos, pois nos inteiramos das vidas uns dos outros e com relações que extrapolaram, em certa medida, as questões relacionadas a trabalho, estudo e pesquisa.

Ensaíamos, escrevemos e “demos pitacos” ao lermos os nossos textos acadêmicos, e trocamos bastante informação sobre os nossos projetos científicos e de vida. Nessa troca de impressões, fomos tecendo uma linha de apoio e de confiança, na qual pude ir percebendo, por meio da ótica de uma mulher adulta, o que é ser jovem ativista e os seus cuidados com o corpo, a saúde e com o acesso a Direitos Humanos numa periferia de Fortaleza. Esses jovens estão inseridos num contexto em que a violência e o desrespeito à condição de uma “pessoa em desenvolvimento” são tão brutais que, em números de assassinatos de adolescentes e de jovens, está-se em pior situação que países declaradamente em guerra.

Nestas nossas discussões, partimos desde a concepção das estratégias de RD como ferramentas de cuidado aplicadas ao uso de substâncias psicoativas, comuns àquele território, passando pela noção de que se gera mais conhecimento que o previsto quando as tecnologias de cuidados extrapolam a ideia de saúde física. Nessas estratégias, repensamos os modos de conexão entre as pessoas, as substâncias psicoativas e os seus projetos de vida, também em conexão e em correspondência com o contexto nas quais se encontravam. Pois precisávamos enxergar como táticas as ações de redução de riscos e danos acionadas em territórios onde a sobrevivência era um dos principais desafios dos jovens, visto que viviam em um local com características de guerra.

Esse trajeto, que se estendeu pelos quase dois anos de trabalho em campo, exigiu-me, a partir do que pensavam essas pessoas, e meus interlocutores em geral, repensar o que significa RD. Esse é um dos pontos que perfez meu problema de pesquisa e, portanto, também, a própria metodologia que de modo orgânico à construção etnográfica se espalhou pelo texto como um todo.

Neste texto, questões relativas ao que as juventudes de periferia apresentaram como desejo de autocuidado e cuidado estão postas em relação ou em perspectiva com o que nos foi apresentado enquanto RD para usuários de drogas psicoativas. Em capítulos posteriores, de mão das evidências, desenvolverei análises nesse sentido, para que, então, possa descrever o que de fato é entendido por RD entre meus interlocutores.

Portanto, em um sentido geral, essa tese versa sobre o como se deu a aproximação da pesquisadora que vos fala com o campo e com a RD em uma periferia urbana do nordeste brasileiro. Nesta introdução, busquei contextualizar, em termos socioantropológicos, o local e parte dos sujeitos envolvidos, tal como os conflitos inerentes aos territórios onde se tentou

fazer valer o previsto nas políticas públicas, que, de certo modo, tencionaram as legislações e relações políticas ainda presas a um tradicionalismo que ali se desenvolviam. Busquei ainda descrever e analisar como as ações de RD foram planejadas, realizadas e até interrompidas a partir de questões postas pelos jovens e pelas pessoas que estavam na interface administrativa deste equipamento (o Cuca).

Ao final, sistematizo os dados coletados durante a formação em RD destinada aos jovens que frequentavam o Cuca Jangurussu. E apresento, discutindo situações presenciadas, uma oficina sobre RD feita por jovens redutores de danos, inserida na programação da Roda das 4:20, ação ali desenhada e desenvolvida. Apoiando-me em recursos de imagens, exponho materiais, mensagens e locais onde frases com ideias sobre redução de riscos e danos foram inseridas naquele equipamento e imediações. Apresento, junto a isso, as argumentações que os jovens narravam ao elaborarem ideias para execução e fixação dos materiais.

1.1 Pode um estudo etnográfico se realizar sem ética na pesquisa?⁵

Como uma antropóloga, constituo meu lugar de fala como mulher, lésbica e migrante (do interior do Ceará para Fortaleza, a capital do Estado). Impelida pelo valor que a família a qual pertencio dava aos estudos e à formação profissional, entrei em um fluxo para acessar conhecimentos a partir do ensino formal numa cidade maior, e, em seguida, parti para outras cidades, construindo a minha carreira acadêmica, como pós-graduanda em Antropologia (no mestrado) e, depois, em Ciências Sociais (no doutorado). Assim, migrei algumas vezes para viver durante meses ou anos em outras capitais de estados brasileiros, construindo esse trajeto de pesquisadora e professora profissional, entre contratos de bolsista no desenvolvimento de pesquisas científicas, consultora em trabalhos técnicos ligados a políticas públicas na minha área de pesquisa e professora em Instituição de Ensino Superior (IES).

Acumulei pouca experiência como trabalhadora formal, mas me considero versada em atividades envolvendo salas de aula e espaços de formação e trocas, em especial, com

⁵ O obra *Pode o subalterno falar?*, de Gayatri Spivak (2010), tornou-se um texto relevante para a discussão crítica sobre a constituição de uma ciência social onde as noções de poder e produção de discursos sobre o saber são perscrutadas. A autora “desafia os discursos hegemônicos” dentro das Ciências Sociais. Marca de uma pesquisadora indiana que se inclui na análise desde o ponto de vista experiencial, representacional e georreferenciado, e se debate entre outros pesquisadores “subalternos” a importância de uma leitura crítica feita conjugando aspectos do multiculturalismo e da globalização. A partir da releitura deste escrito me veio a inspiração de uma paráfrase para o título, e sob sua influência busquei trazer alguns dos argumentos que lhes apresento. (Uma versão preliminar de parte deste texto foi apresentada no Grupo de Trabalho *Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos*, na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, sediada na Universidade de Brasília, entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2018).

vistas à prevenção (a partir de questionamentos moralizantes e buscando respeito)⁶ e aos cuidados entre pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. Eu também sou usuária de substâncias psicoativas e ativista pelo paradigma político e ético da redução de risco e danos sociais e de saúde. Portanto, é deste ponto de vista que enxergo e atuo em campo.

A inquietude que esse “pensar implicado” traz ao meu corpo é como uma mola, que, depois de tensionada, exige-me a expansão. Por isso, para realizar esse estudo, não consegui apenas coletar entrevistas, e participar friamente de momentos na vida de um grupo social complexo, para depois retornar à biblioteca e tramar a partir dos dramas que pude acessar – alguns compartilhados com interlocutores de modo visceral – um texto descritivo e analítico. Propus-me, aqui, produzir um argumento descritivo e analítico a partir de sociabilidades com e entre jovens em um bairro de periferia da cidade Fortaleza (CE), formando a base de uma etnografia, que venho chamar de “etnografia implicada”.

No dicionário Houaiss (2009), o termo “implicado” recebe algumas acepções basais. A partir de duas delas fio aqui em resumo o que será meu apoio para tratar sobre o modelo metodológico que construí para este trabalho de campo. A primeira definição que calhou foi a de que implicado é aquele/a ou aquilo “que ou quem” “está envolvido, comprometido em relação a alguém, a algo ou a algum fato”. A segunda definição torna mais nítida a diferença entre a militância e a “implicação etnográfica”, pois se diz da situação implicada como aquela “confusamente misturada; implexa, entrelaçada” (HOUAISS, 2009), ou que, comprometida com ideias comuns a alguns de seus interlocutores, entende-se à deriva das dissonâncias que o próprio processo do trabalho de campo conduz. Diferentemente da etnografia militante⁷, com a etnografia implicada, a pesquisadora não se coloca em prontidão para uma resposta imediata e limitada ao que os interlocutores demandam em sua pesquisa, como no caso do trabalho de Ramon Ramalho (2013), que visa se imiscuir em um coletivo institucionalizado, e finda sua observação se sentindo como parte desse coletivo. No caso desta pesquisa, durante o trabalho de campo, foi-me apontado, inclusive por meus mais próximos interlocutores, a sua percepção de nossas diferenças. E isso não era exatamente um motivo que nos afastava, mas a possibilidade que surgia nesse encontro de pluralizar o modo como nos ilustramos e,

⁶ Phillipe Bourgois (1995) apresentou uma densa etnografia situando as práticas de usuários e comerciantes de crack em *El Barrio*, na cidade de *New York*. Parte de seus argumentos são relacionados à forma como estes migrantes ou seus descendentes organizavam socialmente as regulações morais, em termos de uma segregação racial e de classe, e sobreviviam entre práticas ilegalistas.

⁷ Alguém que milita por uma causa, diz a primeira acepção do dicionário Houaiss (2009). Ou aquele/a que defende ativamente uma causa, a segunda. Ambas carregam a noção de guerra, exército, batalhas e uma tomada de posição por parte de uma corporação ou partido político sem, em sua prática, deixar abalar-se pelos contra-discursos, pelos pontos de vistas, que nem chegam a ser opositores, mas que desnudam a objetividade do que está em curso através das ações militantes.

com isso, de fortalecermos ações que se fizeram propósitos em comum durante esse período. As modificações pelas quais passei ao longo da permanência em campo foram profundas, e temos em comum essa percepção Ramalho e eu. Porém, diferentemente de Ramalho, essa mistura não necessariamente nos tornou partes de um coletivo institucionalizado. Creio que em certa medida, componentes do mundo social onde habitamos em ações diversas, ainda que as conexões perpassem iniciativas individuais, permanecemos envolvendo e implicando uns aos outros.

Ramon Ramalho (2013) explica que a etnografia militante (à qual se dedicou) exigia um tipo específico de interação:

Mi incorporación en el campo se realizaba de un modo inesperado, en el cual mis necesidades investigativas, parecía completamente subsumidas al proyecto de construcción de la universidad. Mi investigación de campo, luego su sujeto, el investigador, se incorporaba al objeto de estudio, componiendo parte integrante de él, pasando a “hacer parte de la universidad” y no era más la universidad parte de mi trabajo de campo. La presencia del investigador, en vez de modificar la cotidianidad Del campo, se vio incorporada como parte de la situación de campo mismo. El sujeto investigador estaba entonces, debido al proceso particular de su inmersión en el campo, incorporado por su objeto de estudio que se condicionaba así más como “sujeto” que como “predicado” de la investigación. La transformación que he sufrido yo, el “investigador”, es mucho más grande que aquella que podría haber generado mi presencia en el campo. El problema “malinowskiano”, de no intervenir en la cotidianidad del objeto, se vio aquí resuelto por el nivel de politización del campo en cuestión. Aquí, por lo tanto, es el investigador que se convierte en “objeto” de su propio “objeto de estudio”. Es decir, se hace necesario comprender tales transformaciones en el investigador, su impacto inicial y el contenido de esta transformación, para entender el proceso mismo de construcción de la investigación: el campo ha cuestionado mis matices epistemológicos y metodológicos. (p. 4).

Complementando e descrevendo como firmou a sua proposta metodológica, Ramalho (2013) aponta:

[...] la propuesta metodológica para la etnografía que se sigue de esta experiencia es, primero, la posibilidad de integración entre sujeto y objeto a partir de la vinculación política entre ambos, o sea, el comprometimiento del investigador con los individuos e instituciones estudiadas se converge en un núcleo epistemológico de superación de la escisión académica entre sujeto y objeto. Una metodología participativa, que se trasmuta en etnografía militante, aparece como la forma metodológicamente adecuada de procedimiento en el campo, de conocimiento del objeto de estudio y de recolección de datos, en un nivel privilegiado, pues el propio investigador – dependiendo del nivel de su comprometimiento – se convierte en un informante más dentro de su propia investigación, buscando resolver así

también la intrincada necesidad de manifestación del cuerpo en la tesis, la inserción del investigador en tanto persona sensible – efectiva y afectiva – en el campo de investigación. (p. 4).

No caso da etnografia implicada, não seria a pesquisadora mais uma informante. Esta sim, uma pessoa com qualidades técnicas específicas, guiada por uma problemática de crítica social, exposta em um projeto aprovado e avaliado entre seus pares da academia, a tentar dar conta ou avaliar – por meio de passos metodologicamente negociados em campo – objetivos que estavam traçados antes mesmo deste adentrar. Em muitos casos, inclusive, a depender das condições encontrada em campo, não são todos os objetivos inicialmente propostos que permanecem, pois uma pesquisa etnográfica apresenta peculiaridades e enfrenta desafios que pesquisas em ambientes controlados não têm, e isto pode fazer com que haja, e no caso aqui exposto foi assim, mudanças e adequações durante o processo de construção e realização da pesquisa (e da própria tese).

E foi neste processo de busca por adequação às demandas colocadas em campo (e não necessariamente por meus interlocutores institucionalizados) que surgiu essa compreensão de que o trabalho de campo e a escrita da tese resultaram aqui em uma etnografia implicada.

A compreensão de “estar implicada” me fez encontrar sentidos e poder descrever o modo como acabei realizando o trabalho de campo desta pesquisa etnográfica. É algo que não necessariamente carrega uma certeza, um não titubear ao propor e ao realizar algo com interlocutores, nem tampouco prevejo o que deste ensaio de registro etnográfico poderá vir a refletir tanto na coletividade em que estive envolvida, como nos jovens interlocutores, em mim ou em quem lerá este trabalho. A partir de *insights*, apenas, arrisquei.

No trabalho de campo, tive momentos em que duvidava sobre o que propunha como ação ou estratégia de redução de danos. Perguntei-me, e também aos interlocutores com quem planejava as ações e atividades, se de fato o plano cumpria com o papel que lhe era proposto, especialmente, naquele contexto com tantas negligências sociais, para pessoas em condições em que a realidade do baixo IDH-B e de violações dos Direitos Humanos eram absurdamente presentes. A aposta que fiz esteve baseada no entendimento de que as práticas de redução de riscos e danos são situadas contextualmente e podem ser específicas para determinado grupo, e isso justamente por considerar suas práticas particulares como capazes de gerar adesão, o que se deve também aos vínculos de afeto e confiança.

Essa atitude vem primeiramente do meu entendimento das noções de “sociabilidades” e “sociação”, que foram caras categorias desenvolvidas por George Simmel. Esses foram os construtos analíticos que embasaram sua teoria da interação social. De acordo com Michael

Hanke (2002, p. 129), a sociabilidade “é uma das formas específicas do processo geral de socialização”, esta que, por sua vez, “é constituída pelos impulsos dos indivíduos, seus motivos, interesses e objetivos e pelas formas que estes conteúdos assumem”.

E, de forma geral, etnógrafas se envolvem em meio à construção de suas teses. Antes do trabalho de campo, além de buscarem informações, historiografias e dados básicos que são fundamentais para a sua realização, embrenham-se também em suas leituras disciplinares teóricas, que podem ajudar a subsidiar o entendimento do universo pesquisado e, com isso, apontar caminhos para se atingir o programado no projeto. Um achado, neste sentido, foi o texto *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*, de Richard Sennett (2012). Ele foi como uma base para o desenvolvimento do método na presente pesquisa de doutorado, pois seu olhar atento à artesanania do fazer cotidiano e ao “particular valor social na realização de tarefas práticas” (p. 9) foi levado a considerar a importância social da “habilidade” humana de “cooperar”.

A cooperação está embutida em nossos genes, mas não pode ficar presa a comportamentos rotineiros; precisa desenvolver-se e ser aprofundada. O que se aplica particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós; com elas, a cooperação torna-se um grande esforço. Em *Juntos*, focalizo a atenção na receptividade aos outros, como acontece na capacidade de escuta em uma conversa, e nas aplicações práticas da receptividade no trabalho ou na comunidade. Certamente existe um aspecto ético na capacidade de ouvir e trabalhar em sintonia com outros; mas, pensar na cooperação apenas como um fator ético positivo limita nossa compreensão. Assim como um bom cientista-artífice pode direcionar suas energias para confecção da melhor bomba atômica possível, assim também é possível cooperar eficazmente em um assalto. Além disso, embora possamos cooperar porque nossos recursos não são suficientes, em muitas relações sociais não sabemos com exatidão o que precisamos dos outros – ou o que eles poderiam querer de nós”. Assim é que procurei explorar a cooperação como uma habilidade. Ela requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto, mas o processo é espinhoso, cheio de dificuldades e ambigüidades, e não raro leva a conseqüências destrutivas. (SENNETT, 2012, p. 9-10).

Portanto, a metodologia geral que conduziu esta tese aponta para uma fusão entre as orientações etnográficas vindas de uma Antropologia Social engajada e de uma compreensão sociológica de que “juntos” – e ainda que paralelamente às instituições formais, correndo o risco de suas “conseqüências destrutivas” (SENNETT, 2012) – podemos encontrar meios de interagir, interlocutores e pesquisadora, mediados por interesses em comum.

Foi no desenvolvimento da própria pesquisa que encontrei qual seria o liame em que se iniciariam as relações em campo, e a continuidade de relações que retomariam a interação

mais próxima naquele momento. E, agora, com essas incursões a campo narradas em diários, de mão da descrição da formação para jovens redutores de danos e das oficinas de RD e das entrevistas realizadas agora transcritas, com áudios de momentos compartilhados (ouvidos por algumas vezes) e citados em trechos deste texto, feitas as leituras técnicas, científicas e as atualizações necessárias a partir dos *feedback* recebidos, posso apontar o que nos colocava em propósito comum, a saber, eram três noções: a de cuidado; a de respeito aos direitos dos jovens que vivem nas periferias; e a procura por adensar em uma só dimensão as vivências e as práticas em termos de conhecimentos, produções acadêmicas e rituais cotidianos de cooperação.

Na realização desta etnografia, foi importante me “implicar” com o que interessava e estimulava alguns de meus interlocutores, e não necessariamente me deixar levar apenas pelo que importava e movia os gestores do Cuca, ligados a uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, cuja coordenação das diretorias estava submetida e vinculada à Secretaria de Juventude da Prefeitura de Fortaleza – e tampouco pelo que estava descrito como objetivo do projeto inicial desta pesquisa, remodelado no curso deste doutorado.

Assim, precisei entender também até que ponto, dentro do escopo da pesquisa, minha atuação como uma pesquisadora das Ciências Sociais ou educadora social e pesquisadora da área atuando junto ao Nuced, mas também como redutora de danos e usuária de substâncias psicoativas, estaria sintonizada com os apelos e interesses dos grupos de sujeitos do campo. Estaria sintonizada com os apelos e interesses dos jovens dos fóruns, grupos e coletivos? Ou com os da Diretoria de Promoção aos Direitos Humanos do Cuca? Ou ainda com os apelos e interesses da academia de ciências (que não é isenta)? Como dialogar estrategicamente com esses grupos e equilibrar as relações em campo sem prejuízos à pesquisa ou aos sujeitos?

Nesse sentido, percebi que, em certa medida, acabei atuando também numa tentativa de intermediação dos universos morais que dividiam esses interlocutores, para tal, utilizando-me tanto do capital acadêmico, quanto da vivência, e não somente a profissional, como uma facilitadora de ações de redução de danos, mas também a de usuária de psicoativos, propondo e recebendo sugestões junto aos meus jovens interlocutores, para somente então desenhar e planejar intervenções e propor experimentos de ações de RD. E isso respeitando o vínculo institucional que o Nuced da UFC assumiu com o Cuca e o vínculo como doutoranda do PPGCS da UFBA, Programa que acolhe a presente tese.

Coloquei-me a ouvir músicas do tipo *rap*, *reggae*, *hip hop*, *trance*, *pop*, dentre outros gêneros musicais ouvidos por elas e eles, e, de certo modo, isso me fez compreender, a partir

da poesia e da melodia, alguns dos seus gostos e até mesmo identificar tipos de atitudes que podiam ser verificadas também junto aos jovens que povoavam o Cuca e as imediações.

Vê-los falar sobre como faziam o uso de *cannabis* no que chamavam “bolotada”⁸ ou “baldada” e não reagir com espanto ou com o moralismo que se esperava (ante a hegemonia do discurso da saúde física a qualquer custo) ajudou em minha aceitação por elas e eles. Ao reconhecer seu interesse em pesquisar e escrever, ao ouvir-lhes contar ou mostrarem a mim seus projetos, sumários, ensaios, artigos e resumos, e ao estar disposta a ler, criticar e “passar as dicas”, criava-se mais uma forma de “cooperarmos”. E isso serviu para entender que, ali, eu poderia representar apenas umnexo frágil e temporário entre aqueles jovens de periferia e a academia de ciências.

Ao conviver e observar de forma implicada suas práticas de cuidados pude reconhecer aquelas já desenvolvidas por outros moradores locais, tipificá-las como tal, segundo diálogos com interlocutores, para, somente a partir daí, criarmos intervenções e propormos atividades e experimento, tendo estas práticas locais já cotidianas como nascedouros.

Também foi importante conhecer as especificidades da linguagem local e suas gírias, falada, em grande parte, por adolescentes e jovens, pois, embora eu fosse moradora da mesma cidade, e mesmo alguns também sendo universitários e até mesmo circulando nos espaços onde cotidianamente eu também circulava, temos uma condição um tanto diferente em termos geracionais e socioeconômicos, assim como também em termos de “capital social” e “capital cultural” (BOURDIEU, 2007). Também aprendi com elas e eles como acionar essas palavras em diálogos ou a reconhecê-las em materiais produzidos nas oficinas, o que foi essencial para reduzir o “vácuo” simbólico e social que nos separava.

No trabalho de campo, encontrei jovens engajados ao Fórum de Jovens do Jangurussu com habilidades em desenhar, moldar, inovar com narrativas, entre outras. Jangu era jornalista, escrevia e promovia oficinas para confecção de pequenos textos e artes visuais, que eram publicados de maneira independente no formato de fanzines. Flora era uma das educadoras sociais, acadêmica de psicologia e tinha acúmulo de conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais. Resistência era um educador social, acadêmico de filosofia, e possuía uma habilidade muito refinada para estabelecer relações institucionais com adolescentes e

⁸ Era o termo dado a prática de utilizar maconha fumada em um instrumento feito com garrafa plástica (era o mais comum, mas ouvi relatos desse uso em garrafas de vidro com o fundo cortado), metal para fazer uma espécie de funil e receber a maconha onde seria acesa com fogo, cortiça para evitar o aquecimento do plástico ou do vidro da garrafa. Esse modo de uso era narrado como uma estratégia econômica para potencializar o efeito de cada tragada com a pressão da água em um balde. Seus relatos diziam que além de sentirem mais forte efeito ainda economizavam, pois não precisava de muita maconha para atingir a “chapação” desejada.

jovens em situação de rua, atuados em contextos de infrações legais, ou ainda cumprindo medidas socioeducativas. Mel era uma jovem acadêmica de psicologia, ativista na política para a juventude local, pesquisadora sobre cuidados relacionados ao uso de drogas, e acreditava, assim como eu, na potência de atuarmos “juntas”, a partir do conhecimento compartilhado e de produções destinadas aos jovens do local. Lua era acadêmica de Serviço Social e já havia trabalhado na biblioteca do Cuca (com ela, percebi como observavam com uma curiosidade analítica o uso público desse espaço onde ocorria um evento festivo organizado pelos jovens da região, denominado Cuca Roots, e foi quem me mostrou seu projeto de TCC e as suas leituras sobre racismo e negritude). Dali era um jovem pesquisador das Ciências Sociais, interessado em entender a (não)circulação de pessoas da periferia em vias centrais ou espaços que não os periféricos (quando falávamos sobre o acesso negado pelo Estado às pessoas que vivem na periferia ao uso e benefício do lazer, pensando uma cidade sem “cancelas”). Nina era outra estudante, de Serviço Social, que, após participar da formação para jovens redutores de danos ocorrida no Cuca, chamou-me para orientar sua pesquisa de conclusão de curso, e ela foi mais uma das interlocutoras que me traziam informações, dúvidas e análises sobre o tratamento dispensado aos seus sujeitos de pesquisa (no caso de Nina, apontando o que ela relacionou ao “racismo estrutural”). Enfim, uma rede de pessoas, que, em interação, puderam fazer daquele momento em que atuávamos – eu em campo, elas “nazárea” – algo que ganhava contornos de uma grande e viva “oficina” (SENNETT, 2012), justo pela afinidade com a qual construímos nossos propósitos em comum. Uma espécie de “corre”.⁹

Esclarecendo o significado do termo, Silva (2019, p. 151) fez um apurado minucioso sobre a noção de “corre” e nos aponta:

Corre é, portanto, movimento e tem por objetivo as sobrevivências. Correria, luta, labuta cotidiana contemporânea. A peleja do Poeta que se antecipa frente às complexas demandas impostas pelas simetrias e assimetrias do poder como relação de forças (raça, classe e gênero). Mas também é relação, se encontra no meio, entre as coisas, *intermezzo* - criando táticas, abrindo caminhos, inventando atalhos e pontos de *fuga*, principalmente a partir das – “brechas” do poder. – “Fazer os corres” ou – “correria” é, conforme Jardson Remido, não ficar parado, à semelhança de um rio que corre, correria é o – “fluxo”.

⁹ Ver Silva (2019) em pesquisa situada entre poetas e saraus em algumas periferias de Fortaleza sobre a ideia de “corre”. As noções de (a) “correr pelo certo”, (b) “correr pelo errado”, (c) “corre de ganso” e (d) “certo pelo certo” são interpretadas como sendo formas de se conceber práticas de sobrevivência entre populações pauperizadas.

Inevitavelmente, além do título¹⁰ acadêmico, utilizei-me, portanto, de algo que entendi como potencial para ser aceita por algumas pessoas: a experiência de ser uma pesquisadora de pós-graduação das Ciências Sociais, que trabalhava com a temática do uso de psicoativos entre juventudes em cidades grandes, como Fortaleza, e a *expertise* como facilitadora de atividades em que a temática da redução de danos para uso de psicoativos era central.

Mas tive que encarar algumas barreiras também por ser uma mulher adulta que falava sobre estratégias de cuidado e sobre uso de drogas entre jovens. Ao tentarem me localizar institucionalmente naquele ambiente, cheguei a ser confundida com psicólogas que atuavam no Cuca por alguns jovens. Às vezes, essa “identificação” me rendia dificuldade em interagir com alguns dos interlocutores mais arredios à instituição, às suas regras e às formas como talvez fossem abordados por alguns agentes, tais quais pelas próprias psicólogas com quem me confundiam. Algumas dessas barreiras eram minoradas pelo teor do que conversávamos. De pronto, a falta do rigor proibicionista na emissão de opiniões ou na condução do assunto em conversas informais chamava sua atenção, que logo perguntavam se eu “fumava um”, e me convidavam para fumarmos juntos, e isto nos aproximava.

Normalmente, as atividades anunciadas na programação e propostas pelo Cuca quase nunca versavam sobre estratégias de redução de riscos e danos. E, raramente, entre as pessoas que atuavam institucionalmente no âmbito das políticas e ações destinadas aos jovens, era-se menos moralizante, com exceção dos educadores sociais da DPDH. Era importante ter traquejo com uma temática sensível e cara a muitas daquelas pessoas jovens, visto que sua vivência com substâncias psicoativas se dava não só pelo uso, mas, fossem lícitas ou ilícitas, eram também mercadorias ou bens que circulavam entre eles e elas, e, com certa frequência, rendiam-lhes sociabilidades, riscos, danos e ganhos.

Por outro lado, o *status* e o saber acadêmico foram um separador de interações sociais. Um interlocutor de Nina perguntou o que ele ganharia ao se comprometer com as entrevistas ou conversas para a produção da pesquisa que ela realizava. Reconhecendo o poder que os interlocutores de pesquisas têm, ele relatou o quanto já havia participado de entrevistas e de questionários sem receber qualquer “retorno” por seus esforços. O saber científico também

¹⁰ Segundo Bourdieu (2007, p. 241): “À maneira dos títulos de nobreza, os títulos escolares, capital social convertido em capital escolar ele mesmo diretamente conversível em crédito social, permitem adquirir a crédito, isto é, precocemente, antes da hora e antes dos outros, queimando as etapas e com a dispensa de respeitar as formas e os prazos usuais, os cargos, os lucros, as honras, os prazeres, em suma, todos os benefícios materiais e simbólicos que os demais deverão pagar à vista, isto é, ao cabo de todo o tempo que lhes será necessário para ‘fazer suas provas’ e para reunir um capital de garantias reais e imediatamente exigíveis.”

foi questionado frente ao saber local, aquele operado no cotidiano e com a frequência que dita a vida concreta das pessoas, sendo dito sobre aquele primeiro da sua soberba e distância (até certo ponto) em relação ao que eram “problemas reais” para eles.

Ao passo que fomos, por meio do Nuced, chegando até a Diretoria de Promoção de Direitos Humanos. E, ouvindo o que a equipe apresentava como demanda para atuação no espectro das estratégias de redução de risco e danos, íamos pensando quais os tipos de ações poderiam ser interessantes de se realizar junto às equipes e aos jovens que não aderiam aos programas e às atividades oficialmente ofertados pelo Cuca.

Num primeiro momento, tivemos a incumbência de propor e executar ações de RD para o uso de drogas como “lorena” e “maconha”, no primeiro *Viradão do Cuca Jangurussu*.

Em seguida, demos continuidade à atividade iniciada por coletivos que atuavam com RD ou em prol da legalização das drogas, em parceria com educadoras e educadores sociais, a *Roda das 4:20*.

E, por fim, realizamos uma formação objetivando instruir jovens multiplicadores em informações sobre RD, que culminaram com intervenções entendidas naquele contexto como redutoras de riscos e danos. A ação foi protagonizada por jovens da região em uma festa de *reggae* que ocorria no anfiteatro do Cuca. Junto com Nina, ainda acompanhei uma roda de conversa e produção de lambe-lambe e estêncil no Cuca, que foi mobilizada por uma dupla de redutores de danos contratados temporariamente para atuar no Cuca. Eles também faziam ações de RD em festas de *reggae* que ocorriam em espaços abertos nos bairros da periferia, e em que a Secretaria de Juventude participava como “promotora de direitos de jovens”.

1.2 Sobre as distâncias socioespaciais, econômicas e simbólicas

Em pesquisas realizadas em grandes cidades, nem sempre é possível viver exatamente onde a pesquisa é realizada. Ao ser admitida como doutoranda no PPGCS da UFBA, recebi uma bolsa de estudos FAPESB¹¹, condicionada por um regime de dedicação exclusiva, no valor mensal de R\$ 2.200,00. Essa bolsa durou 41 meses e foi fundamental para a dedicação

¹¹ A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia é “a agência de indução e fomento à pesquisa e à inovação científica e tecnológica do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI”. Em seu programa de bolsas a FAPESB “tem como principal objetivo apoiar a qualificação de recursos humanos no Estado da Bahia. Nos últimos anos, a formação de capital humano qualificado através do PROGBOL tem contribuído significativamente para viabilizar a política estadual de ciência, tecnologia e inovação, o que pode ser percebido através de levantamentos estatísticos recentes que demonstram o crescimento significativo dos cursos de pós-graduação, da fixação de jovens doutores e do interesse cada vez maior dos jovens pela iniciação científica, nas diversas instituições de Ensino e Pesquisa do Estado” (Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/programa-de-bolsas/>. Acesso em: 19 set. 2019).

exclusiva ao trabalho. Muitas pessoas adultas que viviam no contexto pesquisado não tinham pagamento mensal superior a este por seus trabalhos. Entretanto, havia pessoas que lá viviam e que tinham rendimentos mensais maiores do que os que eu recebia pelo meu trabalho.

A despeito dessa observação, não pude alugar um local para morar onde realizava a pesquisa, pois já dividia o aluguel de um apartamento com outras pessoas, em um imóvel próximo ao centro da cidade. O Jangurussu, bairro onde ocorreu a maior parte do trabalho de campo, localizava-se a aproximadamente 13 km de distância de onde eu residia, portanto, havia, além de todas as diferenças mencionadas, uma distância geográfica entre nós.

Esse fator também indicava algo em relação à minha presença em campo, como foi demonstrado em falas de interlocutores, quando se distinguiam de mim dizendo: “ela nem é das áreas”. Expressão esta que demonstra o valor em termos de um reconhecimento dado às pessoas que coabitavam esse local como as únicas que poderiam experienciar de fato o que eles viviam, deixando um vácuo entre nós. Esse hiato social se expressava no estranhamento, no olhar desconfiado, na falta de diálogo, e, em vários momentos, no próprio silêncio. Seria eu a responsável, visto meu interesse na execução do projeto de pesquisa, no intuito de achar conexões para possíveis análises, por tentar preencher algo daquele espaço que nos separava e dali produzir outras coisas?

Deste modo, acreditei estarmos, alguns destes jovens e eu, guardadas as diferenças e proporções¹², em uma condição liminar (TURNER, 1974). Refiro-me à marginalidade que o termo invoca em situações específicas da vida de sujeitos. Várias/os das/dos interlocutoras/es e eu passamos, em paralelo, por suspeição e descrédito da parte de pessoas que poderiam ser entendidas, em uma análise configuracional, como sendo “estabelecidas”, enquanto que nós seríamos as “outsiders” (ELIAS; SCOTSON, 2000).

¹² Tenho quase 40 anos, pele morena, cabelos escuros e curtos. Não sou branca, me entendo mestiça (ANZALDÚA, 2005). Entretanto, trejeitos, articulação de fala e modo de agir demonstravam peculiaridades desse corpo em meio ao campo onde a maior parte das pessoas é negra, ou identificada por agentes do Estado como se o fossem, devido à condição socioeconômica. Ou seja, diante do que Achille Mbembe (2018) apresentou como a lógica da necropolítica, éramos distintos. Posto que elas e eles estavam situados entre corpos gestáveis e matáveis por essa via. Ou ainda, de acordo com Judith Butler (2015): corpos negligenciáveis, violáveis, não pranteáveis etc. No encontro entre essa pesquisadora que vos fala e as suas interlocutoras e interlocutores em campo, há algumas diferenças de gradiente, que vão desde o *status* de gênero e sexualidade, da geração ou idade, passando pela situação socioeconômica, até o colorismo que permeia o modo diferenciado como cada um de nós tem sido apreendido social e politicamente em países colonizados. Foi perceptível a forma distinta com a qual diferentes interlocutores foram tratados na seleção ou classificação para um “baculejo” (ou revista pessoal policial, que é corporal e de bens) em locais públicos. Espero ter deixado esse fator explícito neste texto de tese. O emaranhado de relações de poder no qual nos encontrávamos nos posicionou. Tentar compreender o patamar de observação, ação individual e cooperação que se poderia desenvolver neste conjunto fez parte do desafio analítico nesta pesquisa.

Alguns destes jovens, ao circularem no Cuca, estavam em constante observação por parte de funcionários de segurança, limpeza e almoxarifado. Pude acompanhar uma narrativa de uma funcionária da copa que dizia “estar de olho” nos meninos que entravam na sala da DPDH (justamente os que faziam a venda de psicoativos ilícitos). Dizia ela que seu “olhar” era para evitar que estes levassem coisas do Cuca.

Refletir sobre esse fato me fez perceber o como éramos observados de modos distintos. A suspeição da copeira, narrada para que eu ouvisse, demonstrava como estávamos em patamares diferentes em sua avaliação em relação a capacidade de “levar” coisas do Cuca.

Quanto a mim, verificava a suspeita nas reações de funcionários do Cuca que atuavam em áreas pedagógicas, de psicologia, dos esportes, e ainda de funcionários que atuavam nos serviços de limpeza, estes últimos mais francos quanto a suas suspeitas e críticas. Creio que, por eu fumar cigarros e estar ali como alguém que atuaria com estratégias de RD, havia uma confusão sobre as ideias de prevenção e DR. Uma e outra lhes eram confusas. E, como há o fator moral envolvido, a RD lhes parecia inadequada para trabalhar com jovens. Entretanto, o recorte de jovens que são atendidos pelo Cuca contempla de adolescentes de 15 anos até jovens de 29 anos. Há um espectro de interdições e permissões que transpassam esse conjunto de pessoas, e seus hábitos e usos verificados e narrados ao longo deste trabalho.

Para estas pessoas, como eu estava atuando com aquele propósito meio nebuloso, não deveria “dar mau exemplo, fumando”, como cheguei a ouvir de um senhor que trabalhava nos serviços de limpeza. Essa suspeição se corporificava nas características do que Goffman (1988) chamou de “sujeito desacreditável”, ou seja, aquele que tem atributos negativos para os padrões morais propalados como vigentes ou desejáveis socialmente por um dado grupo que, em determinado contexto, detinha certo poder. E esse poder ao qual me refiro é o poder da manter a estrutura social, o *status quo*, no caso, alinhada a certa moralidade em termos da abstinência em relação ao uso de drogas.

A *Roda das 4:20* ocorria em um espaço reconhecido por ser utilizado pelos jovens para uso de psicoativos ilegais naquele local, o anfiteatro do Cuca. E interagir com aqueles jovens identificados como ligados aos comandos de tráfico da região e que eram arredios aos convites para estarem em cursos ou atividades esportivas oferecidas pelo Cuca nos punha na situação de “falsamente acusadas/os”, ou “desviantes puras/os”, ou ainda como “desviantes secretas/ao” (BECKER, 2008).

Por outro lado, estarmos em contato nos colocava em situação de certa “sujeira” em relação aos seus “sistemas simbólicos de limpeza” (DOUGLAS, 1979) – nos termos de Mary Douglas:

[...] como um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática das coisas, na medida em que a ordem implica rejeitar elementos inapropriados. Esta idéia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas simbólicos de limpeza. (DOUGLAS, 1979, p. 50).

A liminaridade compartilhada naquele contexto nos punha passíveis de sermos alvo de diferentes investidas, desde atos de violência simbólica, mais aplicada ao meu caso, até atos de violência física, ocorridos mais no caso dos meus interlocutores. O fator determinante para sofrermos violência era estarmos realizando atividades ou mesmo apenas socializando em espaços onde cotidianamente os jovens que trabalhavam com venda de produtos ilícitos circulavam. Em contextos em que a estrutura hierárquica de valores e normas fica expressa sobre os corpos, o racismo e o preconceito de classe vividos por muitos dos jovens com quem interagi em campo se tornaram evidentes. Definitivamente, não vivi violência fundamentada em colorismo ou classismo, mas vivi sim violência simbólica fundamentada em moralismo e recorte de gênero. Portanto, trata-se de uma discriminação embranquecida e de desrespeito aos direitos civis e humanos, dispensados, especialmente por parte das forças de zeladoria, de segurança pública e polícias que atuavam no Jangurussu, àqueles que eram tidos como pertencentes a camadas sociais populares e negros.

Assim, da parte das forças policiais ou que detinham o monopólio legal da violência física, ao contrário dos meus interlocutores, gozei de uma situação de distinção, por ter esse meu corpo, essa idade e esse gestual, e conhecimentos que se entranhavam historicamente na trajetória social que tive até chegar ao campo. Trata-se de um corpo característico de certa parcela das camadas médias. Porém, nesse gradiente de classificação operado por marcadores sociais da diferença, está presente também o ser uma mulher, e assumidamente lésbica. E foi aí onde me encontrei novamente em liminaridade.

Particpei, a convite de Resistência, de uma reunião realizada na sala da DPDH, para a organização de um ato público, em que as ruas próximas ao Cuca seriam renomeadas com nomes de dois jovens que frequentavam esse Centro e que foram assassinados na conhecida “Chacina do Curió”. Durante a reunião, uma das mães que estavam na mesa de planejamento do ato olhou para mim e disse que, antes do filho dela morrer, ela queria mais era se ver longe de pessoas como eu: “sapatão”. Mas, disse também que, daquele momento em diante, após o apoio recebido de ativistas políticos da área da esquerda, percebeu que deixar de ir à igreja e ter mais respeito com pessoas assim não era ir de contra ao que Jesus falou.

Ser essa pessoa, em alguns momentos, ou quando lhes pareceu conveniente, pôs-me em situação de “escanteio”. Um exemplo disso foi quando, durante a execução do projeto de Redução de Danos do Cuca, chegou uma verba disponibilizada via um projeto apresentado por Isis, que era a diretora de promoção de Direitos Humanos da Rede Cuca quando eu entrei em campo. Um dos produtos apresentados para utilizar a verba do projeto era a elaboração e a fixação de placas com mensagens que remetessem à redução de risco e danos ligados a práticas sexuais e ao uso de psicoativos. O argumento do diretor que à época estava à frente da DPDH era que as placas trariam mensagens de redução de riscos e danos, mas a elaboração das mensagens foi feita pelos próprios técnicos do Cuca e os seus conteúdos eram mais proibicionistas do que sensíveis ao que de fato importava para a RD.

Figura 1 – Placa produzida para informar sobre redução de danos no Cuca.



Fonte: arquivo pessoal (2017).

Observa-se neste caso que as formas de cercar direitos de jovens periféricos operam na governamentalidade dos sistemas de poder que geram e gerem os discursos e as práticas sobre os sujeitos subalternizados, assim como na forma de negar a experiência e fala de redutoras de danos que poderiam ser convidadas a opinar sobre as possíveis frases criadas pelos técnicos do Cuca, com o crivo da RD, porém não foram consultadas.

Na partida desta pesquisa, conforme apresentei, e pelo modo de entrada em campo, parecia que realizaria uma pesquisa-ação, pois o convite para participar do Nuced da UFC envolvia trabalhar com oficinas e formações com e entre os jovens na periferia. Mas, com o desenvolvimento do trabalho de campo e o aprofundamento na pesquisa bibliográfica, acabei

por me aproximar de uma metodologia próxima à chamada etnografia militante, perspectiva que prosperou em alguns locais da América Latina (RAMALHO, 2013), tendo se fortalecido no México, e que teve expressões também no Brasil (VIRGÍLIO, 2014).

Como afirmei, até determinado ponto do trabalho de campo, acreditei estar realizando uma etnografia militante, vejamos o porquê.

Ramalho (2013), ao apresentar como desenvolveu sua etnografia militante em uma fábrica recuperada por trabalhadores, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, na Argentina, salientou os desafios de se realizar pesquisa social em um ambiente ou grupo onde as pessoas tinham uma longa trajetória de lutas políticas, com redes de relações já bastante articuladas, e que se encontravam “saturadas” de pesquisas acadêmicas.

Pretendia ele fazer uma “descrição densa” aos moldes de Clifford Geertz (2005)?

La inserción en el territorio de estas fábricas como un individuo de “adentro” exige la participación directa en alguna construcción colectiva de los trabajadores. O en el lenguaje cotidiano de los luchadores sociales: que sería sobretodo necesario “poner el cuerpo” para apoyar la fábrica. (RAMALHO, 2013, p. 4).

A experiência que tive no Jangurussu não foi como a narrada por Geertz em sua clássica corrida para fugir durante a abordagem feita por agentes do estado colonial no evento descrito como uma “Briga de Galos Balinesa”. Ao contrário, foram raros os momentos em que pude estar com os jovens no Jangurussu e deixar de perceber e ser percebida por nossas diferenças. Porém, isso não anula a forma como pude coletar os dados. Apesar de não “ser dazárea”, pude acessar informações e narrativas necessárias e valiosas para atingir alguns dos objetivos da presente pesquisa. Atribuo a importância e a fidedignidade dos dados à longa permanência em campo (um ano e oito meses) e aos vínculos de confiança tecidos com alguns interlocutores.

Realizei um trabalho de campo intenso junto a essas e esses jovens frequentadores do Cuca Jangurussu, e as suas sociabilidades foram relacionadas aos seus conhecimentos, usos e cuidados relativos às drogas, e ao contexto, aqui apresentados pelo viés socioantropológico e no formato de uma etnografia urbana. Portanto, as bases são descrições e análises realizadas na ótica das Ciências Sociais, e geram uma tese em Ciências Humanas, e não em Exatas, ou Jurídicas, ou Médicas. Seu processo e o resultado são aqui expostos por uma mulher lésbica e usuária de drogas, que versa sobre práticas, experiências e estratégias de alguns jovens da periferia que se tornaram importantes mediadores em um fluxo de saber sobre corpo, saúde, ativismo político, direitos civis, Direitos Humanos e (auto) cuidado ancorado em saberes de

diversos tipos, inclusive em um saber científico traduzido para as “záreas”, em seus tipos de linguagem, ritmo, frequência e propósitos, que eram transformados durante a ação.

Nestes encontros, fomos aprendendo a fazer pesquisa juntos, pois o “estar implicada”, nesse caso, punha-me na situação de duvidar da validade e da efetividade do que eu propunha em vista do que estava sendo solicitado pela equipe da DPDH, em consonância com o Nuced, sem saber até mesmo como serviria para gerar dados para esta etnografia, então em curso. Foi um repetitivo exercício de elaborar, errar, ser interrompida e, às vezes, acertar na escolha de metodologias participativas para a execução de oficinas ou intervenções nos espaços onde circulávamos.

Das oficinas e formações, tiramos alguns aprendizados práticos, sobre: apresentações com *slide*; como garantir a presença, ainda que pouco pontual, de jovens que nunca entravam em salas de aulas no Cuca; como planejar e executar oficinas de fanzines, estêncil, lambe-lambe, adesivos e lambedor. Eles e elas, neófitos na feitura de resumos e textos para comunicações em eventos científicos, passaram a produzir suas próprias versões de sua atuação, apresentando os resultados de suas próprias pesquisas, e as suas próprias narrativas. Assim, elaborávamos roteiros de apresentação de artigos e conversávamos previamente ao dia de acontecimento de um grupo de trabalho em evento científico, por exemplo. Realizamos sessões com grupos de estudo e produção textual coletiva na biblioteca do Cuca, ou em alguma das salas do Cuca, quando nos era cedida. Entre muitas outras atividades realizadas, como veremos mais adiante no texto. E foi nessa interação complexa, negociando interesses em comum, fazendo juntos e cooperando, que os resultados importantes desta pesquisa se me apresentaram.

1.3 Retomando a questão da ética na pesquisa com seres humanos

Pretendo aqui argumentar sobre algo que afeta diretamente um campo específico das Ciências Sociais. Trata-se dos trabalhos etnográficos em contextos que envolvem noções de saúde, corpo, risco, responsabilidade e cuidados. Mas, não apenas, pesquisas realizadas entre populações que já foram sujeitas a outros tipos de inquérito científico, e que perguntavam a nós, que chegávamos depois: “o que teremos em troca dos momentos de interação social ou de entrevistas gravadas?”.

O argumento aqui diz respeito à forma como se concebe a ética nas pesquisas e aos seus moldes protocolares de regulação no Brasil, tendo em vista aqui as particularidades que envolvem o modo pelo qual realizamos pesquisas antropológicas em campo.

Compreendo que a forma de fazer pesquisa “em” seres humanos seja perpassada pelo discurso hegemônico das áreas biomédicas e, claro, da indústria farmacêutica. Estes campos, assim como quaisquer outros campos de pesquisa, necessitam de regulação que resguarde as pessoas tomadas por cobaias ou pacientes, mas essa condição não é mesma nas pesquisas em Ciências Humanas.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP)¹³, que atuam nesta função reguladora desde 1996 no Brasil, são órgãos técnicos formados por cientistas externos e internos às instituições de pesquisa, dedicados à avaliação e à apreciação da “eticidade das pesquisas realizadas em seres humanos, emitindo pareceres que garantem a boa prática da pesquisa” (HARAYAMA, 2014, p. 325). Acredito, entretanto, que o recente debate travado entre os pesquisadores das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais (especialmente, da Antropologia) vem rendendo melhor compreensão sobre a peculiaridade e tratamentos distintos dispensados, em cada uma das abordagens, às pessoas que se voluntariam como participantes nas pesquisas. Portanto, riscos e potenciais ganhos estão em jogo aqui disputas discursivas e alianças sobre as práticas relativas às peculiaridades e desdobramentos epistemológicos e metodológicos que surgem na interface entre os campos das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais.

Há uma série de debates nas Ciências Sociais sobre a noção de “pesquisas com seres humanos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004), e não “em seres humanos”, com vistas a uma ética científica e política que leve em consideração as especificidades do trabalho de campo nesta área. Dentre as pesquisas denominadas qualitativas, há um tipo etnográfico, de forte cunho interacional, cuja marca é a estadia de pesquisadoras e pesquisadores entre os grupos ou redes de interlocutores, que pode se estender por meses, quiçá anos, a depender do escopo e dos objetivos pretendidos pelo estudo. Esse contato direto ocorre, principalmente, ao longo do período de coleta de dados e imersão em campo, mas pode manter-se, de modo menos intenso, posteriormente a este, resultando em trocas diversas entre pesquisadoras/es e interlocutoras/es por longos períodos de tempo. O que se estabelece em termos de relação interacional durante o período de contato direto com os interlocutores em campo é bastante variado, e, obviamente, a depender da atuação de cada pesquisador e de cada interlocutor em um cenário ou contexto, produz-se resultados diferentes.

Circulam nessas trocas dados e informações diversas, que vão de momentos de alegria e angústia, e confissões íntimas, exposições de querelas entre os pares ou entre redes de ação distintas, até narrativas sobre aprendizados, convites e partilhas de momentos particulares,

¹³ Para detalhes sobre o modo como um CEP funciona e quais são algumas das tensões presentes e seu cotidiano na regulação sobre pesquisas em seres humanos, ver Rui Harayama (2014).

demandas por ações conjuntas tendo em vista os interesses coletivos das redes com as quais estabelecemos contato próximo etc., e, com algumas dessas pessoas, desenvolvemos, durante a pesquisa, laços afetivos que ultrapassaram o tempo daquele período em campo.

A “pesquisa com seres humanos” se dá de maneiras deveras diferentes daquele *modus operandi* corriqueiro nas “pesquisas em seres humanos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004) – algumas, atualmente, até incluem uma fase com características “etnográficas”, e que requer certo envolvimento entre pesquisadores e interlocutores, porém, rápido, e que se reverte em resultados que não são apenas respostas para os seus projetos de pesquisa, mas transbordam os objetivos iniciais (BARROS; ALCANTARA, 2016). Ao comparamos esses tipos de fazer pesquisa, o aspecto temporal, de intensidade relacional, é revelado algo valioso e importante ao diálogo entre áreas com abordagens distintas, inclusive no tocante à ética em pesquisas.

Então, as preocupações éticas dos cientistas sociais ao realizarem trabalho de campo (em especial, de tipo etnográfico) recaem sobre aspectos como o impacto de sua presença e de suas publicações na comunidade local, assim como possíveis distorções que a forma pela qual teve acesso ao grupo pudessem ocasionar. Ilustremos essa questão. Gerald Berreman (1975) argumentou sobre um mistério reinante entre os pesquisadores da cultura até aquele momento: a necessidade de revelar os meandros de como antropólogos/os se portavam em campo durante suas pesquisas; e citou alguns motivos para, a partir de sua própria experiência etnográfica, poder colaborar com os trabalhos de futuras/os pesquisadoras/es de campo. Uma grande preocupação do etnógrafo pairava sobre os efeitos de sua apresentação e permanência em campo, pensando sob o viés da interação social, para os resultados do trabalho. O caso que suscitou esta preocupação foi abordado a partir de uma pesquisa etnográfica realizada em Sirkanda, baixo Himalaia, na Índia Setentrional. O autor verificou certa variação inerente aos níveis e tipos de acesso a informações específicas, o que se dava, segundo a interpretação e posição social de cada um dos seus “informantes”, devido à sua *identificação circunstancial* quando acompanhado por mediadores de *status* sociais distintos (os quais, naquele contexto, trabalhavam como seus assistentes/tradutores). Sharma, o mais jovem deles, já treinado para a função, era identificado como brâmane, e abria acesso entre Berreman e pessoas de estratos mais altos dentro do sistema de estratificação social local, já o seu substituto, Mohammed, mais velho, professor de escola primária, aposentado, era identificado como muçulmano, e, por sua vez, pela impressão a ele destinada, promovia a abertura ao diálogo do pesquisador com pessoas pertencentes aos estratos mais baixos. Justo por conta das impressões geradas, determinadas ações, alguns “segredos” e respostas específicas lhes eram concedidas entre os aldeões. Assim, ações específicas eram praticadas, informações eram ditas ou não em suas

presenças, por conta do tipo de julgamento feito pelos moradores da aldeia a respeito de quem os “inscrevia” e os “analisava”. Era inerente ao grupo pesquisado a desconfiança sobre o que alguém “de fora” poderia trazer como ameaça para aquele grupo de pequenos trabalhadores rurais, sob o julgo de políticas econômicas de um estado colonial.

Fato é que há resultantes desses encontros que podem gerar não apenas dados, mas efeitos para uma gama de pessoas envolvidas naquele empenho, e estes efeitos podem ser momentâneos ou duradouros. E o que me preocupa aqui é o porvir desse contato, ou como os registros das experiências em publicações poderão vir a serem acionados posteriormente, seja pelos próprios interlocutores, para respaldar questões a eles atinentes, seja por parte de pesquisadoras/es que venham a utilizar esses dados e registros – assim como, também, por agentes de repressão e controle do Estado e da sociedade civil.

Portanto, a questão que mais preocupa aqui não é a de como me infiltrar ou me tornar uma do grupo, mas a forma como essa minha passagem pelo grupo pode reverberar por meio dos nossos escritos sobre o que foi vivido e compartilhado, o dito e o feito, enfim, por meio dos registros destas narrativas e práticas.

Na intenção de pensar sobre como as pesquisas etnográficas realizadas no Brasil entre usuários de substâncias psicoativas – e, especialmente, as ilícitas – vêm trazendo resultados inovadores, ao focar em três âmbitos na interação de sujeitos com as substâncias de uso, “*self, setting e set*” (ZINBERG, 1984), proponho adiante uma breve revisão de pesquisas recentes, com uma breve análise comparativa entre algumas das que dialogam mais proximamente ao tema específico desta tese, e que ora desenvolvo, envolvendo RD entre jovens de periferia.

1.4 Contextualizando questões da pesquisa – ética em pesquisas antropológicas

Os projetos-pilotos que visavam garantir os direitos dos usuários de *crack* em diálogo com a saúde pública foram objeto de estudo da tese de Andrea Domânico (2006), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

Já Frederico Policarpo (2013), na sua tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresentou um estudo comparativo entre os discursos das pessoas que experienciavam o uso de drogas e daquelas que produziam conhecimento sobre essa experiência, ou sobre os efeitos das drogas no corpo, no comportamento etc. (médicas, psicólogas, policiais e políticas). Os *loci* de pesquisa foram as sedes dos serviços jurídicos e de saúde que recebiam pessoas acusadas de usar drogas no Rio de Janeiro e em São Francisco (Califórnia, Estados Unidos da América). O estudo visou

compreender “de que maneira os sistemas normativos oficiais afetam os consumidores de drogas e, inversamente, como estes se relacionam com essas normatividades” (POLICARPO, 2013, p. 3).

Há também trabalhos monográficos, da parte de etnógrafos iniciantes, mas que, com posturas arrojadas em suas pesquisas, situaram o tema do uso e comércio de *crack* em grandes cidades da Região Nordeste, nos últimos anos – alguns dos quais menciono a seguir.

Luana Malheiro (2013) situou seu campo em Salvador (BA), trazendo questões sobre raça e etnia envolvendo acesso à saúde e sobre as (i)legalidades impostas e partilhadas por uma parcela da população em situação de rua. Entrou em campo como integrante de um grupo de agentes públicos que realizavam ações no Pelourinho, propondo e aprendendo sobre as estratégias de RD junto a seus interlocutores e interlocutoras, e, a partir dessa interação, analisou como as aceitavam, as recusavam ou a deixavam a par de suas próprias tecnologias de cuidado. Malheiro (2013) demonstrou, por meio de uma perspectiva próxima a que venho trabalhando (alinhada ao interacionismo), como certos padrões de uso podem levar à hierarquização na construção das “carreiras morais” de uma população, em sua maioria negra, em situação de rua, e de usuários regulares de *crack*. Assim, a autora mostra como os controles relacionados ao corpo e às identidades são importantes no manejo de suas condutas em relações de sociabilidades e nas relações de mando e comércio locais.

O trabalho monográfico de João Pedro Santiago Neto (2011) tratou de analisar o cotidiano de jovens moradores de um bairro periférico de Fortaleza, onde o comércio e o uso de *crack* se dão em uma praça específica. Santiago Neto (2011) apresentou vívidas relações de comércio, controle e sociabilidades entre, especialmente, jovens, em uma praça situada em um bairro da zona sul de Fortaleza. As suas questões se centravam nas relações de troca em torno do *crack* e nas formas como seus interlocutores, mormente homens, lidavam com sua aquisição, partilha e uso individual ou coletivo. Em seu trabalho, o autor nos alertou para algo que ainda se negligencia nas narrativas que envolvem trabalhos etnográficos em meio a contextos onde os delitos e os crimes são frequentes: o jovem pesquisador expõe como, em momentos nos quais – no mínimo – acompanhava atos considerados ilícitos, sua presença era posta em xeque. Ou seja, em grande medida, para a manutenção de suas permanências em campo, ele partilhava dos riscos dos usuários e outros. O pesquisador revelou momentos em que sua presença foi questionada por colegas ou amigos, que lhe alertavam dos perigos desse modelo de pesquisa, mas ele argumentou que qualquer pesquisador que queira entender “desviantes infratores” deve também...

[...] tomar a decisão moral de infringir ele próprio a lei. Não precisa ser um ‘observador participante’ e cometer os atos desviantes sob estudo (sic), mas tem de testemunhar tais atos ou testemunhar confidências sobre eles e não denunciá-los. Assim, o investigador tem de decidir, quando necessário, que irá “obstruir a justiça” ou ser “cúmplice” antes ou depois do fato, no pleno sentido legal desses termos. (POLSKY, 1998 *apud* SANTIAGO NETO, 2011, p. 35).

Essa é uma faceta da pesquisa etnográfica que ocorre muito frequentemente com as pesquisadoras e pesquisadores que realizam trabalho de campo, buscando garantir, por meio de interações com interlocutores em seus cotidianos, o acesso a informações e a possíveis resultados de profundidade e qualidade descritiva, que, em pesquisas socioepidemiológicas, geralmente aplicadas no formato de *survey*, não se pode alcançar. Trata-se de adentrar o local e o grupo para observar e descrever, e só depois produzir dados e os analisar. Muitas vezes, é essa condição de pesquisa que nos leva a fazer o que Santiago Neto (2011, p. 39) chamou de uma “observação arriscada”.

Assim sendo, muitas vezes, as interações em campo estão imersas em “ilegalismos” (FOUCAULT, 1989, ALCANTARA; VALLE, 2011), fazendo-se necessário compreender a ética em pesquisa específica que essa situação suscita, ou seja, quando se trata de estar junto e interagir com pessoas que vivem nas “fissuras” dos sistemas.

Exige-se de nós, pesquisadores das Ciências Sociais, como já vem sendo debatido (MACRAE; VIDAL, 2006; SARTI; DUARTE, 2013; ALCANTARA, 2009, 2015; ALVES, 2017), uma postura específica e acordos firmados por meio de negociações permanentes, em partilhas de interesses e das ações em campo, e isso também depois da pesquisa realizada, o que – não necessária e unicamente – se dá por meio de um termo assinado, que garante segurança e preservação dos direitos de um sujeito colaborador da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – cindido entre moldes das pesquisas *em seres humanos versus* das pesquisas *com seres humanos* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004) – tem sua importância, por exemplo, para pesquisas que lidam com intervenções ou coletas de partes dos corpos dos sujeitos, em que seu contato com o pesquisador é pontual e quase impessoal. Já na pesquisa *com seres humanos*, concordando com a máxima de Max Weber, interessa mais compreender do que explicar, demandando aprofundamento e tempo para se deslindar o sentido das ações sociais.

Contudo, se, por um lado, há a valorização (e a rentabilidade industrial) dada ao saber científico ancorado na biomedicina, por outro, não se reconhece, e isso mesmo em nível institucional, que as pesquisas que “envolvem ou privilegiam aspectos socioculturais ficam

em descrédito ou pouco valorizadas” (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 646), o que acabaria por minorar a importância destas últimas para os estudos em saúde. Assim, para se obter...

[...] reconhecimento institucional, bons financiamentos e, principalmente, legitimidade na comunidade científica e na sociedade em geral para tratar do assunto, os estudos sobre esse tema devem privilegiar os paradigmas epidemiológicos e clínicos. (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 647).

Ao colocar nestes termos a tensão entre saberes de áreas “distintas”, MacRae e Vidal (2006) questionaram a existência dessa desigualdade mesmo diante da recomendação da OMS que preconiza a realização de pesquisas etnográficas em saúde.

O Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, editado pela American Psychiatric Association (APA), por exemplo, é o modelo usado por clínicos e pesquisadores do mundo todo para estimar a prevalência de dependentes nos levantamentos domiciliares sobre o uso de drogas em países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Brasil (Samhsa, 1996, 1999; Carlini et al., 2001). Ao mesmo tempo em que a Organização Mundial de Saúde recomenda a utilização da abordagem etnográfica para os estudos sobre substâncias psicoativas como aquela que melhor aproxima-se da cena de consumo e dos vários fatores que a compõem (Rootman et al., 1985 apud Romaní, 1999), continua-se a dar mais valor a pesquisas que privilegiam a abordagem da epidemiologia clínica, como aquelas que apresentam a prevalência de dependência na população usando como instrumento diagnóstico nove questões dispostas em um questionário fechado (APA, 1985). (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 646).

Segundo os autores, as pesquisas sociais que têm como foco a questão das drogas deveriam considerar:

(a) os significados atribuídos ao uso e a sua persistência; (b) os distintos usos e as formas de vida correlatos; (c) as expectativas sobre os efeitos do uso dessas substâncias; (d) a identidade social do “usuário”, do “toxicômano”, do “traficante” etc.; (e) o funcionamento do comércio ilegal; (f) o funcionamento das instituições assistenciais, suas práticas e ideologias, e como ajudam a configurar o “problema”. Pela valorização dada ao saber que se diz objetivo e científico ancorado na biomedicina é que o reconhecimento institucional de pesquisas que envolvem e privilegiam aspectos socioculturais ficam em descrédito ou pouco valorizadas. (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 649-650).

Porém, valorizar as pesquisas com métodos qualitativos de captação de informações de maneira geral não é o suficiente, visto que a observação participante pode ser a técnica mais adequada para a coleta destes dados.

Especialmente importante aqui é a observação participante em suas diversas modalidades, o método emblemático da antropologia e o que mais exige interação prolongada e aprofundada entre pesquisador e pesquisado *in situ*. Ao realizá-la, o pesquisador deve, na medida do possível, procurar despojar-se dos signos mais denunciadores de sua alteridade, aprendendo a linguagem e as normas comportamentais vigentes no grupo estudado. Nessa empreitada, ele não só deve voltar sua atenção às concepções e opiniões dos sujeitos (também captáveis em entrevistas), mas contextualizar essas verbalizações em relação aos comportamentos observados. (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 650-651).

Isso se fez possível nesta pesquisa, porém, nem sempre, posto que eu era vista como “tia” por muitos dos adolescentes e jovens que ali circulavam. Isso, por um lado, distanciava-me de momentos em que a conjuminância se dava entre as pessoas daquele local e de uma faixa etária específica, exatamente o que eu não era naquele contexto. Porém, em vários momentos, por expor conhecimentos que muitas das “tias” que estavam facilitando oficinas ou diálogos não traziam, quebrava a distância e me punha como alguém que conhecia sobre o uso de drogas – e, ainda que não partilhássemos os momentos de uso, conversávamos a respeito.

Relatar as diferenças entre o que se vê e se ouve em campo e o que está posto como prática “padrão” em determinado contexto social e histórico é uma estratégia discursiva que pode ser acionada com sucesso por etnografias que abordam temas como sexualidade, uso de substâncias psicoativas, violência etc. Essas não são usadas para tornar exóticas as práticas estudadas, mas, ao contrário, para revelar como estas são passíveis de estigmas, moralidades e preconceitos quando não pensadas criticamente. Diários de campo, registros em áudio e em imagens (quando permitidos) são poderosos aliados nesse propósito.

Além disso, observações ou entrevistas feitas em campo, sob a operação das forças sociais normalmente operantes, são muito mais fidedignas do que as realizadas em situações mais controladas, nos quais os sujeitos pesquisados ficam mais suscetíveis à influência do pesquisador. (BECKER, 1993, p. 68-77 *apud* MACRAE; VIDAL, 2006, p. 651).

A dificuldade introduzida pela Resolução 196/96, instituída pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde,

[...] parece ter sido concebida com o propósito central de proteger os sujeitos envolvidos em pesquisas de natureza biomédica por meio da instituição de uma série de formalidades que as rejam. Mas, devido à costumeira generalização dos valores e padrões da biomedicina para todas as outras disciplinas científicas, essas estipulações foram estendidas a

outras áreas de estudo, como a antropologia, passando a ameaçar a plena utilização de alguns de seus métodos, como a observação participante em inúmeras situações, especialmente entre populações ocultas. (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 652).

Conforme apontei acima, pesquisadoras e pesquisadores da Antropologia Social vêm discutindo, já há bastante tempo, os aspectos éticos das pesquisas que realizam. Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004), representando a ABA no momento, demonstrou a preocupação que a resolução em questão gerou na comunidade antropológica brasileira, pois esta não diferencia pesquisa “com” seres humanos de pesquisa “em” seres humanos. O argumento ressaltado pelos antropólogos foi que o implemento das normativas éticas propostas em vista do tipo de técnica de pesquisa utilizada pela sua disciplina representaria um desrespeito aos sujeitos da pesquisa.

Nas pesquisas em seres humanos, a relação com os sujeitos, objetos das pesquisas, teria como paradigma uma ação de intervenção em que seres humanos seriam colocados na situação de cobaias. Nesse caso, procedimentos como a obtenção de consentimento informado do sujeito da pesquisa seriam exigências legítimas e de maior importância. Já no caso de pesquisa com seres humanos, o sujeito do estudo não é cobaia ou objeto de intervenção e, sim, ator ou sujeito de interlocução. Oliveira também ressalta que, na antropologia e no trabalho de campo antropológico, o próprio objeto de pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou definição do problema pesquisado pelo antropólogo. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004 *apud* MACRAE; VIDAL, 2006, p. 652-653).

Além de Cardoso de Oliveira (2004), podemos mencionar o trabalho de V́ctora *et al.* (2004), e também o de D́boŕa Diniz (2008), que utilizam imagens em suas etnografias e que refinam os argumentos quanto à inadequação dos requisitos postos na Resolução, apontando para uma discrepância epistemoĺgica quanto aos procedimentos em pesquisa.

Na maior parte dos casos, ńo h́a como criar um roteiro antes do trabalho de campo. A antroṕloga inicia as gravações apostando em sua sensibilidade e experíncia etnogŕfica; no entanto, ́ da interáo da ćmera com o grupo que o roteiro vai sendo constrúdo. Diferentemente de outras narrativas visuais, em que o roteiro determina as graváes, no filme etnogŕfico, os participantes reconstŕem continuamente qualquer proposta de pŕ-roteiro. Essa, na verdade, ́ tamb́m a riqueza do ḿtodo etnogŕfico, por isso a resist́ncia dos etńgrafos ao modelo bioḿdico do termo de consentimento livre e esclarecido onde se exige que certas proposíes metodoĺgicas, tais como objetivo e hiṕteses, estejam previamente definidas. (DINIZ, 2008, p. 419).

Cardoso de Oliveira (2004, p. 141 *apud* MACRAE; VIDAL, 2006, p. 653) foi outro pesquisador que apontou nesse sentido:

Os princípios éticos que os antropólogos vêm desenvolvendo ao longo da existência de sua disciplina têm tido como parâmetros fundamentais a tradição de respeito pelas pessoas e pelos grupos humanos, por seus costumes, comportamentos e práticas, pela diferença, pela alteridade.

Levando a campo estas implicações éticas, antropólogas e antropólogos ressaltaram o “risco” inerente ao estudo etnográfico quando se trata de estar junto a pessoas que, de algum modo, infringem leis:

Essa é uma situação frequente na pesquisa entre usuários de drogas quando, por exemplo, se constata atitudes discriminatórias contra membros desse segmento populacional entre entrevistados que são funcionários de instituições públicas oficialmente designados para lhes prestar assistência. (MACRAE; VIDAL, 2006, p. 656).

Alinne Bonetti e Soraya Fleischer (2007), entre outras antropólogas, conseguiram, tangenciando a questão da ética, mostrar como um marcador social de diferença interfere no fazer da pesquisa etnográfica, tendo em vista a permanência destes corpos como marcados por um gênero, e, também, por uma classe social e uma raça/cor, em campos específicos. Em *Entre saias justas e jogos de cintura*, um dos artigos da referida publicação, essas autoras apresentam mais uma nuance desse debate, que ainda há que se desenvolver com as questões levantadas por marcadores sociais específicos.

A última publicação de peso, que vou aqui considerar, centrada no debate sobre ética em pesquisa antropológica data de 2013. Trata-se de uma série de textos organizados por Cynthia Sarti e Luis Fernando Dias Duarte, enquanto participavam da gestão da ABA (2011-2012).

Percebendo a importância e os acirramentos políticos colocados para a Antropologia brasileira, e levando em conta a nova resolução sobre ética em pesquisa, na referida série de textos, Patrice Schuch (2013) alerta nos quanto o risco da “burocratização da ética” quando demanda a assinatura do TCLE para iniciar um contato em uma pesquisa:

Trata-se de investir na ideia em que a ética é diferencialmente produzida em múltiplos domínios da prática antropológica – em sua vida social ativa – o que requer delicadeza na sua discussão e consideração, assim como compreensão da diversidade e situacionalidade dos espaços de sua realização. (SCHUCH, 2013, p. 34).

A autora segue seu argumento classificando...

[...] três domínios em que a ética aparece como espaço de problematizações: 1) o pesquisar/atuar: autorreflexão, responsabilidade e prática política; 2) Antropologia e Multidisciplinaridade: ciência e sua inserção social; 3) a ética como campo de regulamentação: quando dizer não, não basta. (SCHUCH, 2013, p. 36).

Já o trabalho de Taniele Rui (2012) se centrou numa etnografia sobre “nóias” e seus corpos abjetos, em meio a agenciamentos dos mercados ilícitos das drogas e os serviços de saúde dispensados por um Programa de Redução de Danos em Campinas e uma ONG (É de Lei) no centro da cidade de São Paulo. E, mais recentemente, Ygor Delgado Alves (2017) apresentou uma tese sobre esse contexto paulistano de uso e tráfico de *crack* (entre outras drogas) na afamada *Cracolândia*, situada na região central da capital paulista. Taniele Rui (2010) teve a entrada em campo mediada por projetos e programas de saúde destinados aos seus interlocutores. Já Alves (2017) apresenta sua entrada em campo de modo mais radical, envolvendo-se em movimentos de uso de *crack* com seus interlocutores, o que resulta em um tipo de risco para o autor, também em termos legais. Apesar da radicalidade que representa a partilha de riscos junto com seus interlocutores, a vantagem de um estudo como este é o nível de acesso ao campo que se tem.

Nenhum desses trabalhos tem como foco um recorte etário, por exemplo, eles não centram a atenção entre a população jovem periférica. Essa é uma peculiaridade do trabalho que desenvolvi nesta pesquisa doutoral.

1.5 Fio histórico das margens como campo investigativo

Com uma ponta em mãos, ao puxar o fio histórico, destaca-se a especificidade moral dos estudos das margens (e os seus efeitos) ou quando “informantes” e “interlocutores” são identificados pelas próprias Ciências Sociais, expondo cronologicamente essas abordagens, como voltadas a: desviantes, marginalizados e subalternizados.

Inicialmente, a proposta de uma Sociologia do Desvio, ou cujos “objetos de estudos” foram enquadrados como “desviantes”, era encarada com o viés positivista então dominante nas Ciências Sociais e Economia. Pesquisadores, agentes de Estado e agências financiadoras foram responsáveis por se atribuir tal cunho a pesquisas feitas com pessoas que transgrediam normas, legislações e costumes, pois as abordavam em investigações com o fim de tipificar

comportamentos “anormais”, “delinquentes”, “patológicos” etc., enfim, “desviantes” do que se elegia a norma, e, a partir disto, suas práticas se tornaram “comportamentos desviantes” – conceito que se tornou caro à Teoria da Rotulação e seu herdeiros dissidentes, a partir mesmo da Escola de Chicago, berço da etnologia urbana, mas que também teve interpretações rasas e deturpadas por parte de alguns pesquisadores.

Posteriormente a esse período positivista, dissidentes desta linha avançaram para a posição epistemológica que ficou conhecida como corrente de pensamento Interacionista. A própria Teoria da Rotulação fora renomeada por Howard Becker (2008, p. 182), insatisfeito pelo modo pouco crítico com o qual seu pensamento havia sido reapropriado, sugerindo em contraponto a Teoria Interacionista do Desvio. Nesta, ao observar as combinações e conexões de comportamentos por meio da lógica dos conflitos e sociabilidades, o “desvio” se tornaria interessante para “maior compreensão de coisas antes obscuras” (BECKER, 2008, p. 182).

Nesse sentido, “ajustamento” seria a interpretação sobre como os modos de ação em conjunto ocorrem, como comenta Becker (2008, p. 183):

As pessoas agem, como principalmente Mead e Blumer¹⁴ deixaram claro, *juntas*. Elas fazem o que fazem com o olho no que outras fizeram, estão fazendo e podem fazer no futuro. Uma pessoa tenta adequar sua própria linha de ação às de outras, assim como cada uma delas ajusta suas próprias ações em desenvolvimento ao que vê outros fazendo e esperam que façam. O resultado de todo esse ajustamento e acomodação pode ser chamado de ação coletiva, especialmente se tivermos em mente que o termo cobre mais que apenas um acordo coletivo consciente para, digamos, entrar em greve, estendendo-se também a participar de uma aula na escola, fazer uma refeição juntos, ou atravessar a rua – cada uma destas coisas vista como algo feito por uma grande quantidade de pessoas juntas.

Nesse mesmo sentido, interpreto que há também um amadurecimento da Teoria da Ação Coletiva, a partir de certa horizontalização moral e ordinária entre o “nós” e o “eles”, demonstrando quão próximos das/os informantes, em muitos aspectos, estavam os próprios pesquisadores. Os universos explorados nas pesquisas eram as suas próprias cidades, as suas redes de relações, e projetos com os quais simpatizavam ou tinham oportunidade de estudar, imiscuindo a subjetividade das/dos pesquisadoras/es. E aqui rendo certa responsabilidade a ícones nesse campo: a Howard Becker, William Foote Whyte, Erving Goffman, Anselm Strauss; e, mais recentemente, no Brasil, a Gilberto Velho, Edward MacRae, Júlio Simões e Guilherme do Valle, cujas etnografias urbanas se situam junto aos estudos em Antropologia

¹⁴ Howard Becker (2008) cita as obras clássicas do interacionismo simbólico *Mind, Self and Society* (1934), de G. H. Mead, e *The Methodological Position of Symbolic Interactionism* (1962), de H. G. Blumer.

do Poder (e dos movimentos sociais), Antropologia do Corpo e Antropologia da Saúde, ou seja, aqueles estudos em que o corpo, a moral e a identidade estavam em questão.

Diante do modo de interagir entre grupos e redes de interlocuções (que é parte de suas estratégias de pesquisa), parecem ter levado em conta interesses, riscos e danos sob os quais, tanto seus interlocutores, como eles mesmos, estariam submetidos, enquanto pesquisadores imersos no momento da coleta de dados, assim como no momento em que se tornam autores de textos acadêmicos e científicos, refletindo sobre os efeitos de seus escritos para o futuro (tanto próximo, como distante) dos grupos com os quais estiveram em contato.

Em comum com aqueles clássicos, nesse deslindar orgânico da área de conhecimento antropológico e sociológico, está o ato de ainda se realizar pesquisas a partir do interesse de conhecer e compreender populações ou práticas estigmatizadas, e divulgar resultados como uma marcação de estigma, que passa a ser também uma das facetas a compor as ações deste sujeito no mundo social no qual está inserido mais imediatamente. A construção da noção de identidade e diferença em termos de diversidade de papéis sociais e da diversidade de ações dentro desses papéis foi outro passo importante, em termos metodológicos e teóricos, para as Ciências Sociais.

Caras à prática antropológica, e desafiadoras do fazer etnográfico contemporâneo, são as pesquisas realizadas “com” as/os interlocutoras/es, em que operacionalizar ferramentas, técnicas e gerar produtos coletivos também entram na lógica do que pode ser entendido como produção de dados, em uma ética das trocas, nas pesquisas com seres humanos.

Trabalhos realizados entre pesquisadores e populações tradicionais como é o caso do estudo realizado com as quebradeiras de coco babaçu, discutindo identidade e mobilização entre trabalhadoras rurais, então, realizado “com” Alfredo Wagner (1995), ilustram bem essa nova tendência. Em trabalhos posteriores, esse pesquisador desenvolveu, a partir da própria noção de “etnografia”, um conceito de mapa intercultural, que representaria as “cartografias sociais” locais, feitas a partir dos saberes locais pelas/os próprias/os trabalhadoras/es rurais, treinadas/os por pesquisadoras/es, e com apoio de *software* e aparelhos eletrônicos de GPS.

O resultado do trabalho dessas pessoas em paralelo aos trabalhos de acadêmicos se reverte, entre outras coisas, em instrumentos para disputas discursivas, políticas e jurídicas frente ao que é assegurado ou negado como direito das populações tradicionais, para além, é claro, de poder constituir um produto acadêmico e científico com traços de registro histórico, geopolítico e socioeconômico contextual.

Outra experiência de pesquisa e vídeo etnográfico reconhecida é o projeto Vídeo nas Aldeias. De início, patrocinado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o projeto teve

como idealizadores e executores os antropólogos (e cineastas) Dominique Gallois e Vincent Carelli. A proposta consistiu em circular com equipamentos de exibição (TVs) e de registro (gravadores e câmeras fotográficas e filmográficas) por vários territórios de Povos Indígenas do Brasil, exibindo e registrando os seus vídeos, e, com isso, aprofundando o conhecimento entre os próprios Povos a partir de registros em audiovisual. Este encontro dos indígenas com sua imagem e com as imagens dos outros Povos lhes proporcionou momentos informativos, lúdicos e reflexivos, e também criativos, em que eles puderam rever a imagem que fazem de si próprios e colocar a documentação do acervo a serviço de seus próprios projetos culturais, à medida que os indígenas passaram também a idealizar, produzir e editar os próprios filmes (GALLOIS; CARELLI, 1992). Já firmado há cerca de trinta e cinco anos, esse é um trabalho que, pode-se dizer, envolve engajamento.

Até o ano de 2016, a ONG Vídeo nas Aldeias (VNA) funcionou em Olinda – PE, e permaneceu realizando “filmes sobre a questão indígena em parceria com as comunidades, além de promover oficinas nas aldeias para formar cineastas indígenas” (LIMA, 2018). O projeto objetivava não somente apresentar os vídeos feitos com indígenas, nos encontros ou festas, em rituais e demonstrações de suas técnicas e tradições, ou de apresentações de grupos indígenas feitas para “os brancos”, como compartilhamento em um espaço coletivo comum, mas promover a aproximação, e, por conseguinte, a diferenciação entre os Povos Indígenas, e que se reconhecessem em sua diversidade. Além disso, o foco está em trazer a perspectiva dos próprios indígenas sobre suas culturas, realizando obras de audiovisual com recortes que lhes fizessem sentido e gerassem instrumentos lógicos e respondentes aos interesses políticos e territoriais do grupo. Os filmes realizados pelos cineastas indígenas são também resultados esperados de um projeto etnográfico, cuja restituição aos grupos contatados é feita não apenas em forma de exibição das imagens capturadas e editadas por antropólogos/os, mas ultrapassa o ponto de vista do “não branco” ao gerar recursos materiais e imateriais de produção e edição pelos próprios indígenas, possibilitando também seguirem os seus próprios roteiros.

No mesmo sentido, podemos mencionar os trabalhos de alguns pesquisadoras/es da UFBA: Marcelo Andrade (2009) desenvolveu, por meio de uma pesquisa-ação, atividades de RD em festas e festivais de música eletrônica; Luana Malheiro (2018) fez um trabalho com mulheres em situação de rua, que se fortaleceram na fundação de uma rede, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA); e, findando esses exemplos, Ygor Alves (2017) desenvolveu com um interlocutor de pesquisa um livro guia sobre uma ação entendida como de RD, envolvendo o uso do esporte e o fortalecimento da noção de disciplina para as pessoas que usavam *crack* no centro de São Paulo. Estas abordagens e atuações como antropólogos

que se posicionam para além da pesquisa e vão para a ação são suas formas de engajamento – assim como movimentos políticos ou projetos desenvolvidos a partir da lógica do respeito em âmbito público.

Neste contexto, a produção de audiovisual com e por parte de indígenas no Brasil (GALLOIS; CARELLI, 1992), as cartografias sociais feitas junto às quebradeiras de coco babaçu (ALMEIDA, 1995), projetos e redes erigidos por grupos que buscavam garantias de direitos para a população LGBTs (MACRAE, 1990; VALLE, 2002) e as ações de cuidado e de RD em contextos de uso de substâncias psicoativas (ANDRADE, 2009; ALVES, 2017, MALHEIRO, 2018) são alguns dos exemplos de como vem se dando esse tipo de pesquisa.

Essas mudanças vêm com a assunção das trocas em campo, mediadas por discursos, práticas e por posicionamentos de forças que perpassam desde anteparos de poder iminentes, como evitar a truculência das forças policiais em determinado momento, por exemplo, e seus “retornos” com materiais precários que pretendem alertar para as práticas de cuidado com o corpo ao se utilizar drogas, mas que refletem falas, atos ou gírias que comunicam entre grupos de jovens em uma cidade seus hábitos ou crenças ligados ao consumo de drogas, sexualidade e direitos, passando por lanches, livros e cervejas ou vinhos compartilhados, até se chegar a textos e produções de oficinas e atos em conjunto.

Um possível cálculo dos fatores de interação no tipo de pesquisa que desenvolvi inclui desde o tempo investido na companhia de alguém, com quem se pode falar sobre algo que poucas pessoas se dispõem a ouvir ou a conversar sobre, passando pelo interesse em uma interlocução prazerosa, em que ser ouvido e ter sua própria versão da história registrada em um trabalho acadêmico que lhes fazia algum sentido tinha valor – ou gerava valor para aquele momento de diálogo em campo, ou resultavam de retorno no trato das sociabilidades, num cálculo não muito preciso, em que “capital social e simbólico” (BOURDIEU, 2007) entram em jogo, tal como partes do que se dispõe como sendo valores –, até o lanche compartilhado no momento da conversa – que pode ser contabilizado como troca, ainda que precária, pois significava uma troca que, se não gerava dados, gerava algum tipo de aliança.

Para pesquisadores da área, há a expectativa de que, a partir dos dados analisados, novas perspectivas críticas se abram à compreensão de fenômenos ainda em disputa, o que modifica o modo como poderão ser registrados. E por esse cuidado com os dados e pela sua natureza, a OMS (2017) recomenda e fortalece a Antropologia brasileira e as suas pesquisas qualitativas no âmbito da saúde, e o faz justamente ressaltando que as pesquisas sejam feitas utilizando aportes das Ciências Sociais – o que ainda têm provocado uma série de tensões e

conflitos entre áreas, em termos de prevalência e relevância das metodologias nesse campo interdisciplinar e em disputa das pesquisas em saúde.

1.6 Uma versão para a história da pesquisa

Para a elaboração desta tese, o espaço do Cuca Jangurussu e dos seus arredores foram o campo primordial para realizar a pesquisa entre jovens e educadores sociais, alguns destes também jovens. A escolha desse território não foi simples, tendo em vista que o projeto inicial com o qual me candidatei ao curso de pós-graduação fora deslocado, devido ao modo como as pesquisas em Ciências Sociais entram em diálogo com os espaços de saúde (ligados ao Sistema Único de Saúde). Refiro-me aqui às chancelas de comitês de ética que pouco prezam pelas peculiaridades de pesquisas com viés antropológico.

Ainda em 2015, houve um período de greve na UFBA, e, sem aulas e com poucas atividades na faculdade, voltei para Fortaleza já sabendo que o Projeto de Redução de Danos (RD) no Cuca¹⁵ se iniciava. Comecei a negociar minha presença em campo junto a diretora da Diretoria de Promoção de Direitos Humanos (DPDH) da Rede Cuca, Isis. Esta diretora da DDPH, afeita a pesquisas qualitativas, reconhecia a importância das pesquisas etnográficas. Curiosa sobre a forma de as realizar, tinha interesse em resultados sobre aquele caso. Sua inserção entre gestores de políticas ligadas à juventude permitia entender que era necessário conhecer melhor como se davam as ações de RD no contexto dos bairros de periferia. De algum modo, fui privilegiada com a sua anuência sem exigências formais, o que facilitou minha entrada em contato com os serviços do Cuca e com as pessoas que atuavam no Projeto de Redução de Danos deste equipamento.

Meses após eu ter entrado em campo e começado a atuar como integrante do Nuced, Isis foi afastada do cargo no Cuca para assumir outra função de gestão, em outro município. Alguns ajustes foram feitos diante da inviabilização material/operacional do projeto de RD desenvolvido por coletivos de ativistas na pauta da legalização das substâncias psicoativas ilícitas (Plantando Informação¹⁶) e por redutores de danos que atuavam em festas de música eletrônica (Coletivo BalanCeará¹⁷), que se iniciaram ainda em 2015. Segundo a diretora da

¹⁵ Ver Anexo F.

¹⁶ Coletivo local que há doze anos leva à frente a realização da Marcha da Maconha.

¹⁷ Trata-se de um desdobramento do coletivo Balance, este que iniciou suas ações em Salvador e no interior da Bahia em festas e festivais de música eletrônica. No Ceará, em 2019, o BalanCeará completou dez anos de atividades em festas de música eletrônica. O coletivo era composto, em sua maioria, por jovens da chamada cena eletrônica da cidade.

DPDH, o núcleo gestor do Instituto Cuca não via com bons olhos ações daquele tipo dentro de um equipamento dedicado à política pública de juventude, sendo que a moralização das práticas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas era um dos motivos alegados. Ainda naquele momento, em um dos grupos de WhatsApp que a diretora participava, fora enviado um áudio, cujo conteúdo, proferido por um policial, falava que o Cuca era um espaço onde jovens drogados e traficantes frequentavam, e que a gestão do equipamento não agia para tirá-los de lá. Concluiu-se que atividades com o foco em RD não teriam financiamento e nem apoio da presidência, porém, o projeto já havia sido encaminhado formalmente, e um orçamento era pleiteado para que insumos, materiais e atividades fossem realizados.

Ainda que aquele público fosse entendido por parte daqueles funcionários como uma parcela importante dos jovens, e que deveriam ser atendidos por esse equipamento da política pública de juventude da região, aquele policial, assim como alguns moradores do Jangurussu – pude acompanhar narrativas sobre essa percepção em uma reunião organizada no Cuca, e em que se discutiu o uso do espaço do anfiteatro do Cuca em eventos como *Rolezinho* ou *Cuca Roots* (evento de *reggae* organizado por jovens da região) – entendiam que a presença de jovens que usavam drogas, especialmente maconha, fazia com que o ambiente não fosse visto como ordeiro e saudável.

Em contraposição a isso, havia um alinhamento interno entre pessoas da equipe de Direitos Humanos, em especial, os educadores sociais, que defendiam que as atividades de RD ajudavam no vínculo com um determinado público de jovens. Tal vínculo se estabelecia justamente por trabalharem questões que para eles poderiam fazer sentido, corresponder às suas práticas cotidianas de uso de substâncias ilícitas, como “cigarros”, “rocha”¹⁸, “ripinol”¹⁹, maconha, cocaína/pó, “lorena”²⁰ – esta última usada, especialmente, em dias de festa no anfiteatro do Cuca.

A posição que ocupei como pesquisadora, ativista e redutora de danos, tendo em vista a atuação que desenvolvi nos últimos 10 anos junto a outras/os ativistas nessa cidade, e aos profissionais dos serviços de saúde, educação e assistência social, fez com que me juntasse ao Núcleo de Estudos sobre Drogas (NuCED) da Universidade Federal do Ceará, e com que

¹⁸ Nome comercial acionado nas ruas para designar o composto benzodiazepínico cujo laboratório produtor é a Roche. Na prensagem do medicamento o nome ROCHE fica marcado no comprimido. Ao que parece, a identificação do produto na venda fracionada se tornou o que nele está impresso e, na rua, ficou traduzida e conhecida como a “rocha”. Segundo dados coletados pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) e publicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Rivotril liderava a lista dos 5 medicamentos controlados mais vendidos no Brasil. (ANVISA, 2013).

¹⁹ Assim como a “rocha” também é fabricado pelo laboratório da Roche, esse foi o nome que ganhou o fármaco Rohypnol® na venda em varejo.

²⁰ Nome dado na venda em varejo ao antirrespingo de solda.

viessesse trabalhar em suas ações, desempenhando papel de pesquisadora e apoiadora das atividades de extensão universitária junto aos integrantes e professores – criando um canal formal de entrada no campo.

2 O CUCA – CENTRO URBANO DE CULTURA, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

O Cuca, principal território desta pesquisa, surgiu como proposta de ação local no âmbito da política municipal de juventude em 2007. A equipe que elaborou o seu projeto inicial foi composta por cientistas sociais (alguns, professores de universidades públicas no Ceará), comunicadores, outros sociólogos e ativistas políticos ligados à área de políticas de juventude na gestão da prefeitura municipal de Fortaleza. O documento que guiou o projeto foi nomeado “Cuca – Concepção e Desenvolvimento – Proposta para Análise”. Tive acesso à segunda versão desse documento, que definiu os Cuca como:

[...] equipamentos estratégicos da política da juventude que buscam consolidar um sistema integrado de programas de atenção a jovens, promovendo alternativas para o seu desenvolvimento econômico e sua inclusão social, contribuindo para reduzir as brechas de renda, gênero e socioculturais da população do município. (FORTALEZA, 2007).

Gerido como uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, de caráter organizacional, assistencial, esportivo, recreativo, educacional e cultural, sem cunho político ou partidário, é qualificada como Organização Social (Decreto Municipal 12.587/2009). O Cuca era mantido pela Prefeitura de Fortaleza, com recursos da Secretaria de Juventude, e gerido pelo Instituto Cuca, contando com o apoio de instituições públicas e privadas (Governo do Estado do Ceará, Centro Cultural Banco do Nordeste, M. Dias Branco e Refri, SESC/SENAC). O equipamento atende “prioritariamente jovens entre 15 e 29 anos oferecendo cursos de formação e esporte, além de atividades de difusão cultural, abertas ao público de todas as idades”. (Programação Gratuita – Rede Cuca – Jangurussu – SET/2015 – Anexo B).

Em 2015, o organograma do equipamento estava distribuído da seguinte forma: as diretorias executivas das áreas de Educação, de Promoção de Direitos Humanos e de Difusão e Programação do Instituto Cuca estariam responsáveis por gerenciar as demais diretorias operacionais de cada unidade. Até fevereiro de 2020, havia três unidades do Cuca na cidade, situadas na Barra do Ceará, no Jangurussu e no Mondubim. O horário de funcionamento dos Cucas vai de terça a sábado, das 9h às 21h, e aos domingos, das 14h às 18h. Cada Cuca conta com as suas próprias diretorias de Educação, de Promoção de Direitos Humanos e de Difusão e Programação, e estas são responsáveis por programas específicos²¹.

²¹ Para maiores detalhes sobre o tipo de atividade e a forma como são organizadas, consultar Anexo B.

A primeira unidade posta em funcionamento, no ano de 2009, foi a do Cuca Barra, anteriormente nomeado, na gestão municipal à época, Cuca Che Guevara, tendo estampado em um dos muros externos uma imagem do rosto do guerrilheiro.

Em 10 de setembro de 2009, foi inaugurado o primeiro Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza, Cuca Che Guevara. Solicitado pela população jovem da cidade nas assembleias do Orçamento Participativo (OP) em 2006, o equipamento está situado na Barra do Ceará, onde funcionava o antigo Clube de Regata. (SANTOS, 2014).

Outras duas unidades Cuca foram inauguradas no final da gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), porém, inicialmente, com capacidade operacional reduzida, devido a parte das obras ainda estarem em andamento, comprometendo a contratação de pessoal. O Cuca Barra contava com uma estrutura robusta e variada: anfiteatro, ginásio poliesportivo, piscina semiolímpica, pista de esquite, salas de artes plásticas, multimídias, laboratório de fotografia, espaço para exposições artísticas, sala rádio, além de sala de cinema e um teatro. O Cuca Jangurussu não tinha, até o momento de minhas visitas ao campo, seu teatro pronto, mas o restante da estrutura era similar à do Cuca Barra. Quando alguma apresentação teatral ocorria no equipamento, improvisava-se, em frente ao local em que estava sendo construído o teatro, uma espécie de palco, com cadeiras plásticas na plateia, ou se utilizava o anfiteatro.

Vemos, assim, que há algumas variações entre os equipamentos e, também, seus usos, mesmo havendo um planejamento global para a Rede Cuca, centralizada em sua programação mensal, difundida e distribuída em larga tiragem (10.000 unidades por Cuca). A tentativa de padronizar seu conjunto arquitetônico e as atividades e os cursos ofertados é complexa, pois suas histórias, suas equipes e seus públicos são distintos, produzindo, portanto, fenômenos sociais diferentes, que merecem ser observados em suas peculiaridades – expressas tanto nas narrativas, quanto nas histórias de vida dos moradores da região pesquisada.

Os registros de lutas e de conflitos nos territórios onde os Cucas estão situados foram fatores e, nos termos do projeto que sustenta o empreendimento, indicadores utilizados como critérios para as suas implantações. A chegada dos Cucas gerou efeitos peculiares dentro dos territórios. Alguns desses efeitos foram observados e analisados, no caso desta pesquisa, com o foco na execução da política nacional de drogas, na interface com a política nacional para juventudes, por meio do acompanhamento de meus interlocutores. E, conforme foi apontado no texto do projeto apresentado pela Diretoria de Promoção de Direitos Humanos ao Instituto Cuca, o equipamento...

[...] tem o propósito de promover a inclusão sociocultural e econômica dos jovens da cidade através de ações capazes de reduzir os níveis de vulnerabilidade dessa população fortalecendo a rede de proteção social e promoção dos direitos da juventude. Os Cucas (Cuca Barra, Cuca Jangurussu e Cuca Mondubim) são extremamente atrativos para o público jovem, a diversificada programação nas áreas de cultura, arte e esporte, a qualidade da infra-estrutura com uma amplitude de espaços com diversas funcionalidades (quadra de areia, ginásio, teatro, cinema, sala de artes cênicas, estúdio, de vídeo, fotografia, rádio-escola) transformam os equipamentos em potentes ferramentas de redução de danos e proteção social da juventude. Destacamos a atuação dos equipamentos como espaços de promoção da saúde e prevenção ao uso problemático de drogas (Anexo F, 2014).

2.1 Cuca Jangurussu em ação

Conforme citado anteriormente, um caso apresentado como de “difícil condução”, e uma das preocupações de gestores e educadores sociais dos equipamentos Cuca da Barra e do Jangurussu, dizia respeito ao uso por crianças e jovens de uma substância tóxica inalante tida como relativamente nova para aquele contexto. O “antirrespingo de solda”²² ou “lorena” (terminologia êmica) é uma substância volátil, que tem efeito inicial euforizante e em seguida depressor. Pelo que me foi narrado, a sensação provocada se aproxima do “cheirinho da loló”. É comercializada oficialmente sem grandes restrições pela ANVISA, tendo em vista que está disponível à venda em várias lojas especializadas e em *sites* de *e-commerce*. É utilizada pela indústria de máquinas e metais, de modo oficial, mas adquiriu um contra-uso em ambientes festivos ou de lazer em Fortaleza, desde o final de 2014, conforme relatos.

Os meninos chegam aqui [anfiteatro] com a garrafinha de desodorante cheia [de antirrespingo de solda]... sacudindo na mão... mostrando que estão vendendo. Aí as doses são vendidas a R\$ 2,00 cada e distribuídas em doses nas latas de refrigerantes ou garrafas plásticas vazias conseguidas pelos meninos. Aí quem compra volta pra onde tá a turminha e eles ficam ali cheirando. A gente se preocupa, né! Porque tem os degraus do anfiteatro e

²² Antirrespingo de solda formulado com material ativo, a base de dispersantes, emulsificantes e isento de boro e silicone, com grande poder de proteção para o metal ferroso. Sua composição química é inovadora, pois é, solúvel em água, e de fácil remoção. Desenvolvido para usar puro, sua principal característica, é, evitar a soldagem ou a aderência das partículas de respingo incandescente de ferro derretido, ao lado do cordão de solda. Antirrespingo de solda desenvolvido para substituir com grandes vantagens os compostos comuns a base de silicone e atender um mercado que exige um antirrespingo com alta rentabilidade e consequentemente baixo custo. Devido sua baixa viscosidade o antirrespingo (AL-2069 ASP) é um produto desenvolvido para ser aplicado com gatilho diminuindo o tempo de trabalho. Sua formulação especial, permite que as peças recebam pintura, não atrapalhando na aderência da tinta. Não afeta a qualidade e resistência das soldas, pois o produto é destruído pela alta temperatura. Solúvel em água, diminui e melhora o trabalho na produção das peças em processo, além de eliminar o retrabalho de remoção do respingo com lixadeira ou os riscos por acidentes com fogo ou intoxicação por inalação do operador. (Disponível em: <http://www.antirespingodesolda.com.br/2069asp.htm>. Acesso em: 29 mar. 2020).

sei lá... pode acontecer algum acidente, ficar tonto, cair. Teve um menino que chegou a desmaiar aqui no Cuca. (Educador Social, Cuca Jangurussu).

Os anfiteatros são espaços utilizados pelos Cucas, mas, oficialmente, não estão sob a gestão direta de cada equipamento, são públicos, e ficam externos ao gradeado que margeia os Centros, porém, compõem o complexo arquitetônico pensado para as atividades culturais, artísticas, científicas, de comunicação e esportes. Nesse momento, em que fui visitar o Cuca Jangurussu, acontecia, às sextas-feiras, uma festa local chamada “Rolezinho”. Um tipo de atividade festiva cuja organização não era de responsabilidade do Cuca, mas, como o espaço abria agenda para a possibilidade de utilização pelos moradores da região, e com demandas próprias, um trio de rapazes – dois bem jovens e um mais velho – negociaram com a Diretoria de Difusão e Programação a disponibilidade do espaço próximo à piscina e à quadra coberta para realizar a festa. Os convites aos jovens para participar das festas eram feitos, em grande medida, por meio de mídias sociais (tais como Facebook e Instagram) ou em seus grupos nos aplicativos de mensagens (como WhatsApp e Telegram).

Essas festas, que tocavam basicamente “funk proibidão”²³, de início, ocorriam dentro do espaço oficialmente gerido pelo Cuca, e atraíam centenas de pessoas, com idades variadas, desde pré-adolescentes até adultos. Um dos lemas da festa era “buscar a paz”. Esse discurso, proferido pelos *Top Brothers* (jovens rapazes organizadores do *Rolezinho*), tinha a ver com o contexto extremamente violento que bairros como o Jangurussu e aqueles de seu entorno vivenciavam. Segundo uma das pedagogas vinculadas ao Cuca à época, a maior incidência e o registro de crimes graves, como mortes violentas, dava-se aos finais de semana. Em média, contabilizava-se de 3 a 5 jovens assassinados, a cada final de semana, no território da Grande Messejana²⁴, regional administrativa que incluía o Jangurussu. Não posso precisar aqui quais foram os efeitos ou resultados do *Rolezinho*, pois isso escaparia ao alcance e ao escopo desta pesquisa, mas posso afirmar que seu intuito inicial era de dissolução de conflitos e promoção dos vínculos por meio da festa e do lazer – muito embora, às vezes, este encontro acirrasse as rixas entre facções e grupos territorialmente rivais.

²³ Estilo musical cujo teor das letras exploram a sensualidade e a sexualidade de modo intenso. Assim como o sentido atribuído as letras, as danças, nas festas onde essas músicas, tocam também são altamente sensuais e, por vezes, sexualmente explícitas. O rebolar sensual dos quadris, como se imitasse uma relação sexual, é comum e valorizado tanto pelas meninas como pelos meninos, nem todos com trejeitos femininos. Não posso falar com maiores detalhes sobre sua orientação sexual, pois, com esse público que frequentava essas festas, não consegui aproximação suficiente para conversar sobre assuntos mais delicados, como sexualidade, e nem sobre o uso de psicoativos.

²⁴ Ver Anexo C – Mapa de Fortaleza dividido em Regionais Administrativas em 2012 – a área chamada de Grande Messejana coincide com a SER VI.

A diretora de promoção de Direitos Humanos, durante uma reunião de planejamento para encaminhar o projeto Drogas e Juventude, falou que acreditava ser aquele evento como um momento de diluição de conflitos, tendo em vista que o Cuca tem sido reconhecido, pelos jovens que frequentam e pela própria comunidade que o rodeia, como um espaço “neutro”. Pois as forças conflituosas locais, organizadas em torno do tráfico de drogas, que fracionam o território e retaliam (de modo fatal, em alguns casos) quem descumpre os pactos tácitos de circulação (entre residentes, de um bairro a outro) não se manifestavam de forma segregadora nos Cucas. A diretora de promoção de DH dizia que os meninos que usavam a blusa do Cuca tinham passagem liberada entre bairros que estavam em conflito.

No *Rolezinho*, entre os jovens mais novos, parecia haver certa lascívia no modo de dançar e de se portar próximos às caixas de som. A música era acionada num computador, ligado a autofalantes, por um dos *Top Brothers*. Por vezes, celulares eram conectados como fonte de músicas do baile. Como se ali fosse um tipo de palco para suas performances naquele contexto. Alguns jovens ficavam mais às laterais dessas “arenas” e observavam os dançantes, paqueravam, ouviam a música, conversavam entre si, e alguns também cheiravam “lorena”, consumiam bebidas alcoólicas, fumavam cigarro e, uns poucos, fumavam maconha. O cheiro que senti dos baseados que vi queimando, e passando de mão em mão, pareciam de *Cannabis* “prensada”²⁵, e de baixa qualidade. Vi cigarros enrolados em folhas de caderno circulando pelas rodas, que se formavam entre um degrau e outro do anfiteatro. As garrafas de cachaça, de marcas como “Ypióca” e “51”, eram comuns entre eles/as. Essas bebidas eram vendidas e consumidas em suas garrafas (com 1 litro) de vidro ou num “celular” (garrafa plástica de ½ litro), e alguns utilizavam copos plásticos descartáveis para se servirem individualmente. Percebi que cigarros de tabaco eram compartilhados por duplas ou grupinhos de três pessoas. Até aquele momento em campo, não havia chegado a testemunhar o uso de *crack* nos Cucas, e nem registrado relatos de consumo dessa droga ou de cocaína. Um grupo de jovens e um dos educadores sociais chegaram a comentar sobre o uso de selos de LSD ou em “gota”, e de MDMA, mas não os vi fazendo uso destas drogas e nem sob seu efeito, ou pelo menos não aparentemente, ou que se declarassem “adocicados”, “acidados” ou “fritos”. Ao que pude me

²⁵ Existem tipos e termos para se referir ao acondicionamento feito para conservação e distribuição de maconha, e isso pode interferir na composição e avaliação de qualidade pelos usuários. Esta avaliação pode ser emitida conflitivamente ou consensuada entre usuários/as e consumidoras/es. Com dados de pesquisa gerado a partir de termos êmicos, encontramos, entre meus interlocutores, as seguintes categorias: “maconha solta/natural”, “maconha prensada”, “maconha imprensada”, “*skunk*”, “hidropônica”, “haxi/haxixi” etc. – são alguns termos compartilhados. Certas categorias tem maior alcance territorial, outros são compreendidos em menor escala, quando acionados em conversas. Além das drogas (lícitas ou ilícitas, que percebi circular pelo *Rolezinho*), pretendi averiguar quais termos e modos de valoração eram dados, e quais emergem em maior proporção de uso e número de falas.

informar, esse tipo de uso ocorria mais nas festas de música eletrônica que frequentavam fora “dazáreas”.

Em comentários de acesso mais restrito, pude perceber que as diretorias de Educação e de Direitos Humanos entraram em embates por discordarem, em certa medida, sobre como esse evento poderia repercutir na imagem que fazia ou na compreensão que tinha a população sobre o equipamento e os seus jovens em formação. É importante deixar claro que boa parte dos participantes do “*Rolezinho*”, de seus organizadores até o público das festas, não eram jovens matriculados em cursos ou não se vinculavam a atividades esportivas ou formativas promovidas pelo Cuca – e esta foi uma fala que se fez recorrente em algumas reuniões que pude estar presente.

Uma questão interessante a se observar na comunicação entre as equipes, educadores sociais, técnicos do Cuca e jovens atendidos é a dos tipos de atribuição identitária lançados sobre as diferentes formas de ocupar esse equipamento. A noção de vínculo se faz presente aí e parece um marcador importante para discutir a forma como cada atividade que interfere naqueles espaços é avaliada e ganha aval por parte das equipes de gestão.

Nesse caso, a discussão se dava em torno da questão de se utilizarem da aproximação com esses jovens não-vinculados, mas que são público-alvo do Cuca, para provocar a difusão das programações do equipamento e promover a vinculação desses jovens às suas atividades centrais. A diretora de promoção de Direitos Humanos acionou esse argumento como forma de dialogar com os objetivos da gestão, e, ao mesmo tempo, de tencionar a imagem do jovem “desvinculado” produzida pela Diretoria de Educação.

E, nesse contexto, a DPDH apresentou para a Secretaria de Juventude de Fortaleza um projeto que visava implementar ações de RD nos Cucas, contando com o apoio de dois coletivos de jovens, o Plantando Informação, coletivo que movimenta a Marcha da Maconha em Fortaleza e que trabalha com uma proposta política de legalização de todas as substâncias psicoativas ilícitas, e o Coletivo BalanCeará, que atua, principalmente, em festas de música eletrônica, na capital Fortaleza ou cidades próximas, onde ocorrem as festas *rave*. Apresento, em anexo, o projeto e os relatos registrados²⁶ pela DPDH sobre os passos dados por redutores de danos junto ao Cuca Jangurussu.

²⁶ Verificar Anexo F.

2.2 Entrada em campo: uma pesquisa etnográfica envolvendo substâncias psicoativas e instituições públicas

Meu envolvimento acadêmico e político com pesquisas e ações de RD junto a pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas vem desde 2001, e é algo que me perfaz enquanto sujeita neste campo acadêmico e social. Quando fiz um curso de formação para me tornar redutora de danos pela CASA/ACERD (Centro de Assessoria à Adolescência / Associação Cearense de Redução de Danos), em meados de 2002, fui levada a me encontrar no “mundo das drogas”. E, desde então, faço parte de uma rede de pesquisadores e ativistas (nos níveis local e nacional) que trocam informações pautadas na perspectiva não proibicionista sobre a política de drogas, e, com isto, partilhamos nossas ações e achados em pesquisa.

Em maio de 2015, estive em contato com um grupo de amigos, atuantes no momento como gestores locais e ativistas em Direitos Humanos, Antiproibicionistas e vinculados à Luta Antimanicomial. Nesses encontros, discutíamos ações que poderiam ser desenvolvidas em equipamentos da rede municipal de saúde e cultura, com suporte inicial para o projeto e acompanhamento dado por nós, mas contando com apoio de outros pontos da rede de suporte em saúde mental, como: o Centro Regional de Referência da Universidade Estadual do Ceará (CRR-UECE), ligado ao Núcleo de Pesquisas Sociais (NUPES-UECE) desta Universidade; a Coordenadoria Especial de Políticas Sobre Drogas (CPDrogas-PMF) [que tem o *status* de uma Secretaria Municipal], e a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra-PMF) da Prefeitura Municipal de Fortaleza; e equipes de abordagem de rua; e outras possíveis parcerias. A perspectiva de construção de elos com a rede pública, para dar suporte ao trabalho com pessoas que usavam drogas, era algo que nos motivava.

Em seguida, mobilizamo-nos em movimentos que resistiram, naquele momento em Fortaleza (CE), à investida de forças conservadoras nas representações políticas nacionais. Estava acontecendo uma guinada nos rumos da política de saúde mental, em uma articulação entre os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Justiça – o que se confirma, por exemplo, com o médico psiquiatra Valencius Wurch tendo assumido a Secretaria de Saúde Mental, cujas inclinações, tal qual relatadas pelos movimentos sociais, tendiam a fomentar uma política de saúde mental que privilegiava a clausura manicomial e fortalecia as pautas proibicionistas.

Os meus primeiros interlocutores foram: três psicólogas, uma das quais ocupava o cargo de diretora de promoção de Direitos Humanos da Rede Cuca, outra o cargo de gerente de saúde mental do município há aproximadamente 18 meses, e outra que trabalhou na Escola

de Saúde Pública do Ceará entre 2010 e 2014, período em que cursou seu mestrado em Saúde Coletiva pela UECE, fazendo parte também do corpo de professores e de pesquisadores do CRR-UECE; e um médico psiquiatra, que trabalhava na rede de saúde mental do município de Fortaleza (há 8 meses) e era também o principal organizador das ações de RD do Coletivo BalanCeará²⁷.

Foi o convite feito por este médico, quando me levou para uma “*Roda de chá*”²⁸ no anfiteatro do Cuca Jangurussu, que me fez olhar para aquele espaço e as relações entre as pessoas ali presentes como uma pesquisadora da área de Ciências Sociais. O Cuca Jangurussu me provocou a formular questões sobre as implicações do atual contexto de violações e de violência nos bairros periféricos em grandes cidades no Brasil, tendo como foco, as relações estabelecidas pelo consumo de drogas ou substâncias psicoativas entre jovens.

Afinal, o próprio Ministério da Saúde (MS), ao final da década de 1980, reconheceu a necessidade de oferecer cuidados mais específicos aos adolescentes, conforme nos aponta o documento oficial.

Em 1986, a Conferência Nacional de Saúde já apontava a necessidade de políticas específicas para a população adolescente. Assim, em 1989, o Ministério da Saúde cria o Programa de Saúde do Adolescente (Prosad) instituído pela Portaria nº 980, de 21 de dezembro de 1989, para a faixa etária de 10 a 19 anos, 11 meses e 29 dias e que foi implantado em todo o território nacional. Suas bases programáticas abordavam áreas prioritárias: crescimento e desenvolvimento, sexualidade, saúde reprodutiva, saúde bucal, saúde mental, saúde do escolar, saúde do adolescente e prevenção de acidentes. (BRASIL, 2016).

O Serviço de Atenção à Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde, em 1993, estruturou e lançou, em território nacional, as normas de atenção integral à saúde, para guiar as práticas dos profissionais no SUS, influenciando, desde então, novas compreensões sobre as singularidades e necessidades deste grupo etário, e que depois foram sendo adaptadas para, em 2005, ser lançada a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Adolescentes e dos Jovens.

²⁷ Coletivo de jovens, muitos ainda frequentadores de festas de música eletrônica, que trabalha com o propósito de prevenir e reduzir danos diretamente relacionados ao uso de substâncias psicoativas de uso corrente em ambientes como festas *rave* e festivais de música eletrônica. A tecnologia de ação foi inicialmente desenvolvida por um coletivo de jovens da Bahia (projeto de pesquisa-ação de Marcelo Andrade) e foi levada como uma proposta de ratificação por esse médico que viveu em Salvador, mas voltou para Fortaleza, depois de ter passado pelo corpo do Coletivo Balance de RD da Bahia.

²⁸ Essa atividade foi realizada algumas vezes antes desse dia em que estive presente, porém, posteriormente não ocorreu. Segundo um dos membros deste Coletivo de RD, a falta de continuidade com o incentivo dado pela Rede Cuca, como vale transporte e alimentação, foi determinante para a desmobilização da ação.

O incremento da violência tornou imprescindível o surgimento de políticas intersetoriais envolvendo famílias, escolas, mídia, políticas governamentais, associações não governamentais, enfim, a sociedade como um todo, sendo temas estruturantes, entre outros, a Cultura da Paz, a Ética e a Cidadania, a Igualdade Racial e Étnica. (BRASIL, 2016).

Diante desse quadro, estes interlocutores e profissionais começaram a desenvolver ações que traziam em seu bojo um tipo de amadurecimento das ideias lançadas como política de saúde, em intersecção com outras políticas públicas para juventude, entre estas as políticas culturais.

Um de nossos encontros ocorreu em junho de 2015, e, durante este, um interlocutor me contou o que precedera aquelas ações de RD no Cuca:

[...] *Rodas de chá e café* ...que rolaram umas 4 ou 5 vezes, geralmente pós-reunião do Coletivo de Jovens do Jangurussu, no fim de tarde no Anfiteatro, pois foram nesses momentos em que as educadoras sociais promoveram o encontro desse Coletivo com algumas jovens da comunidade **usuárias do Cuca**. Entre as usuárias [a grande maioria de rapazes] que conhecemos e nos aproximamos, destaco os de “situações mais complicadas” e aqueles protagonistas... lideranças entre eles. Não sei como foram esses momentos para as jovens, mas para nós, foi nosso “acolhimento”, foi quando sentimos que éramos bem-vindas, e muito porque nosso trabalho fazia sentido para aquela comunidade, eles todos piravam na ideia da RD quando apresentávamos. Dali vimos que daria certo, que poderíamos fazer muitas coisas, pois já havia um vínculo. Ficou a dúvida de como conseguiríamos que aquelas fossem as **protagonistas do processo**, e aí entra o **Fórum de Jovens**, que se empolgou e comprou a ideia da RD, agora não só mais do Coletivo que se formara, o Fórum de Jovens passa a pautar a RD em suas reuniões, com momentos formativos. De lá surge a *Quinta dos Morgados*, considerada por aquele Coletivo como uma atividade de RD, por acontecer no anfiteatro como forma de ocupar o espaço, promover encontro entre diferentes tribos que frequentam o local e quem sabe falar ou intervir sobre drogas, como aconteceu algumas vezes em textos ou rima de *rap* [apresentados durante os eventos]. (Ávido, 31 anos, grifos e comentários meus).

É interessante notar que há no nome de cada atividade uma referência a substâncias psicoativas, no último caso: “chá e café”. Essas não são considerados substâncias ilícitas no Brasil, mas têm a capacidade de alterar, segundo as definições de “drogas” da Organização Mundial de Saúde (OMS), o funcionamento do sistema nervoso central. Posteriormente, a *Roda do chá e café* passou a ser chamada de “*Roda das 4:20*”. Temos nesta uma referência ao horário das 16:20, um símbolo que vem sendo apropriado pelo movimento de pessoas que fazem uso recreativo de *Cannabis*, como se fosse alguma espécie de horário “oficial” para se “fumar um baseado” (ALCANTARA, 2009; ALVES, 2016). Mais adiante, retomarei essa

narrativa, dando continuidade às análises dos dados coletados durante as minhas observações em campo (então registradas em diários) e aqui sistematizados.

Após contato inicial com a equipe do Cuca Jangurussu, da qual logo ouvi narrativas implicadas com a garantia de direitos de jovens, e também sobre como a “guerra às drogas” produzia sociabilidades específicas, tomei como interlocutores alguns dos seus membros e também algumas estudantes ligadas ao Núcleo de Estudos Sobre Drogas (Nuced), um grupo de pesquisa que também atuava em prol da prevenção e da redução de danos relacionadas ao uso de drogas. O Núcleo é vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, e algumas alunas estavam desenvolvendo ações junto à Rede Cuca. O coordenador do Nuced, professor do Departamento de Psicologia da UFC, convidou-me a fazer parte das atividades desenvolvidas pelo Nuced junto aos Cucas. O convite veio em momento oportuno, favorecendo a forma como veio a se desenvolver minha metodologia de trabalho em campo.

O espaço do Nuced e as interações com seus membros se apresentaram como mais um lócus da pesquisa, que se abriu por meio de meu acompanhamento como pesquisadora e voluntária do trabalho realizado pelo Núcleo, especialmente no Cuca Jangurussu. Atuando junto ao Núcleo, desde as reuniões de planejamento, ajudando na execução e observação das ações, passei, assim, a colaborar com os trabalhos desenvolvidos pelo grupo. O Nuced tinha como propósito atuar em espaços institucionais, seja na própria universidade, nos CAPS ou nos Cucas, entre outros equipamentos e instituições de atenção e cuidados relacionados ao uso de substâncias psicoativas.

Aliamo-nos aos que já trabalham na perspectiva da redução de danos com os objetivos de contribuir com o cuidado de pessoas que não podem ou não desejam parar de usar drogas. Dentre as nossas atividades destacamos: 1) Atividades de Formação Acadêmica

Disciplinas: Em relação a atividades de ensino está sendo oferecida desde o segundo semestre 2014 a disciplina optativa, “*Estudos e Pesquisas sobre Drogas*” (HF-230). Para 2015.1 temos a presença de 35 estudantes matriculados e três pessoas “ouvintes”. Para o semestre que vem vamos ampliar as vagas para 40 pessoas em função da demanda de matrícula que extrapolou 90 pedidos. Também continuaremos estimulando a participação de “ouvintes”.

Estágio: A partir do primeiro semestre letivo de 2015, passamos a oferecer vagas no *Estágio II: Processos Psicossociais e Construção da Realidade* (HF-0229 – 288 h., 17 cr. – 2 períodos letivos – anual). As atividades a serem desenvolvidas se referem a visitas a serviços da rede pública (CAPS-AD), conversas com profissionais convidados e Intervenção em festas em parceria com a ONG “Movimento Balance”, promovendo atividades de redução de danos.

Grupo de Estudos: Outra atividade de extensão que já está em pleno funcionamento é um *Grupo de Estudos sobre Drogas*, coordenado pelo

Nuced que tem a participação de estudantes do curso de psicologia da UFC, bem como estudantes de graduação e pós-graduação de outras IFES, além de psicólogos. (NUCED, 2015, grifos meus).

Nessa apresentação, publicada no *blog* do Nuced, faltou citar a disciplina de *Práticas Integrativas*, cujos alunos foram convidados a atuar junto a instituições públicas, neste caso, os Cucas, para realizar ações que tinham a ver com as noções de cuidado e redução de danos. As estudantes que se matriculavam na disciplina tinham outra como pré-requisito: *Estudos e Pesquisas sobre Drogas*, ministrada pelo mesmo professor, o qual se responsabilizava pela disciplina de “práticas” e pela coordenação do Nuced.

A turma de *Práticas Integrativas*, com a qual tive contato, constituiu-se no primeiro semestre de 2015, e passou por uma formação sobre *crack* – ofertada pelo CRR, como parte de um projeto financiado pelo Ministério da Justiça, e realizado junto ao NUPES-UECE –, que contou também com a participação de outros profissionais ligados à Rede Cuca. A partir desta turma, surgiram metodologias de aprendizado, que envolviam aulas teóricas e práticas relativas aos cuidados em território, planejadas por um grupo de pesquisadoras-tutoras do CRR, para um tipo de aprofundamento de questões que teriam sido tratadas apenas em sala de aula. Foi daí, também, que surgiram ideias de como poderia se dar a atuação das jovens universitárias de “Práticas Integrativas” junto aos serviços ofertados pelos Cucas. Desde a parte teórica, quase que completamente realizada em sala de aula, até as interações práticas em campo, foram se desenvolvendo estratégias e arranjos para forjar ações e insumos para a redução de riscos e danos relativos às drogas utilizadas em cada território. As ações se davam de acordo com a disponibilidade de estrutura logística e dos grupos que se formaram nos territórios específicos de atuação dos Cucas.

A parceria estabelecida entre a UFC, via Nuced e Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria de Juventude, abriu os espaços dos Cucas para alunos e alunas da disciplina de *Práticas Integrativas* atuarem junto aos projetos já em desenvolvimento nos Centros. Portanto, a Diretoria de Promoção de Direitos Humanos dos Cucas e a supervisão do coordenador do Nuced centralizavam a organização dessas atividades. Pude estar presente em muitos dos momentos cruciais neste processo de parceria, desde as formações pelo CRR até a entrega de ações e produções junto ao Cucas.

A proposta apresentada pelo coordenador do Nuced e professor das disciplinas era a de chegar ao campo com algumas noções sobre o debate em relação ao uso de drogas – parte desta noção já adquirida com os conhecimentos alcançados na disciplina *Estudos e Pesquisas sobre Drogas*, que era pré-requisito, e a partir de uma visita guiada por educadores sociais

vinculados aos Cucas – e tentar entender como estudantes poderiam contribuir com ações que visassem prevenção e redução de danos relacionados ao uso de drogas ou ao sexo. As vivências por si sós, ainda que pontuais para algumas ou alguns, nos territórios, e as relações neles estabelecidas fizeram com que as/os estudantes amadurecessem ideias e produzissem ações na programação dos Cucas.

Acompanhei pessoalmente e, até certa medida, colaborei com o primeiro *Varal da Redução*²⁹, e participei de um “cine-debate” sobre o filme *Falcões: Meninos do Tráfico*, mas compareceram poucas pessoas da comunidade. E, à distância – via internet –, vi surgirem alguns dos textos que guiaram os primeiros *spots*³⁰ de rádio que foram gravados na Rádio Cuca, pelos jovens do Cuca Barra, e um tipo de intervenção nomeada de *Redução* – que surgiu dentro da UFC, em ações direcionadas às calouradas³¹, mas que também chegou até os Cucas em dias de festas –, que consistia em colar no chão dos ambientes onde circulava o público alvo da ação textos curtos informando sobre modos de prevenção e redução de danos para usos de drogas variadas, direito ao corpo ou práticas sexuais, além de indicar pontos de apoio em saúde ou até mesmo os bebedouros do equipamento, por exemplo. Por exemplo, uma das frases utilizadas no *Redução* foi: “se for usar *ecstasy*, toma meia bala e espera pra ver como ‘dropa’³²”.

Usamos o chão como espaço de intervenção com frases informativas a respeito do consumo de drogas lícitas e ilícitas. As frases são impressas em papel no formato de setas (ou em outros formatos). Ao final das setas estamos com nossa mesa de insumos e dispostos a conversar sobre as frases. A experiência tem sido ótima, pois as pessoas se divertem ao mesmo tempo em que fotografam as frases e tiram dúvidas. Além de intervenções no prédio do curso de Psicologia, fizemos essa ação nos locais onde ocorrem as festas dos Cucas. (NUCED, 2015).

²⁹ Este varal foi pensado para ser utilizado em festas (Rolezinhos e “reggae”) ou em momentos nos quais era percebido o uso frequente de drogas entre o público dos Cucas. Este varal tratava da chamada “lorena”, uma das substâncias inalantes (voláteis) que mais preocupava a gestão do Cuca (em questão) naquele momento, pois pouco se sabia sobre a substância, tanto em relação ao tipo de acesso, quanto ao seu funcionamento no organismo e os potenciais riscos de seu uso em frequências, quantidades e contextos variados. Então, com tempo e interesse para tal trabalho, as estudantes pesquisaram entre os jovens e em manuais, cartilhas sobre o tema e em *sites* sobre o que era quimicamente a tal “lorena” e como poderiam ser acionadas informações e dicas para reduzir potencial de danos de seu uso. Conferir imagem de uma exposição feita no seminário sobre socioeducação do Cuca em Anexo A.

³⁰ Um dos *spots* produzidos na mesma época, no Cuca Barra, está acessível neste *link*: <https://www.dropbox.com/s/gx9izdnoq64aim3/17.11.15%20RD%20-%20Lorena.avi?oref=e>.

³¹ Ver discussão sobre essas festas características da abertura de semestres nas universidades em Fortaleza em Alcantara (2005).

³² Gíria derivada do inglês que atribui sentido ao efeito do uso de substâncias sintéticas, como *ecstasy* e LSD ou similares. Algumas campanhas de redução de danos utilizam o termo “bater” para designar o momento no qual a substância começa a reagir no corpo de quem tomou. Serve para alertar sobre a quantidade a ser ingerida e evitar uma “*bad trip*” ou “lombra torta”.

Alunas e alunos (que foram, posteriormente, integrados ao Nuced) desenvolveram algumas intervenções com foco no uso de inalantes (“antirrespingo de solda” ou ‘lorena’³³) nas festas que ocorriam no Cuca Barra (*Caixa de Som*, às sextas-feiras) e no Cuca Jangurussu (*Rolezinho* e *Cuca Roots*).

Quando o semestre letivo findou, realizamos uma avaliação entre alunos e alunas e as equipes dos Cucas para ajustar a experiência inicial. Durante as férias da Universidade, o grupo deixou o equipamento sem ações, porém, com a proposta negociada com a equipe de Direitos Humanos do Cuca de retornar no semestre seguinte com atividades (exposição do *Varal da Redução, Reduchão, cine-debate*, e novos *spots* de rádio). Tal negociação se fez, fragilmente, com os jovens que eram usuários do Cuca, porém, como há muitas atividades que se dão de modo pontual, esta pausa poderia ser apenas mais uma dentre tantas. Haveria, então, ações novas, ou as mesmas já desenhadas, para serem replicadas com mais jovens, contando com a disposição e o interesse variado de novas/os alunas/os (da próxima turma), para pensar outras ferramentas que melhor se adequem ao público, junto às estudantes que já concluíram a disciplina, e em parte se firmaram como integrantes do Nuced. Deste modo, surgia, na minha compreensão, certo “protagonismo” destas jovens vinculadas ao Nuced. Elas destacavam os discursos sobre “cuidados” e “redução de danos para o uso de drogas” não somente para as/os estudantes que entravam nesse curso a cada semestre, mas, também, para quaisquer dos jovens que estivessem frequentando os espaços dos Cucas, onde as ações eram executadas e mantidas.

O Nuced atuava tanto no Cuca Jangurussu, como no Cuca Barra. Dentre as ações desenvolvidas neste último, existiam atividades voltadas para as mulheres que faziam ponto de programa (prostituição) nas ruas próximas ao Cuca Barra. Boa parte da turma que iniciou os trabalhos no território desse Cuca durante a disciplina se tornou integrante do Nuced. E, dentre as participantes, algumas se portavam como ativistas e pesquisadoras, outras apenas seguiam o roteiro de atividades, seja como bolsistas remuneradas pela universidade ou como extensionistas³⁴, ou ainda como voluntárias, sendo elas próprias as mediadoras das novas

³³ A “lorena” (termo êmico que designa o antirrespingo de solda no seu uso enquanto substância psicoativa) era vendida em lojas de materiais para indústria de metais. Não estava classificada como uma substância ilícita ou prescrita pela ANVISA. Essa substância era utilizada oficialmente, como o nome comercial alerta, para retirar os respingos de solda que se depositavam sobre uma chapa de metal e outra no processo mecânico de juntar pedaços de metal. A forma como essa substância era distribuída e utilizada no Jangurussu causava receio em termos de saúde às equipes de educadores sociais e foi narrada como um desafio conforme narrarei sobre a reunião ocorrida ainda em 2015 entre trabalhadores do Cuca e integrantes do Nuced.

³⁴ Termo utilizado para se referir aos sujeitos em ação de aprendizagem e experimentação sob tutoria de um/a professor/a de curso, sendo a extensão, juntamente com ensino e pesquisa, um dos tripés que sustentam as bases pedagógicas e científicas da universidade pública no Brasil.

turmas da disciplina de *Práticas Integrativas* e do trabalho que começava ali a se firmar em campo, ou seja, nos Cucas Barra e Jangurussu.

Há, então, no contexto desta pesquisa, variadas agentes e em diferentes posições na execução de políticas, sejam agentes públicas e institucionalizadas ou os sujeitos nas suas micropolíticas cotidianas, ocasionando a interação e os cruzamentos de papéis dentro do que se pode chamar de um campo de poder. As interações se deram em graus variados no que tange ao aprofundamento das relações com cada uma dessas pessoas, com quem pude trocar informações, impressões, discutir metodologias de abordagem nas estratégias de RD, escutar sobre seus dramas cotidianos e sobre suas formas de transformar o que lhes atinge, tal como tornar algo negativo em algo potente, e em termos de ação ou resistência.

Esses interlocutores são variados: jovens moradoras de um bairro periférico, que de algum modo interagiram durante o período de pesquisa, em momentos que a questão sobre o uso e os cuidados de usuários de psicoativos perpassaram nossos diálogos nos Cucas ou por meio de redes sociais virtuais; estudantes universitárias do curso de Psicologia da UFC, que se implicaram, em sua trajetória acadêmica, com estratégias e ações de RD; agentes públicos; professores acadêmicos; ativistas de movimentos sociais que atuam nesse campo de poder, como os movimentos antiproibicionistas, por exemplo; e, por fim, funcionários dos Cucas, em especial, aqueles e aquelas na função de educadores e educadoras sociais.

Portanto, o quadro geral de interlocutores é bastante variado, o que se estabeleceu na tentativa mesmo de apontar as dinâmicas sociais complexas do campo, mas se afunila quando opto por narrar como se deram as ações de RD acompanhadas durante o trabalho de campo, e finalizo a tese com um capítulo contextualizando na nossa interação em campo, “fazendo coisas juntos”.

2.2.1 *Viradão*

O *Viradão*³⁵ surgiu por demandas levantadas por grupos de jovens organizados – muitos são beneficiários da política de juventude desenvolvida no Cuca, onde participam de coletivos organizados, sendo que alguns são também atores políticos jovens, e que militam em movimentos partidários –, por meio mesmo de pressão política, tendo eles chegado, por exemplo, a ocupar por alguns dias o Cuca Jangurussu, em 2015. Segundo relatos de alguns trabalhadores do Cuca e de jovens envolvidos ativamente nesta ocupação, informaram que havia outras demandas postas como motivo desta ocupação. Mel, que esteve presente nessa ocupação, relatou que a principal exigência era a de que o teatro do Cuca fosse finalizado, e havia ainda a estratégia de pressionar os gestores do equipamento para que nas contratações de funcionárias/os e oficineiras/os fosse levada em conta a sua pertença àquele território. A primeira demanda atendida (e colocada pela gestão municipal como forma de “diálogo com o movimento de jovens”) foi o *Viradão*.

O evento consistia em manter as atividades do Cuca ocorrendo ininterruptamente por vinte e quatro horas, com “aulões”, apresentações artísticas, musicais, performances, e com tempo para convivência noturna no Cuca. A tentativa era de associar o espaço ao lazer e ao entretenimento para “as áreas”, segundo o entendimento dos sujeitos locais.

Outras demandas pautadas pela mobilização ou não foram realizadas (até meados de 2018, por exemplo, o teatro do Cuca Jangurussu ainda não havia sido concluído), ou foram realizadas em parte, como o protesto contra a contratação de educadores sociais e técnicos de outras localidades, sendo que, “das áreas”, foram contratados apenas uma educadora social e um bibliotecário para compor a equipe desse Cuca – os quais faziam parte dos coletivos fomentados pela política de juventude executada no equipamento.

Atender à demanda do *Viradão* também fazia parte, pelo que pude observar, de uma estratégia política carismática por parte da gestão municipal, que pleiteava sua reeleição no primeiro turno, em meio a duas outras candidaturas de expressão. Um dos candidatos era um policial militar, que havia sido vereador em Fortaleza, e que naquele momento ocupava o cargo de deputado estadual do Ceará, com expressivas votações em eleições anteriores, e que, em seu discurso, afirmava a defesa da “moral, da segurança e dos bons costumes”. E a

³⁵ Uma clara referência aos eventos com apelo “cultural”, como “virada cultural”, já comum em grandes cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e algumas outras capitais. Onde, por meio de subsídios destinados por meio de políticas públicas de cultura, as gestões municipais, através de algumas de suas secretarias, realizam eventos de entretenimento, dispondo ao público, gratuitamente, shows, performances, peças, apresentações artísticas de modo geral ligadas a música, dança, teatro, circo, poesia, artes visuais, etc.

outra candidatura era de um político sindicalista, ligado às pautas sociais e democráticas, que sustentava discursos e programas políticos contemplando garantias básicas para a cidadania da população, porém, este candidato tinha pouca visibilidade e, portanto, poucos votos, como as pesquisas de intenção de votos já apontavam. Nessa eleição, houve o segundo turno, e a disputa se deu, obviamente, entre o candidato policial e o atual prefeito. Esse contexto está sendo exposto, pois era percebido, inclusive pelos jovens, que aquele tipo de atividade dava visibilidade à recandidatura do gestor.

Pesquisadoras e estagiárias ligadas ao Nuced da UFC, iniciantes nas práticas de RD, e educadoras/es sociais e supervisoras/es da DPDH pensavam em ações e estratégias de RD que fossem interessantes ao público dos Cucas, e aquele evento foi mobilizador para se iniciar algumas das propostas ali já debatidas, tanto entre os educadores sociais, como entre alguns jovens. Como apresentado, os Cucas tinham laboratórios de rádio e uma pequena rádio que funcionavam nas dependências do equipamento. Debates sobre o alcance e a importância da confecção de *spots* informativos. O coletivo de jovens do Jangurussu e as estudantes do Nuced trabalharam em conjunto com o propósito de criar textos para esta atividade. Esses textos foram repassados pelas estudantes da UFC para mim, enquanto atuava como redutora de danos no Cuca, e no sentido de tentar pensar quais informações seriam veiculadas, nos termos desta postura tolerante frente ao uso de drogas. Com esse material impresso, comecei a debater com três jovens que se dispuseram a gravar os *spots*, sendo que uma, em especial, retrabalhou os textos, apresentando o conteúdo em uma linguagem que acreditava falar mais proximamente aos seus pares, e assim fomos fazendo a gravação, contando com o suporte de uma técnica de rádio que trabalhava no Cuca. Por exemplo:

Quadro 1 – Experiência de *spots* de rádio no Viradão.

Texto apresentado	Texto modificado
1) “Se for fumar, fuma na seda, mah. Outros papéis liberam substância tóxicas”.	1) “Ei, tenta fumar só o seu, dividir o beck pode transmitir doenças. Aliás, fuma na seda ou no bong, outros papéis podem liberar substâncias tóxicas”.
2) “Se for fumar um, prefira a ‘solta’. A ‘prensada’ pode ter aditivos que fazem mal à saúde (ex.: amônia, líquido de bateria)”.	2) “Se for fumar um, prefira a ‘solta’. A ‘prensada’ pode ter aditivos que fazem mal a saúde (ex.: amônia, fluido de bateria). // segunda versão: “Mano, se for fumar um, pega do solto. A prensada pode ter por exemplo, amônia, solução de bateria e pode fazer mal à saúde”

Continua...

Continuação

Texto apresentado	Texto modificado
3) “Evitar usar ‘lorena’ e outras drogas ao mesmo tempo (álcool, cigarros, maconha, cocaína, etc.). E beba água no dia seguinte também.”	3) “Ei, cuidado pra não fumar perto de quem tá cheirando. O ‘loló’ pega fogo muito fácil”.
4) “Evita usar ‘lorena’ dentro de garrafa pet. Você pode acabar cheirando outras substâncias tóxicas”.	4) “Pra não ficar com aqueeeela ressaca, é melhor beber água durante e depois, beleza?”
5) Se for usar drogas (álcool, cigarro, maconha, ‘lorena’, etc.) procure beber água e comer para reduzir danos ao corpo.	5) “Tá brocado? Iracemado? Se for fumar, é melhor matar essa broca, cuidado com o brancão”.
Não houve texto base para este <i>spot</i> criado durante a preparação da gravação	6) “Ei, se for fumar um baseado, beber ou usar alguma outra droga, tenta não misturar todas, isso pode causar vários danos, até mesmo uma overdose”.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A técnica da Rádio Cuca nos auxiliou no processo, gravou e editou algumas das frases protagonizadas por esses três jovens que frequentavam o Cuca, e inseriu nos *spots* uma batida instrumental, inspirada na música *Cachimbo da paz*, do álbum *Quebra-cabeça*, de Gabriel O Pensador.

Cada *spot* poderia ser acionado na Rádio Cuca como vinheta durante o Viradão. Mel e eu pensamos que o *spot* também poderia sair da Rádio Cuca e chegar até as caixas de som nos eventos realizados pelos jovens no entorno do Cuca, seja ali no anfiteatro ou na pista de esquete, local mais utilizado para fazer uso de substâncias fumadas. Porém, as tentativas de fazer o *spot* migrar foram mal sucedidas. Em uma dessas tentativas, uma educadora social, conseguiu copiar os *spots* para o *pendrive* de um dos DJs do Cuca Roots (reggae que ocorreu entre os anos de 2015 e 2016), porém a caixa de som que eles dispunham deixava a mensagem gravada pouco audível. As mensagens foram ouvidas umas poucas vezes durante o *Viradão*, e depois disso ficaram disponíveis apenas no *blog* do Nuced.

Mas essa atividade ficou na lembrança de uma das jovens, a que mais se envolveu na gravação. Em outro momento do trabalho de campo, ela chegou a comentar que tinha tido ideias para fazer outros *spots*. A percepção que tive é de que a experiência de refletir e de ser ativa em comunicação, levando em conta o cuidado ligado aos hábitos do uso de psicoativos, desempenha importante papel no que se refere ao autocuidado no cotidiano dessas pessoas. A preocupação em transformar as frases recebidas, ainda que um pouco modificadas, em algo

que servisse e dialogasse mais efetivamente com colegas, amigos e conhecidos demonstrou, ao meu entendimento, que havia interesse por parte dessas jovens em desempenhar um papel implicado com a “galera das áreas”.

2.3 Um recuo para observar questões políticas nesta inserção em campo

Esta pesquisa de doutorado teve início com um projeto que visava compreender as interações entre os pacientes, seus familiares e a equipe técnica em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), em Fortaleza (CE). Porém, as vicissitudes do trabalho de campo³⁶, no tocante às implicações políticas da interface entre a academia, o contexto pesquisado e as políticas corporativistas de blindagem de determinadas profissões, fazem algumas pesquisadoras esbarrarem em chancelas e em procedimentos que, neste caso, desviaram a observação e análise da execução de uma política de corpos e suas moralidades presentes em órgãos ou equipamentos de saúde para me dirigir o olhar a outro equipamento de execução de políticas públicas ligadas à juventude (os Cucas) e também para algumas das questões importantes que perpassam o universo periférico de uma grande cidade, como é a capital do Ceará, e que estavam de algum modo relacionadas aos discursos produzidos sobre drogas.

Desde que desenvolvi uma pesquisa com usuários de Substâncias Psicoativas (SPA) sintéticas durante o meu mestrado em Antropologia Social na UFRN (ALCANTARA, 2009), tendo como foco uma análise comparativa entre práticas e aprendizados corporais, descritos e acompanhados nesta outra etnografia, pareceu-me interessante e oportuno, justamente por não ter tido espaço e tempo naquela oportunidade, aproximar-me de serviços públicos mais específicos e oferecidos pela rede pública de saúde do município de Fortaleza, e que atendiam pessoas que faziam uso abusivo ou eram consideradas “dependentes” de drogas.

Tentei entrar em campo, em um CAPS AD, seguindo a programação daquele projeto de tese, mas devido ao tempo de demora nos trâmites referentes ao processo que validaria a

³⁶ Entre os meses de maio e de agosto de 2015, houve uma greve na Universidade Federal da Bahia que durou mais de três meses, durante este tempo voltei para Fortaleza, e buscando não perder prazos, especialmente para conclusão do curso comprometida com bolsa de auxílio à pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, tentei iniciar o trabalho de campo no CAPS AD que servia ao Centro da cidade de Fortaleza. Minha entrada em campo foi barrada pela Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal devido à exigência do parecer favorável fornecido pelo Comitê de Ética de Pesquisas em Saúde. O projeto Juventudes e Drogas, desenvolvido pela Diretoria de Promoção de Direitos Humanos do Cuca, estava ocorrendo nesse período e um dos redutores de danos que trabalhava no projeto convidou-me para conhecer e se possível colaborar com as rodas de conversa. Deixei-me levar por esse chamado e então reestruturei o projeto de pesquisa em meio ao processo de idas ao Cuca – Jangurussu e retorno às aulas de disciplinas do PPGCS da UFBA ainda em 2015.

pesquisa em ambientes de saúde, na Plataforma Brasil, e querendo aproveitar o longo período de greve na UFBA durante o ano de 2015, vi-me na iminência de ter de iniciar o trabalho de campo, e os Cucas se mostraram como um equipamento e um espaço em potencial para o acompanhamento de ações de RD realizadas por atores locais, especialmente, jovens, e que favoreciam o diálogo sobre cuidados relacionados ao corpo e Direitos Humanos pensando os jovens de periferia, que além de tantas outras coisas que preocupariam os gestores públicos, usavam substâncias psicoativas variadas, entre elas algumas ilícitas, ou lícitas até certo ponto, ou ainda interagiam em espaços onde essa prática ocorria. Foi nesse equipamento, financiado pela prefeitura de Fortaleza, gerenciado por uma Organização Social (OS), então, criada com o fim mesmo de atuar neste equipamento, onde há variada oferta de serviços para jovens, que se desenvolveu a maior parte de minha pesquisa.

Ainda que não tenha entrado no CAPS AD como pesquisadora, tive convivência com profissionais e com esse tipo de ambiente, enquanto consultora da Prefeitura de Fortaleza e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre 2009 e 2013. Posteriormente, estive nos CAPS AD como facilitadora em formações e pesquisadora do CRR, em projeto financiado pelo Ministério da Justiça (MJ) e executado pelo NUPES-UECE, e depois ainda pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE). Obtive, com esses vínculos, oportunidades de acesso ao diálogo direto, tanto com servidores, como com as pessoas que eram atendidas pelos serviços da Rede de Atenção à Política de Saúde. Não estive ali (em campo) como pesquisadora, mas tais informações povoaram uma espécie de “caixa arquivo”, com notas de uma profissional-pesquisadora que tem muito interesse pelo tema. Algumas das notas foram feitas em registros manuais (cadernetas, blocos de papel, margens de apostilas, e aplicativos digitais de notas – como *ColorNote* – em *smartphones*) e outras, vindas com as experiências, ficaram registradas em minhas memórias.

Tanto a proposta de pesquisa no CAPS AD, quanto a nos Cucas apresentariam, para um olhar apressado em análise, relações de poder perpassadas por vetores de forças que se cruzam entre a população (usuária de seus serviços) daqueles territórios onde se situavam as unidades do equipamento, suas equipes de trabalho nos espaços e as atividades ali ofertadas como formação e ocupação – vários tipos de atividades envolvendo protagonismo político, além do convívio e cuidados. Algo dessa complexidade de agências poderá ser apresentado para as leitoras deste trabalho, focado em um Cuca.

Até o momento da pesquisa, havia três Cucas na cidade, e estes foram firmados nos bairros e territórios onde a população de baixa renda e marcada por altos índices de violência se concentrava em Fortaleza, segundo o discurso oficial da prefeitura. Os CAPS AD eram

equipamentos executados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por meio da política de saúde mental vigente no Sistema Único de Saúde (SUS). Já os Cucas eram parte da rede de serviços recém-criada pela Coordenadoria Municipal de Juventude, que era submetida à Secretaria Nacional de Juventude no âmbito federal. Esta política tomou forma com a pressão de setores da sociedade civil que demandavam políticas públicas para a juventude brasileira, e se oficializou, em âmbito nacional, a partir de 2006.

A criação da Secretaria Nacional de Juventude e a sanção do Estatuto da Juventude foram fruto da organização dos movimentos em âmbito nacional que inspirou o modo de atuação das diversas juventudes em suas variadas linguagens, mas com o consenso de que a mesma deve possuir as rédeas dos seus caminhos (ALVES; BARBALHO, 2014, p. 128).

Numa perspectiva apresentada ainda em meu projeto de pesquisa inicial, em que eu tentava compreender as interações estabelecidas nos CAPS AD, pensando as marcações e os estigmas provocados pelos registros em processos e na presença destes sujeitos em locais que poderiam ser ligados à loucura ou ao vício, como estigmas presentes em nossa produção de moralidades, busquei de modo apriorístico estabelecer relações entre o que seria meu campo inicial³⁷ e o que se tornou no presente momento, contando com minha presença em pesquisa no Cuca Jangurussu.

Parece haver em comum entre os iniciais sujeitos da pesquisa (que eram os “usuários dos serviços” dos CAPS AD) e os atuais sujeitos da pesquisa (os “jovens atendidos” no Cuca Jangurussu) algo que posicionava os primeiros como os últimos, quero dizer, como tendo ou o “diagnóstico” biomédico da Psiquiatria, que os enquadrava como “doentes mentais” ou como “dependentes químicos”, ou o diagnóstico social de moralmente condenados, como “drogados”, e, portanto, enquanto tuteláveis pelo Estado, a partir da lógica da doença ou do adoecimento ou da insanidade. Os CAPS eram parte da rede municipal de saúde pública, que servia para dar suporte à política de saúde mental federal, resultante da mudança na legislação em 2002 e fruto do movimento conhecido como “luta antimanicomial” (LANCETTI, 2011).

³⁷ Estou chamando de campo inicial, este momento que se desenvolveu desde minha pesquisa de mestrado, junto a jovens que buscaram os CAPS AD tentando encontrar estratégias de cuidado em ambientes abertos e minha posterior inserção como “especialista” dentre uma rede de profissionais, especialmente ligados à saúde, que tornou-se atuante como “capacitadores”, “tutores” e facilitadores em projetos que envolviam a prefeitura de Fortaleza, a Escola Pública do Estado do Ceará e a Universidade Estadual do Ceará como instituições promotoras de formação, capacitação, atualização para técnicos de serviços nas áreas de atuação com pessoas que faziam uso de drogas seja na assistência social, saúde, segurança pública, e operadores de sistemas de garantias de direitos. A maior parte desses projetos se deu em decorrência de pactuações firmadas entre municípios, estados e ministérios federais no âmbito de um programa federal denominado “Crack é possível vencer”.

A perspectiva em jogo ali era reduzir as vagas em manicômios e tornar mais humanizado o serviço de atenção e cuidado ou de tratamento dispensado às pessoas que passavam por problemas decorrentes de desordens intelectuais e/ou psíquicas, o que promovia, assim, no âmbito relativo ao consumo abusivo de drogas, a “ampliação da vida” (LANCETTI, 2011), contando com estratégias de RD, e não apenas com a abstinência como única tecnologia a ser adotada nos cuidados às pessoas que consomem drogas. Segundo Lancetti (2001, p. 77), a “redução de danos é uma política e uma prática de saúde pública definida como uma série de procedimentos destinados a atenuar as consequências adversas do consumo de drogas”.

Já as juventudes que buscavam os Cucas poderiam sofrer outros estigmas. As marcas, marcações e marcadores por serem jovens, negras ou mestiças, e por viverem em periferias já as colocavam em uma posição sociocultural marginalizada e pouco valorizada pelos discursos midiáticos, pelas camadas médias e altas, e validada pelas políticas violentas das forças de segurança do Estado, executadas, especialmente, nas favelas e/ou nas periferias das grandes cidades. E esse fato, no atual contexto brasileiro, é bastante importante, pois se vive em estado de guerra civil, porém, não declarada.

No caso do Cuca Jangurussu, muitos jovens estavam lá para praticar esportes e para aprender técnicas de comunicação escrita, oral ou corporal que lhes garantisse certificações e/ou comprovação de experiência, para discutir assuntos ligados aos direitos políticos que os jovens tinham ou deveriam ter, para assistir filmes em salas apropriadas, ver peças de teatro e performances de dança, para treinar juntos com seu grupo de dança, paquerar, divertir-se e se “lombrar”³⁸, para dançar, fazer apresentações de dança, para estudar na biblioteca, cumprir atividades complementares à escola etc. Juntos aos jovens citados, também estavam jovens que se integravam ao território fazendo uso e venda de substâncias psicoativas, tanto lícitas, como ilícitas, além de estarem interagindo no Cuca de outras formas: na prática esporádica de esportes, cursando formações, recebendo algum tipo de benefício imediato, como o acesso à comida distribuída em determinadas atividades ou a algum apoio por parte de alguns poucos profissionais que se comoviam com a situação em que estavam e interferiam em sua defesa quando havia abusos por parte da segurança ou da polícia.

³⁸ *Lombrar* é um termo nativo, e, segundo o que pude apurar em minha observação e pelos relatos ouvidos, refere-se ao estado de torpor ou alteração decorrente do uso de substâncias psicoativas. Neste caso, ouvi alguns dos jovens falando se encontrar neste estado após uso de maconha e de “lorena”. Assim como loução/loucona, doidão/doidona, chapado/a. Segundo o dicionário Houaiss é um regionalismo brasileiro identificado como “linguagem de drogado” que se define por “qualquer efeito produzido pelo uso de drogas, esp. De maconha”. (HOUAISS, 2009).

Suspeitei, como hipótese, que uma diferença, devido ao teor distinto das políticas executadas em cada serviço, e comparando o recorte do projeto inicial e o do atual, residiria nos tipos diferentes de estigmatização ou marcação social que cada usuário de cada serviço encarnava. As marcações, advindas com as “práticas divisórias” (FOUCAULT, 2012) que o Estado acaba por dispensar àqueles que passam pelos serviços de saúde mental, pareciam incidir de modo dramático para quem é classificado como “dependente químico” ou como “drogado”, em um tipo de sina para um sujeito, que se tornou desacreditado (GOFFMAN, 1988), enquanto que, para os jovens, ainda que haja toda uma série de desconfianças e de atributos socialmente desabonadores, especialmente, para uma parcela social pouco abastada, alvo das políticas de proteção e promoção de direitos, torna-se possível a desagregação de um “estigma” dado, e, portanto, uma manobra identitária positiva se torna viável àqueles que, paradoxalmente, demonstram vinculação às políticas públicas do Estado com foco nesses sujeitos, vistos ainda como desacreditáveis (GOFFMAN, 1988).

Nesse ponto, devo fazer menção ao que um interlocutor na pesquisa me possibilitou perceber, em uma observação crítica, descrita com palavras de sua vivência, enquanto jovem, negro e ocupando, então, cargo de educador social. Jangu, ao abordar as distintas formas de tratamento dispensadas aos jovens no Cuca, pareceu-lhe haver certa hierarquia depreciativa por parte de uns frente a outros. Segundo sua observação, um “jovem Cuca” seria aquele que segue o que os projetos oferecem, ou um jovem que adere à “cartela dos serviços ofertados”, segundo a fala de uma supervisora de um equipamento Cuca. E um “jovem não-Cuca” seria aquele que pouco faz uso das salas, quadras, piscina e teatro, e fica a vagar pelas redondezas destes espaços, aparentando pouco interesse em “mudar de vida”. Farei melhor aporte dessa discussão, que mescla a ideia de “vínculo” e de adesão em certo “empreendedorismo jovem”, mais adiante, com a discussão a partir dos diários de campo e das falas de meus interlocutores beneficiários das atividades mediadas pelo Nuced no Cuca.

Comecei a me perguntar se a presença de jovens com distintas formas de vínculo com o Cuca provocava diferentes modos de se estabelecer relações, e que tipo de valor e distinção eram atribuídos a cada tipo de presença, assim como, quem eram as mediadoras em casos de conflitos nesses espaços, como eram realizadas as mediações, e o que provocava os conflitos constantes. Tendo como objetivo principal da pesquisa compreender como as ações de RD eram recebidas e apropriadas por atores jovens no Cuca Jangurussu, mobilizei esforços para estar entre essas jovens também pelo bairro, e, em vários momentos, para fazer coisas junto delas – lá e em outros espaços –, e oportunamente lançando mão de técnicas como observação participante e observação direta, e de diversas formas de registro da experiência, entre outras

próprias aos estudos etnográficos. Nos momentos que sucederam a minha permanência em campo, quando algum grau de confiança se estabelecera, também fiz a captura de imagens e sons (áudios), e, quando me foi permitido, por fim, produzimos juntos, utilizando de nossas habilidades e conhecimentos específicos, planejamos oficinas, produzimos materiais para os cursos de formação e insumos de redução de danos, desenhamos planos de intervenção, além de realizarmos apresentações orais e publicarmos resumos e *papers* em eventos científicos. Tenho como baliza a seguinte assertiva:

No caso das juventudes, a necessidade de articular a busca da igualdade individual de condições com a valorização da diferença é atributo essencial para a afirmação de direitos e, conseqüentemente, para a elaboração e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, o primeiro passo é evitar o uso de um par de oposição (bastante comum e inadequado): igualdade x diferença. O oposto de igualdade é desigualdade e não diversidade. Subjacente a **essa premissa reside o desafio de se fazer com que a sociedade compreenda que os jovens, sendo sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas, não aceitam participar de programas e projetos que pressuponham e/ou produzam aculturação e normatização de suas práticas sociais, modos de ser e identidades.** (CONJUVE, 2006, p. 6-7, grifo meu).

Portanto, parti de um recorte de campo para outros, com foco na necessidade de observar as interações sociais, de estabelecer relações de confiança com os interlocutores e de, até certo ponto, realizar mediações entre equipes profissionais, pesquisadoras, ativistas, acadêmicas e pessoas jovens atendidas pelo equipamento municipal.

Executavam-se no Cuca Jangurussu políticas centrada na promoção e na garantia de direitos de jovens, em que nossa principal forma de sociabilidade era mediada pelas trocas de informações sobre os diversos usos das substâncias psicoativas, que eram ou acionadas pelos jovens locais do bairro ou instigadas pelos momentos promovidos entre estudantes das universidades, educadoras sociais e eu. Esta foi a interface central de interação e negociação nesse espaço.

2.4 O diário de um retorno: relato de campo sobre a Chacina do Curió ou Chacina da Grande Messejana³⁹

Ao retornar de Salvador para Fortaleza, no final do semestre letivo na UFBA, período posterior à greve das universidades federais ocorrido 2015, cheguei à cidade com uma grave

³⁹ Transcrição integral de trecho de meu diário de campo.

notícia, recebida por meio do WhatsApp – com alguns amigos e também meus interlocutores escrevendo, falando ou repassando links da notícia na mídia local. A notícia era o homicídio de 11 pessoas no perímetro dos bairros Lagoa Redonda, Curió e Comunidade São Miguel. Os crimes se iniciaram na noite do dia 11 e duraram até a madrugada do dia 12 de novembro de 2015. Nos jornais locais, o principal foco das matérias estava em tentar identificar e em responsabilizar culpados pelos homicídios⁴⁰, acionando fontes policiais para apresentar os encaminhamentos das investigações. Logo em seguida, estive com a diretora de promoção de Direitos Humanos da Rede Cuca, e ela relatava quão comovida estava a “galera” no Cuca. “Galera”, para ela, contemplava desde funcionários do equipamento até a população entre jovens e os familiares destes que por lá circulavam, afirmando que dois adolescentes assassinados estavam matriculados em cursos ou realizando atividades dentro no Cuca.

Esse fato dramático foi importante para os próximos dias de funcionamento do Cuca Jangurussu, pois muitos dos jovens participantes do “Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu” estavam politicamente implicados com as questões que lhes atingiam de modo direto, como a violência policial contra jovens de periferia – onde a negritude, segundo afirmavam em seus discursos, era motivo desse tipo de tratamento pela polícia – e as querelas despertadas pelo tráfico, onde eles lutavam, segundo diziam, pela legalização das drogas – as perspectivas de gênero e os feminismos e a luta pela desmilitarização da polícia⁴¹ também surgiam como pontos em suas falas.

No dia 13 de novembro, diante da consternação social pela qual passavam moradores da região, alguns jovens do Fórum propuseram, sem agendar com a instituição, um tipo de ação protagonista, talvez, a visita de Orlando Zaccone (delegado da polícia civil do Rio de Janeiro, militante na *Law Enforcement Against Prohibition* – LEAP), que viera a Fortaleza

⁴⁰ Trecho da matéria no *site* do G1 Ceará: “A Polícia Militar investiga se as mortes têm relação com o assassinato do soldado da PM Charles Serpa ou com uma briga entre facções rivais, mas o tenente-coronel ressaltou que, no momento, não há evidências claras que liguem os homicídios a uma dessas duas motivações. ‘Estamos com as diligências na Grande Messejana. Não sabemos ainda o motivo das mortes. Não está muito claro ainda se elas têm alguma relação com a morte do PM. Como também com uma briga pelo tráfico de drogas na região. Estamos investigando junto com a Divisão de Homicídios’, afirmou.” (XEREZ, 2015).

⁴¹ Estive em uma reunião do Fórum de Jovens, no dia 29 de setembro de 2015, reunião em a *Cartilha pela Desmilitarização da Polícia e da Política* (COMITÊS PELA DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E DA POLÍTICA, 2015), então editada pelo Comitê local deste movimento, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos (cuja missão “é promover o respeito aos direitos humanos no Brasil, construindo mecanismos inovadores e sustentáveis que canalizem recursos para fortalecer organizações da sociedade civil e para desenvolver a filantropia de justiça social” – disponível em: www.fundodireitoshumanos.org.br. Acesso em: 18 mar. 2018) foi apresentada por um de seus autores, e discutida junto àquele coletivo. Tópicos ressaltados pelos participantes diziam respeito à proibição do comércio e à interdição do uso de substâncias ilícitas, e citaram os “autos de resistência” como um desdobramento do que foram os processos inquisitoriais. Um dos informes finais da reunião foi o convite feito por um dos componentes do Fórum, ligado ao movimento de *Hip Hop*, para que os presentes se engajassem na organização da Marcha da Periferia, que deveria ocorrer no dia 20 de novembro do mesmo ano.

para um debate na UFC sobre a “Desmilitarização da Polícia”, ocasião em que lançou livros resultantes de suas pesquisas realizadas em pós-graduações nas áreas de Ciências Penais e Ciência Política. Esta visita estava numa agenda oficial do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Um de seus livros tratava de sua análise a partir de uma pesquisa documental em processos de autos de resistência⁴². Essa visita de Zaccone se iniciou às 14h e contou com a presença de jovens ativistas locais e alguns que vieram do Rio de Janeiro na comitiva junto com o delegado e pesquisador e trouxeram falas emocionadas sobre suas experiências nos morros e favelas do Rio, e com queixas relacionadas aos modos como negros e empobrecidos são abordados e vitimados pela polícia também, fazendo uma aproximação entre favelas e morros do Rio de Janeiro e as favelas de Fortaleza.

No dia 15 de novembro de 2015, ocorreu no Anfiteatro do Cuca Jangurussu um ato ecumênico organizado pela Secretaria de Juventude de Fortaleza, que contou com a presença de um pastor evangélico, um pai de santo do Candomblé, um padre que confirmou presença, porém não compareceu, e um representante espírita que esteve presente. Esse ato ecumênico teve um papel no apoio emocional às famílias e amigas dos jovens chacinados, mediante uma perspectiva de distintas manifestações de fé contempladas, mas, além disso, outro propósito não explícito, mas subentendido, ao que pareceu deixar dito Mel, era a tentativa de demarcar o poder político do município, em sua função de Estado, frente à situação de desrespeito aos jovens assassinados, especialmente por parte do responsável pela pasta das ações nos Cucas. Como indício dessa hipótese, tivemos ali a presença do secretário de juventude do município, registrando sua posição de lamento e solidariedade como representante da secretaria gestora daquele equipamento que fazia parte da história de alguns dos jovens mortos. Álef de Souza e Jardel Lima, dois dos assassinados, eram jovens atendidos em cursos ou frequentavam as dependências, pistas de esquite, anfiteatro, no Cuca Jangurussu. Estes dois jovens moravam em ruas próximas ao Cuca.

A cerimônia seguiu com as falas de apoio às famílias e especialmente às mães desses jovens que foram assassinados de um modo pouco corriqueiro: em uma chacina.

Fiz um curto vídeo com falas destes jovens que participavam do Fórum de Jovens do Jangurussu.

⁴² De acordo como os Comitês pela Desmilitarização da Polícia e da Política (2015), o auto de resistência é um “dispositivo jurídico utilizado quando uma ação policial termina em morte e o/a policial alega que houve resistência seguida de morte”.

Houve também a mobilização das famílias, especialmente, das mães dos jovens que foram assassinados na Chacina de Messejana/Curió.⁴³

2.5 Desdobramentos: pela luta em nome da resistência

Durante aproximadamente um ano, foram feitas articulações entre lideranças políticas locais e representantes políticos, então, ligados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), na Câmara Municipal de Fortaleza e na Assembleia Legislativa do Ceará, para que houvesse mobilização na mídia, audiências públicas e, no caso dos jovens que frequentavam o Cuca, uma ação mais específica que interferisse diretamente no território. Acordado entre algumas mães e familiares dos jovens assassinados, entrou-se com um Projeto de Lei para mudar a nomeação das ruas onde estes jovens viveram. Rua Álef de Souza Cavalcante e Rua Jardel Lima dos Santos foram, então, designadas as novas ruas, uma que ficava imediatamente na lateral do Cuca Jangurussu e outra próxima ao equipamento. Acompanhei, em meu segundo retorno ao campo, as atividades de preparação para o “ato de nomeação das ruas” – registrado nos diários das reuniões de preparação (uma ocorrida na praça do anfiteatro e a outra na sala da DPDH) para o ato de nomeação das ruas.

Analisar o fanzine ONZE, produzido pelos jovens que preparavam o ato junto com educadores sociais do Cuca Jangurussu e familiares, levou-nos às emoções e discursos dos jovens e mães embalados pela chacina, que deixaram esses registros escritos como forma de revelar o ocorrido aos moradores que acompanhavam a ação de nomeação das ruas, os quais recebiam uma pequena “publicação” (zine). E registrei em diários, fotografias e vídeos o dia do ato de “batismo das ruas”, com falas da mãe de Álef de Souza, do Pastor Simões (morador da região e liderança local, filiado ao PSOL) e a participação de educadoras sociais e amigos dos adolescentes assassinados.

⁴³ Ver Zaranza (2017).

3 POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE – BRASIL

A política de juventude do Brasil vem sendo planejada, e direciona a execução em estados e municípios, no âmbito federal, pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que está submetida à pasta da Secretaria de Governo da Presidência da República, que tinha como Ministro Chefe, em 2017, o (à época) deputado federal Antônio Imbassahy (PSDB-BA), e, como Secretário Nacional de Juventude, Francisco de Assis Costa Filho.

Em consulta ao *site* da Secretaria de Governo da Presidência da República, no *link* indicando a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), acessado na aba “Sobre”, encontrei esse excerto em página de abertura:

[...] juventude;
II – articula, promove e executa programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinados a implementação de políticas de juventude;
III – desempenha as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Juventude;
IV – participa da gestão compartilhada do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem e da avaliação do programa;
V – fomenta e elabora políticas públicas para a juventude no âmbito municipal, distrital e estadual; e
VI – promove espaços de participação dos jovens na construção das políticas de juventude. (BRASIL, 2017).

Assim são apresentadas as atribuições da SNJ frente à política de juventude aprovada como legislação no Brasil, em 2013. E, conforme o exposto nos itens II – “articula, promove e executa programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinados a implementação de políticas de juventude” – e V – “fomenta e elabora políticas públicas para juventude no âmbito municipal, distrital e estadual” –, tem-se alguns de seus papéis centrais. Surge daí a aplicabilidade destes direcionamentos em equipamentos destinados a jovens, como os Cucas, que são de execução municipal, financiados e orientados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, e devem promover essas diretrizes. Porém, a política, como uma recomendação, nem sempre é acionada de modo padrão na prática, e isso contempla as compreensões particulares do texto da Lei e as agências locais daquelas que se põem como executoras, assim como daquelas que deveriam receber e reproduzir tais orientações enquanto prática da política pública.

Acessando relatório relativo à condição sobre a qual as políticas públicas feitas para “jovens em situação de risco” estavam sendo gestadas, inclusive para termos como base de

reflexão em seus incentivos a financiamentos no Brasil, de 2000 a 2010, pude constatar que havia neste documento os cálculos monetários médios, do apoio pelo Banco Mundial, não só para o Brasil, mas também para países da América Latina e Caribe, em termos de “economia para o Estado”, ao levantar empréstimos com o banco, para que se “investisse na juventude”. O prefácio do relatório indicava:

Este trabalho foi produzido pelo Banco Mundial como contribuição para o entendimento dos(as)* jovens em situação de risco no Brasil atual. Ele focaliza um subconjunto da população brasileira sobre o qual existem excelentes estudos em fase de preparação, execução ou já concluídos, todos eles buscando agregar conhecimentos específicos sobre o tema geral dos jovens brasileiros. Além de relevante em si mesmo, o tema ajusta-se também ao propósito do Banco Mundial de trabalhar com o Governo do Brasil para definir estratégias de investimento nos setores mais pobres e mais vulneráveis da população, a fim de lhes propiciar chances de uma vida melhor. (BRASIL, 2006, p. viii).

Os principais “investimentos”, segundo o relatório, naquele período, destinavam-se a um quarto (1/4) da população jovem⁴⁴ brasileira, pois são esses os enquadrados como “jovens em situação de risco”, assim definidos:

Jovens em situação de risco são pessoas que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, veem-se levadas a assumir comportamentos danosos para si mesmas e suas sociedades, incluindo abandono precoce da escola, ociosidade (sem estudo nem trabalho), uso de drogas, comportamento violento, iniciação sexual precoce e práticas sexuais arriscadas. (*Idem*, p. i).

Este conceito de “situação de risco” parece ter sido o mesmo utilizado para apoiar o projeto de aporte político oferecido na cidade de Fortaleza, tendo em vista as localidades onde se planejou instalar Cucas, como se poderá averiguar mais adiante no texto, a partir de informações fornecidas por uma gestora local, ao me falar sobre os planos e os propósitos na condução do projeto.

Políticas públicas são definidas, grosso modo, em Ciências Sociais, como sendo “um ‘plano de ação para guiar decisões e ações’”. Citada, nestes termos, Marta Arretche (2003 *apud* LIMA; CASTRO, 2008) afirmava que o objetivo de quem pretende fazer análise sobre políticas públicas é “o estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica”. Em um aporte mais preciso, percebo que, neste trabalho, o que está em jogo

⁴⁴ Situadas como pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos

se aproxima do que Lima e Castro (2008) já advertiam ser o cerne da questão para posicionar o antropólogo no campo da governamentalidade e das políticas públicas. Trata-se, portanto, de, “atuando em intervenções governamentais”, orientar a análise no sentido de “um fazer prático do antropólogo”.

Para isso é preciso, antes de tudo, conhecer como têm sido pensadas as intervenções governamentais, de modo que alguma reflexão sobre a participação de antropólogos [...] se conecte com um estudo denso dos dispositivos de poder em que se inserem, quer participem ou não de *políticas públicas*. (LIMA; CASTRO, 2008, p. 352-357).

Para os autores, em um diálogo com Meny e Thoenig (1989 *apud* LIMA; CASTRO, 2008), as ações em políticas públicas se apresentariam...

[...] como o resultado da capacidade de um Estado nacional (e liberal-democrático) de resolver problemas públicos (isto é, daqueles indivíduos que, especialistas integrantes da administração pública ou por ela contratados, identificam como coletividade destinatária e “interessada” na sua solução). [...] A capacidade de ação do Estado (isto é, de fornecer “respostas” às “demandas sociais”) aparece como elemento central nessa linha de formulação para definir a qualidade e as opções adotadas pelas “autoridades públicas”. A serviço desta ação planejada e orientada, encontram-se, em especial, os técnicos e os especialistas da gestão pública, capazes de eleger ainda outros especialistas para desenvolver propostas específicas. (LIMA; CASTRO, 2008, p. 360-361).

Neste momento, estamos em um ponto de inflexão importante para o problema da presente pesquisa, tendo como perspectivas as, assim nomeadas, atuais políticas públicas de juventudes no país, cujo marco ganha forma na década de 2010, com a aprovação do Estatuto da Juventude⁴⁵.

Como essas “políticas públicas” tomaram o sentido de sua execução entre populações situadas em territórios específicos, defrontei-me com algumas demandas locais por resolução de “problemas públicos” nem sempre equalizados com as recomendações da “administração pública”. Essa distância entre a recomendação da ação na política e a presente necessidade dos jovens se tornou algo que perfez os dados coletados, e, de algum modo, apresento, em certos momentos desta etnografia, como essas “discrepâncias” foram acionadas em campo.

⁴⁵ Há referências anteriores sobre políticas públicas destinadas para crianças e adolescentes com a fortalecimento via Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Ver Caldeira, 2011. Entretanto, a centralidade da categoria jovem como sujeito “beneficiário de formações e capacitações técnicas” e cuja inserção no mercado de trabalho é desejada pelo Estado brasileiro (democrático e liberal) se estruturou como uma política pública nacional de juventude *pari passu* ao Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013).

Neste caso, para fazer uma análise etnográfica desta empreitada, recomendam Lima e Castro (2008, p. 368) que nos livremos de alguns obstáculos, quais sejam:

O primeiro deles são as pressuposições apriorísticas de que as **políticas governamentais** sejam públicas – isto é, propomos eliminar doravante a idéia (*sic*) dos múltiplos e contraditórios implícitos pressupostos na noção de fins públicos, coletivos, em que mecanismos aportadores de “equidade social” (outra expressão da moda) funcionem gerando apenas positivities. (grifos meus).

Apointa-se, então, para o que seria um objeto a ser perseguido por uma Antropologia Social que pretende se descolar e ao mesmo tempo colaborar com a Ciência Política e com a Sociologia quando tratam de analisar políticas públicas, sendo assim entendidas as políticas governamentais como algo que está para além do território onde o desenvolvimento das ações ditas como políticas públicas se executam. Para Lima e Castro (2008):

Políticas governamentais devem ser entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações não redutíveis àquelas que estão definidas em termos jurídico e administrativos enquanto partícipes de administrações públicas nacionais. Pensamos aqui não apenas em **ONGs e movimentos sociais, mas também em organismos multilaterais de fomento e de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento**. Isto implica dizer que a identificação de problemas sociais, a formulação de planos de ação governamental, sua implementação e a avaliação de seus resultados se dão em múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, no entrecruzamento de amplos espaços de disputa, muitas vezes desconectados entre si em aparência. Tal desconexão é efeito dos modelos analíticos que visam entender os dispositivos de governo adotados como portadores da racionalidade tão perseguida na ciência política, e que calcam tal racionalidade numa lógica fortemente marcada pela idéia (*sic*) de Estado nacional. (p. 373, grifos meus).

Tendo em perspectiva esse tipo de proposta como uma referência para a atuação da Antropologia em diálogo com outras áreas de saber das Ciências Sociais, a minha pesquisa apontou, de algum modo, quando cito, verifico e articulo dados, aspectos relativos às políticas governamentais que integraram o Estado nacional brasileiro e se interligaram no âmbito das ações políticas de saúde, Direitos Humanos e juventude a partir da ação de organizações da sociedade civil, mas com o recorte nas gestões municipais, e, devido às restrições da própria pesquisa, esparsamente articulado ao âmbito estadual e federal.

[...] redes sociais muito abrangentes, conteúdos simbólicos e formas sociais variadas e em confronto participam dos jogos de poder que se estabelecem em torno do reconhecimento de um conjunto de relações sociais como matéria para intervenção governamental, nomeando-as e gerando programas de ações sobre as mesmas, dotados de amplo reconhecimento social, com fundos estáveis que os suportem, com estratégias e táticas de ação a eles acopladas. Os variados usos conceituais do termo campo em antropologia convergem na direção de uma dimensão particularmente significativa desses espaços: a do conflito em termos de interesses, de significados, de retóricas, muitas vezes encobertos pela suposta homogeneidade lingüística (sic), por um aparente horizonte comum de signos compartilhados. (LIMA; CASTRO, 2008, p. 373).

Na metrópole Fortaleza, a execução dessas políticas *in loco* pode ser observada e descrita no equipamento Cuca, que funcionou entre os anos de 2015 e 2018, período da coleta de dados desta pesquisa, realizada por meio de observação, conversas informais, entrevistas e da interação da pesquisadora em campo. Mas também pode ser descrita por meio de análises de documentos e entrevistas ou conversas sobre o nascedouro deste projeto chamado Cuca, como foi possível acessar por meio de documentos, e em conversas realizadas com agentes públicos e consultores do projeto. Esses dados que serão apresentadas no decorrer desta tese, assim como dados das descrições dos momentos em que eu estava “fazendo coisas junto”⁴⁶ com jovens no Jangurussu e educadores sociais que transitavam pelo Cuca Jangurussu.

Da perspectiva de Lima e Castro (2008), o Estado, imaginado enquanto uma *entidade nacional*, também deve ser observado por entre suas engrenagens, em suas agências e fluxos históricos, e quando esta “entidade” é acionada por empregados, ativistas e intelectuais no intuito de observar e de algum modo “predizer” sobre a...

[...] garantia de diversidade sociocultural ou para a redução das desigualdades sociais [...] pensando-se as intervenções governamentais como políticas públicas com capacidade de racionalmente efetivarem-se,

⁴⁶ “Fazer coisas junto” é uma expressão que calhou para o modo como conduzi boa parte do trabalho em campo. Em momentos diversos estávamos atuando em conjunto as/os jovens, educadoras/es sociais e eu. Um bom exemplo para explicar essa experiência é a forma como os insumos pensados para finalizar as oficinas de redução de danos surgiam. O mote da oficina e algumas informações técnicas quem lançava eram educadoras sociais, juntamente comigo e em alguns momentos a Mel estava presente. Entretanto, o resultado era sempre coletivo já que nas oficinas eram construídos e transformados informações e conhecimentos. Após o plano muitas vezes o que ocorria na atividade se transformava para além do planejado. As bituqueiras, utensílios desenvolvidos numa oficina onde falávamos sobre fumo/tabaco, foram o exemplo material neste caso. Pensado e explicado sob um formato, na hora de fazer os rapazes e moças que participavam da “roda das 4:20: chá e café” fizeram sua própria forma de corte das garrafas plásticas utilizadas ali com areia para receber as bitucas de cigarros com o intuito de que não ficassem mais pelo chão daquela área do anfiteatro onde havia festas, apresentações e era o local onde acontecia a “rodadas 4:20”. Richard Sennett (2012) apresenta argumentos em torno do modo ritual de cooperar e competir tanto na natureza e como também entre culturas, daí surgiu a primeira inspiração para o modo como compreendi o “fazer coisas junto”. Juntei a isso a compreensão da forma como Mitchell (1999) nos apresenta o “efeito de Estado” entre *politics* e *policy* (ALCANTARA; VALLE, 2011).

ainda que geradoras de efeitos indesejáveis. (LIMA; CASTRO, 2008, p. 375). [...]

Daí, então, podemos pensar políticas públicas como parte desse processo do “fazer-se Estado”, maleável, mutável, configuração plástica e escorregadia. Em tal concepção, os centros simbólicos e de exercício de poder não necessariamente coincidem e operam de maneira racional, e toda a panóplia dos múltiplos exercícios de poder contidos em certo território definido como soberano têm tanta importância quanto os pequenos e grandes rituais, os jogos lingüísticos cotidianos e as crenças pelos quais a *cives* se faz *polis*. (LIMA; CASTRO, 2008, p. 376).

Neste sentido, utilizo-me da transcrição de um dos meus diários de campo, no qual evidencio as forças de agentes operadoras das políticas municipais de juventude na busca por garantias de direitos, para situar no campo o intrincado modo com que se confrontam com as agências desempenhadas pela segurança pública, e, neste caso, a Polícia Civil. Em meio a eventos que evidenciam esse confronto, e aos quais jovens moradores de periferias são cotidianamente submetidos a vivenciar, aponto para a forma com a qual as agentes políticas do Estado, neste caso, funcionárias do Cuca, apresentam-se para ouvir, refletir e tentar encaminhar o caso trazido pela jovem interlocutora desta pesquisa que as implica em cena:

Um diário de um processo: o dia em que o irmão de Bia foi preso⁴⁷

Nesse período em que estava me inscrevendo em campo, ainda me aproximando de Bia, uma jovem moradora do Jangurussu, soube por um colega, que seu irmão havia sido preso no dia anterior. Depois que soube falei com ela e combinamos de nos encontrarmos no Cuca Jangurussu. Fui até lá com Isis, diretora de direitos humanos do Cuca, e no equipamento falamos com Bia para tentar dar suporte ao fato que envolveu seu irmão. A gestora chamou-nos para sala de apoio médico, junto com a advogada do equipamento e perguntou à Bia o que e como aconteceu. Bia expôs o que aconteceu em sua casa na noite anterior. Contou que seu pai estava em casa quando o policial, “o mesmo que persegue os meninos do movimento [tráfico]”, entrou na casa deles usando as chaves da própria porta. Essas tinham sido apanhadas com o irmão de Bia. O pai dela falou que ao vê-lo na sala perguntou o que estava acontecendo. Ele respondeu que o filho dele havia sido autuado em flagrante com droga e que ele estava entrando na casa para buscar algo em seu quarto, fazer uma busca. Bia contava isso com uma expressão de indignação porque havia e ela reconhecia um problema, a forma ilegal como a casa foi invadida. Ele estava sem mandato para entrar naquele domicílio. Ela contou que seu pai ainda perguntou se ele teria um mandado de busca. O policial civil, apenas respondeu com outra pergunta: você quer que eu complique a vida de vocês e do seu filho?

Ao ouvirmos esse relato compreendi a demanda de Bia como uma busca por suporte em termos jurídicos para que se soubesse em qual delegacia seu irmão estava, e se possível encontrar vias para que ele não ficasse preso. Isis e a advogada que ouviram seu relato propuseram dois passos como possibilidade para tentativa de resolução e encaminhamento. 1) Bia ficou de falar com seus pais para informar-lhes que havia falado com essas

⁴⁷ Transcrição integral de trecho do diário de campo (de 26 de novembro de 2015).

peessoas no Cuca e também conversarem sobre os passos dados pela advogada do Cuca e em seguida verificar se e como a advogada do Cuca poderia interferir nesse processo e 2) a advogada ficou com o nome completo do irmão de Bia para solicitar informações no Fórum sobre o caso. A diretora de DH antes de sair disse que, por via particular, poderia acionar uma parente que era defensora pública no estado, para buscar informações que pudessem colaborar com a situação. Ainda levantou a possibilidade de que o caso dele poderia ser resolvido de modo rápido, através da solicitação de uma audiência de custódia⁴⁸, buscando uma pena alternativa à prisão. O irmão de Bia já tinha mais de 18 anos, já não era réu primário, e o receio dela era que ele “descesse” logo para o presídio. Após algumas semanas de sua prisão houve uma audiência de custódia onde a defensoria pública atuou em sua defesa, ainda assim recebeu uma pena que variou entre o regime fechado e aberto. A detenção durou aproximadamente seis meses, mais algum tempo cumpriria a pena sob regime aberto. A primeira locação em regime aberto foi no CAPS AD que cobria sua região de moradia. Segundo Bia, ele disse que não foi bem recebido e não foi aceito, e então comunicou ao Fórum sobre este episódio e então, realocaram sua medida para a prestação de serviço em um equipamento público no bairro José Walter. Em nossa última conversa sobre o assunto, Bia comentou que ele não estava cumprindo o cronograma de atividades de trabalho a ser prestado como serviço à comunidade.

Com este recorte, pretendi mostrar como Bia reconheceu no Cuca um espaço onde a política de juventudes é operada em prol deste grupo etário, e como ela chega até lá para buscar os seus direitos. Em resposta, as operadoras desta política se sensibilizam para a situação denunciada e agem de modo particular. Observar como essa cena se desenvolveu foi relevante para demonstrar quão plástica ou maleavelmente pode ser interpretada a ação de sujeitos interessados na política pública. E, de algum modo, é assim que esta política se “faz Estado”, conforme apontaram Lima e Castro (2008).

3.1 Política Pública de Juventude – Fortaleza

A partir das narrativas sobre este período em que os Cucas foram construídos, soube que uma das primeiras iniciativas do poder público municipal foi a encomenda de uma pesquisa quantitativo-qualitativa denominada *Retratos da Fortaleza Jovem*. Essa foi uma

⁴⁸ Esse procedimento jurídico teve seu princípio celebrado em Fortaleza no dia 21 de setembro de 2015. O objetivo principal da criação de uma vara específica para apresentar pessoas autuadas em flagrante à um/a juiz/a é fazê-lo com o menor tempo possível. A média de tempo entre a prisão e a apresentação do preso a/o juíza era de 6 meses. A média alegada pela juíza titular da vara em novembro de 2015 era entre sete e quinze dias. Resultando dessas audiências a prisão ou a liberação dos presos com ou sem medidas cautelares. Entre as medidas cautelares comuns estão a instalação de tornozeleiras eletrônicas. (Disponível em: <http://www.tjce.jus.br/tv-judiciario/balanco-audiencia-de-custodia/>. Acesso em: 22 abr. 2017).

medida utilizada pela prefeitura para que se planejasse uma ação organizada em torno de um projeto de política pública focado em adolescentes e jovens das periferias da cidade.

A pesquisa e o seu relatório ficaram sob responsabilidade do Instituto da Juventude Contemporânea⁴⁹ (IJC). O IJC é uma organização não governamental fundada em 1999. A ONG foi contratada pela Prefeitura para essa tarefa, e foi escolhida por sua experiência em pesquisas e porque desenvolvia trabalhos sociais envolvendo jovens institucionalizados (em cumprimento de medidas socioeducativas) ou não, na cidade de Fortaleza. A ONG contava também com financiamento privado para projetos específicos.

Desde a década de 1970, um dos “problemas” identificados com essa classe etária por parte dos *mass media* e por pressão dos governos europeus, e também os norte-americanos, (YOUNG, 1972; COHEN, 1972; THOMPSON, 1998) é a perniciosa relação entre juventudes e uso de drogas. E, naquela pesquisa, apareceram recortes relacionados à questão de jovens e o uso de substâncias psicoativas entendidas como “drogas”. Portanto, entre as noções que guiam as políticas destinadas aos jovens, um dos “problemas” situados como demanda por gestão é a relação entre jovens e o “uso de drogas”.

A pesquisa afirmava serem sujeitos centrais as/os jovens que viviam nas seis regionais – unidades territoriais que ordenam burocraticamente a cidade para a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Por “centrais” leia-se tanto o sentido de ser esse o recorte geracional observado, entrevistado e descrito nas análises, como de compor e até certo ponto planejar a pesquisa com jovens pesquisadores, aplicadores de questionários e supervisores de campo, a partir de um processo de iniciação às técnicas de pesquisa, de questões e de metodologias próprias das Ciências Sociais e da Estatística.

Segundo o relatório, o grupo, durante a aplicação dos questionários e observação de campo inicial, aperfeiçoou os próprios instrumentais da pesquisa (FORTALEZA, 2006). A composição do grupo de pesquisadores de campo foi feita de acordo com a vinculação de adolescentes e jovens ao ensino médio público, e de graduandos vinculados a cursos como Ciências Sociais e Serviço Social como pesquisadores supervisores de campo. Alguns deles já faziam parte de ações que o próprio IJC empreendia em escolas de Fortaleza.

Com esse tipo de procedimento, dá-se valor à “capacidade social, política e cultural da juventude” (FORTALEZA, 2006), como descrito no relatório dessa pesquisa, em que se

⁴⁹ Segundo informações do *site* da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), a missão do IJC é “promover o desenvolvimento integral da juventude fortalecendo processos de aprendizagem e autonomia para a efetivação das políticas públicas, o IJC tem se tornado referencial em trabalhos com juventude no Ceará e Nordeste”. Disponível em: www.abong.org.br. Acesso em: 1 fev. 2018.

constata também que, no seu escopo metodológico, teórico e analítico, esta ensejou pôr em prática os pressupostos presentes no Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude da cidade de Fortaleza:

Os pressupostos do Programa Integrado de Políticas de Juventude são: a) pensar a juventude como política de Estado; b) garantir a participação da sociedade civil na construção das propostas, políticas e agendas públicas para o tema; c) trabalhar com a diversidade dos públicos jovens; d) centrar a discussão sobre direitos juvenis numa perspectiva de inclusão social e cultural, evitando tratar os jovens apenas a partir de questões negativas como drogas, violência e delinquência (sic); e) apostar na transversalidade e intersetorialidade das ações, atividades e programas, sem perder o enfoque juvenil. (FORTALEZA, 2006).

Um dos resultados dessa pesquisa, e que foi utilizado e destacado no texto guia de apresentação do projeto Cuca, apresenta percentuais relativos às demandas por atividades nos equipamentos a serem construídos:

Podemos qualificar a demanda pelo equipamento de modo mais específico nos seguintes termos:

66% dos jovens demandam um Cuca orientado para EDUCAÇÃO.
 47% para ESPORTE e 46% para SAÚDE PREVENTIVA.
 28% dos jovens demandam FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A ÁREA DE CULTURA e também por FORMAÇÃO ARTÍSTICA (11%).
 23% querem o Cuca voltado para INCLUSÃO DIGITAL.
 20% para CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
 19% para LAZER E ENTRETENIMENTO.
 11% para ECOLOGIA.
 10% para PRODUÇÃO CULTURAL.
 10% para COMUNICAÇÃO POPULAR.
 8% para IDÉIAS E PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS CULTURAIS.

Quando nos voltamos para as atividades e áreas de formação mais requisitadas, temos o seguinte quadro de evidências:

Cursos livres (53%), Oficinas (44%), Grupos de Estudo (36%), Palestras (32%), Filmes (26%) e Debates (23%) são as atividades mais desejadas. Esporte (46%) e Música (41%) são as áreas mais requisitadas. Todavia, temos uma representação razoável para outros itens de formação como: Dança (25%), Artesanato (23%), Teatro (23%), Vídeo e TV (21%), Literatura (21%), Cinema e vídeo (20%) entre outros. (FORTALEZA, 2010).

A partir da análise de documentos que registravam a regulamentação operacional do Programa Integrado de Política Pública para Juventude (FORTALEZA, 2010) em Fortaleza, foi possível identificar dois “Componentes do Programa” cujos títulos eram *Fortalecimento*

de *Capacidade Institucional e Desenvolvimento de Novas Tecnologias Sociais*, organizados da seguinte maneira:

Quadro 2 – Componentes e ações das políticas no Cuca.

Componente I	Fortalecimento de Capacidade Institucional
Subcomponentes	Políticas Públicas
	Comunicação Social
	Monitoramento e Avaliação
Componente II	Desenvolvimento de Novas Tecnologias Sociais
Subcomponentes	Projeto Cuca (Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte)
	Projetos Inovadores de Atenção à Juventude
Projetos	Formação e Incentivo ao Protagonismo Juvenil
	CredJovem (“Concessão de Crédito para a criação de empreendimentos solidários”)
	Abrindo Espaços (“Projeto que objetiva construir de forma participativa até 09 equipamentos culturais, esportivos e de lazer”)
	Pré-Universitário Popular de Fortaleza – POPFOR (“Projeto com objetivo de preparar jovens de baixa renda para o vestibular em Fortaleza”)
	Projovem Urbano (“Ações educacionais articuladas que propiciem aos jovens a elevação de seu nível de escolaridade, objetivando a conclusão do Ensino Fundamental e sua qualificação profissional instrutória (sic) para o trabalho”)
	Projovem Adolescente (Projeto que estimula o processo de socialização e de trocas culturais diversas, sendo capaz de transformar a realidade em que vive o beneficiário)
	Adolescente Cidadão (“projeto que visa contribuir para a inserção do jovem no mundo do trabalho através de formações e vivências profissionais”)
	PROINFOR (“Projeto de formação e qualificação para o mercado de trabalho integrado à política de software livre e de inclusão social.”)

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Programa Integrado de Política Pública para Juventude (2006).

Entre nomes e siglas de projetos encontradas no documento, há apenas a citação à *Campanha de Saúde Juvenil*, cuja descrição afirmava se tratar de um “Projeto de capacitação sobre as temáticas Drogas e Saúde Sexual/Reprodutiva”, porém, esta campanha não foi mais

citada em nenhum momento na sequência do documento⁵⁰. Ao que indica, a ideia de prazer e risco estão intimamente associadas, vide a vinculação entre drogas, sexo e reprodução em campanhas e projetos promovidos pelos governos e até mesmo por ONGs.

Pelo que depreendi da leitura deste documento, vários dos projetos citados no Quadro 2 seriam desenvolvidos em Cucas (inicialmente, um equipamento foi construído na SER I, para, em seguida, tornar-se uma rede com outros dois equipamentos situados em duas outras regionais – SER V e SER VI). Portanto, a criação deste equipamento era a principal dentre as propostas indicadas na regulamentação de projetos. O documento define: “Os Cucas são, por excelência, espaços onde serão desenvolvidas atividades artísticas, culturais e esportivas dirigidas à população jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos” (FORTALEZA, 2010, p. 72).

Conforme pude verificar no trajeto histórico recente de tal empreitada, realizada pela Secretaria de Juventude de Fortaleza⁵¹, a proposta conectava entes municipais, federais e as agências e/ou bancos de fomento internacionais:

Em 18 de maio de 2007, a GTEC/COFIEIX, recomendou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a aprovação por meio da Recomendação nº. 930, a Carta Consulta que propõe o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza – PIPPJF. Assim, a partir de então, a Prefeitura Municipal de Fortaleza iniciou a elaboração dos estudos, planos e projetos necessários à formatação e preparação do PIPPJF.

Em 27 de Março de 2008 foi sancionada, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF, a Lei nº. 9349, que autoriza a realização de operação de crédito externo pela Prefeitura junto ao BID, no valor de até US\$ 30.060.000,00, destinado ao financiamento do PIPPJF, que precedeu solicitação à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX para análise de viabilidade da referida operação financeira.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza solicitou à SEAIN, na Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, a elevação do valor do Programa em 10% do valor originalmente proposto em virtude da apreciação do Real diante do Dólar Americano, bem como ampliação do prazo de execução para 5 (cinco) anos, cujo parecer favorável daquela entidade foi dado em 22 de Agosto de 2008, através da Resolução nº. 397. (FORTALEZA, 2010, p. 8)

O período indicado para execução deste programa foi o de cinco anos. Contava-se com uma unidade de gestão com autonomia administrativa e uma comissão de licitação, que dariam apoio aos trâmites de compras e contratação de serviços.

⁵⁰ Documento de Regulamentação Operacional consultado por meio de cessão de funcionários do Cuca.

⁵¹ A coordenadoria de Juventude se configura institucionalizada e ligada ao gabinete da prefeita em Fortaleza a partir de 2006. Até essa criação as políticas desenvolvidas para um recorte etário específico eram executadas por uma fundação municipal, a Fundação da Criança e da Família (FUNCI).

O valor final do financiamento foi de...

[...] US\$ 66.132.000,00 (sessenta e seis milhões, cento e trinta e dois mil dólares americanos), sendo US\$ 33.066.000,00 (trinta e três milhões, e sessenta e seis mil dólares americanos) financiados pelo Banco e US\$ 33.066.000,00 (trinta e três milhões, e sessenta e seis mil dólares americanos) provenientes da contrapartida local. (*Idem*, p. 9).

3.2 O projeto Cuca

Como venho seguindo na argumentação sobre as conexões entre os modos de gestão de pessoas pelo Estado, tendo em vista o viés da saúde e do marcador geracional juventude, busquei nos Cucas por modos de acompanhar, descrever e compreender *in loco* como essas questões se desenvolveram, tendo em vista a relação entre jovens e RD para o uso substâncias psicoativas. E, nesse sentido, o projeto Cuca Saudável me apareceu como um oportuno objeto para aplicar esta estratégia de análise.

O Cuca é tido pelos operadores da política municipal como um equipamento ligado à secretaria municipal de juventude, e que surgiu, conforme o que pude compreender, com o propósito de fornecer espaços e subsídios para formar e informar jovens que estavam nas periferias da cidade, onde pouco investimento historicamente fora feito por parte de ações de governos, especialmente em áreas como cultura, arte, direitos sociais, orientação profissional e quanto a espaços para práticas de esporte, acesso a filmes em salas de cinema, a bibliotecas, a peças em teatros, a apresentações artísticas e espaços de lazer (FORTALEZA, 2007, 2010).

A partir de pesquisas em documentos do e sobre o equipamento Cuca, e também em artigos, monografias e dissertações que trataram do bairro Jangurussu, além das conversas, observações e entrevistas com jovens locais, gestores e operadores que estiveram vinculados ao projeto (desde a elaboração até a execução dos Cucas em Fortaleza), apresentarei, nesta sessão, uma aproximação do equipamento sob a ótica do que foi ou tem sido o Cuca entre **o que deveria ser e o que teria sido**, no que toca as ações e estratégias de RD, com base em narrativas e experiências relatadas por alguns dos idealizadores do projeto e seus operadores, e pelos seus jovens beneficiários.

Numa conversa realizada em 2017, na atual sala de trabalho de uma gestora,⁵² que à época trabalhou na concepção operacional do projeto do Cuca Barra/Cuca Che Guevara – o

⁵² Algumas/alguns interlocutoras/es, a depender da frequência em que estiveram presentes nesta pesquisa, terão seus nomes suprimidos ou serão identificadas/os por letras de abreviação ou codinomes para tentar evitar e sua identificação.

primeiro destes equipamentos construídos na cidade –, soube, por ela, que desde a arquitetura do prédio até as atividades com parceiros iniciais para projetos a serem executados no local, havia uma preocupação com a “conexão entre o que a prefeitura ofertaria e o que a população local esperava ou precisava”.

Para a construção do prédio em questão, houve a abertura de um concurso nacional junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB – Sessão Ceará), com o objetivo de selecionar um projeto arquitetônico que pudesse abrigar as características tidas como desejáveis para o equipamento. A ideia, segundo expôs a gestora, era que houvesse um espaço atraente para que a população jovem sentisse vontade de estar lá, citando, por exemplo, as arenas e pistas de esquite como algo que poderia gerar esse interesse. No texto para premiação do edital do concurso, seguiam as seguintes orientações:

A proposta estabelece a apropriação do espaço de forma convidativa, determinando planos e eixos visuais com ampla permeabilidade e integração. Os setores foram divididos e organizados por três volumes principais: teatro, atividades múltiplas/ administrativas e o ginásio poliesportivo coberto. Além das áreas descobertas: quadra de areia/apoio; praça de exposições; piscina; teatro de arena/esportes radicais e quadra polivalente. A idéia (sic) estruturada é fundamentada em critérios espaciais dispostos de forma funcional e racional que pudessem manter uma relação dinâmica e flexível. Foram propostos materiais e tecnologias construtivas adequadas a nossa realidade cultural, sustentados nos princípios de síntese formal, expressividade e exequibilidade (sic). O emprego de materiais tradicionais e outros de grande eficiência ambiental foram determinados para a melhor relação custo x benefício, visando à viabilidade econômica, durabilidade e manutenção. O fato da pré-existência de uma estrutura edificada e das características topográficas locais e contextuais direcionou à tomada de decisões organizativas adequadas aos novos usos, incorporando sistemas flexíveis que permitissem a reestruturação dos espaços com o máximo de aproveitamento possível. A inserção de elementos, formas, texturas e cores estilizadas em referência a história, cultura e tradição regional, foram importantes para a caracterização de uma identidade local. Um resgate e uma releitura de todo o espectro social de forma a proporcionar uma evidente exaltação dos valores humanos existentes de forma positiva, lúdica e de esperança. (SUZUKI ARQUITETURA, 2006, grifos meus).

Segundo a entrevistada, o primeiro Cuca da cidade de Fortaleza foi fruto do debate entre movimentos sociais de juventude – Movimento de Hip Hop e Cultura de Rua (MH2O), Encontro de Jovens com Cristo (EJC), Pastoral da Juventude, entre outros – e a recém-criada Coordenadoria Municipal de Juventude, subordinada ao gabinete da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O primeiro mandato daquela gestão municipal realizou reuniões e assembleias de planejamento do Orçamento Participativo (OP) com representantes desse estrato social. Das

reuniões, formularam-se documentos escritos por equipe técnica da prefeitura, e, em seguida, criou-se a política pública e os projetos já citados. E a execução do projeto Cuca demandou edital para a arquitetura do prédio, conforme apresentado, em concurso de modelo. Quando conversava com a gestora, ela lembrou que o projeto “surgiu de uma folhinha de papel com ideias e solicitações de jovens iniciada em reuniões do planejamento participativo na cidade”, e, em seguida, tornou-se um programa para a política de juventude do município. Disse ela:

As assembleias foram realizadas pela cidade inteira e verificou-se a demanda por espaços onde a juventude pudesse estar fora das escolas, fora de formação profissionalizante, exclusivamente, e que pudesse acessar cultura, esporte, leitura, além de lazer e diversão.

A ideia era um projeto que diferisse dos Centros Sociais Urbanos (CSU), lembrou a interlocutora:

[...] um projeto da ditadura militar [brasileira – 1964-1980] que contemplava um projeto de família, onde criança, adultos e idosos todos dividiam um mesmo espaço. Queríamos algo diferente também desse modelo da escola; com aulas, programas de conteúdos fixos, com carga horária fechada, enfim... O que seria importante para esses espaços tinha a ver com uma questão técnica, garantir bons materiais, para trabalhar com audiovisual, rádio, comunicação, música, dança... Mas, isso foi uma grande batalha. Mesmo dentro de uma gestão do PT. Porque há a pressão de outros setores da sociedade que não apoiam esse tipo de inovação: um centro para o jovem. Para eles fazerem o que quiserem.

Então, reformar os CSUs não era uma opção, pois havia essa memória associada ao período ditatorial brasileiro, e a gestão municipal, na época, entendia não querer vincular um projeto novo, com um propósito tão distinto, àquela história. Em âmbito nacional, como já apontado anteriormente, a política sobre juventude ganhava espaço e notoriedade. Foi então que, a partir de uma pesquisa realizada por técnicos do BID, localizou-se os pontos da cidade onde havia concentração do público a ser beneficiado, devido às condições em que se buscava interferir com a execução do projeto. O Clube de Regatas do Ceará foi então adquirido pela prefeitura para ser o espaço onde o novo prédio seria erguido. Um consórcio celebrado entre a Prefeitura de Fortaleza e o BID, orçado em R\$ 9 milhões, daria prosseguimento ao projeto vencedor do concurso.

Continuando com a fala dessa interlocutora: ela dizia que esse tipo de projeto também poderia inserir parte dos “jovens no mundo do trabalho e de conquistas”, argumentando que,

se o jovem passa 2h na “boca”⁵³ e ganha dinheiro em troca de trabalhos, então, as bolsas que o Cuca ofereceria para a manutenção dos jovens em cursos deveriam ter como parâmetro a tentativa de competir com esse tipo de atividade. Esse discurso bastante difundido, e até certo ponto contraditório, mas com o que foi indicado o seu propósito inicial, ganhava corpo diante dos balizadores que eram acionados para recebimento de recursos para tal investimento dos bancos internacionais.

Com a execução desse projeto, segundo ela, tentar-se-ia criar a possibilidade de outros “planos e projetos de vida junto com os jovens”. Um dos passos citados por ela foi a criação e gerenciamento de um banco de cadastros de jovens que passaram por formações no Cuca, a serem encaminhados para atuação no mercado de trabalho e na educação de outros jovens, como multiplicadores. Portanto, segundo ela, o Cuca seria como “um espaço onde haveria disputa com outros investidores, por exemplo, o tráfico”, em um processo que ela nomeou de: “o poder público em batalha no território”. E continuou:

Quando outras secretarias viram a apresentação do projeto e souberam como seria executado começou... um ringue de brigas. Porque cada secretaria do município queria ter uma sala dentro do Cuca e foi difícil manter o propósito inicial, não lotear o Cuca, devido as negociações de espaço e cargos dentro da política tradicional na prefeitura. Mas, nós tínhamos bem organizado no projeto as diretorias (divididas em Formação/Educação, Direitos Humanos, Programação e Difusão) e o modo como promoveríamos as atividades. Agora, mais um desafio foi os jovens virem ao equipamento. Achavam que aquilo não era para eles. F. S. e uma pequena equipe inicial foram as pessoas que trabalharam bastante para que essa aproximação entre o equipamento e a comunidade se desse. E assim foi...

Quando lhe perguntei sobre o motivo da escolha administrativa da prefeitura por uma Organização Social (OS)⁵⁴ na gestão do Cuca, ela respondeu que, inicialmente, houve o tal convênio com o BID, citado acima, seguido por um contrato de gestão que durou em torno de 7 meses. E defendeu a escolha por um OS devido a três motivos: a forma de prestação de contas com transparência (levando em consideração as legislações do município, do estado e da união); a urgência na contratação de pessoal (pois levaria muito tempo para fazer concurso

⁵³ A boca aqui é a palavra – utilizada localmente – para tratar do espaço onde vende-se substâncias ilícitas. Poderia ser comparada ao termo biqueira utilizada no sudeste do Brasil para tratar desses pontos de venda.

⁵⁴ O Instituto de Cultura Arte, Ciência e Esporte – Instituto Cuca – segundo seu regimento alterado pela 4ª vez em 2014 era uma “associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de interesse coletivo e caráter eminentemente organizacional, assistencial, esportivo, recreativo, educacional e cultural, sem cunho político ou partidário qualificada como Organização Social pelo Decreto Municipal nº 12.587 de 23 de outubro de 2009 publicado no Diário Oficial do Município de Fortaleza/Ceará em 11/06/2009. (Capítulo I do Estatuto do Cuca, p. 10 do documento de alteração do regimento).

público, e isso, diante de uma proposta como a do Cuca, inviabilizaria o projeto), bastante facilitada com a terceirização (assim, era um modo de garantir a abertura do equipamento); e a flexibilidade para o manejo de verbas operacionalizadas com maior celeridade do que se ocorresse como em um órgão do município (por exemplo: “repor uma bola furada se tornava mais simples”). E seguiu:

A entrada no teatro, para muitos daqueles jovens era algo inimaginável, e isso começou a acontecer. Isso poderia ser um motivo para dar uma parada no tráfico, no uso de drogas, agora tem o Cuca no caminho. E acredito que tem dado certo. Recentemente estive no Cuca Jangurussu e vi o mutirão de jovens fazendo a limpeza do anfiteatro, parece que estão se apropriando do espaço.

Diante desse relato, parece haver uma tentativa da gestora de compreender o próprio Cuca como um espaço potencial para reduzir danos relativos ao uso de drogas pelos jovens simplesmente por se oferecer ali um espaço e várias atividades que fossem diferentes das que corriqueiramente eram ofertadas aos jovens naquela região. Ao mesmo tempo, a disputa com o “tráfico” era algo pouco explícito e verificável, pois, pelo que pude perceber em campo e verificar por meio de dados secundários de pesquisas quantitativas, é que, desde então, vem ocorrendo um crescimento no número de jovens pauperizados encarcerados, penalizados ou monitorados com o uso de tornozeleiras eletrônicas, e ainda o número de jovens mortos e/ou assassinados.

Outras duas funcionárias do Cuca citadas por essa interlocutora como sendo “pessoas empolgadas” com o projeto eram J. M. e A. A. Elas, junto à F. M., tinham papel de destaque nas negociações com o território da Barra do Ceará. Começaram convidando para as reuniões a comunidade do entorno do equipamento ainda na construção, em seguida, elas fizeram um programa que se chamou *Cuca na Comunidade*, e que consistia em um turno onde um grupo de trabalhadores do Cuca se dirigia a locais onde a população do território pouco acessava os serviços ofertados, entregavam um caderno (publicação mensal) contendo as informações sobre as atividades no Cuca e esclareciam sobre a programação de eventos, o calendário de matrículas em cursos ou aulas, e explicavam como os jovens deveriam fazer para se vincular ao Cuca Barra.

A leitura e estudo feito nos documentos do projeto Cuca, seguindo com pesquisas em documentos, e materiais impressos fornecidos em campo, *sites* e páginas oficiais, e ainda nas conversas durante a observação e a participação como voluntária do Nuced junto ao Cuca Jangurussu, fizeram-me perceber que houve uma alteração no título, retirando-se **Ciência** do

nome original do projeto. Perguntei se ela saberia o que havia mudado para que Ciência não fizesse mais parte do nome do projeto, ao que responde: a Ciência no Cuca foi pensada como inovação, ou como tecnologia, mas a falta de crédito do poder público fez com que o setor privado se apoderasse de muito do que estava sendo gerado no Cuca. O que vingou na época foi a aproximação, por exemplo, com o Instituto Povos do Mar, onde tinha as aulas de surfe para jovens do local, mas se confundia o voluntariado com parceria e acabou se desgastando o crédito que o projeto tinha com o Cuca. Ela citou um relatório feito pelos técnicos do BID, com dados sobre o impacto que o Cuca teve após os dois primeiros anos de sua abertura, em que um dos dados relevantes, disse ela, era a comparação entre o valor de custeio/benefício (em termos de problemáticas a serem enfrentadas pelo Estado). Assim, tratava-se de algo bastante promissor, seguindo sua argumentação em favor da manutenção do projeto para as juventudes em condições economicamente vulneráveis.

Perguntei sobre como havia sido pensada a gestão das áreas externas, tais como o anfiteatro, a quadra de areia e a pista de esquite, tendo em vista essa demanda por integração entre espaços de atividades do Cuca e o território onde se implantaram. Ela, demonstrando ter pouco tempo para continuar a conversa, visto que estava em expediente de trabalho, ou não querendo tocar nesse assunto, disse somente que:

A ideia era que houvesse convivência entre diferentes partes e grupos do território. Era que as pessoas de um bairro pudessem se encontrar com as de outros nesses espaços. Coisa muito complicada devido aos conflitos das gangues e agora do tráfico. A praça bem iluminada deveria servir para abrigar o que a comunidade trouxesse. Mas, a piscina era tanto uma força como uma fragilidade para nós, porque além dos jovens, mais gente queria usar, as crianças ficavam lá, adultos também queriam usar. Os períodos em que o equipamento ficava fechado e que apenas a guarda municipal ficava zelando o Cuca eram conflituosos porque era a hora em que a piscina era invadida, e isso atrapalhava o tratamento da água para que as aulas de natação pudessem acontecer, além de gerar desentendimento entre a população do local e a política executada para a juventude. O guarda-corpo já foi pensado e posto justo para tentar evitar acidentes com as crianças. Outra questão que tínhamos era com a iluminação, sempre apareciam lâmpadas quebradas, a qualidade do material com o qual foi feito a praça era de qualidade ruim, por isso rachava e logo parecia malcuidada.

Essa conversa com uma das primeiras gestoras do Cuca foi importante para repensar o projeto numa perspectiva histórica, ainda que em curto prazo. Foi necessário fazer algumas ponderações sobre as suas afirmações, o que pretendi desenvolver ao longo da pesquisa, mas creio ter obtido, naquele momento, alguns indicadores para seguir com algumas perguntas

ao campo: como as ações e estratégias de RD estão chegando até jovens que estão no Cuca Jangurussu? Como estão reinterpretando essas ações em suas narrativas e em suas ações?

Eu tinha, já marcada para o mês de março de 2018, uma conversa/entrevista com um professor universitário que prestou consultoria na elaboração desse projeto, porém, após dois contatos para confirmar o encontro, não recebi mais retorno.

Mas, creio que, em posse destes dados, pude ter melhores condições de realizar uma análise de políticas governamentais, tomando como base a assertiva de Lima e Castro (2008), citada neste texto, de que a interface de políticas governamentais com as ações de RD (então desenvolvidas e observadas no contexto específico desta pesquisa) poderão trazer luz sobre questões relacionadas ao modo como juventudes periféricas têm sido geridas pelos poderes locais, tendo como incentivos certas diretrizes e certos acordos transnacionais.

3.2.1 Sobre a Diretoria de Promoção de Direitos Humanos

A Diretoria de Promoção de Direitos Humanos (DPDH) compunha o programa de promoção de Direitos humanos deste equipamento e de promoção da política de juventude da cidade. Tratava-se de uma equipe de promoção à saúde, tendo como ações os projetos: *Cuca Saudável*, *Orientação Profissional/Projeto de Vida*, *Educação em Saúde* e os *Plantões Psicológicos*; e sendo composta por uma psicóloga, uma assistente social, uma pedagoga e três ou quatro educadoras/es sociais.

A interface do Cuca com o Nuced se fez por meio das equipes de Direitos Humanos, com as solicitações por ações de RD nos seus espaços. O Cuca Saudável, um dos programas desenvolvidos pelas equipes, tinha como propósito incentivar práticas saudáveis entre os jovens que frequentavam o Cuca, e foi por meio das demandas desse programa que surgiu o projeto sobre *Juventudes e drogas*, e assim as atividades foram firmadas dentro do programa de trabalho dos funcionários. Algumas conversas para alinhamento e para o planejamento de atividades eram realizadas na sala da DPDH, e outras conversas eram realizadas durante as caminhadas e tentativas de resolução de conflitos, enquanto acompanhava educadores sociais pelo Cuca ou pelo território no seu entorno.

Em meados de outubro de 2016, estabeleceu-se um momento de reunião, e que ficou internamente conhecido como “formação em equipe”. Eram duas horas de atividade no dia, reservadas na semana, para que acontecesse o planejamento do grupo, toda segunda-feira. Fui convidada como especialista no assunto: uso de drogas e redução de danos para facilitar

a formação; o que, neste caso, chamei de “conversar com a equipe da DPDH sobre o uso de cocaína ou o uso de pó”. Nesse dia, apresentei também o que eu pretendia fazer no Cuca.

Os educadores sociais, que participaram da formação, eram moradores de regiões periféricas. Eles que ficavam com estes jovens durante muitas horas de seus dias e conheciam detalhes sobre o modo como as pessoas acessavam e faziam o uso das drogas. Conheciam também alguns dos efeitos desse uso em seus corpos e em suas vidas, pois estes deviam ser compartilhados, ao menos, em conversas, ou até em demandas por ajuda. Obviamente, certos interlocutores são informantes preciosos para se acessar certas dimensões de significados, e ter isso em mente durante o campo também faz parte de um modo de fazer etnografia, pois só quem pode fornecer informações sobre esses aspectos são as pessoas enredadas nesse território por suas interações sociais.

Conforme MacRae (1994), os usuários de substâncias psicoativas são estigmatizados por suas práticas, que são moralmente condenadas. E o acesso a informações a respeito dessas pessoas é bastante restrito, necessitando de metodologias que privilegiem dados qualitativos, pois muito do que essa população acredita, usa e faz só pode ser acessado pelos significados socioculturais, e a permanência em campo poderá trazer dados mais bem situados do que os coletados em questionários ou enquetes desenhadas para produzir dados quantitativos.

Ainda segundo MacRae (1994, p. 100):

Para tanto não bastam os gráficos ou os dados brutos como costumeiramente apresentados por pesquisas quantitativas, tornando-se também necessárias as descrições densas de padrões e circunstâncias de uso, o estudo detalhado de práticas de risco, a busca de novas variáveis importantes que possam ter passado despercebidas, e a contextualização desse uso em relação ao estilo de vida do usuário e suas relações sociais, ou seja, os significados atribuídos a ele.

Solicitei a gravação daquela conversa/formação como parte da coleta de dados desta pesquisa, e fui autorizada pelos participantes. Inclusive, uma das educadoras disponibilizou seu aparelho celular, dizendo que poderia gravar melhor que o meu, pois o microfone era de boa qualidade. Expliquei-lhes que suas identidades seriam preservadas, e que quando citados em falas isto se daria com de nomes fictícios ou codinomes que eles poderiam escolher.

Os educadores, durante a formação, sinalizavam que o uso de “pó” entre alguns dos jovens era problemático, pois eles estavam “cheirando na tela dos celulares”, ou na louça dos banheiros do Cuca. E, assim, foi-me explicitada a necessidade de discutir sobre o tema.

Na oportunidade, o Cuca estava contratando dois educadores sociais para compor a equipe como redutores de danos, que fariam parte da turma de uma formação planejada para ser realizada com as integrantes do Nuced.

Iniciei a minha fala com uma contextualização histórica sobre o uso de cocaína no Brasil, tomando como referência o livro de crônicas, organizado por Beatriz Resende (2006), *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*. Apresentei a forma como a cocaína era utilizada pelas camadas altas no Brasil. Mostrei como era vendida até meados dos anos 1930, nas farmácias, e como as camadas sociais abastadas tinham contato com seu uso e qual era a sua forma de tratar aquelas pessoas que passavam a usar a droga de modo abusivo: em casas de repouso. Após isso, contextualizei como a forma legal de classificá-la como ilícita trouxe uma nova dinâmica para a distribuição e o consumo na América Latina, mostrando-lhes que o fluxo que antes abastecia as farmácias passou a abastecer bocas e biqueiras, especialmente, operadas por populações que não estavam encaixadas num mercado de trabalho formalizado – apontando ainda para os potenciais lucros com a venda de uma mercadoria não taxada por impostos, mas com altos riscos para a liberdade e para a vida destes negociantes, visto que os códigos de conduta do negócio corriam ao largo das regulações jurídicas do Estado.

Ainda situei um pouco do contexto político na ditadura militar no Brasil, quando os presos políticos, em grande maioria ligados ao comunismo, estavam em presídios em que também ficavam presos comuns, como, por exemplo, o Escadinha. O diálogo entre os presos políticos e os presos comuns despertou as primeiras ideias que embasaram o nascedouro de organizações civis dentro dos presídios, sem um cálculo exato dos efeitos que estariam por vir. Resistência⁵⁵, um dos educadores sociais, cita que daquela organização surgiria a Falange Vermelha, grupo que se organiza para reivindicar direitos dos presos dentro dos presídios. E, dentre outras pautas, abordava-se:

[...] a questão da alimentação, do banho de sol, das visitas. E naquele período da ditadura militar havia bastante restrição aos presos comuns, não é?! Por assim dizer, e os presos políticos tinham de certa forma um pouco mais de acesso a esses direitos. Até porque a grande maioria dos presos políticos ser de uma classe média que vinha da universidade, que já vinha de um setor da sociedade mais bem visibilizado e tal e faziam com que esses presos [comuns] pudessem ter esse acesso. [...] Inclusive tem um filme, “400 contra um” que conta um pouco da realidade daquele período. [...]

⁵⁵ Esse pseudônimo foi escolhido por ele. Disse que se identificava assim por ter uma longa trajetória (ele tinha 36 anos, à época) de lutas pelo pelos direitos de pessoas como ele, referindo-se a sua origem social de uma família cuja mãe era uma trabalhadora informal, afirmando que foi salvo do trabalho no tráfico por pouco. Morador de um bairro pauperizado, era educador social há mais de 10 anos, e sua memória de resistência se combinava com a participação em projetos sociais em áreas consideradas de “vulnerabilidade social”.

Onde ali se forma a primeira organização de dentro dos presídios para fora. E quando eles saíram do presídio, voltaram para os morros e começaram a fazer assaltos de bancos, sequestros e iniciaram a vender mercadorias ilícitas no varejo. Porque até então não havia essa comunicação, conexão com a Bolívia. Então, a cocaína chegava aqui via varejo. E apenas nos anos 1980 é que começam a surgir os atacadistas. Na literatura, sobre o Nem da Rocinha, [cita o livro *O dono do morro*], o autor, um jornalista britânico, cita que o Fernandinho Beira Mar vai ser um dos primeiros atacadistas a fazer essa conexão Brasil-Colômbia. (Resistência, 2016).

Ele continuou sua fala explicando qual seria a diferença entre o atacado e o varejo nesse tipo de comércio. Falando:

Os atacadistas são aqueles que acessam a pasta base, ou seja, aquela mercadoria (expressando um sentido de grandeza com as mãos e expressão facial) e com um estado altíssimo de pureza e ao chegar nas bocas ela passa a ser o varejo, e passa para as mãos dos vapores ou gerentes para que estes possam distribuir essa mercadoria para que ela circule principalmente nos bairros de classe média. Voltando a discutir as facções, o Nem, participava da ADA que era uma facção que fazia frente ao Comando Vermelho, no Rio de Janeiro e as milícias. É um contexto diferenciado do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo. Então, eles tinham internamente um recorde de classe social para quem serviriam a droga “de qualidade”. Quem era pobre e preto era maconha, quem era de classe média, playboy, cocaína. [...] E há uma modificação desse mercado da droga no varejo, que aconteceu nos anos 1990, que é a chamada democratização, se assim podemos dizer, que garantir o acesso a essa droga [cocaína] sem nenhuma qualidade para o uso. Você vai ter droga batizada cm até 4 por 1⁵⁶. (Resistência, 2016).

Resistência ainda falou que a cocaína vendida nas periferias da cidade de Fortaleza era adulterada...

[...] com bicarbonato, outros comprimidos... tem muita coisa, mas cocaína mesmo, passa longe. E, por a galera desconhecer, não entende muito bem o que era essa droga com qualidade. Então, o preço vai ficar mais acessível, sendo vendidas em ‘bombom’ ou balinhas, e agora tem até pulga que custa uns dez reais. E, a partir daí, a presença do crack também se torna forte nas periferias. (Resistência, 2016).

Jangu, também educador social, fez um paralelo com sua leitura do livro *O Dono do Morro* (2016), de Misha Glenny, cujo teor da escrita é considerado uma “crítica política a guerra às drogas” por Gil Alessi (2016), em matéria do periódico *El País*. O livro apresenta

⁵⁶ Chama-se droga batizada àquela droga que passa por processo de adulteração para que renda melhores lucros, a despeito da qualidade. A mercadoria vendida como cocaína é acrescida de outras substâncias em forma de pó, e assim se faz render algo mais para estes pequenos vendedores.

uma narrativa sob a ótica de um “traficante” e seus argumentos em relação a sua postura frente ao modo de gerir o seu negócio de produtos ilegais (de drogas e armas) no Morro da Rocinha. Jangu se aproxima do contexto da Rocinha dizendo:

[...] lá eles adotaram como medida a proibição da venda de loló, rivotril e crack, e então, só deixavam disponível a maconha e cocaína. Porque eles viam no uso do crack uma degradação do ser humano. Tendo uma visão quase que moralista sobre esse uso, os próprios traficantes. Lembrando que esse era um acordo de controle para evitar roubos e agressões dentro da favela. (Jangu, 2016).

As chamadas “cracolândias” cresceram já nos anos 2000, como lembrou Resistência, quando parte dessas pessoas que usavam *crack* nas favelas foram expulsas desses territórios (morros e comunidades) e passaram a se aglomerar em logradouros e em praças próximas ao Centro ou bairros comerciais, onde têm a possibilidade de usar e ter a quem pedir dinheiro para manutenção desse uso, em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Eles ficam materialmente impedidos até de fazer roubos violentos, porque sequer têm acesso a uma arma de fogo, mesmo que seja alugando armas para cometer 157⁵⁷ ou outros crimes. Então, eles ficam totalmente marginalizados. E continua:

Esse é o momento em que surgem os estatutos das facções, inclusive aqui no território a gente teve a “oportunidade” de participar de uma reunião em que um dos caras falavam que existe um estatuto e que eles sabem decorado desde o artigo um até o artigo final. Então, existe essa forma de organização política das organizações como PCC, Comando Vermelho, ADA, Família do Norte, enfim, e as outras facções menores que deixa bem claro: ao desobedecer a algumas dessas regras ou vai ser expulso da comunidade ou vai pagar com outras sanções que pode ser até perder a própria vida. Então, são medidas de um extremo autoritarismo, chegando ao ponto de estabelecer penas de morte, e isso fortalece uma dinâmica de expulsão de usuários de outras substâncias, inclusive derivados, como é o próprio crack. (Resistência, 2016).

Esse mesmo interlocutor passou a trazer a reflexão que fazia para o contexto local, dizendo o que ouvia de alguns dos jovens, então ligados a um grupo organizado de comércio de mercadorias ilícitas/ilegais, “o Comando”, e que andavam pelo Cuca:

[...] o Comando disse que não pode isso, não pode o uso da lorena aqui no anfiteatro do Cuca Jangurussu nos reggaes e nem nos rolezinhos. Isso já é

⁵⁷ Referindo-se ao Art. 157 do Código Penal brasileiro, que diz: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa”.

um reflexo dessa organização desses estatutos no nosso território e das sanções que ele desencadeia diante de uma desobediência, ou diante de qualquer ‘furo’ cometido diante do estatuto. (Resistência, 2016).

A questão posta em perspectiva por Jangu, tendo como norte o que foi dito no livro referido, sobre um líder do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e o modo como se organizavam o comércio e as posturas de pessoas naquele território, fez-me ver como havia certa tentativa de analisar, em comparação, como as forças de organização desse tipo de mercado ilegal se desenvolviam naquele território vivenciado pelas/pelos educadoras/es sociais.

Para um começo de diálogo sobre a demanda apresentada pela equipe nessa reunião, Jangu falou que precisavam saber melhor sobre o modo por meio do qual poderiam acionar os sistemas do Estado para garantir o fluxo desses jovens, quando buscassem por apoio de saúde. Resistência complementa, tomando a literatura já citada e a experiência de morador de locais pauperizados, dizendo que o crescimento e a organização desses grupos são, em grande parte, facilitados pelo Estado, que não está presente como deveria nestes locais, e cita o exemplo da Rocinha, no Rio de Janeiro, onde as pessoas não têm acesso à saúde e nem a uma educação de qualidade, ou saneamento básico, como também, não “têm um dentista”. E é aí que...

[...] entram os traficantes que estão ali mais próximos e garantem essa lacuna deixada pelo Estado. E diante disso a comunidade e algumas associações começam a respeitar e apoiar esses sujeitos, inclusive politicamente, quando eles começam a bancar vereadores.

Entrei na conversa afirmando que as políticas de segurança pública do Estado, como, por exemplo, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em morros do Rio de Janeiro, poderia ser vista como instrumento demarcador sociotemporal e talvez promotor da pulverização desses comandos para outros locais. Situação esta em que alguns daqueles envolvidos com o crime organizado se viam retornando à terra natal de seus pais ou parentes, outros saindo das grandes metrópoles sitiadas em busca de menor tensão na execução de suas atividades laborais, como a venda a varejo de mercadorias ilegais.

Com o fortalecimento político e econômico desses grupos localmente chamados de “facções”, inclusive com a pactuação de regras a serem cumpridas nos seus territórios, como seria o caso dos *Estatutos das Facções*, do Primeiro Comando da Capital – PCC (BIONDI, 2010), que, assim como o Comando Vermelho (CV), realizava os “batizados” de associados dentro de rituais específicos. Ao que parece, esse tipo de ligação começou a criar condições

para que a gestão de pessoas e de territórios fosse possível, tanto por meio de trocas materiais, posto que o Estado, de algum modo, deixa espaços ausentes diante de um papel constitucional estabelecido e não completamente cumprido, mas também por meio de uma ordem extrema de terror e de violência (LIMA, 2017), aplicadas de modo incisivo nos corpos e nas vidas dos moradores dos territórios “dominados”, gerando regulações sociais e corporais locais.

Nesse momento, comecei a expor informações sobre como as ações direcionadas para a “epidemia da AIDS”, então nomeadas preventivas à contaminação do HIV/AIDS e outras doenças transmissíveis por meio do sangue ou de fluidos corporais daqueles que carregam o vírus, ocorridas no início da década de 1990 no Brasil, tornaram-se referência para a política de cuidado relacionada ao uso de substâncias psicoativas no Brasil no momento atual. Assim, foram as ações de distribuição de seringas descartáveis e de entrega de preservativos junto a informações de saúde, realizadas inicialmente na Bahia e em São Paulo, que, realizadas por Programas de Redução de Danos (PRD), ficaram conhecidas por políticas de RD.

Lembrei a elas e eles também que o *crack* chegou ao Brasil nos anos 1990, como uma nova mercadoria no largo rol de “drogas” à venda ilicitamente, num período em que os usos de injetáveis eram atravessados pelos discursos associados ao HIV/AIDS e a outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), de difícil manejo ou incuráveis. Contextualizei aqueles meus colegas também quanto à forma como os riscos decorrentes da via de administração da cocaína de modo fumado e não mais injetado poderiam ser entendidos como um efeito desses modos de gerar cuidado, de fazer circular informações e as campanhas de informação podem acionar discursos de pânico moral e de saúde, e, com isso, podem realocar o *status* de determinadas práticas, que passaram a ser vistas como marginalizadas e de risco.

Aqui, pergunto-me, como antropóloga, pesquisadora e redutora de danos: poderia ser esse um dos efeitos das ações de RD? O que se pode retirar desse diálogo com um grupo de pessoas de uma geração que usava cocaína, estimulantes e/ou derivados de ópio de modo injetável e que passaram a usá-las (ou ainda a outras substâncias) com um modo distinto de administração, buscando, com isso, menos riscos e/ou danos em termos de infecções e/ou de adoecimentos relacionados?

Já Fernandez (1993, 2007) apontou uma outra preocupação que também alcança aos pesquisadores das Ciências Sociais, da Saúde Coletiva e os epidemiologistas, sobre as formas como usuários de cocaína endovenosa relatavam seus modos de uso e seus rituais de controle do risco.

Segundo o autor, essa preocupação...

[...] parte da premissa que, em torno do consumo de drogas, desenvolve-se um conjunto de ações, regras, valores e rituais, e que as diferenças nos grupos de usuários e nas substâncias injetadas trazem importantes variações na prática de injeções, modificando graus e situações de risco para a transmissão do HIV. Pôde-se constatar que os grupos e as diferentes substâncias injetadas pelos usuários condicionam formas de preparo e uso, modificando a exposição dos indivíduos às situações de risco que propiciam a infecção pelo HIV. (FERNANDEZ, 1993, p. 12).

Michel Pollak (1990 *apud* FERNANDEZ, 1993, p. 23) também advertia que:

[...] a AIDS difere das doenças que, nos últimos tempos, serviram de campo empírico às pesquisas sociológicas, e isso porque constitui um objeto privilegiado de observação das conexões existentes entre as ordens biológica, social e moral.

Portanto, a própria tradição dos estudos sociológicos e antropológicos começara a se voltar aos “problemas” em que questões biológicas, sociais e morais estabeleciam interface, e isso, especialmente, no âmbito das grandes cidades.

No esteio dessa discussão, Soares *et al.* (2009) reiteraram o que vem sendo afirmado como uma memória desses trabalhos desenvolvidos no âmbito dos cuidados entre pessoas que fazem uso de drogas ou que podem vir a fazer o uso:

Estudo desenvolvido por Canoletti e Soares (2005) atesta que os projetos de prevenção ao consumo prejudicial de drogas no Brasil – que, até a década de 1980, eram pautados em uma política ocasional e descontínua – a partir da década de 1990, começam a sofrer modificações, impulsionadas pelas políticas relacionadas à prevenção da AIDS. Observa-se, então, uma crítica em relação às abordagens aterrorizantes que compunham o arsenal da abordagem da guerra às drogas, trazida dos Estados Unidos, e uma preocupação com a educação dos jovens. Embora não seja tão recente, trata-se de um movimento ainda incipiente e em transição, cujo foco se desloca da droga para o indivíduo que consome a droga e, em alguma medida, também para o contexto social; no entanto, sem discutir as raízes estruturais do envolvimento dos indivíduos com a droga. (SOARES *et al.*, 2009, p. 190).

Pareceu-me que o que estava em jogo ao ser convidada para esta roda de conversa era pôr-me como um tipo de “mediadora”, com certa *expertise*, no sentido de tratar as questões interacionais relacionadas à prevenção e RD para o uso de drogas, assim como alguém que poderia dar informações sobre a rede de cuidados e os modos de encaminhamentos, em se tratando de casos graves como emergências ou uso abusivo de psicoativos.

Reconhecida por meio de minha atuação em pesquisas e em facilitação de formações, pelos coordenadores e supervisores da Diretoria de Promoção de Direitos Humanos, eu poderia mediar as demandas que chegavam aos educadores e educadoras sociais sobre questões enfrentadas pelos jovens que frequentavam o Cuca, além atuar junto aos gestores menos informados ou ainda mais resistentes à ideia de cuidado e respeito aos direitos dos usuários. Mais diretamente, poderia ajudar a fundamentar as ações (a partir de portarias de ministérios e de orientações técnicas) dos educadores sociais da DPDH, que por seu turno tinham bastante conhecimento não só empírico, pois experienciavam de modo cotidiano e dramático os problemas que envolviam jovens de baixa renda em suas relações de consumo e tráfico com várias drogas.

Um dos motes para o convite desta “formação” foi o relato da demanda recebida por uma educadora social por parte de um dos jovens que reclamava estar usando “pó” de modo descontrolado. Os “problemas” que poderiam advir com uma alta frequência desse tipo de comportamento nos fez buscar por vias de se estabelecer protocolos para guiar o trabalho da equipe quando esse tipo de demanda surgisse. Ou ainda, o receio de alguns dos trabalhadores do Cuca passarem por um momento em que uma overdose acometesse um jovem dentro do equipamento. O que fazer? Quem buscar? Como agir imediatamente? Uma questão crucial ali era saber como deveriam proceder a fim de fornecer atendimento tanto emergencial, como acompanhamento continuado para quem estivesse precisando de cuidados desse tipo. Essas eram algumas das questões que lhes perfaziam os interesses nesse momento.

A informação eficiente é aquela que possibilita uma análise em relação às opções possíveis, quais sejam: o uso racional e responsável de drogas ou os benefícios da abstinência. Carlini-Cotrim (1992) pondera que não se deveria interferir no direito que o cidadão tem sobre o seu corpo, e que o uso de drogas não necessariamente interfere negativamente sobre a sociedade. Sendo assim, a competência do Estado sobre o consumo de drogas deveria circunscrever-se às ações que interferem diretamente na sociedade, isto é, aquelas que incidem sobre os danos relacionados à saúde e, sobretudo, à violência. Portanto, seria sobre esses danos, e não sobre o arbítrio dos cidadãos sobre si mesmos, que deveriam recair as políticas de prevenção ao uso de drogas, o que configuraria programas realistas, eficientes, eticamente corretos e providos de credibilidade. (SOARES *et al.*, 2009, p. 191).

Estudiosas, tanto da Saúde Coletiva, conforme acima foi citado, como das Ciências Humanas, em cruzamentos com temas relacionados à saúde e ao corpo, vêm argumentando que a perspectiva de exposição ética às informações, contando com argumentos de defesa, de postergação e considerando as diferentes características envolvidas no uso de drogas, e

feitas para os jovens, poderão trazer resultados mais interessantes do que as campanhas feitas em tom de proibicionismo, como no bordão: “diga não às drogas”. Posto que, ao se narrar características, efeitos e implicações corporais e sociais de diferentes substâncias, começa-se a abrir possibilidade de reflexão e possível autonomia no cuidado, e não apenas a ressaltar os danos, de que nem todas as pessoas que fazem uso sofrerão – ou terão a consciência de que sofrem.

4 REDUÇÃO DE DANOS COMO UMA LINHA GUIA

A expressão “Redução de Danos” tem uma longa trajetória histórica e geográfica, desde a noção de “*harm reduction*”, forjada junto ao relatório Rolleston, em 1926, até a sua chegada ao Brasil, no princípio dos anos 1990, quando foi utilizada como uma estratégia de saúde pública ligada ao controle da “epidemia de AIDS” (MESQUITA; BASTOS, 1994). No documento⁵⁸, produzido por médicos na Inglaterra, “*harm reduction*” teria como definição e propósito ser uma técnica utilizada por estes profissionais para a condução terapêutica ao administrar a dose da droga (especialmente, morfina e heroína) no usuário abusivo, de modo a provocar menos danos. Tomo como ponto de partida oficial sobre o termo este marco, e fiz um investimento em pesquisa de fontes históricas, crendo que nos serve aqui esta marcação, também por sua importância política.

Na Europa do início dos anos 1980, um grupo de ativistas chamado *Junkiebond* (FRIEDMAN *et al.*, 2007) mostrou, por meio de um movimento social de implicação, que pessoas usuárias de psicoativos forjavam e fortaleciam o uso de estratégias de autocuidado, minorando, em termos epidemiológicos, os riscos aliados a esses usos em relação à infecção por Hepatite B ou por HIV, por exemplo.

*A crucial portion of their initial core group had known each other during adolescence and also had considerable experience in political and activist thinking. Initial activities of the Junkiebond included mobilizing hundreds of users to demonstrate over drug policies, producing a critical booklet on procedures within methadone prescription programmes, pressuring drug treatment agencies to change how they related to patients, and pressuring policy makers to reduce health risks of IDUs due to syringe sharing and the use of polluted heroin. The Junkiebond started an underground needle exchange to protect against hepatitis B. This programme lasted until 1987, after local authorities decided to implement needle exchange programmes on a large scale (Jong, W. M. de, 1987; Jong, W. M. de & W. J. van Noort, 1987). (FRIEDMAN *et al.*, 2007, p. 110).*

Eles conseguiram, por meio de sua proximidade, iniciativa e confiança com outros usuários, resultados promissores em termos epidemiológicos com relação à redução de novas infecções por hepatites e HIV, ocorridas a partir do compartilhamento de seringas, e com isso chamaram atenção dos “*policy makers*” aos seus reclames, e passaram a ser incentivados por meio de prioridades na direção das tomadas de decisões nas políticas públicas de saúde e em

⁵⁸ No Relatório de Rolleston, estabelecia-se o “princípio segundo o qual o médico poderia prescrever opiáceos para os dependentes dessa droga, entendendo esse ato médico como tratamento e não como ‘gratificação da adição’” (BRASIL, 2001, p. 11-12).

políticas sociais que contemplassem aquelas pessoas que queriam parar de usar, mas sentiam dificuldade, ou aqueles que não podiam e/ou que não queriam parar de usar heroína – o que ocorreu na Holanda.

Ainda tratando sobre propostas de RD bem-sucedidas, tem-se aquelas descritas por Friedman e Des Jarlais (1994, p. 16-17):

As estratégias de redução de danos têm tornado possível o trabalho conjunto de instituições do campo da saúde pública e usuários para evitar mortes e outros graves problemas. Na Austrália e em diversos países da Europa, os usuários de drogas constituíram associações que têm como objetivo o trabalho conjunto de redução da disseminação do HIV; auxílio a usuários com AIDS, endocardite ou vítimas de overdose; pressionar por políticas de drogas mais humanas e envidar todos os esforços para que os serviços médicos tratem os usuários como verdadeiros seres humanos. [...] Em suma, o conceito de redução de danos lida com a ideia de solidariedade, solidariedade contra a disseminação do HIV e do vírus da hepatite C, solidariedade contra a pressão que fazem com que usuários cometam atos anti-sociais contra seus familiares e outras pessoas próximas, solidariedade mesmo contra a repressão policial, que mais agrava do que minora os danos decorrentes do uso. Redução de danos é algo que diz respeito à dignidade humana, ao estímulo a decência e ao sentimento de companheirismo que é inerente a maioria dos seres humanos, a despeito das pressões de desejar uma dose sem dispor de recursos para tal.

E foi apenas no final da década de 1980 que houve o entendimento médico-científico e epidemiológico de que as infecções por HIV/AIDS e outras ISTs transmissíveis por meio do soro sanguíneo eram potencializadas pelo uso compartilhado de objetos perfurocortantes. Estratégias como trocar seringas utilizadas por novas, recolher aquelas já utilizadas e apoiar pessoas soropositivas foram algumas das ações colocadas em prática por grupos de usuários e por alguns profissionais da saúde que se dedicaram a este cuidado no Brasil. Os discursos de alguns médicos (FIORE, 2006) e alguns epidemiologistas (MESQUITA; BASTOS, 1994; ANDRADE, 1994; ANDRADE *et al.*, 2001) sobre os efeitos de estratégias como essas para se estancar “epidemias” desse tipo foram centrais para justificar o acionamento de estratégias de RD como uma via de prevenção à infecção pelo HIV/AIDS e outras ISTs.

Apontado o alto risco de infecção por compartilhamento de materiais perfurocortantes (tais como as seringas e agulhas compartilhadas ou em reuso) como sendo a principal via de “contaminação” identificada, intervenções como aquelas passaram a ser o principal modo de apresentar o que se entendia por “estratégias de redução de danos” naquele momento.

Fiore (2006), em uma pesquisa qualitativa realizada em São Paulo, a partir de matérias jornalísticas (2001-2002) e de entrevistas (2003-2004), analisou, nesse contexto, os discursos

médicos no debate público, sendo estes veiculados nas mídias e em comunicações científicas. O autor expõe controvérsias dentro da categoria médica sobre a noção de “redução de danos”, vista como uma diretriz de um tipo de política pública ligada à saúde mental, apontando para as polarizações em termos de adesão do discurso sobre as estratégias de RD serem eficientes nas questões de saúde pública que afetavam o país naquele momento, ou seja, de que eram favoráveis à adoção dessa diretriz institucional, política e econômica, assim como para as variações desses discursos entre posturas proibicionistas e favoráveis à prática da abstinência e reflexões sobre os direitos individuais do cidadão brasileiro, que garantem sua autonomia de vontade sobre o próprio corpo.

Ao longo desses anos, desde a conturbada chegada da RD ao Brasil, primeiro, pela via da Epidemiologia e os seus controles, até sua adoção nas políticas públicas para a saúde mental, parece ter havido remodelações de sentidos, tanto relativas aos propósitos da RD, entendida como estratégia de intervenção, até os acionamentos políticos que a RD passou a desenvolver junto das políticas de Direitos Humanos.

As propostas de redução de danos (RD) vêm oferecer conjunto de alternativas preventivas e terapêuticas que não segregam, mas, ao contrário, integram essas pessoas, dentro de uma perspectiva renovada, na qual o que interessa não é a abstinência obtida a qualquer custo e em prazo curto, mas a convivência menos danosa (ou mesmo não-danosa) com o uso de drogas. Essa proposta não exclui a abstinência como uma alternativa, obviamente, “radical”, já que não existem danos decorrentes do consumo de drogas na ausência desse consumo. A abstinência, contudo, é apenas possível, à curto prazo, para um subconjunto de usuários de drogas. (CAMPOS; SIQUEIRA; BASTOS, 2005).

Espinheira (2004) apresentou uma abordagem menos biomédica da noção de uma política de RD, tendo em vista que se utilizar das estratégias de RD implicava levar em conta a liberdade existencial de um ser humano, que é singular e carrega consigo responsabilidades sociais.

Andrade *et al.* (2001) demonstraram como o uso de injetáveis foi difundido entre a população pauperizada que vivia em algumas periferias de Salvador e na região central da cidade, entre os anos 1980 e 1990, e como o *crack* entrou nesses contextos em meio a uma modificação na oferta de mercadorias, o “pó” ou cocaína passava a dar espaço para a “pedra” de *crack*. Domânico (2006, p. 15) afirmou que “pesquisar as outras formas de uso de cocaína, em especial o uso do crack, implica no reconhecimento de particularidades socioculturais que interferem na adoção de comportamentos menos arriscados para o uso de drogas”.

Ao fazer a análise de um projeto piloto para implantação de um programa de RD em alguns estados brasileiros, Nuñez (1997 *apud* MALHEIRO, 2013) apontou a hipótese de que o fenômeno de substituição do uso injetável de derivados de cocaína pelo uso de crack entre a população por ela investigada se relaciona a uma mudança de prática social e corporal, e à continuidade das ações de RD empreendidas em áreas com alto índice de uso de psicoativos injetáveis.

Assim, parece haver um entrelaçamento entre o que afirmam Andrade *et al.* (2001), relativamente às mudanças de tipos de mercadoria em oferta no mercado ilegal de substâncias psicoativas, e Malheiro (2013), ao revelar que as ações de RD contínuas, no caso de projetos e ações estratégicas nos territórios analisados, trariam formas de apresentar possibilidades de cuidados e mudanças nos comportamentos (ali atribuídos aos rituais de controles), mostrando assim, para mim, a possibilidade de intersecção entre práticas mercantis, em diálogo com as ações apoiadas por políticas públicas de cuidado. É como se, de algum modo, certa dialogia se estabelecesse entre a cultura de usos, tensionada pelo risco de se infectar com algum vetor biológico ou adoecer pelo uso contumaz de uma substância, e a perenidade da demanda e da continuidade dos usos de drogas, muitas vezes prazerosos ou necessários ao modo de vida, e ao mesmo tempo danosos e arriscados, pois, embora contenham um hedonismo, para alguns os usos são “precários”.

Já Pablo Rosa (2012), com uma pesquisa qualitativa documental, investiga sobre os aspectos que levaram as políticas de RD a serem vistas como, ou a se tornarem, por um lado, ações progressistas, se postas em contraposição a visões proibicionistas, e de outro, porém, como armadilha de discursos acionados e operados, sobretudo, em espaços de gerenciamento de biopoder.

[...] não pretendo expor e nem analisar as políticas de redução de danos como estratégias de caráter exclusivamente progressistas e humanitárias na medida em que também as apresento como tecnologias de poder que capturam os indivíduos através de dispositivos de segurança e normalização decorrentes de saberes que operam por meio do tratamento, da superação das condições de vulnerabilidades, riscos e qualidade de vida. (ROSA, 2012, p. 13).

Rosa (2012) aponta, assim como Fiori (2006), para as possibilidades de haver, entre o discurso médico direcionado às estratégias de RD, um flerte com a possibilidade de manter sob o escrutínio médico o poder sobre o modo como determinados atos poderão ou não serem classificados como RD ou não, para além do caso do ferrenho discurso de psiquiatras, como

Ronaldo Laranjeira (2011), que são veementemente contrários à tolerância e ao apoio a quem usa drogas ilícitas. Contudo, a discussão sobre o uso ou abuso dos medicamentos controlados, e o modo como podem se tornar ilícitos a depender do modo de sua aquisição em farmácias, ainda não foi questão nesse debate.

Ainda temos, em meio a todas essas tecnologias de biopoder ou controle dos corpos, os grupos de Alcoolicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA), e as práticas diretas em grupos de ajuda mútua, que também difundem as suas convicções entre as comunidades terapêuticas favoráveis à abstinência de substâncias ilícitas e álcool.

Quanto aos medicamentos psicotrópicos e ao tabaco, apesar das leis que regulam seus usos terem avançado nos últimos quinze anos no Brasil, estes são tolerados, inclusive entre todos esses grupos aqui citados.

Partindo de uma perspectiva das Ciências Sociais, tem-se ainda o trabalho de Andrade (2009), que apresentou e analisou estratégias de RD em ambientes de festas e festivais ligados ao universo de música eletrônica, pondo-nos em contato com uma versão, digamos, liberal e antiproibicionista dos discursos relativos às tecnologias de gestão sobre as drogas e o corpo, que me parecem muito distintas do modo tutelar apresentado por Rosa (2012). Por exemplo, apesar da ilegalidade no Brasil, são feitas pelos coletivos de RD testagens de *ecstasy* durante festas e festivais, ofertando informações sistematizadas e apresentadas no ato dessa testagem, em relação ao conteúdo químico da “bala” e os possíveis efeitos em seus corpos, as interações e possíveis danos que o uso daquela substância poderia lhes causar. Isso auxiliava as pessoas na decisão sobre o momento e as condições que poderiam lhes trazer melhores sensações e segurança com aquele uso – ou que poderiam lhes fazer evitar o uso.

Há também alguns trabalhos relativamente mais recentes produzidos na área de Saúde Coletiva, na Região Nordeste do Brasil, e que nos ajudam a entender um pouco da história da RD por aqui, seja apresentando como algumas das ações e estratégias mais consagradas de RD vieram se formando no Brasil, como destacou a pesquisa de Cavalcante (2008), seja avaliando um caso de implantação da política pública de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, no Estado da Bahia, como fez Flach (2010).

Tomando como ponto de partida estudos e conceitos relacionados à Saúde Coletiva, Andrea Domânico (2006, p. 67) trouxe para as Ciências Sociais a noção de RD...

[...] como um conjunto de estratégias que visam minimizar os danos causados pelo uso de diferentes drogas, sem necessariamente ter de se abster do seu uso. (O’Hare, 1994, Marlatt, 1999). E, como não queremos extrapolar o marco histórico de emergência da redução de danos no interior

da literatura, nos remetemos aos vários autores que datam a oficialização da Redução de Danos em 1926, na Inglaterra, a partir da publicação do Relatório Rolleston (O’Hare, 1994, Mesquita, 1994, Wodak, 1998).

Já o trabalho de Cavalcante (2008) apontou, por meio de pesquisa documental, para como, nas legislações brasileiras referentes às políticas públicas voltadas ao uso de álcool e outras drogas, especialmente, a partir de 1970, deu-se a apropriação e o fortalecimento das categorias médicas, aquecidos pela OMS e amparados pelo código de adoecimentos (CID-10). E, como um reflexo, a adoção dessa concepção neste meio dialoga economicamente com os mercados nacionais e supranacionais de bebida alcoólica, tabaco e medicamentos.

Essa autora analisa ainda, então à luz de pesquisas epidemiológicas realizadas pelo CEBRID no Brasil, a perspectiva adotada nas políticas em saúde mental, em especial, a partir de 2005, com o propósito de discutir sua estruturação por meio das estratégias da RD, como uma das diretrizes das políticas de saúde mental em álcool e outras drogas (CARLINI, 2002, 2006 *apud* CAVALCANTE, 2008).

Apresentando um percurso histórico, com base em documentos sobre as legislações e políticas públicas referentes a drogas no Brasil, Cavalcante (2008) demonstrou como se estruturaram, enquanto referências na área de estudos e tecnologias de saúde, os centros de pesquisa, especialmente aqueles ligados aos cursos de biomedicina – dentre os quais se pode citar: o CORDATO na Universidade de Brasília, o NEPAD na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o CETAD na Universidade Federal da Bahia; e, por fim, o PROAD e o CEBRID na Universidade Federal de São Paulo.

Contextualizando, tem-se que, entre as décadas de 1990 e de 2000, consolidou-se no Brasil o Programa Nacional HIV/AIDS, quando se deu, a partir da estrutura estatal, melhor funcionamento ao controle da “epidemia de AIDS”, e de cuidados referentes ao tratamento e acompanhamento de pessoas vivendo com o HIV.

Em 1998, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma reunião entre as nações parceiras e fundou o UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes), em ação pactuada internacionalmente com os entes signatários, e que recomendava que cada país elaborasse a própria política de drogas. Com isso, em 2000, criou-se no Brasil o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD).

Esse sistema, como o próprio nome já adverte, estruturou-se influenciado por grupos ligados às comunidades terapêuticas favoráveis à abstinência – em especial, aquelas operadas com um viés de cura (e gerenciamento institucional) a partir de conceitos e grupos religiosos – e a psiquiatria manicomial. Mas o SISNAD foi questionado por profissionais da área, que

ficaram entusiasmados pelos resultados das pesquisas epidemiológicas encomendadas pelo Ministério da Saúde, que apontavam para o controle de novos casos de hepatite B e de AIDS, entre os anos de 1999 e 2002, e também por parte de pesquisadores e agentes políticos cientes dos resultados obtidos em países europeus, fortalecendo a ideia de que ações de RD poderiam trazer benefícios às populações “vulneráveis” à infecção pelo HIV/AIDS, especialmente as usuárias de “drogas” injetáveis.

Diante deste quadro, em 2004, o Ministério da Saúde brasileiro definiu a RD como:

Estratégia de saúde pública que visa a reduzir danos causados pelo abuso de drogas lícitas e ilícitas resgatando o usuário em seu papel auto-regulador, sem a preconização imediata da abstinência e incentivando-o a mobilização social – nas ações de prevenção e de tratamento, como um método clínico-político de ação territorial inserido na perspectiva da clínica ampliada (BRASIL, 2004).

Flach (2010) apontou para a questão da polifonia de sentidos que a RD ganhou no âmbito das políticas públicas brasileiras, contando que, quando consultou seus entrevistados, funcionários das redes de atenção à saúde mental, em sua pesquisa realizada na Bahia, entre 2008 e 2010, a RD se apresentou a ela como:

[...] uma intervenção para diminuir riscos e danos consequentes ao consumo de SPAs. Também é entendida como uma Política de Saúde e como uma estratégia que aproxima o usuário do serviço à medida que trabalha com o seu desejo e divide responsabilidades entre cuidador e paciente. (p. 38).

Esse dado corroborava a hipótese apresentada por Rosa (2012) em relação à via tutelar em que o Estado empreendia quando se utilizava das estratégias de RD como uma forma de “intervenção” para vincular usuários aos serviços por ele ofertados.

Flach (2010, p. 93) finaliza sua dissertação com a prospecção de que:

É possível citar pequenos avanços na participação social dos usuários de álcool e outras drogas, como, por exemplo, a institucionalização da prática de redução de danos pela Política do Ministério da Saúde, utilizando-a no seu marco teórico e enfatizando-a como uma importante estratégia para a atenção aos usuários de álcool e outras drogas. Este fato é referido como uma via de participação social na medida em que a redução de danos de certa forma convoca e viabiliza o diálogo entre o saber técnico e o saber popular. Considera-se que é a partir do saber popular, do que o usuário diz sobre seu uso de drogas e como expõe seus riscos que se torna possível a construção de estratégias de prevenção e intervenção.

Conceber as estratégias de RD tanto como ferramentas de cuidado relativamente aos usos de drogas, quanto como uma tecnologia de cuidado para se repensar modos de conexão entre pessoas, substâncias psicoativas e projetos de vida, observando aí as formas particulares com que são acionadas em territórios onde a sobrevivência é um dos principais desafios dos jovens, exigiu-me repensar o que significa RD para essas pessoas. Esse é um dos pontos que perfaz meu problema de pesquisa.

Aqui, portanto, as questões relativas ao que as juventudes de periferia apresentaram como sendo seus desejos estão em interação com o que me foi apresentado como estratégias de RD. Nos capítulos posteriores, retomo essa análise, para que então possamos compreender o que de fato é entendido como RD por meus interlocutores.

4.1 Redução de Danos abrindo portas para os Direitos Humanos

Outras políticas vieram juntamente com a noção de “cuidado em liberdade”. E, entre elas, uma incentivada desde o início da década de 2010, é a política para apoiar e garantir os direitos básicos para a população em situação de rua. São projetos que ganharam notoriedade no Brasil e que se consolidaram de alguma forma por meio de iniciativas como a *De Braços Abertos*, operacionalizada pela Prefeitura de São Paulo, e a *Corra pro Abraço*, desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia.

Esses projetos ofereciam de modo distinto apoio à população atendida, porém, ambos tinham em seu cerne a noção de que as práticas de redução de riscos e danos eram apropriadas para serem ofertadas a uma população pouco ajustada aos padrões de sociedade produtivista e individualista na qual estávamos imersos.

Pesquisadores como Taniele Rui (2012) e Ygor Alves (2017) foram responsáveis por produzirem teses antropológicas sobre as práticas e conhecimentos que circulavam no território reconhecido como “cracolândia”, situado na área central de São Paulo. Trataram, cada qual ao seu modo, de questões ligadas ao contexto precário no qual estavam imersas as pessoas em espaços temporariamente utilizados para permanecerem usando esse psicoativo.

Rui (2012) dá maiores detalhes sobre ações de ONGs e órgãos estatais e de governo responsáveis por políticas de saúde desenvolvidas nesse território, que não foi o único campo de sua pesquisa, já que iniciou sua pesquisa em Campinas, a terceira maior cidade do Estado de São Paulo. Já Alves (2017) consegue adentrar em análises interacionais, utilizando-se de contatos mais profundos e duradouros com pessoas que viviam naquele território. Ambas as

pesquisas nos possibilitam conhecer alguns dos impactos no programa *De Braços Abertos* na região e naquele contexto.

Alves (2017, p. 227) afirma que o programa *De Braços Abertos* e os campeonatos de futebol eram “iniciativas administrativas com importante impacto sobre o contexto social dos usuários de crack da região”. Esse autor mostra como políticas públicas destinadas a garantir respeito e o investimento em cuidados com aquelas pessoas vivendo sob o estigma de “nóia” ou “zumbis”, posto que permanecem usando drogas, podem ser a principal forma de manter “controles sociais formais” para com as pessoas que “não querem ou não conseguem parar de usar drogas” – lema que define as ações em RD.

Já o projeto *Corra Pro Abraço: o encontro para o cuidado na rua* foi desenvolvido com o apoio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, por meio do Centro de Referência Integral de Adolescentes, na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia. Em um registro sobre o projeto, publicado em forma de livro, há uma definição de como eram entendidas as atuações em redução de riscos e danos entre a equipe:

Constitui-se como um conjunto integrado de ações voltadas para reduzir consequências adversas do uso de drogas (legais ou ilegais), tendo como princípio o respeito a liberdade de escolha do sujeito em fazer uso dessas substâncias. Apoia-se na ideia de que existem pessoas que não querem ou não conseguem parar de usar drogas e revela, portanto, considerações pelas diferenças e valorização do usuário enquanto sujeito-alvo de situações de preconceito e outros tipos de violência, como, por exemplo, a violação dos seus direitos fundamentais. (CORRA PRO ABRAÇO, 2016, p. 69).

Percebe-se que uma das bases desses projetos ou programas sociais se fundamenta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento elaborado por representantes de diferentes origens culturais, geográficas e jurídicas entre a maioria dos países do mundo, que proclama, na Assembleia Geral da ONU de 10 de dezembro de 1948, pela primeira vez, uma orientação para todas as nações ligadas a esse organismo internacional no sentido da proteção universal aos Direitos Humanos. Este documento orientou as constituições federais de muitos estados democráticos desde então (OMS, 2017). Porém, diretrizes políticas relacionadas aos direitos de pessoas que usam drogas pouco foram levadas em consideração.

Em Fortaleza, iniciou-se um projeto por nome e propósito bastante próximo ao que ocorria em Salvador, o *Corre pra Vida*. Esse projeto, então vinculado à Secretaria Estadual de Políticas sobre Drogas (SPD), deveria ter como “clientela”, em termo êmico, a população em situação de rua. As ações desse projeto duraram pouco mais de um semestre, tendo como um de seus princípios norteadores o “cuidado em liberdade”. Forças políticas conservadoras

locais logo pressionaram a coordenação do projeto no sentido de ceder espaço às interações em comunidades terapêuticas, e trataram de minguar seus recursos humanos, vindo a reduzir o tamanho da equipe de atendimento, que contava com: assistente social, educador físico, psicólogo, redutores de danos e terapeuta, além dos funcionários de secretaria e de serviços gerais. O atendimento ocorria em um *container* preparado para tal, e instalado próximo a um dos locais reconhecidos como uma aquecida “cena de uso de crack” (BASTOS; BERTONI, 2014). Mas, na sequência, a coordenação foi afastada, em uma decisão no sentido de minorar a força trazida em apelo ao respeito à condição de usuário de drogas naquele contexto. Pôde-se ver assim a pouca vontade dos gestores locais em incentivar, manter e valorizar uma lógica de cuidado que primava pela redução de riscos e danos em uma população que despertava o interesse das comunidades terapêuticas e demandava flexibilidade no manejo.

Poucos são os projetos no Ceará a promoverem ações que busquem dialogar com as noções de Direitos Humanos e respeito à condição em que certos grupos ou redes de pessoas convivem no “mundo das drogas” (VELHO, 1975). Incluída, então, em uma minoria, a Rede Cuca, em seu organograma, mantém uma diretoria (a DPDH) de propósitos alinhados à busca por melhores condições no acolhimento feito em seus equipamentos, visando garantir alguns dos elementos que compõem uma vida digna para jovens que vivem nas periferias urbanas, em especial nas grandes cidades. E é preciso ter em mente que estes jovens, no atual contexto, compõem o grupo de pessoas que mais morre no Brasil.

Uma manchete no portal de informações e notícias UOL do Brasil dizia: “A violência interpessoal é a principal razão pela qual jovens de 10 a 19 anos perdem a vida precocemente no Brasil, revelou a Organização Mundial da Saúde (OMS) à BBC Brasil”⁵⁹.

Segundo o estudo *Global Acceleration Action for the Health of Adolescents*, feito pela OMS (2017), o Brasil está entre os países americanos considerados como no bloco de renda baixa/média, e um dos problemas de saúde, e, por conseguinte, social, enfrentado neste país é o alto número de adolescentes e jovens mortos vítimas da violência.

Quando busquei observar e analisar práticas de RD em atividades desenvolvidas por grupos de ativistas pró-legalização e coletivos antiproibicionistas, estava interessada em ver o que havia de criatividade e de resistência naquele modo de existir e de aprender e utilizar controles usando determinadas substâncias psicoativas, tendo como certo para esta pesquisa o uso de variadas drogas como hábito que perfaria o cotidiano ou algum momento da vida de

⁵⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2017/05/16/as-maiores-causas-de-morte-de-jovens-no-brasil-e-no-mundo-segundo-a-oms.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 31 mar. 2020.

meus interlocutores. Eu buscava compreender como as estratégias de cuidado e manutenção do uso de drogas, ainda que pouco seguras, especialmente em vista da forma de comércio ilícito praticada, poderiam ser utilizadas como extensão da vida, dando certa continuidade, e, assim, possibilitar-me-iam identificar algumas das implicações daquele manejo de uso de drogas na vida de jovens que frequentavam espaços dedicados a recebê-los como população prioritária.

A questão de fundo nunca foi a violência em si e talvez isso tenha sido uma pré-noção pouco valorizada por uma pesquisadora, até certo ponto idealista, exatamente porque tentava encontrar, diante do precário e do viável, os suspiros de vida das pessoas submetidas a viver em bairros com altos índices de violações de direitos. Mas a violência estava ali, nas diversas formas que a Sociologia já ousou descrever, desde a violência física, a partir da qual os corpos eram submetidos a expiações (FOUCAULT, 1979, 1987) por parte de grupos repressivos ou em disputas territorialistas (polícia, guarda, comandos e facções), até a “violência simbólica” (BOURDIEU, 1998), assim como nas negativas sorradeiras por parte de adultos funcionários dos Cucas, com o poder de abrir ou não uma sala para reuniões, a depender, por exemplo, de se julgavam o grupo de jovens a buscar ou a demandar o equipamento como se enquadrando ou não nos padrões que acreditavam dever ser apoiados com esse tipo de incentivo.

4.2 Os pulos

A vida na juventude tende a ser mais intensa que em outros ciclos vitais, por ser a adolescência uma fase efervescente de formação e de transição para a vida adulta consolidada, valendo maiores riscos pessoais e ao mesmo tempo maiores liberdades culturais para certas formas de transgressão. (ESPINHEIRA, 2005, p. 465).

Não eram raras as vezes em que educadoras/es sociais foram chamadas/os para tentar resolver o problema de crianças invadindo a piscina. Isso ocorria em alguns horários durante o dia, mas havia também invasões noturnas, feitas por jovens e por adultos. Nesses “pulos”, categoria êmica utilizada pelas crianças invasoras e por educadoras/es sociais ao se referirem a essas pequenas transgressões, ou rápidas incursões dos meninos para darem um mergulho, tinha-se já um conflito em campo. Acompanhei algumas das negociações que trataram destes episódios em que pequenos grupos, com três a cinco crianças, buscando por satisfazerem seu desejo por um banho de piscina, pulavam as grades e mergulhavam sem camisa, apenas com o calção que vestiam, sendo essas crianças logo surpreendidas e “convidadas” a saírem. Era a única forma encontrada por esses meninos – não acompanhei pulos protagonizados por

meninas – de ter esse seu desejo atendido. Eles sabiam que era uma transgressão às regras do Cuca, e que, após terem-na realizado, certamente viria uma reclamação da guarda local e em seguida uma conversa com educadoras/es sociais⁶⁰.

Para as/os educadoras/es sociais, desempenhar essa função era complicado, pois elas e eles reconheciam a demanda dessa população, que, embora não fosse o “público” do Cuca, também mereciam usufruir da água limpa, fresca e reluzente daquela piscina pública. Por seu turno, entendiam a demanda técnica exigida para o tratamento químico da água e de manter a piscina por algumas horas sem uso, além do risco de afogamento, pois várias crianças não sabiam nadar e a piscina tinha profundidades que iam até mais de 1,2 m e a possibilidade de aquele tipo de uso ser fator de contaminação ou de infecção por doenças com uso da piscina. Eram as/os educadoras/es sociais quem faziam o alerta, com pouco efeito, de que se a criança entrasse novamente na piscina algum deles teria que ir acompanhá-la até sua casa e reclamar sobre o mal comportamento com os responsáveis. Alerta que só funcionara para alguns, como pôde descrever o relato acima.

Algumas famílias se constituíam de modo bastante peculiar, se comparado ao modelo tradicional. Algumas crianças circulavam pelo Cuca no contra turno da escola, e as equipes não conseguiam controlar seu uso não autorizado de aparelhos desse equipamento, visto que as próprias características arquitetônicas visavam justamente facilitar o fluxo de pessoas nessa mesma condição social.

O rigor sanitário utilizado pela gestão dos Cucas, buscando evitar adoecimentos pelo uso descontrolado da piscina, mantinha a necessidade de se apresentar um atestado médico, informando a aptidão para uso da piscina e prática de esportes, para só então, de posse de seu documento (Certidão de Nascimento ou RG) poder se inscrever em alguma turma de natação. Na equipe do Cuca Saudável, havia uma profissional médica contratada pela Rede Cuca, que, em seus expedientes, fazia a emissão desse tipo de registro.

Houve, em algum momento no período em que fazia a pesquisa, uma grande reunião envolvendo gestores e comunidade local do Jangurussu, em busca de equalizar as constantes querelas envolvendo a piscina. Ao que foi dito pela supervisora do programa de prevenção e saúde, firmou-se um horário aos finais de semana para que a “comunidade” pudesse fazer o uso recreativo da piscina. Porém, conversando com Mel, Flora e outras pessoas que puderam acompanhar as atividades de final de semana no Cuca, tal proposta parece não ter continuado

⁶⁰ Sobre o modo como a criança, tida como um “sujeito de direitos especiais”, tem sido, historicamente, tutelada pelo Estado brasileiro, consultar os trabalhos de Adriana Vianna (2002).

a valer por muito tempo – na verdade, não afirmaram não ter passado de um par de vezes os finais de semana em que a piscina ficou aberta para esse uso.

5 COMO CONJUGAR JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDUÇÃO DE DANOS

Pesquisas sociais sobre juventudes são fartas, e se realizam já há bastante tempo no Brasil (VELHO, 1975; CAIAFA, 1985; ABRAMO, 1994; DIÓGENES, 1998; ABRAMO; BRANCO, 2005; CUNHA, 2011). Essas pesquisas se tornaram referências para aquelas que se desenvolveram posteriormente. E a diversidade de perspectivas era grande, abordando vários tipos de sujeitos e segundo diferentes categorias socioculturais, tais como: aspectos sobre o estilo de vida, num recorte geracional, apontando peculiaridades referentes ao uso de maconha entre jovens surfistas cariocas; os trajetos urbanos, símbolos e práticas de grupos *punks* que circulavam nas noites carioca e paulistana; gangues e galeras organizadas, que, ao circularem na cidade de Fortaleza, levavam, junto a suas performances corporais e musicais, marcas de seus lugares de origem; uma investigação sobre discursos e práticas corporais entre adolescentes e jovens HIV+ que viviam no Rio de Janeiro – para citar alguns dos elementos centrais de importantes estudos que influenciaram esta minha pesquisa.

Na Região Nordeste, diferentes enfoques foram direcionados ao entendimento desta população, porém, até então, sobressaíram-se aqueles que buscaram entender o “fenômeno da violência entre jovens” ou, como coloca Franch (2002), a “juventude como um problema”. Esse parece ser um dos reflexos no fluxo da tradição de investigações sociais realizadas entre as décadas de 1940 e 1970, nos EUA e também em alguns países europeus, direcionadas por noções de controle social nas metrópoles, abordando temas como o “desvio”, “gangues” e a “violência urbana” (WHYTE, 2005, YOUNG, 1972; COHEN, 1972), mas não apenas.

A atenção e o foco dado para a interface entre juventude e violência por parte da ONU – 1985 foi declarado o ano internacional da juventude – e pelos fundos de financiamento, tal como o Banco Mundial (tendo-se em vista o endividamento dos países em desenvolvimento), tendia a classificar certos tipos de jovens como sendo “delinquentes”, sobretudo, quando não estavam “integrados aos sistemas educacionais, aos mecanismos de inserção no mercado de trabalho e às estratégias públicas de esporte, cultura e lazer”. (IULIANELLI, 2003, p. 61).

Desde os anos 1990, o Laboratório de Estudos da Violência (LEV), um importante laboratório de pesquisas em Ciências Sociais, sediado na Universidade Federal do Ceará, dedica atenção ao tema da violência em diferentes âmbitos e formas de manifestação. Neste, desenvolveu-se uma linha de investigações sobre violência e juventudes, em que importantes resultados vêm apontando não apenas as formas como a violência se faz presente no cotidiano das pessoas jovens, mas também modos de sociabilidades, para além dos violentos, em que

esta população está, infelizmente, imersa. Aspectos de outras tipos se tornaram instigantes e ganharam relevância para observadores atentos aos estilos de vida e interações não-violentas no cotidiano de seus jovens interlocutores.

A pesquisa de Leonardo Sá, sobre relações sociais entre jovens no bairro Serviluz, situado na região litorânea de Fortaleza, ao mesmo tempo em que descreve um lócus social precário e violento, onde se desenvolvem a vida e as ações de jovens moradores, apresenta formas possíveis de busca por “consideração” intra e entre galeras, diante, especialmente, da dinâmica do tráfico de drogas e de armas (SÁ, 2010). Ao interagir nesse intrincado jogo de posições juvenis, o autor demonstra quão criativos e astutos se mostraram as/os jovens, em suas discursividades e práticas, construindo o perfil da pessoa jovem que vive em uma favela próxima ao mar, na cidade de Fortaleza.

Ao explorar as expressões locais de masculinidades, aquele autor sugere o modo de se construir como guerreiro, forjado desde os movimentos corporais no nado, na pesca ou no surfe, até chegar a representações em campeonatos e competições. A prática do surfe, para muitos destes jovens, não é apenas uma atividade de “lazer”. Como esporte, nas cadeias de produção de atletas, o surfe aponta para a possibilidade de profissionalização. O autor ainda analisa, a partir de interlocução ético-filosófica, como eram acionados aspectos dos regimes morais entre moradores do Serviluz, pontuando alguns aspectos relacionados ao “crime” e ao “mundão”, e o papel das religiões, especialmente as cristãs, nesse contexto. Por exemplo, a volta ao convívio nas congregações e suas igrejas aparecia como ferramenta na busca por recuperar a consideração, após “quedas” ou “vacilos”, de parentes, amigos e da comunidade. Ressaltando-se que, para estes jovens que viviam ao lado do mar, a perspectiva de vida estava entrelaçada pelas potencialidades de sustento e ao estilo de vida baseado naquelas atividades possíveis de serem desenvolvidas a partir dali. (SÁ, 2010).

Na ordem simbólica da cidade, a estigmatização que sofriam o bairro Serviluz e os seus moradores pode se assemelhar, em determinado grau, à que o Jangurussu e os sujeitos locais estavam expostos. Negar o reconhecimento de que a maior parte das pessoas que vivia ali estava submetida a regimes de espoliação no trabalho ou como mão de obra informal os jogava em uma situação ainda mais desabonadora, pois, em comparação, viver próximo ao mar era um tipo de *status*, e isso não somente em termos da ordem de valoração imobiliária da cidade. E o potencial do mar não era apenas para a pesca, mas para o surfe, como uma via de ocupação e de sucesso profissional, o que poderia reduzir a condição de miséria de uma população empobrecida. Na região Sul da cidade, nem mesmo se podia utilizar o Rio Cocó, que cruzava o Jangurussu e o Conjunto Palmeiras, com potencial para contribuir para uma

vida digna da população desses bairros, pois, no rio, altos níveis de contaminação da água eram registrados. E uma das ocupações associadas a esta população estigmatizada estava na imagem daqueles que se aproximavam do “lixão” em busca de algo aproveitável para manter sua sobrevivência.

Essa narrativa circulou em mídias locais com intensidade, conforme já anunciado, o que de algum modo reificava no imaginário dos “de fora” a imagem do bairro Jangurussu como aquele local onde se situa o antigo aterro sanitário, comumente chamado “lixão”. No momento em que realizava a pesquisa de campo, restava, como resquícios desta história, o fato de o incinerador público permanecer no bairro, ou seja, deste ser o destino de materiais provindos de “lixo hospitalar”, ressaltando, entretanto, que estes eram direcionados ao local para ter seu fim adequado, assim como o material de transbordo (objetos sólidos recicláveis, descartados “pela cidade”) tinha como destino os galpões de negociadores de recicláveis, que eram também locais onde as violências ligadas ao mercado do tráfico de drogas e armas se fazia presente. Diante disso, a narrativa dos principais jornais se manifestava ali como um meio de atualização do racismo estrutural e manutenção das fronteiras entre as partes ditas “nobres” da cidade e as suas periferias. E, por conseguinte, reforçava-se o lugar simbólico da ordem, em oposição a estes lugares como manifestação da desordem.

Como meu diálogo estava centrado na interação com jovens, pude trocar com elas e eles informações para além daquelas que se voltavam para os cuidados relacionados ao uso de drogas, posto que a maior parte dos jovens que ali vivia não relatava ter problemas com o uso de substâncias psicoativas. A curiosidade que tinham era sobre os efeitos, características das substâncias, e sobre a lógica do discurso que as tornava legais ou ilegais. O jovem Dali, alargando o espectro que envolvia a legalidade ou a ilegalidade de atos, em um de seus textos sobre o acesso ao lazer por jovens na periferia, apresentado em nosso grupo de estudos no Cuca Jangurussu – e que tinha como um de seus objetivos finais produzir uma comunicação científica, utilizando como base de análise o evento Cuca Roots (festa de *reggae* que ocorria semanalmente no anfiteatro do Cuca) –, expressou sua percepção em relação às formas como jovens acessavam o transporte, enquanto direito constitucional de ir e vir, e os controles e as ações de represamento sobre esse contingente de pessoas, operados por forças de segurança, dentre outros agentes.

Pular catraca/fazer traseiras

O debate meramente acadêmico acerca do passe livre está longe de cogitação na ideologia de quem realiza os atos de subversão cotidiana nos ônibus da capital de Fortaleza. São jovens, meninos e meninas, que pulam

a catraca, em especial nos finais de semana, no sábado, sobretudo, nos quais os encontros juvenis se intensificam nos inúmeros pontos da cidade. Vítimas da segregação socioespacial, com perfil socioeconômico desvantajoso, criam estratégias para as respectivas locomoções na cidade. Da periferia ao terminal, a prática ocorre, assusta muitos passageiros que os julgam por meliantes, vagabundos, pirangueiros. Isso acontece pelo local que a ação surge, uma vez que a periferia, carregada de estigmas e estereótipos, é dotada de imaginários, muitas das quais deturpadas, em que algumas representações se tornam fáceis de análises rápidas, virtuando para a condenação, sem as devidas reflexões.

Muitos adolescentes, geralmente aqueles acostumados, conversam, em forma de negociações sutis, com os profissionais dos transportes, às vezes antes, outras durante e até mesmo depois da prática. Algumas meninas tratam de dialogar com o motorista no itinerário que é realizado. Ato político, a rapidez e a sincronia dos corpos fazem das preocupações teóricas, reflexões filosóficas, constitucionais, questões mínimas diante da necessidade imediata do ir e vir.

Nas diversas ocasiões que realizei traseiras notei como a atenção é necessária para o êxito. Observar o ponto onde para, se há passageiros para subir, esperteza no descer, isto é, pontos específicos importantes na subversão de cada dia. Mais discreto, as traseiras exigem maior estratégias, coragem e com certeza sorte, pois pode ocorrer a não parada do veículo no ponto determinado, restando o prosseguimento na viagem e experiências nas correrias da vida no intuito da criação de mais mecanismos de modificação da lógica da normalidade.

Sozinho ou de galera, as práticas ocorrem pelas periferias, em especial. Cada [um] do seu modo constrói a revolução nos poucos atos, os quais, perturbadores da indiferença humana, causam espanto devido à quebra da recorrência, assumindo o papel de criminal, pecado cidadão. São ações juvenis, ilegalidades rotineiras, relações negociativas, frutos de necessidades, estopins da situação. Criações marginais, a periferia elabora suas práticas de resistência, contra as opressões que castigam e que restringe as liberdades individuais e coletivas. Marcas da consciência, espontâneos focos de luta, os debates acadêmicos são frágeis comparados aos pensamentos práticos dos revolucionários da favela. (Dali, 2017).⁶¹

No debate sobre esse trecho, Dali explicou como as forças que cerceiam o trânsito de pessoas, mesmo entre bairros de periferias, são articuladas entre polícias estatais (estaduais e municipais) e agentes de segurança privada, utilizando-se também de anteparos do sistema de transporte coletivo, como os terminais de ônibus urbanos, para atuarem com técnicas de contenção física e truculência. A circulação à noite, especialmente de jovens, fazia parte deste “processo de barramento”, como descreveu o jovem *rapper*, naquele momento, licenciando-se em Ciências Sociais.

“As práticas de resistência elaboradas na periferia” (Dali, diário de campo, agosto de 2017) se inscreviam no cotidiano das sociabilidades, desde aquelas que ocorriam em locais imóveis, até as que se desenvolviam em trânsito, dentro dos ônibus. Em seu relato de campo,

⁶¹ Texto produzido em estudos no Cuca.

Dali explicitou como o “juízo apressado” de outros usuários do transporte coletivo – e pessoas que, provavelmente, estavam em condição econômica parecida – os estigmatizava como sendo “vagabundos ou piranguinhos”. Mas esclarecia também a forma inteligente com aquelas/es jovens articulavam uma “pedagogia de negociação das pequenas infrações” com os trabalhadores da empresa de ônibus.

Voltando à comparação, o universo dos moradores do Serviluz, uma favela próxima ao mar, mostrou alguns tipos específicos de sociabilidade entre jovens, tal como se revelou também na pesquisa de Camila Marinho (2012), focada em jovens em situação de rua e suas dinâmicas de afetos. Seus achados revelaram como as jovens em sua pesquisa vivenciaram o universo da rua como um espaço de moradia, e desde a infância, apontando aprendizados sobre as sensibilidades e as emoções, recrudescidas pela dinâmica “expressa na desigualdade e injustiça social na sua forma mais extrema” (MARINHO, 2012, p. 68).

Essa população circulava em regiões centrais da cidade de Fortaleza e também pela Praia de Iracema, em busca de abrigo e alimentos, experienciando relações de troca precárias e parcerias entre a legalidade e a ilegalidade, entre a institucionalidade e a marginalização de sujeitos de direito negligenciados. O estudo analisou a influência desse contexto nos modos reativos destas jovens marcadas pela violência e sua busca errante por meios de garantir a sobrevivência. (MARINHO, 2012).

A condição de moradia na rua não era algo que aparecia nas narrativas ou que pude acompanhar entre os jovens interlocutores da pesquisa no Jangurussu. Um caso de fuga por conta de desentendimentos familiares foi relatado em conversa com Laka, mas nada que se estendesse para a condição de ficar sem moradia. No bairro, visitei casas bem construídas, com tijolos, reboco, grades que recobriam as janelas de madeira, ou as esquadrias de vidro, onde alguns jovens me convidaram a ir. Algumas destas famílias possuíam carro próprio e alguns jovens tinham bicicleta e/ou até mesmo motocicleta. Eletrodomésticos como fogão, forno micro-ondas, geladeira e TV estavam dispostos em suas residências. Da mesma forma, estive também em casas com condições bem menos favorecidas, onde o piso não era nem de cimento onde a água para uso doméstico ficava armazenada em tambores plásticos, algumas sem geladeira, e até casas onde o esgoto não estava encanado e corria entre a rua e a pretensa calçada. E essas disparidades econômicas internas ao bairro acentuavam a complexidade do meu desafio em compreender aquelas relações na periferia.

Diário sobre encantos: as frágeis e fortes decisões

Em campo encontrei o uso de psicoativos, mas o uso da violência se faz de um jeito bastante radical. Um dia desses, lá no bairro, um adolescente, que pela estatura e corpinho franzino parecia não passar dos 12 anos, dizia com uma fala grossa, que já faria 16. Estufando o peito, pedia um cigarro a mim. Resisti em dar, e tentei conversar com ele sobre sua demanda pelo cigarro, tentando refletir a partir dos meus valores, mas tentando não reduzir os dele, e então falei sobre alguns riscos à saúde que o uso de tabaco poderia ocasionar. Informando também sobre os possíveis cuidados quando se faz uso do tabaco. Eis que ele me vem com essa fala:

– tia, sou eu quem sei de mim. Já morei 2 anos só, quando meu avô foi internado e fiquei sem ter com quem morar. Fiquei na casa dos outros. Ô coisa ruim, viu?! (E detalhou o caso vivido nesse tempo.) Aí minha mãe voltou do bairro pra cá e eu fui morar com ela e com meu irmão. Ela alugou um barraco do lado do dela pra mim. Tava tudo ficando mais calmo, mas aí uns e outros começaram a ameaçar o meu irmão na escola, na hora do recreio eu encontrei com eles e disse que não queria mais pegar em arma, que aqui tava 'na paz', mas quando saímos da escola, o cara começou a atirar na gente. Eu não entendi como o pivete tinha conseguido aquela arma. Era um 32. E o que a gente podia fazer era correr. Mas, não vai ficar assim, disse em tom de vingança. Ele insistiu em pedir o cigarro...

O irmão era mais novo, e o menino que o ameaçava, segundo ele, tinham 12-13 anos. Ou seja, são tantas camadas de distrato que uma criaturinha daquela já acumulava nas experiências que muito desses boyzinhos, criados a base de pera e leite em pó na aldeota, não conseguem enxergar. A tal “paz”, parece ser um discurso dos comandos de tráfico para manter o controle sobre as querelas no território, mas os efeitos desse “pacto” duraram pouco, e agora o negócio dos “justiçamentos” estão a todas no bairro*. Um terror total. As pessoas, nas suas casas e carros, de classe, não percebem a conexão de si com tudo isso? O discurso de “quem presta e quem não presta” é [...], para não dizer imbecil. E ainda vamos ver o que daí virá.⁶² (a autora, relato de campo, 2016).

Em 2015, quando entrei em campo no Cuca Jangurussu, o LEV desenvolvia um projeto de extensão denominado “traficando saberes”. Professor Luiz Paiva supervisionava jovens estudantes de Ciências Sociais que propunham e acompanhavam atividades oferecidas a adolescentes e jovens ligados a projetos ou programas desenvolvidos em centros de cultura, esporte e arte. Essa era uma das atividades para o cumprimento de medidas socioeducativas.

⁶² O convívio destes jovens obviamente se dava com pessoas de outras gerações. As crianças, os adultos e idosas/os transitavam tanto no Cuca, como na vizinhança de suas moradias. O recorte geracional da política também era algo a ser pensado como um dos problemas a serem enfrentados pela gestão de um equipamento grandioso, porém, destinado a público restrito, de idade entre 15 e 29 anos. Crianças e adultos, ao verem uma piscina semiolímpica em uma exposição ou uma inauguração como estando à disposição apenas de um grupo específico, questionavam e queriam usufruir deste espaço, tanto para prática de atividades físicas, como para o lazer. As salas de exibição de filmes também recebiam adultos, idosos e crianças (observadas as restrições de idade permitida devido ao conteúdo). O lócus central desta pesquisa, escolhido não por acaso, priorizava o convívio e o encontro com jovens, entretanto, a diversidade das pessoas que ocupavam aquele território, que transitavam por esse espaço e que interferiam na forma como a gestão dos corpos sob tutela da política pública de juventude se dava era um fato cotidiano.

Um destes jovens estudantes era Dali. *Rapper* e morador do bairro, envolvia-se intensamente nas atividades do projeto.

É importante mencionar o tipo de interação que a UFC desenvolvia nesta região da cidade, não apenas com projetos de pesquisas, algo já comum até aquele momento, mas com projetos de extensão. Esse tipo de intervenção aponta para certa inovação na interface que a UFC passava a ter com as comunidades das favelas e periferias, e realça como investimentos em políticas educacionais e extensão universitária se revertiam em conexões e apoio a outras políticas públicas (também) direcionadas a jovens. Assim, o fortalecimento de momentos e eventos promotores de sociabilidade envolvendo a Ciência, ocorridos em oficinas, ciclos de debates e grupos de estudos, dirigia-se ao seguinte “público-alvo”:

1. Jovens residentes na periferia da cidade de Fortaleza, em situações de violação dos seus direitos fundamentais, egressos do sistema de medidas socioeducativas e engajados em lutas por direitos sociais em suas comunidades;
2. Comunidade acadêmica, movimentos sociais, agentes de governo, operadores de segurança pública e justiça e demais pessoas interessadas nos debates sobre cidadania e direitos humanos. e
3. Estudantes universitários engajados em movimentos sociais e militantes da causa dos direitos humanos. (UFC, 2020).

Portanto, jovens moradores dessas mesmas áreas, mas com experiências e inserções sociais diversas e intrincadas, punham-se em um espaço de diálogo. Talvez seja apressado se dizer, mas isso pode indicar que havia jovens transitando entre certos polos de posturas, que variavam em um gradiente, desde os que poderiam ser vistos como “engajados” (FRANCH, 2002), até aqueles que estiveram ou estavam “envolvidos” com algum tipo de infração (em termos legais), os quais Franch (2002) classificou como “jovens errados”.

O projeto, desenvolvido em atividades junto ao Cuca, entre outros espaços situados na periferia, era realizado em parceria com duas ONGs: o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA). Ambas tinham em comum a atuação junto a jovens e na defesa de Direitos Humanos, especialmente de pessoas que viviam em territórios com baixo IDH.

Sem negar o fato de que estamos numa sociedade de classes, onde os bens sociais se distribuem de forma desigual, a análise do lazer no dia-a-dia de uma comunidade de baixa renda permite-nos constatar a existência de uma cultura recreativa complexa, baseada na valorização das relações pessoais e na apropriação coletiva dos espaços privados e públicos do bairro. É com base nesses aspectos que são introduzidos na rotina diária elementos lúdicos e emotivos, que emprestam um colorido especial ao passar dos dias,

ao mesmo tempo em que firmam, mas também transformam, os aspectos mais relevantes da organização social. (FRANCH, 2002, p. 131).

5.1 Se juventude é uma construção social, o direito ao uso da cidade por jovens também é?

[...] a juventude é um conceito que exige de quem pesquisa, e mais ainda de quem atua nesse campo de construção específica das políticas públicas, uma necessidade contínua de decifração. Ela representa uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos. (DIÓGENES, 2012 *apud* DIÓGENES, 2019).

Encontrando com um rapaz vinculado ao Cuca

Estive com um jovem que se apresentou como “fi do Cuca”⁶³, mas que já havia sido citado pelo meu amigo e interlocutor, redutor de danos e psiquiatra, como rapper. Ele fazia dupla com outro rapaz também morador da região. Quando tivemos a oportunidade de conversar, afirmou ocupar praticamente todo o seu tempo fora de casa com atividades no Cuca, por isso a filiação acima citada. Disse ser beneficiário de projeto social (**ProJovem**), onde recebia uma bolsa para formação. Ele fazia certa militância política, mas não estava filiado a um partido. Parte dos conhecimentos que circulam entre rappers são falas contundentes e implicadas com questões sociais, econômicas e raciais locais. Ele acionava esses discursos em suas falas. Depois de nos apresentarmos, e de eu dizer o que fazia ali, ele me perguntou: “você diria que eu já estive na FEBEM⁶⁴”? Fiquei um pouco sem jeito de responder, tendo em vista as marcas que o sistema deixa nas pessoas que passam por ele. Eu disse, “Acreditarei, se você está falando”. Então, ele contou que, durante uma temporada cumprindo pena de reclusão, conheceu lá um educador social que lhe pôs um livro na mão e fez com que ele entendesse que “as melhores armas para a defesa da periferia era leitura e as palavras”. Na primeira vez que nos vimos e em várias outras, carregava consigo um livro debaixo do braço ou na mochila. Logo que nos conhecemos, ele perguntou se eu tinha página no Facebook e solicitou amizade na primeira semana posterior ao nosso encontro.

Certa vez, trocamos livros. Ele já tinha entre 18 e 19 anos e estava conversando sobre escolhas de curso superior. Falamos sobre Enem, cursos de psicologia, sociologia, serviço social e história (áreas pelas quais ele apresentava interesse). Seu parceiro no rap estudava Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, mas naquele momento ele acreditava que investir numa formação em psicologia seria mais interessante para sua carreira profissional. Empréstou-me um livro biográfico, cujo título era “Eu deveria estar morto” e que contava uma história sobre a vida de Damien Jackson, um rapaz norte americano que havia escrito na dedicatória do livro “Para cada jovem que tenha vindo de um lar destruído, e para todos aqueles que me ajudaram durante os momentos mais difíceis. Vocês são lembrados

⁶³ Sobre essa noção de “fi do Cuca”, ver a reportagem disponível em: http://prefeitura183.rssing.com/channel/44961376/all_p1.html. Acesso em: 23 ago. 2017.

⁶⁴ Fundação de Bem-Estar do Menor é a forma como anteriormente eram chamados os hoje em funcionamento Centros Educacionais, espaços de detenção para crianças e adolescentes.

e apreciados”. Em troca emprestei-lhe a cópia que tenho do livro “Sociedade de Esquina” de William Foot-White. Em um de nossos encontros comentei sobre o teor do livro e ele acabou por se interessar. Ainda estamos com os livros um do outro e não conversamos sobre nossas impressões de leitura. Acreditei que meu retorno ao campo nos daria esta oportunidade. Mas, nem foi possível.

Além de Mel, esse rapaz, foi um dos primeiros jovens usuários do Cuca com quem pude ter maior contato e proximidade. Nunca me disse se usava substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas e nem me possibilitou ver se as consumia em algum momento. Percebi em sua fala alguns símbolos de religiões cristãs, um discurso de que há “um Salvador” e que Ele deve ser visto como quem nos une. Encontrei entre as páginas do livro que me emprestou um pedaço de papel com um trecho da bíblia manuscrito que dizia “As escrituras nos dizem que o pão não sacia a alma dos homens; o que nós precisamos é obedecer a todas as palavras de Deus” Mt. 4.4.

Certo dia estava na sala da secretaria dos Direitos Humanos, aguardando o horário de uma reunião⁶⁵ onde “problemas” ocorridos no rolezinho que ocorreu em setembro seriam discutidos. A certa altura, esse rapper chegou de modo rápido, circulou pela sala expressando indignação com a professora do curso em que estava matriculado e dizendo ter tido que sair de sala, por estar calçado com chinelos e não com sapatos. Disse ele que a professora havia tentado o constranger dizendo “que referência você vai ser para os demais jovens, usando chinelos no local de trabalho?”. E ele retrucou, a nós na sala, dizendo: “o índio com sua essência, com os pés descalços, sendo energizado com a terra é a minha referência”. Esse é um dos casos selecionados para apresentar as relações étnico-raciais em questão e presentes no território onde esses jovens vivenciam boa parte de suas trajetórias.

Outro dia...

Conheci L, em 2016. Ele botou para tocar essa música⁶⁶ no computador da sala da Diretoria de Promoção aos Direitos Humanos do Cuca Jangurussu, e dizia “segue a visão”.

Em paralelo às pesquisas envolvendo juventude e violência, os estudos etnográficos direcionados à urbanidade e aos usos que grupos de jovens faziam da cidade, a partir de suas particularidades, buscavam compreender, por exemplo, o estilo de vida e as dinâmicas sociais juvenis entre “picos de surfe” em praias de Fortaleza e de Caucaia. Esses estudos trouxeram outro facho de luz, por assim dizer, sobre as distintas formas de se fazer jovem na cidade. Os recortes de classe, de gênero e de raça/etnia apareceram, não denominados como marcadores sociais da diferença, mas como sendo evidentes nas relações entre jovens de camadas médias e baixas envolvidos com do surfe (ALBUQUERQUE, 2006), e isso seja nas sociabilidades

⁶⁵ Foi chamada de reunião ampliada do Cuca Jangurussu. Ocorreu em 6 de outubro de 2015 e tinha como mote os problemas relatados pelos jovens que estiveram num dos últimos eventos do *Rolezinho*. As queixas de alguns jovens diziam respeito ao comportamento truculento da polícia.

⁶⁶ MC Pablo – Gente da nossa gente (clipe oficial). Disponível em: <https://youtu.be/do1sLRS6Mpg>. Acesso em: 24 dez. 2020.

performadas nos “picos”, nas disputas e nos usos e apropriações desses territórios urbanos, seja em um estilo de vida marcado pela afirmação dos jovens como sujeitos de suas ações.

Ao pesquisar sobre “culturas juvenis” urbanas, Kaciano Gadelha (2007) se interessou pelos modos de apropriação espacial urbana por grupos de jovens em busca de lazer noturno. O autor entrevistou jovens e os acompanhou, vivenciando as suas saídas noturnas, na região da Praia de Iracema, em Fortaleza, no intuito de entender como aqueles grupos ocupavam o que ele chamou de uma “mancha de lazer”, numa clara referência ao conceito (de “mancha”) desenvolvido por Magnani (1998). Mais além, afirma que a “estética da ruína”...

[...] não diz respeito somente ao aspecto físico desses lugares, mas ao conjunto das práticas de ruína, de fissuras e de rachaduras no espaço urbano. Rachaduras do ilícito, dos corpos em outros estados de consciência ou inconsciência, do corpo alcoólico que transita pelas ruas, da “marola” debaixo das árvores com pouca luz, dos estilhaços de garrafa, da lama, do lixo, dos carros de som formando uma poeira sonora ensurdecadora, mas também da rua como passarela onde desfilam as turmas seus estilos (as gramáticas corporais do visual de vestes pretas da turma do metal; dos *scarpins*, *adidas* e *all stars* da turma indie; da maquiagem preta e dos casacos da turma gótica, dos cabelos coloridos). (GADELHA, 2007, p. 12).

A partir dos universos musicais que eles experimentavam e da própria dinâmica de distribuição espacial que o estilo de música movia na cidade, os grupos iam imprimindo seus significados nos usos que faziam da cidade e do lazer associados a consumos determinados. Ocupar o entorno do Centro Cultural Dragão do Mar, e da forma como estes grupos faziam, constituía o estilo de vida de jovens que podiam chegar até aquele local, o que, para alguns, era um privilégio, diante das barreiras da cidade.

As comunicações e pesquisas científicas que observavam grupos e redes de jovens de camadas médias ou socialmente menos marginalizadas e menos pauperizadas realizaram uma disjunção entre os conceitos de juventude e de violência. Influenciaram, assim, observações problematizadoras, realizadas no âmbito do desfrute do “lazer e tempo livre” como investidos de modo desigual entre outras parcelas jovens que conviviam na mesma cidade. Em termos objetivos, diferenciavam o modo por meio do qual as práticas sociais juvenis – e também de políticas públicas destinadas a essa população – poderiam experimentar este usufruto como um Direito Humano, porém, com profundas distinções sociais.

A perspectiva acionada pela distinta forma de se situar jovens como beneficiários de investimentos socioafetivos em termos de “lazer e tempo livre” poderia sinalizar uma cisão propositiva no molde com que distintos jovens passariam a ser observados e “projetados”. O ideal seria pensar as/os jovens como realizadores de planos futuros, na reprodução social e

econômica; sujeitos com projeto de vida; educados formalmente, em ou com uma formação técnica; e inseridos no mercado de trabalho (digno?); com boa saúde; abstêmios de drogas, tendo acesso a práticas de atividades físicas; liberdade para a escolha de uma fé; e podendo desfrutar de respeito étnico racial, de gênero e sexual; com tempo garantido, inclusive, para lazer e descanso.

Também nesse sentido, Iulianelli (2003) investigou a importância dos “incentivos” e “incrementos” financeiros destinados pelo Governo Federal, mediante os acordos feitos com organismos multilaterais, para incentivar o que documentos das conferências denominavam ser o “empoderamento” de um contingente populacional específico. “‘Empoderar’ seria fazer com que aqueles grupos sociais, a partir do poder adquirido, tornem-se os senhores do próprio destino – não há intervenientes, nem co-responsáveis” (IULIANELLI, 2003, p. 73).

Mónica Franch (2002) nos indicou como, quando a lente que analisa o tempo livre se desloca para os estratos da população de “baixa renda”, ou de favelas e periferias, a ênfase dos estudos sociais “recai sobre aquelas práticas que promovem identidades coletivas e que produzem formas de expressão no meio artístico, cultural ou político transpondo, com frequência, os limites do local de moradia dos jovens” (FRANCH, 2002, p. 119). Entretanto, na etnografia realizada pela autora, junto a jovens pernambucanos residentes no Vietnã, uma favela da cidade do Recife, verificou-se o quanto “lazer e tempo livre” desempenhavam papel importante e apontavam para aspectos gerais como “relações de gênero e entre as gerações, as lógicas de sociabilidade e os processos de criação de identidades locais” (FRANCH, 2002, p. 119). De acordo com a autora, o “lazer” e o “tempo livre” de adolescentes e jovens, dentro da localidade, poderiam ser decupados em três grupos de práticas, agrupados sob os seguintes temas: “‘jogar conversa fora’: as lógicas de uma sociabilidade muito próxima”; “‘bater bola’: ocupação das ruas pelo lazer”; e os “espaços formais de lazer”. Ainda segundo Franch (2002), vale ressaltar que o entendimento entre adolescentes e jovens sobre a noção de recreação ficava explícito quando se referiam a atividades como “saídas para shows, participações em festas” e à prática de atividades como jogar bola em outros bairros. Enquanto a participação em grupos de capoeira, aulas de música ou de teatro era encarada como um tipo específico de “lazer formal”, algo entre a obrigação e a recreação.

Eu também pude observar as tentativas de gestão do tempo livre dos adolescentes e jovens que circulavam pelo Cuca, por parte de seus funcionários e gestores. O espaço interno, ordinariamente, abrigava atividades de “lazer formal”, assim como o anfiteatro possibilitava atividades de “recreação”, servindo para festas e shows. O problema, neste caso, ficava no impasse entre quais atividades festivas seriam permitidas no espaço do Centro e como estas

ocorreriam. Pois a responsabilidade sobre os espaços cercados e externos ao prédio do Cuca era algo da ordem do interdito, conforme apontei em capítulo anterior.

O interdito, situado também na falta de capacidade de se negociar o uso dos espaços para manifestações sociais ou festas gratuitas, ocorria na regulação de espaços como praças e ruas, e, neste caso, dava-se sobre o modo de funcionamento do espaço externo do Cuca. A orientação geral era de que a presença de educadores sociais, técnicos de som e iluminação (isso, quando o evento era proposto pelo próprio Cuca) e também de pessoal responsável pela preservação patrimonial (os funcionários da guarda municipal) deveria seguir indicações do Centro. Porém, as polícias civil e militar desempenhavam um papel de segurança pública, a despeito da orientação institucional. Fazendo a ronda e as abordagens no molde, que podemos denominar como corriqueiro, de realizar seu trabalho com jovens nas periferias.

Observei, ainda, durante a pesquisa de campo, que, para algumas jovens educadoras e alguns educadores sociais, quando narravam suas ações – traduzidas em esforço criativo na proposição de interação como atividade desenvolvida pela Diretoria de Promoção e Direitos Humanos –, associavam-nas à tentativa de inclinar jovens em direção diferente à condição de “marginalidade”. Percebi, portanto, um discurso de esperança na mudança da trajetória de vida daqueles jovens. Nesse sentido, Franch (2002) e Iulianelli (2003), respectivamente, apontaram para o papel desempenhado por educadoras sociais ou integrantes de organizações não-governamentais ao tomarem para si a “causa” que as movia em seu trabalho.

Esse panorama inicial, seguindo as indicações de Jorge Atílio S. Iulianelli (2003), tem como temática de fundo o incentivo ao “protagonismo juvenil”. Segundo o autor, a questão vem se estruturando na América Latina desde a década de 1980, impulsionada por incentivos de organismos multilaterais (especialmente, pela ONU e pelo Banco Mundial), concebidos como ferramentas para atuação na pauta central destes organismos, o “combate à pobreza”. Porém, o mesmo autor faz algumas ponderações sobre as noções de “protagonismo juvenil” e “empoderamento”. Para ele, esses termos eram utilizados como subsídios para alavancar projetos ligados, especialmente, à educação, o que, porém, não necessariamente garantia que os discursos trazidos via estes conceitos ganhassem características consideradas importantes pela população de jovens. (IULIANELLI, 2003).

Na visão do autor, a apropriação destes conceitos, por parte dos próprios jovens, era algo incipiente. Educadoras sociais e, mais adiante, ativistas de outras gerações, costumavam se apoderar das pautas e conteúdos anunciados como destinados às juventudes. Isso sugeria que estes termos eram apenas usados *pro forma* em textos e discursos que guiavam práticas de endividamentos dos Estados ditos “em desenvolvimento”. Entretanto, em alguma medida,

eles interferiam de modo a promover políticas que envolviam atitudes e ações embasadas no “protagonismo” e “empoderamento” de e para jovens. (IULIANELLI, 2003).

Assim:

[...] trata-se de qualificar a questão a partir dos próprios sujeitos, e não a partir dos interesses do mercado ou da dívida externa – que, aliás, em última instância, não se distinguem um do outro, uma vez que ambos estão comprometidos com o sacrificalismo. (IULIANELLI, 2003, p. 69).

Entre os anos de 2003 e 2005, temas envolvendo o acesso a direitos fundamentais e à cidadania, como o lazer e o esporte, e a comunicação com e entre jovens, ganharam força na pauta política do Brasil, indicando outras dinâmicas importantes nas quais esse grupo etário deveria estar inserido.

A maior atenção dada a pesquisas que situam jovens como atores políticos é, segundo Dantas Brandão (2016), também um efeito de novas legislações que mobilizaram discursos e práticas em que este ente social (“o jovem”) passou a ser acompanhado por movimentos sociais, agências internacionais e políticas públicas governamentais. Estes, em suas atuações, mobilizaram forças econômicas e sociais, promovendo novos entendimentos sobre direitos e deveres a serem garantidos.

O Estado de Pernambuco, em acompanhamento realizado no projeto *Dialogando: o governo do Estado ouvindo os jovens pernambucanos*, buscou “aprofundar o conhecimento das condições de vida dos jovens nas diferentes regiões do Estado e colher subsídios para planejar e executar a política de juventude” (PERNAMBUCO, c2007 *apud* DANTAS BRANDÃO, 2016, p. 156). Os encontros, realizados no decorrer da execução desse projeto, preconizavam a utilização de técnicas de “participação popular”, como forma de se construir propostas conjuntas, entre o governo estadual de Pernambuco e a população em foco. Dantas Brandão criticou o modo como governos se utilizaram de uma técnica, que deveria ser base para a execução conjunta do orçamento público entre gestores e eleitores numa democracia participativa, para, de certa forma, acumular capital político junto a um grupo tradicional e familiar.

O pesquisador utilizou também documentos públicos que indicavam como o Estado pernambucano e a federação usaram, para seus próprios propósitos políticos, seus discursos sobre esta população, ao invés de fornecerem de fato os incentivos financeiros necessários para a execução dos projetos. (DANTAS BRANDÃO, 2016).

Como resposta aos índices críticos identificados pelo Mapa da Violência, foi criada uma secretaria especial no Estado e foram promovidos reordenamentos de forças nacionais voltadas para o desenvolvimento de planos e de um planejamento de atividades de combate à violência contra jovens, e para o encaminhamento ao mercado de trabalho. (WAISELFISZ, 2007 *apud* DANTAS BRANDÃO, 2016).

A realização do projeto “Dialogando” se deu de forma a contemplar a interface com jovens de todo o Estado. Durante os doze encontros previstos, foram registradas propostas apresentadas por subgrupos. O relatório global do projeto apontou para as seguintes áreas a priorizar: “educação, trabalho, juventude rural, cultura, esporte/lazer, segurança/violência”. (DANTAS BRANDÃO, 2016, p. 159).

Entretanto, ao comparar as Leis do Plano Plurianual do Estado de Pernambuco, então referentes aos quadriênios 2004-2007 e 2008-2011, utilizando dados sobre a realização do projeto, que consultava a população jovem sobre quais fins planejavam dar aos fundos desse orçamento, verificou-se que, após mudanças na Secretaria Especial de Juventude, o que se encaminhou de recursos para a realização dos planos e dos planejamentos apresentados no período anterior era aproximadamente 6% maior do que o avaliado. (DANTAS BRANDÃO, 2016).

O ponto fundamental para o autor, neste caso, seria a forma como a “participação popular” é manobrada pela gestão governamental. Desta forma, num momento determinante do processo, ou seja, quando se fazia o acompanhamento de como estavam sendo gastas as verbas, costumava ocorrer uma interrupção na comunicação, devido à falta de mecanismos de transparência ou mesmo à ausência de qualquer tipo de retorno para os agentes políticos jovens, convidados a participar do planejamento de políticas públicas destinadas a elas e eles.

Estas observações levam a crer que, enquanto a presença de jovens na cena público-administrativa for estimulada por meio do convite governamental para participar de consultas à população, suas performances representarão mais uma forma daquilo que Leal (2003) denominou “fetiche da participação popular”. (DANTAS BRANDÃO, 2016, p. 169).

A noção de “fetiche da participação popular” é utilizada para situar adolescentes e jovens no contexto da administração pública e da política pernambucanas, na esteira da uma história brasileira (e nordestina, em especial), onde os autoritarismos político e social são desencadeados em formatos renovados (DANTAS BRANDÃO, 2016). Tal noção retoma o anúncio de Iulianelli (2003) sobre o desencantamento dos termos “protagonismo juvenil” e “empoderamento” de jovens, acionados pelos organismos multilaterais, especialmente, em

reuniões de pactuação de planejamento global. Uma década após o estudo realizado, Dantas Brandão (2016) indica que aquelas práticas políticas tradicionalistas ainda resistem às ações de empoderamento envolvendo adolescentes e jovens que teriam impactos verdadeiros.

[...] a presença de sujeitos que desconhecem os trâmites orçamentários e não discutiram previamente suas demandas reforça a ideia de que a iniciativa foi realizada para promover uma participação popular que não impacta a administração pública nem fortalece articulações sociais. (*Idem*, p. 170).

Baseando-se em conceitos de Goffman (1959 *apud* DANTAS BRANDÃO, 2016), o autor se utiliza da metáfora teatral para analisar os papéis desempenhados por atores sociais, no drama da vida cotidiana, e afirma:

A plateia pode se sensibilizar com o que vê e ouve, mas geralmente ninguém termina de ver um espetáculo procurando os meios de mudar situações análogas à que acabou de assistir. Assim foi o projeto Dialogando, os eventos que o formaram foram importantes para algumas trajetórias individuais, a direção demonstrou satisfação com a performance de todos os participantes, os atores de importância intermediária se promoveram, os figurantes e a plateia provavelmente se impactaram de alguma forma, mas a vida da grande maioria dos jovens pernambucanos continuou seu drama sem alterações devidas a esta experiência. (DANTAS BRANDÃO, 2016, p. 174).

Concordo que o desestímulo promovido por práticas tradicionalistas no agenciamento de políticas públicas tornava atrasados os discursos governamentais, pois enfraqueciam o que afirmavam fortalecer. Entretanto, tendo a acreditar que há processos sociais cujas mudanças se dão somente em longa duração. Ao considerar características estruturais constituintes das instituições e também da cultura dos grupos sociais, em conjunto com histórias, perpassadas por práticas racionais de gestão pública, vislumbro mudanças em termos de gerar autonomia para sujeitos sensibilizados ao controle social e cidadão.

Parece-me que a construção ou montagem de carreiras de adolescentes ou jovens que saibam lidar com ferramentas de atuação na administração de políticas públicas leva tempo, incentivos e esforço. Creio ser relevante debater como as discussões e as ações que reforçam essas características atingem grande parte deste grupo, e apenas quando são jovens, pois o tempo de maturação para que se desenvolvam ferramentas avaliadas como “empoderadoras” nem sempre se cumpre enquanto ainda estão nesta fase de suas vidas. Angela Davis (2018), ao falar sobre a perspectiva das mulheres negras nas lutas por educação e libertação, alertou

para a importância da educação de uma criança, pois “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão”.

Ou seja, a socialização, desde a educação formal, até outros espaços de sociabilidades, onde crianças sejam entendidas como futuros adolescentes e jovens “empoderados”, geraria efeitos distintos? Por outro lado, adolescentes e jovens participantes de espaços e instâncias de planejamento e decisão política, onde a maior parte destes agentes são adultos ou idosos, têm paridade de condições para participação de forma empoderada e assumir protagonismo? E, no caso específico desta pesquisa, questões legais, além das morais, estão em jogo, quando adolescentes e jovens fazem uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, e não querem ou não conseguem deixar de usá-las. Esses jovens são convidados a estar e participar em espaços de formação e lazer, onde o debate político está presente, e, portanto, onde o protagonismo e o empoderamento lhes é cobrado neste sentido. O que esperar deles?

A “pedagogia da autonomia” de Paulo Freire (2011, p. 34-35) nos orienta que...

[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar.

Portanto, o debate aqui suscitado permite a reflexão crítica sobre a forma por meio da qual projetos, programas e ações políticas incidem sobre os jovens de camadas socialmente desfavorecidas, mas não em sintonia com as demandas destes jovens – além de pontuar a importância de uma educação para a autonomia, para a liberdade e para o respeito, tendo em vista fatores históricos e socioculturais como elementos formadores sujeitos.

Hildon Carade (2016) analisou, em abordagem etnográfica, aspectos das políticas sociais destinadas a juventudes moradoras de bairros periféricos de Salvador (BA). Através do acompanhamento de projetos desenvolvidos por diversos ramos, desde o estatal, passando pelo terceiro setor e a iniciativa privada, pôde investigar como a formação e a “ocupação do tempo livre” geram entendimentos locais específicos sobre esses empreendimentos. Carade (2016) chegou a duas categorias, a primeira nativa, a segunda analítica, ambas fundamentais para os resultados da pesquisa. Em seus achados, o autor compreendeu que, entre os jovens atendidos por projetos, o caráter tutelar balizava práticas administrativas de gestão de jovens que atuavam entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”. Segundo explicou:

“Síndrome do pato” – “Agora cismeio que quero ser empreendedora, empresária, mas me falta foco. Uma amiga me disse que eu sofro da ‘síndrome do pato’. O pato sabe fazer tudo: nadar, voar, bicar... Mas ele não é bom em nenhuma dessas atividades porque lhe falta foco” (Dona Neusa, Diário de campo, 26-11-2012). [...] “efeitos Mateus” – “Porque a todo que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado” (Mateus, 25: 29). (CARADE, 2016, p. 17).

Ao analisar a experiência de jovens, em recorte interseccional, levando em conta os dispositivos de sexualidade (FOUCAULT, 1988 *apud* CARADE, 2016), o autor verificou a distinção nos discursos de parentes de acordo com o gênero sexual dos seus filhos. Tendem a considerar que as meninas seriam as mais afetadas pelos tipos de lógicas acima descritos. Pois, para as meninas, a possibilidade de se envolverem com o tráfico e o mundo das drogas seria mediada por seus desejos sexuais, ou seja, elas enveredariam pelo caminho “errado” caso iniciassem e mantivessem relações amorosas com rapazes que estivessem “envolvidos”. O desejo dos pais dessas meninas se limitava ao de que elas se relacionassem com um rapaz “reservado e batalhador” (CARADE, 2016, p. 168).

Por sua vez, ao observar a forma com a qual as metodologias pedagógicas, guiadas por uma lógica de “governamentalidade transnacional” (FERGUSON; GUPTA, 2005, *apud* CARADE, 2016), eram postas em prática, o autor constatou as profundas diferenças no modo pelo qual se dispõem aulas às distintas camadas socioeconômicas.

[...] a partir de 2009, primeiramente com o *Passage* e o *Jovens Diplomatas*, e em seguida com o *Higher Level*, a *American School* se viu diante de uma situação inusitada: de uma escola acostumada a lidar com as classes média e média alta, ela agora teria que dialogar com as parcelas mais deserdadas da sociedade soteropolitana. O que este fato tem a dizer sobre as representações acerca da juventude e da vida dos jovens das classes trabalhadoras urbanas? É o que eu pretendo responder mais adiante. [...] O gerenciamento do tempo livre dos indivíduos era a faceta mais visível destes programas, na medida em que tudo se passava como se estas atividades estivessem disputando a alma dos sujeitos com o tráfico de drogas. (CARADE, 2016, p. 33).

Esse excerto dialoga diretamente com o discurso de uma das gestoras que atuou na implementação do Cuca, em seus primeiros anos de funcionamento, na Barra do Ceará, em Fortaleza. Ela expôs, em entrevista, o quanto a disputa do tempo livre dos jovens na periferia se dava nessa relação de oposição ao modo como o tráfico de drogas assediava os rapazes. Quando Carade (2016) refletiu sobre a noção de tutela na gestão de adolescentes que viviam em locais pauperizados da cidade de Salvador, ele retomou as afirmações de Adriana Vianna (2002), que buscava compreender como os processos de guarda (e de adoção) de crianças se

davam no Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XX. E, quando falamos em tutela, “estamos não apenas tratando da construção de mecanismos de administração dos sujeitos enquadrados nesta condição legal (e social), como também da produção de responsáveis – atores sociais ou redes institucionais – por esses sujeitos” (VIANNA, 2002, p. 29). O que a autora apontou fez sentido para Hildon Carade (2016), ao voltar sua atenção para o universo dos adolescentes e jovens que estavam em condição de “vulneráveis”.

Familiares destes jovens acreditavam que uma boa forma de ter sucesso na criação de seus filhos era os encaminhar a projetos sociais em que a formação para novas habilidades os tornasse competentes para se inserirem no mercado de trabalho, garantindo, assim, sua própria manutenção econômica e contribuindo para a melhoria da “condição de vida” de seus familiares.

Desta maneira, se os pais estimulam a ocupação do tempo livre de suas crias como uma forma de controle de seus corpos, elas utilizam estas ocupações como uma plataforma para estipular formas de sociabilidade juvenil, tais como, namoros, amizades, dentre outros. Assim, a igreja, o trabalho e os projetos sociais, por mais que sejam pensados como instâncias para o aperfeiçoamento e o disciplinamento dos sujeitos, se veem assaltados por subjetividades outras que não aquelas voltadas ao mercado de trabalho. (CARADE, 2016, p. 194).

Ao tratar do universo analisado utilizando a noção de tutela, o autor se deparou com diversos feixes de ações, discursos e interesses individuais e coletivos, que implicavam em tensões, que motivavam comportamentos e atitudes, tanto de adolescentes e jovens, quanto de pais, agentes públicos e educadoras/es. Segundo Hildon Carade (2016, p. 29), os “atos de classificação” seriam medidas destinadas a delimitar a “importância, a *expertise* e os limites das ações destes agentes, num jogo complexo que tem como polos extremos: de um lado, a vitimização; do outro, a culpabilização dos menores de idade por suas próprias condutas”.

Findando sua pesquisa, Carade (2016) retomou as metáforas acionadas tanto pelos interlocutores (a “síndrome do pato”), quanto aquela de sua criação (o “efeito Mateus”), para sintetizar o modo pelo qual compreendeu as ações e narrativas deste grupo. Concluiu que há discursos que reverberam práticas (que se atualizam) acumuladas por gerações. A “síndrome do pato” revelaria a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento de diversas atividades. Porém, como o sucesso de se firmar em uma única atividade é restrito a poucos, cabe à maior parte das pessoas se submeter à diversidade de atividades que lhes surge como possibilidade para manutenção da vida ou sobrevivência. Aquelas pessoas que escapam da sina do “efeito Mateus” conseguiriam minimamente se firmar como “pessoas de bem”. Porém, aqueles que

se inclinariam, desde os primeiros anos de vida, a atividades marginais ou ligadas a “ilícitos”, estariam fadados ao abandono e ao descrédito, pois a estes nada chega com a força que chega para aqueles que têm inclinações à obediência de regras e rotinas.

Apreciando ainda essa diversidade de abordagens sobre juventude, ressalto também a pesquisa de Glória Diógenes (2019), intitulada *Eles dizem não ao não: um estudo sobre a geração N*, de perfil quanti-qualitativo, e realizada entre adolescentes e jovens, moradores da Regional VI da cidade de Fortaleza. Na pesquisa, a autora propôs uma revisão sobre o modo de observar o recorte geracional, histórico-geográfico e social, e questiona a classificação das agências internacionais ao considerá-los como “jovens nem-nem ou nem-nem-nem”.

[...] tentamos ultrapassar a rigidez de categorizações prévias e de distinções da situação da juventude atribuídas por dados quantitativos generalizantes, sem a conexão com as singularidades desses sujeitos, ou mesmo por referenciais teóricos relativos a outras práticas culturais e outros contextos sócio-históricos. (DIÓGENES, 2019, p. 11).

Com isso, a autora abre espaço para tratar de critérios subjetivos que se apresentaram determinantes em análises feitas no Brasil, sobre um estrato social específico, categorizado como o de crianças, adolescente e jovens, e em situação de violação dos direitos legais aqui em questão. Citando Vogel (1992 *apud* DIÓGENES, 2019), a autora ressalta a falta ou baixa confiança de crianças e adolescentes que viviam em situação de rua em relação: à família, à escola, à religião e aos laços do território; além da perda de esperança numa ética do trabalho – que era substituída por uma espécie de ética da aventura.

Em diálogo com Dayrell (2003 *apud* DIÓGENES, 2019), a autora faz considerações sobre a falta de boas perspectivas relativas ao trabalho (a partir do qual os adultos idealizam um fazer bem remunerado), que nem sempre contempla as expectativas profissionais dessas e desses jovens. Estes fatores (“confiança” e “trabalho”) perpassam os critérios para avaliar, dentre o público investigado em Fortaleza, o que os punha naquela condição.

De forma geral, os jovens que não concluíram o ensino médio são em sua maioria negros, com baixa renda familiar e são precocemente direcionados para o mercado de trabalho – quase sempre aquele, informal e precário. Até porque o desemprego, que hoje atinge 11,8% da população ativa (Pnad) é maior entre jovens, mulheres e trabalhadores sem nível superior. A taxa de desocupação entre pessoas com 14 a 17 anos é de 39% e entre os de 18 a 24 anos chega a 25,3%. (DIÓGENES, 2019, p. 12).

Portanto, marcadores sociais de cor/raça e gênero foram dois outros indicadores que guiaram as perguntas sobre essa fração da população, definida, a princípio, por corte etário. Nesse contexto, a autora recorda, de acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE (*apud* DIÓGENES, 2019, p. 12) “dentre o total de jovens no país em 2016, 19% dos homens não estudavam nem estavam ocupados. Já entre as mulheres este percentual saltou para 32,7%”. E essa situação parece piorar muito quando, a este cenário já desigual, somam-se os índices alarmantes de homicídios entre os adolescentes e jovens do sexo masculino que vivem nas periferias ou favelas das grandes cidades, e o intrincado jogo de forças imersas nas formas de adesão a facções ligadas ao tráfico de drogas, armas e pessoas.

O que a autora nos indica é que a...

[...] juventude atua como “vitrine das tensões sociais” (DIÓGENES, 1998), mobilizando tanto experimentações e signos de demarcações do “ser jovem”, como espelhando e refletindo elementos referentes a um tempo, a distinções de classes, de etnias, de locais de moradia, de orientações sexuais, de gênero etc. (DIÓGENES, 2019, p. 13).

Nesse sentido, no caso pesquisado, busco por demandas e formas com as quais estes jovens, que estatisticamente são representados como dizendo não ao trabalho e não à escola, possam afirmar o que de fato querem fazer, como imaginam atuar e no que desejam colaborar e em que coletivos. A intenção aqui, portanto, é indicar a agentes de políticas públicas, por meio de vias, rastros e narrativas, como a juventude local pretende desenhar seus próprios projetos de atuação, com o recorte relativo aos cuidados e à redução de danos.

Interessa-me o argumento de que a noção de carreira construída numa lógica linear seja algo que tanto a escola, como os projetos viabilizados por políticas públicas destinadas a este público insistem em reproduzir, mas que parece caduco para esta geração. O que está realmente em pauta para estes jovens é como se manter “nos corres”⁶⁷.

A “falta de ocupação”, a crescente crise no mercado de trabalho brasileiro, acabou por produzir entre os jovens uma recodificação da categoria trabalho, produzindo um tipo de flexibilidade (“pegar um bico”) e de “mistura” de fazeres e saberes (“dá-se um jeito”, “não sei, mas desenrolo”) que escapa das tradicionais formações profissionalizantes. (...) Por tudo isso e muito mais torna-se emergencial tentar entender essa geração que se move fora do lugar, em planos descontínuos, que flutua em espaços não consentidos, afora dos lugares costumeiros de construção de vínculos sociais e de aceitação pública. (DIÓGENES, 2019, p. 15).

⁶⁷ Francisco Rômulo Silva (2019) discute e analisa o termo “corres”, utilizado por seus interlocutores poetas.

Dentre as categorias que encontrei em campo, “fazer uns corres” – ou ainda “fazer os corres” – foi uma expressão presente entre falas de muitos de meus interlocutores. O termo designava alguma forma de se manter ativo ou ocupado, por vezes, recebendo remuneração pelo que realizavam. Neste contexto, “fazer os corres” representava estar ativo, determinado, tornar possível.

Léo, que era fotógrafo em formação, e morador do conjunto Santa Filomena, situado ao lado do Cuca Jangurussu, falava em “fazer os corres” quando se referia a suas empreitadas para se inscrever em editais, que possibilitariam a exposição de seu trabalho artístico, ou às suas atividades como fotógrafo de eventos privados, ou ainda quando planejava a edição de um livro de fotos e poemas em parceria com um colega poeta. A compreensão que tive sobre essa atuação me lembrou a noção de “correria” (GAGO, 1695 *apud* PINHEIRO, 2000) citada em carta à direção colonial portuguesa, reportando o modo de vida de indígenas na Serra da Ibiapaba, no interior do Ceará. Cito: “é certo que enquanto eles não viverem de suas lavouras (como os índios de língua geral) nem será possível aldearem-se, nem nós doutriná-los, porque necessariamente hão de fazer *correrias* pelos campos, buscando o sustento cotidiano...” (GAGO, 1695 *apud* PINHEIRO, 2000, p. 22, grifo meu).

A noção de utilidade mercantil estava explícita, mais uma vez, na recomendação do governador sobre o papel que deveria ter os índios na sociedade colonial. Todos aqueles que não se adequavam e não passavam a ser produtores de mercadorias eram classificados de vadios, mesmo os que garantissem a sua subsistência. (PINHEIRO, 2000, p. 21).

Estamos na década de 2020, e os discursos oficiais sobre o modo de vida e a forma de classificação de sujeitos subalternizados se atualizaram. Fazendo uma analogia entre os indígenas do passado colonial e os jovens com quem convivi no Jangurussu, em uma espécie de atualização ou recontextualização na ideia de “correria”, diria que, os jovens, ao resistirem a apelos de vinculação a projetos ofertados pelo Estado ou OSCs, afirmavam certa liberdade em sua atuação “nos corres”. Ao não se filiarem a um grupo estatal ou a uma ONG, pareciam, assim, positivar seus atos de resistência e a assunção de riscos.

O termo utilizado por padre Gago ao se referir aos indígenas resistentes ao aldeamento e à doutrinação, naquele momento guiados por uma lógica colonial e católica cristã, parece perenizado, atualizando-se o termo “correria” para o de “corres”, na atitude semi-refratária às ofertas estatais de hoje. Obviamente, questões conflituosas que remanescem na linguagem, na memória e nas práticas, desde as gestões coloniais até as atuais gestões tutelares, juntaram-se a outras dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais, e, neste caso, expressaram-

se em um contexto situado e, até certo ponto, sitiado – considerando, por exemplo, o que Dali expôs sobre sua experiência e reflexão como jovem periférico transeunte na cidade.

Continuando a revisão, temos o trabalho de Ricardo Moura Cavalcante (2011, p. 15), resultante de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE, em que investigou, partindo dos índices de violência entre adolescentes em conjuntos e outras localidades do bairro Jangurussu, algumas “breves trajetórias de vida de adolescentes assassinados no bairro Jangurussu, em Fortaleza”. Nesta pesquisa, houve grande esforço no sentido de complexificar a discussão envolvendo o tema da violência nas cidades, recortando, a partir de um enfoque geracional, o modo como, durante o período entre 2007 e 2009, esse fenômeno do assassinato de adolescentes se apresentou na cidade de Fortaleza.

A caracterização do território e a situação das suas práticas belicosas foram os pontos fortes do trabalho, no sentido de dar subsídios à formulação de ações políticas que pudessem interferir na dinâmica de mortes violentas entre esta população:

Embora o Grande Jangurussu abranja comunidades como o Barroso I e II, João Paulo II, São Cristóvão e Conjunto Palmeiras (que se tornou oficialmente bairro durante o período de anos pesquisado), cremos se tratar de uma unidade territorial um pouco mais homogênea do que a Grande Messejana. Toda essa exposição, no entanto, não significa dizer que as microrregiões de Fortaleza sejam espaços estanques. Ao contrário. As transições de um bairro para outro são intensas sob todos os seus aspectos, até mesmo no que se refere à violência executada e sofrida pelos jovens. Não raro as disputas pela ocupação de um mesmo território resultam, no seu modo mais extremo, em mortes de ambos os lados. (CAVALCANTE, 2011, p. 17).

Cavalcante (2011), recuperando memórias, especialmente, de familiares, sobre estas curtas trajetórias de vida, dá corpo e movimento aos sujeitos antes apenas contabilizados em estatísticas de instituições estatais ou jornalísticas. E talvez tenha sido o apelo que senti, ao conhecer o trabalho citado, o motivo que me fez investir nesta tese, como uma espécie de um “avesso estético” em relação ao que propôs o autor. Ou seja, se seu foco se revelou por meio das narrativas sobre as precoces mortes e perdas, o meu foco incide em afirmar, a partir do que pude acessar desta juventude, e considerando os desafios que estão presentes, o que nela resiste e como inventa formas de manutenção da vida em suas “áreas”.

Dentre outras demandas e justificativas já mencionados neste trabalho, o projeto dos Cucas surge para a cidade de Fortaleza como uma possibilidade de acolher jovens que vivem nas periferias e que enfrentam situações de violências e de violações de direitos, sendo os homicídios e a violência sexual apontados como suas expressões mais radicais.

Nágela Alves (2011) trabalhou questões relativas às políticas públicas direcionadas à juventude na cidade de Fortaleza, trazendo também dados demográficos e socioeconômicos que comprovaram a necessidade de implantação e manutenção de políticas de cultura, lazer e formação para jovens nas periferias da cidade – apontando as contribuições que os Cucas traziam para esse contexto.

O Cuca Barra foi o campo de pesquisa de José Augustiano dos Santos (2014), que realizou uma monografia na área de Comunicação Social, centrada na formação de jovens voltada à produção radiofônica do Cuca. Interessava-lhe explorar como aquele equipamento oferecia ferramentas e metodologias que promoviam a aproximação de jovens às técnicas de produção de rádio, e, especialmente, àqueles que não haviam atingido idade e grau acadêmico para ingresso em cursos superiores. Sua pesquisa não citava questões relacionadas ao uso de drogas, dentro ou nas imediações do equipamento, tampouco os modos como entre as jovens e os jovens esse assunto era tratado. Porém, revela a capacidade e a abertura de possibilidades em termos de viabilizar aprendizados e experiências no âmbito de atividades ligadas à cultura e ao lazer, disponibilizadas para jovens que vivem nas periferias – conforme sugere Alves (2011).

Daí surgiu também o desafio que foi observar, ainda que sem atingir a profundidade de uma análise mais crítica, as relações que envolviam estigma, juventude e identidade social, entre profissionais dos Cucas, de variadas expertises, e as usuárias e usuários de serviços de cultura, arte e esporte. Há uma carência de estudos sobre as relações de poder que interferem no fluxo de agenciamentos entre educadores sociais, técnicos do Cuca Jangurussu e os jovens que se vinculam ao equipamento, e os que apenas “circulavam por lá”. Estes últimos, por não formalizarem inscrições e matrículas nas atividades do Cuca, mas se fazerem presentes nas áreas externas, eram situados como “problemáticos”. O interesse dos gestores da instituição parecia girar em torno de ocupar o tempo destes jovens com alguma atividade, de preferência, oferecida na grade da programação mensal. Porém, um dos fatores elencados por integrantes da equipe da DPDH para que estes fossem vistos como “problemáticos” era o comportamento de usarem e/ou fazerem o comércio de drogas, especialmente, ilícitas, tanto no interior desse aparelho urbano, quanto nas suas imediações.

Resistência, que é educador social, naquele momento, com 34 anos, em uma de nossas conversas no anfiteatro do Cuca, narrou que ele também havia se criado na periferia. Ele era filho de costureira e, naquele momento, estudava Filosofia. Lembrou sua experiência com projetos, como o *Crescer com arte*, do qual participou enquanto jovem educador social, entre outros projetos. Para ele, isso o colocava numa posição moral e de trabalho que poderia ser

encarada como prestigiosa, ao se levar em conta as ocupações comumente realizadas por seus vizinhos e colegas da região. Nesse momento, entendi como sua proximidade e identificação com a condição “racial” e socioeconômica dos jovens com quem trabalhava favoreciam a conexão que o educador social dizia ser imprescindível para dialogar com jovens. Colocava-se, assim, como um espelho, projetando um possível futuro outro para alguns dos “vetim” – diminutivo da gíria “pivete” (pivetinho) em grafia adaptada à forma vulgar de sua pronúncia.

Flora, 29 anos, educadora social no Cuca, jovem estudante de Psicologia e moradora da Sapiranga, região próxima ao Jangurussu, apresentou-me algo que se aproximaria do que sugeriu Resistência. Disse ter feito, em casa, por iniciativa própria, durante suas férias, uma boa quantidade de “lambedor” (xarope fitoterápico feito à base de plantas medicinais). Levou o produto para o Cuca, afirmando ter lembrado dos repetidos casos que acompanhou entre os “meninos” que frequentavam o anfiteatro, em que relatavam estarem sofrendo problemas respiratórios e de garganta inflamada. Eles fumavam cigarros diversos, alguns de maconha, e ainda cheiravam “pó” e “lorena”. Popularmente conhecido como “lambedor”, esse xarope caseiro era comum para parte daqueles jovens, uma espécie de “meizinha” atual. Alguns tipos eram vendidos em barraquinhas da feira que ocorria semanalmente ao lado do Cuca. Portanto, Flora, partilhando signos de pertença, neste caso, o modo de cuidar, encontrou certa conexão ao perceber que os “meninos” deram valor ao xarope. De algum modo, o cuidado tradicional se mesclava com o precário, mas oferecia eficácia diante do estava ao alcance das pessoas do local.

Bel, com 26 anos em 2016, era educador social da DPDH e morador do conjunto São Cristóvão. Ele foi um dos importantes mediadores em campo, quando fazíamos as atividades propostas na parceria do Nuced com a DPDH. Por ter habilidades gráficas, era referenciado pela equipe do Cuca como alguém que ajudava a fazer desenhos, estêncis e a elaborar alguns tipos de materiais gráficos. Foi ele quem sugeriu que uma das atividades práticas da formação em RD, promovida pelo Nuced, junto a educadores sociais do Cuca, pudesse ser uma oficina de estêncil, voltada a criar capas para os zines de educação em RD, outro “insumo” produzido a partir da formação. Logo após esse período, em que interagimos no Jangurussu, ele fez o Enem, e pôde ir cursar Arquitetura e Urbanismo na UFPB, em João Pessoa.

Jangu tinha 27 anos em 2016, e, apesar de formado em Jornalismo, estava contratado como educador social pelo Cuca. Foi ele quem propôs a elaboração de fanzines como uma das atividades práticas para a formação em RD. Como ele já realizava oficinas de fanzine junto ao coletivo de jovens da turma com que se formou no Cuca Jangurussu, acreditava que

a ferramenta poderia ser interessante para a formação – esse coletivo se chamava *Literaturas Periféricas*.

Além dos sujeitos já apresentados, havia mais um educador social, porém, ele estava ligado a outra célula (de Economia Criativa) da DPDH. Ele foi o responsável pelas inscrições dos jovens que se interessaram em participar da formação. Elaboramos juntos uma sequência de perguntas que identificavam os jovens e suas percepções sobre usos de drogas e cuidados em relação a estes usos. Ele também era morador do Jangurussu, porém, tive pouco contato com ele. Em sua atuação, destacava-se pelo fomento do acesso ao cinema, elaborando listas de filmes e solicitando aos jovens que escolhessem ou sugerissem filmes que gostariam de assistir às margens da Lagoa do São Cristóvão. A projeção dos filmes era feita em um tecido esticado no anfiteatro. Um dos desafios, ao buscar obras estrangeiras, era que estas deveriam ser dubladas, aumentando a sua acessibilidade. O projeto que desenvolvia se chamava *Cine Cururu*.

Esse era o grupo de educadores sociais que atuava na DPDH do Cuca Jangurussu. Às vezes, eles contavam também com parcerias e recursos humanos de projetos de extensão de universidades públicas e privadas, na execução de algumas de suas atividades.

Voltando ao projeto, foi realizado um planejamento conjunto, envolvendo integrantes da DPDH do Cuca e integrantes do Nuced, visando estruturar um curso de formação em RD, programado para ocorrer em setembro de 2016. Nessa ocasião, decidiu-se mesclar atividades “teóricas” e “práticas”. Parte da carga-horária deveria se dar em sala de aula, em formato de exposições dialogadas e dinâmicas, e outra parte envolveria atividades práticas, numa espécie de aplicação das trocas de aprendizados entre todas as pessoas envolvidas e um público que não participou deste momento de formação. Isso ocorreria na ação de RD no Cuca Roots.

5.2 Sedanapo

“Porque se a estética fundamenta a Arte, é a política que fundamenta a Cultura” (MEIRELES, Cildo. *Inserções em circuitos ideológicos*. 2006).

Uma das intervenções que poderia ser pensada também como estratégia de cuidado em redução de danos para o uso de produtos fumígenos foi proposta e discutida junto à equipe da DPDH do Cuca Jangurussu. Isso ocorreu um pouco antes de haver o Viradão. A proposta surgiu alguns meses após minha chegada em campo, em 2016. Houve uma reunião para se discutir modos de usar o cigarro enrolado com papel de gramatura mais pesada que o papel

de seda. Observamos que não só jovens, mas muitas outras pessoas, usavam papel de folhas tipo ofício ou de folha de caderno para fumar “pacai”⁶⁸ ou baseado. Nomeamos o insumo de “sedanapo”.

Em conversas informais, tivemos um *feedback* a respeito da recepção dessa proposta de cuidado. Entre o grupo, era entendida como interessante, porque reconheciam que o uso de maconha e de tabaco era, muitas das vezes, feito em papel de caderno ou folhas de ofício, papéis com potencial de provocar danos bem maiores do que o do papel de seda.

A “sedanapo” consistia, na sua versão inicial, em guardanapos (tipo papel seda) com frases⁶⁹ escritas à mão em uma das abas do papel, que, dobrado em formato de sanfona, era entregue a jovens. Foi distribuída como uma intervenção de RD em momentos como o *Cuca Roots*, ou outras ações em eventos que ocorreram no Cuca durante alguns meses.

Figura 2 – Produção coletiva de “sedanapo”.

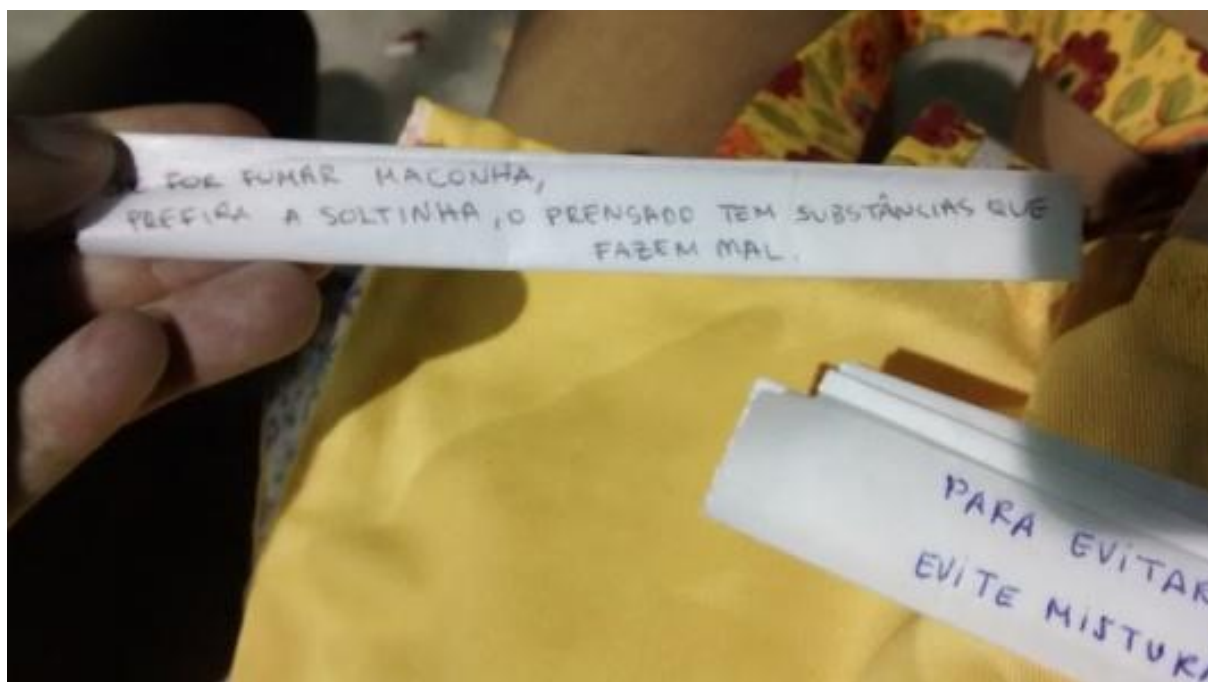


Fonte: Arquivo pessoal (2016).

⁶⁸ Termo utilizado localmente para se referir ao fumo de tabaco triturado, que é comercializado porcionado em pequenos pacotes plásticos, e cujo cigarro deve ser confeccionado pelo próprio usuário.

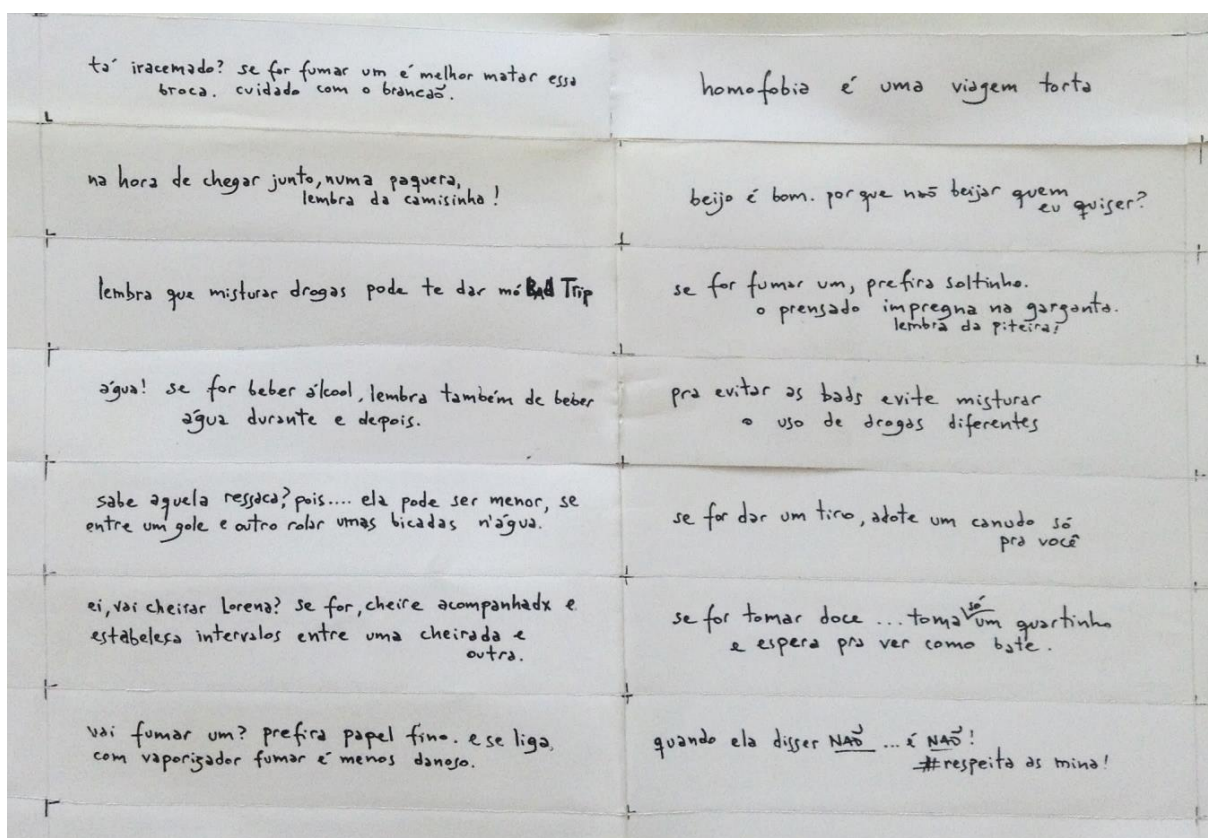
⁶⁹ Escolhidas entre as ideias que surgiram durante a oficina com os jovens para realização dos *spots* de rádio.

Figura 3 – Primeira versão da “sedanapo”.



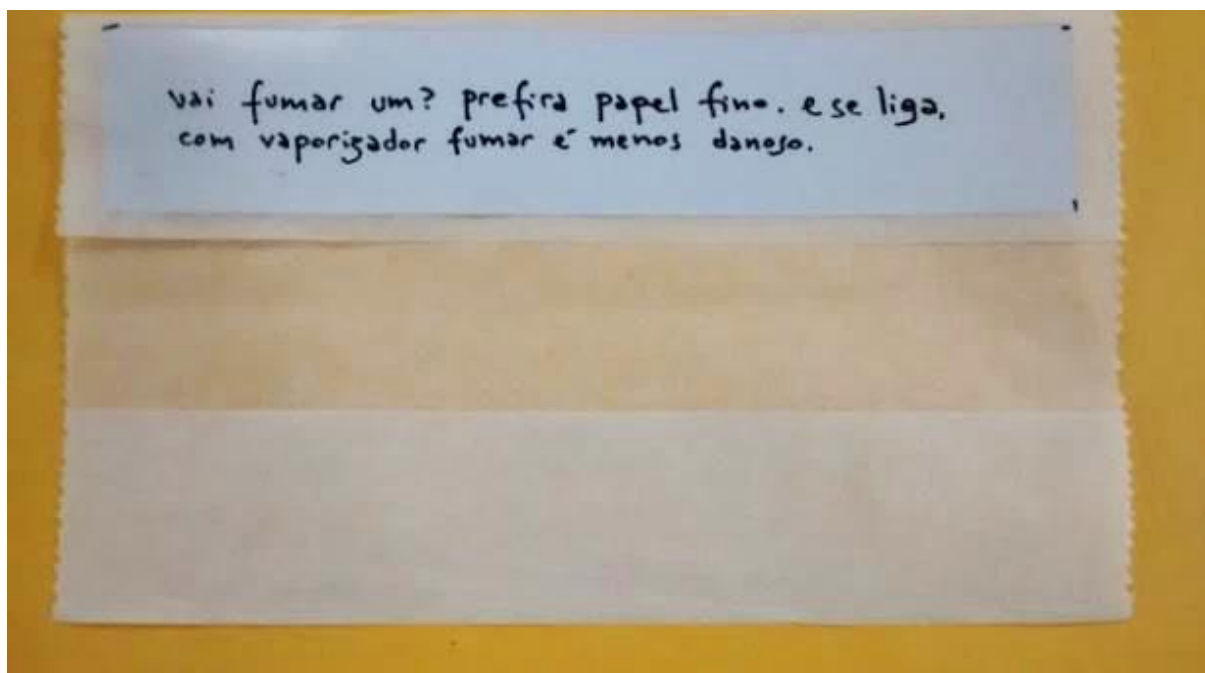
Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 4 – Conjunto de frases transcritas pela artista Fernanda Meireles transformados em adesivos.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 5 – Adesivo no guardanapo.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Esse insumo foi sugerido, objetivamente, na perspectiva de alertar sobre os cuidados com o corpo, em especial, com as vias respiratórias. Em campo, nos dias em que ficava pelas escadas do anfiteatro, conversando com quem andava por ali nos finais de tarde, reparei como alguns cigarros – fossem de “pacaí”⁷⁰ ou de maconha – eram enrolados com folhas de papel de caderno ou papel tipo ofício. Esses tipos de papel tinham uma gramatura bem maior que a do papel de seda e alguns continham tinta. As frases que foram escritas vieram de oficinas realizadas pelas extensionistas do Nuced, que trabalhavam com integrantes do coletivo de jovens do Cuca Jangurussu. Entre outros resultados desta oficina, surgiu uma estratégia de intervenção denominada *Redução*⁷¹.

Essas frases foram sendo modificadas durante outras oficinas realizadas com o Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu. Quando propusemos a promoção do uso da “sedanapo” como prática de redução de danos, tínhamos em mente duas potencialidades. A primeira tinha a ver com o uso histórico desse material para confecção de baseados. Lembrava como, quando não se tinha acesso tão facilmente quanto hoje a papéis de seda de boa qualidade, era comum o uso de guardanapos do tipo seda, que ficaram conhecido como “sedanapo” ou “pure lanche”

⁷⁰ De “pacaio”, que significa fumo enrolado à base de tabaco.

⁷¹ Consistia de folhas de papel impressas e coladas no chão contendo frases que remetiam aos possíveis cuidados que poderiam ser associados ao uso de substâncias como álcool, maconha, *ecstasy*, entre outras.

(parodiando o nome de uma das marcas de papel de seda e de outros artigos para fumantes de *Cannabis* mais comercializada no mundo, a *Pure Hemp*).

Esse tipo de guardanapo era também denominado de “espalhanapo”, porque, quando utilizado para limpar a boca durante uma refeição, na perspectiva de alguns, “mais espalha a gordura do que absorve”. Os seus diversos nomes e os porquês destes nomes foram citados entre risos e críticas por pessoas presentes na sala da DPDH, onde debatíamos a tecnologia social. A criação e discussão em torno da sedanapo serviam também a um segundo propósito, que talvez fosse o principal. Deixava-se a sedanapo ao alcance daqueles que iriam fechar um baseado ou um pacai, e, por meio do gesto de entregar um tipo de seda pouco usual naquele contexto, procurava-se abrir também um diálogo sobre cuidados a serem tomados durante o uso de drogas, especialmente, álcool, maconha, pó, doce (LSD) e lorena (inalante). Também se buscava promover o respeito às pessoas que cotidianamente eram vitimadas pela violência de gênero (mulheres e LGBTs).

A discussão passava, acima de tudo, por uma negociação relativamente tácita entre o que o equipamento poderia oficialmente oferecer em termos de insumos nas ações de redução de danos e o que disporia. A primeira questão surgiu durante uma reunião, quando integrantes do Nuced e a equipe de educadores sociais falavam sobre os usos de drogas (lícitas e ilícitas) que alguns jovens faziam ali. Comentava-se que eles poderiam fazer isso de modo mais ou menos danoso, a depender do seu acesso a informações menos moralizantes, e das formas de uso que essas informações lhes propiciassem. Porém, uma das integrantes da equipe mostrou certa preocupação em relação a como as outras diretorias do Cuca veriam a ação:

[...] essa sedanapo vai dar problema pra gente de DPDH. Porque as outras diretorias do Cuca, às vezes, não entendem exatamente o que são os direitos humanos e aí ficam dizendo que a gente passa a mão na cabeça de malcriados. (Supervisora da DPDH do Cuca, diário de campo, 2016).

A supervisora alertava para um possível conflito interno ao Cuca. Outra questão, que preocupava não somente a ela, mas a outros integrantes da DPDH, dizia respeito ao período de campanha eleitoral. O candidato, principal opositor ao prefeito em gestão, era um policial militar, conservador em suas pautas, e este poderia criar problemas para a gestão do Cuca, caso houvesse elementos que pudessem alimentar uma notícia com teor favorável ao “pânico moral”. A ameaça de denúncia de “apologia ao uso de drogas” era um dos receios citados em conversas que sucederam ao primeiro momento em que a ideia surgiu. Por outro lado, ao não fornecer apenas a seda em si, mas a materialidade do guardanapo, em formato de sanfona, e

estampado com frases relacionadas a cuidados e respeito aos Direitos Humanos, poder-se-ia estabelecer um argumento estratégico contra tal acusação. Algo determinante para seguirmos em frente com o projeto foi o baixíssimo custo do papel de guardanapo, além da possibilidade de fazermos intervenções pelo respeito à diversidade e pelos cuidados nos usos de drogas em espaços onde esse tipo de ação não ocorria. O seu formato e as frases que traziam faziam com que o projeto não se caracterizasse como uma simples distribuição de seda, como poderia ser interpretado se fossem simplesmente entregues papéis normalmente vendidos para se enrolar cigarros. Daí a ideia de uma intervenção que usa a arte e estratégias de drible da moralização dos atos de respeito aos DH e aos cuidados de RD.

Um dos resultados da intervenção/estratégia para a pesquisa teve a ver com a forma como as narrativas dessa presença material retornavam a mim ou àquelas pessoas próximas nas ações de RD. Durante nossos diálogos em campo, L., uma mulher trans, falou sobre como a frase “homofobia é uma viagem torta” serviu para aproxima-la de um irmão, que recebeu a sedanapo no anfiteatro do Cuca e chegou até ela para falar sobre o assunto. Nesse período em que estive mais próxima ao Cuca Jangurussu, L. geralmente acompanhava um coletivo ligado ao Cuca, o *Cucaney*. Ela narrou como o seu irmão leu a mensagem e olhou para ela: com algum tipo de entendimento e aproximação.

Outra devolutiva veio de um dos rapazes que trabalham com venda de maconha nas proximidades do Cuca Jangurussu. Ele disse que achava a sedanapo “mó paia”⁷², tirando de seu bolso um pacote de seda apropriada para fumar, da marca OCB. Dizia que aquela ali é que era “da boa”. Enquanto que “essa daí nem cola tem”. Este foi o mesmo rapaz que, em um dos dias da pioneira *Roda do chá*, ao fazermos a “intera” para o lanche, dizia que iria comprar as coisas com o “cartão das vítimas”. Quando perguntei a ele, em outro momento, quem eram as vítimas, ele desconversou e disse que eles ganhavam aquele cartão dos chefes para lancharem.

Posteriormente, ao verificarmos que o volume de trabalho para replicar manualmente as frases nos guardanapos era demasiado alto para nossa capacidade de produção, conversei com uma amiga, a poeta, artista e educadora Fernanda Meireles, sobre métodos que fossem mais eficientes em termos de reprodução. Inicialmente, averigui a possibilidade de se fazer carimbos com as frases, porém, cada carimbo estava avaliado entre setenta e oitenta reais. Eram doze frases diferentes, então, teríamos um custo bastante alto, e não dispúnhamos do financiamento necessário, tendo em vista que muitos dos materiais e dos insumos utilizados

⁷² Gíria utilizada para desprestigiar algo. Parece ter vindo em uma corruptela da expressão “maior palha”. Palha, aqui, refere-se ao significado de coisa de pouco valor, ninharia.

eram financiados por mim ou por doações que o Nuced conseguia levantar com campanhas, ou ainda por meio de apoio de baixíssimo custo que gestores da DPDH do Cuca se esforçaram para conseguir. Finalmente, seguindo a sugestão de Meireles, fizemos adesivos com as frases selecionadas para o projeto “sedanapo”. Ela mesma fez a marcação do tamanho do retângulo na página, levando em conta a dobradura do guardanapo, e escreveu cada frase, encaixando-as nos espaços. Por ser artista bastante conhecida na cidade, algumas pessoas que receberam a sedanapo identificavam sua caligrafia, e acredito que esse foi mais um motivo para que o instrumento ganhasse simpatia.

A proposta estava envolta na lógica precária com a qual o tema do uso de substâncias psicoativas e os cuidados necessários eram tratados naquele local e entre aquelas pessoas. Pela lógica das políticas públicas de prevenção e de cuidado, adolescentes, principalmente, e jovens em geral, não deveriam usar drogas. Mas, o fato é que usavam. Essa também era uma lógica expressa na moralidade dos discursos das pessoas, como citei no caso das reuniões em que a população local expunha sua preocupação com essas práticas.

Além disso, algo discutido com educadoras/es sociais, extensionistas e jovens que se interessavam pelo assunto, algum tempo após a realização da intervenção em RD a partir da “sedanapo”, foi a radicalidade da noção de redução de danos biológicos. Pois, mesmo fumar na seda continuava sendo um fator de risco, tanto físico como social. Sabíamos que a forma de uso menos arriscada, em termos físicos, seria com o uso de aparelhos vaporizadores, mas a forma de uso individualizado e os custos financeiros de um vaporizador tornavam inviável a sua aquisição, além de que não atendia ao modo de intervenção que ali propúnhamos.

5.3 Formação em Redução de Danos

Acompanhar os jovens interlocutores de minha pesquisa, durante suas atividades de formação e no tempo livre no Cuca – e em outros espaços de formação, como o Nuced – ou ainda em festas e encontros de lazer, permitiu-me compreender como entendiam o que era droga, e em diversos contextos. E o que tem a ver drogas com lazer? Para alguns de meus principais interlocutores, tinha tudo a ver. Mas, havia uma grande variação na maneira como eram entendidos os conceitos que circulavam entre as/os jovens daquela região. Elaborada a partir da formação para jovens multiplicadores em RD, o seguinte quadro sintetiza as suas diferentes maneiras de encarar a questão das drogas:

Quadro 3 – Transcrição da dinâmica “O que são drogas?”

O que são drogas?	
toda substância que altera sua percepção.	drogas são substâncias que alteram a maneira de viver.
droga é uma coisa que faz mal a pessoa.	as drogas facilitam o acesso ao inconsciente.
droga é uma coisa, um destruidor de sonhos, vidas, objetivos, ninguém merece isso em sua vida.	droga para mim é qualquer substância que tire a minha sobriedade e que me deixe dependente dessa substância.
substâncias que produzem alguma sensação. E que altere os sentidos.	As drogas elas devem ser estudar melhor para que no futuro possa ser usadas para o bem
As drogas é uma questão de saúde pública. As pessoas que não tem acesso não têm a política de debater sobre o assunto e consequentemente criminaliza. Falta discussão sobre redução de danos nos espaços e com os jovens	A droga para mim é como faço uso medicinal a maconha. O crack é gostoso ao se usar, mas ao mesmo tempo é horrível. Nunca aconselho [uso] de qualquer droga.
Drogas são substâncias que alteram o metabolismo físico, químico, biológico e psicológico de um indivíduo. Seus efeitos podem variar de acordo com a quantidade e periodicidade em que são consumidas. Podem causar dependência.	Drogas são substâncias que causam prazer no indivíduo. Causando sensação de prazer e liberdade.
Droga é a desculpa que o estado usa para matar e prender	grupos doença fome alegrias mortes e vidas
Substâncias que causam algum tipo de efeito no corpo e que podem ou não viciar	são substâncias que causam algum efeito no corpo
descriminalizar o usuário é um passo rumo à consciência sobre as drogas.	lícitas e ilícita, questão de interesse econômico. Legalizar ou criminalizar não é vinculado ao dano causado no organismo, mas sim quanto se pode lucrar com isso. (em torno desse texto havia grafado palavras: açúcar, cigarro, maconha)

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Percebe-se, em uma leitura crítica deste material, que havia: algumas narrativas mais simples e outras mais complexas; concepções complementares e divergentes em torno do que entendiam por “droga”; mas, não somente, estas jovens e estes jovens deixaram registradas também informações sobre o que acreditavam ou o que experienciavam em termos de efeitos físicos e sociais dos usos de drogas. Notam-se também conotações políticas e econômicas em seus relatos, versando sobre a aplicação ou utilidade das substâncias psicoativas, em especial, as ilícitas, para o mercado e para o Estado.

Esse material foi resultado de uma dinâmica, seguindo o método da “tempestade de ideias”, e em que as participantes e os participantes foram convidados a escrever em um papel uma resposta para a questão: “o que é droga?”. Em seguida, de forma anônima, depositavam suas respostas em uma caixa. A abertura da caixa, primeira atividade interativa na formação para jovens redutores de danos, resultante de parceria entre Nuced e Cuca, servia não apenas para apontar caminhos e para guiar o modo como o tema seria abordado por quem conduzia a atividade. Utilizando suas referências, a responsável pela atividade podia também dialogar com a turma sobre os conteúdos das respostas durante a exposição preparada para a atividade. Era uma possibilidade de abrir o debate sobre um assunto carregado de interditos e que levava à moralização de comportamentos.

A sala tinha uma composição diversa. No primeiro dia de formação, havia entre 20 e 25 pessoas presentes. A idade dos integrantes da turma variava entre 16 e 34 anos. Pelo que pude descobrir, alguns eram integrantes do Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu, uns poucos eram jovens que participavam da *Roda das 4:20*, educadores sociais empregados da DPDH, e mais seis jovens que estavam sendo selecionados para atuarem como redutores de danos em eventos onde a Secretaria Municipal de Juventude de Fortaleza intervinha com ações de promoção dos Direitos Humanos, e de prevenção e redução de danos, destinadas a jovens da cidade. Esses já tinham contato com a temática, avançando mais no tema com a formação, que lhes dava um certificado. Nossas facilitadoras na formação, quatro jovens extensionistas, e um convidado especial, o professor responsável pela equipe empenhada nessa atividade de extensão, eram integrantes do curso de Psicologia da UFC, com quem havíamos preparado o conteúdo a ser ministrado na formação, levando em conta conversas com alguns educadores sociais do Cuca Jangurussu, e a experiência que acumulávamos ao acompanhar e ao propor atividades na *Roda das 4:20*, cujos participantes também compunham o grupo.

Como nem todos nos conhecíamos, logo que entramos na sala fomos convidados pela facilitadora Jessica para uma rodada de apresentações, onde dissemos os nossos nomes ou os apelidos, e alguns disseram a idade e onde estudavam ou atuavam profissionalmente. Logo

em seguida, para dar início aos conteúdos programados para a formação, ela fez a leitura das respostas citadas no Quadro 3.

Tentando manter certo anonimato na primeira fase da realização dessa dinâmica, o intuito foi de facilitar o debate sem os entraves de se identificar quem teria respondido o quê. Após todos conhecermos os argumentos apresentados na leitura desses papéis, eles foram afixados em uma das paredes da sala, por sobre uma lâmina de papel madeira. A facilitadora instigava a turma a debater o tema. Após algumas falas iniciais, ela apresentou uma série de questões a partir de *slides* com imagens e informações históricas e sociais. O conteúdo versou sobre os usos (milenarios) de substâncias psicoativas por humanos, os variados tipos de uso, interferências de pactos entre potências comerciais para classificar determinadas substâncias como lícitas ou ilícitas, e os reflexos do sistema de produção capitalista no modo de consumo contemporâneo de substâncias psicoativas. Com o desenvolvimento do debate, esse momento da formação permitiu compreender a profundidade dos argumentos e dos conhecimentos dos participantes sobre as questões históricas e sociais relacionadas às drogas.

A priori, alguns falavam com maior desenvoltura e segurança, enquanto que outros ficavam mais tempo ouvindo e pouco interagiam. A formação baseada em conteúdo e debate durou mais três turnos, em dias seguintes. E, em dias posteriores, foram se realizando outras dinâmicas de interação, e com grupos menores. Nesse momento, foi possível identificar suas percepções sobre os usos mais comuns entre as pessoas de seu convívio ou mesmo sobre seu próprio uso. E, no último dia, destinado a refletirmos sobre quais estratégias e ações poderiam ser fortalecidas ou criadas para reduzir danos frente ao uso de determinadas substâncias, as jovens e os jovens participantes da formação preencheram um roteiro proposto. E, assim, foi possível relatarem formas de cuidado relacionadas ao uso de diversas substâncias.

O roteiro para guiar a atividade em grupos iniciava com a seguinte proposta: “Colete, entre seu grupo, práticas de **Redução de Danos** relativas ao uso de substâncias psicoativas que já são adotadas por vocês em consumos que forem relatados”. E se encerrava com esta observação: “Sabemos que expor-se ao relatar práticas de cuidados com relação ao uso de substâncias ilícitas nem sempre é simples ou fácil, ainda mais para um grupo que se forma com tanta brevidade, mas aproveite para trocar experiências que podem ser válidas para o resto de suas vidas”.

Formaram-se três grupos de 5 ou 6 integrantes e as respostas obtidas estão abaixo:

Quadro 4 – Síntese da dinâmica de grupos “Como reduzir danos com o uso de tipos de substâncias psicoativas”.

SUBSTÂNCIA PSICOATIVA	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
ÁLCOOL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Beber água! 2. Não misturar as bebidas ou outras drogas 3. Se alimentar antes de beber 4. Não dirigir 5. Beber água entre as doses de álcool 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Beber água durante o uso para evitar ressaca 2. Se alimentar antes de beber 3. Beber espaçado, não beber tudo de uma vez 4. Comer algo doce (glicose) 5. Não misturar com outras drogas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Beber água 2. Comer doce 3. Não misturar 4. Parar de beber São Braz 5. Não dirigir nenhum veículo
TABACO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Beber água 2. Fumar com a piteira 3. Bolar o tabaco somente com seda 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Se fumar pacai, colocar filtro ou algodão na ponta do cigarro 2. Usar [papel de] seda 3. Lavar o nariz com soro 4. Tentar, progressivamente, diminuir a quantidade 5. substituir por marijuana <3 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer um filtro 2. Beber água 3. Se alimentar 4. Fumar cigarros mais suaves 5. Diminuir a quantidade

Continua...

Continuação...

SUBSTÂNCIA PSICOATIVA	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
MACONHA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Beber água 2. Evitar compartilhar o cigarro de maconha 3. Fumar com a piteira 4. Buscar fumar o natural 5. Lavar o “prensado” 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fumar do solto, verdim 2. Fumar no guardanapo (sem cola) 3. Fumar em papel fino (seda) 4. Não fazer baldada 5. Fumar na maçã 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Se alimentar 2. Não misturar com outra droga 3. Fumar solto 4. Beber água 5. Usar seda e filtro 6. Usar <i>bong</i> e vaporizador
CRACK	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não fumar na lata 2. Prefira usar cachimbos 3. Hidratar os lábios com manteiga de cacau 4. Não compartilha o cachimbo ou latas 5. substituir por maconha 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usar cachimbo, não lata de alumínio 2. usar manteiga de cacau ou Bepantol 3. Fumar mesclado 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fumar mesclada 2. Piteira 3. Protetor labial
INJETÁVEIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não compartilhar a seringa 2. Não usar sozinho 3. Não usar a mesma seringa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usar agulhas e afins descartáveis 2. Não compartilhar seringas 3. Tentar ver a possibilidade de usar a droga de outra forma 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não compartilhar a seringa 2. Evitar locais sujos 3. Limpar o corpo

Continua...

Continuação...

SUBSTÂNCIA PSICOATIVA	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
<p>PÓ INALADO *(Vulgarmente conhecido como Cocaína) ou outro tipo de pó (“K” “MD”).</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não compartilhar o canudo 2. Não cheirar na chave 3. Testar antes de usar. Colocar debaixo da língua (dormência) X 4. Usar soro para lavar o nariz 5. Não misturar com álcool 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usar um canudo individual 2. Não ficar muito tempo em um só. Intercalar por espaço de tempo 3. Lavar o nariz com soro 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não usar cédula 2. Não compartilhar canudo 3. Se alimentar antes 4. Lavar o nariz com soro
<p>ECSTASY</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Se for usar toma só ½ 2. Beber água 3. Não pegar nóia 4. Não tomar mais de um de uma vez 5. Não misturar com Viagra 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não misturar com Viagra 2. Não cheirar, tomar só com água 3. Não misturar com outras bebidas 4. Beber água. Dar um tempo de fritar para descansar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Beba água 2. Se alimentar só com água 3. Não misturar
<p>INALANTES</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não compartilhar 2. Não cobrir todo o nariz ou a boca 3. Usar sentado 4. Não misturar com álcool 5. Tomar banho para cortar o efeito 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não cheirar o tempo todo 2. Não colocar em lata ou plástico 	

Continua...

Continuação...

SUBSTÂNCIA PSICOATIVA	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
ENTEÓGENOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tomar pequenas doses 2. Controlar o tempo de uso, períodos longos entre as doses 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Diminuir o uso 2. Não está em lugar alto 3. Não dirigir
ESTERÓIDES/ ANABOLIZANTES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não utilizar os que são injeções de animais 2. Causa impotência [sexual] e hipertrofia os músculos 	1. Não usar, mana	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhamento médico 2. Não misturar com outras drogas 3. Seringas descartáveis

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Após a apresentação dos resultados do trabalho, foram feitas considerações sobre o teor das informações, trazendo ao debate a importância da linguagem quanto às informações que começavam com “não usar...”, refletindo-se sobre a necessária tolerância desse tipo de orientação, quando pensada pela via da RD. Outra situação bastante importante apontada foi a da ausência de estratégias e ações relacionadas à redução de danos sociais.

Na ocasião, Mel comentou sobre o conteúdo dos outros dias dessa formação, frisando que se informar sobre seus direitos (enquanto usuário e cidadão) seria uma forma de reduzir danos; e que entender quais forças estão envolvidas na tal “guerra às drogas” tornaria esses jovens mais cientes dos riscos e possibilidades de criar estratégias de cuidados nesse nível.

Ao se encerrarem os dias de formação “teórica”, tivemos uma pausa de alguns dias para preparação das condições e materiais a serem utilizados na fase “prática” da formação. O diretor da DPDH do Cuca à época providenciou um ônibus para levar as participantes para uma visita ao Nuced, no campus Benfica da UFC. Lá chegando, o professor responsável falou um pouco sobre o trabalho que o Nuced realizava, para além das suas ações de extensão. Em

seguida, iniciou-se a oficina de fanzine, então conduzida por Jangu. Lá, concentramo-nos na atividade de produção de frases e imagens para composição dos zines. Em seguida, Jangu e eu fizemos uma seleção do que não se repetia, em termos de conteúdo das mensagens, e montamos os originais do material para reprodução. Estes foram entregues à supervisora da DPDH, que reproduziu 200 exemplares (ou 100 de cada um dos dois modelos). Em seguida, houve a oficina de estêncil, organizada por Bel, e os resultados foram fixados como sendo as capas dos fanzines. E, por fim, facilitada por Resistência e Flora, realizou-se a oficina sobre plantas e ervas medicinais, que serviria de base para a feitura do lambedor.

Percebi que a interação entre aquelas/es jovens que ficaram até as últimas atividades se dava de maneira mais fluida e engajada. No último dia desta jornada, produzimos os *kits* a serem distribuídos durante o *Cuca Roots*, que eram compostos por: fanzine, preservativos femininos e masculinos, gel lubrificante íntimo, sedanapo, sachês de lambedor e pirulitos. O material de prevenção sexual foi conseguido via parceria estabelecida entre a Secretaria de Saúde do Município e os profissionais do Cuca.

As variações sobre o modo como essas jovens e esses jovens entendiam o que eram drogas, como se relacionavam com estas substâncias, que danos percebiam como irreparáveis por conta do sistema jurídico e penal (baseado no proibicionismo), que reproduz o racismo e o classismo, também eram verificadas em seus comportamentos e no modo como evocavam certos estereótipos vivenciados em seu cotidiano. Ao final da formação, constatei que o que vivenciamos durante as edições da *Roda das 4:20* serviu não apenas para descobrirmos como usavam certas substâncias psicoativas, mas também para dialogarmos sobre as curiosidades e os causos que os envolviam, de modo menos concentrado, e sendo interpelados por fatores reais, provocados, por exemplo, pelas forças policiais e pelos danos físicos relacionados aos usos intensos de drogas, que afetavam os seus corpos. Descrevi alguns destes momentos em meus diários e registros de campo, que tiveram alguns excertos aqui expostos.

5.3.1 *Roda das 4:20*: construída por jovens redutores de danos no Cuca

Realizar uma etnografia implicada, como esta, permitiu-me refletir sobre situações as que experienciava em campo, tanto como participante, quanto como observadora. Um ângulo apreciado com certa frequência produziu o principal argumento depreciativo com o qual essa metodologia de vista como de “pesquisa-ação” era e continua sendo criticada: de que haveria uma pretensa instrumentalização do grupo em questão, e que isso poderia vir a turvar minha análise de dados. Até aqui, vinha me dedicando a atuar junto aos meus interlocutores de modo

sistemático. Diante dessa perspectiva, tentei me colocar um pouco mais distanciada da função de planejadora e de atuante na atividade, e tentei apenas acompanhar a *Roda das 4:20*, como havia feito nas primeiras vezes em que nela estive presente, adotando uma postura mais alheia ao fazer da oficina e mais interessada no que nela ocorria.

Para mim, esse parecia ser um exercício retórico diante da metodologia que busquei realizar. Porém, era também uma tentativa de saber o que eu conseguiria captar caso pudesse observar mais do que participar, ainda que eu considerasse ser impossível me manter alheia, mas com a noção de agência presente em minha mente, naquele contexto. E foi surpreendente o resultado. Várias das jovens e vários dos jovens que participaram das oficinas participaram também da formação em RD, outros sabiam de algo sobre o curso, sabiam da distribuição de sedanapo no Cuca Roots, e, em outros momentos, haviam sido sensibilizados (e não somente aqueles que fumavam). Portanto, de algum modo, reconhecíamos-nos minimamente. E, como pedi para registrar em meio fotográfico a oficina, percebiam que eu era alguém com interesse naquela atividade.

Dentre as atividades que acompanhei, destaco uma oficina realizada pelos redutores de danos temporariamente contratados pelo Cuca. Eles, como outros jovens, participaram da formação sobre Redução de Danos realizada pelo Nuced em parceria com o Cuca Jangurussu. Ali, percebi que os dados coletados nessa atividade foram fundamentais para cumprir parte do objetivo geral desta pesquisa de tese, ou seja, descobrir, naquele contexto, como haviam se transformado as ações e a própria noção de redução de riscos e danos entre as/os jovens no Jangurussu. Nessa perspectiva, o que veio a ser entendido e propagado como sendo ações ou estratégias de redução de riscos e danos passou pelo crivo de assertivas, observações e registros sobre o que consegui depreender das situações acompanhadas.

A equipe de execução agiu de maneira relativamente autônoma no planejamento do trabalho, contando com o apoio da supervisora do projeto Cuca Saudável, para a aquisição dos materiais a serem utilizados na confecção dos “insumos”. O aval sobre os conteúdos e as formas de melhor os explorar também dependeu da supervisão, segundo Laka comentou em conversa após a atividade finalizada.

Foi interessante observar, diante de certa autonomia gerada pelo contexto, como a escolha do formato, dos temas e das metodologias de trabalho se desenvolveram durante as edições da *Roda das 4:20*, tendo-se em vista o perfil e as aptidões de cada redutor de danos. Estes jovens que acabavam de “certificar-se” como redutores de danos já participavam de atividades no Cuca, seja como jovens atendidos ou comoicineiras e icineiros convidados

a participar pontualmente de projetos organizados e/ou executados pela equipe da DPDH. Porém, até aquele momento, eles não faziam parte da equipe oficial de funcionários do Cuca.

A atividade se iniciou na biblioteca do Cuca, em um espaço onde há reserva para esse tipo de roda de conversa, e, em seguida, continuou nos arredores do anfiteatro.

Laka tinha 22 anos, a pele clara, vivia no bairro Curió, era estudante de História na UECE e bolsista de iniciação científica. Aero, negro, tinha 26 anos, era morador do conjunto Santa Filomena, tinha baixa escolaridade, e trabalhava com pinturas e grafite. Era pai de um bebê e precisava urgentemente de um trabalho fixo, conforme em relatou, em uma de nossas conversas.

Laka travou uma discussão afiada, em relação ao racismo e a questões de gênero, aludindo a dados sobre a guerra às drogas, como o aprisionamento de mulheres e as condições em que estavam nas prisões. Ela falou ainda sobre os efeitos do proibicionismo na periferia, dando o tom da discussão sobre classe social. Fez comentários sobre características físicas, bioquímicas e legais das principais substâncias psicoativas de uso explícito no Cuca (álcool, tabaco, maconha, lorena e pó), citou também o açúcar, o café e o chocolate, como drogas que passam por menor rigor em termos de controles e cuidados. Em seguida, ela descreveu como a redução de danos surgiu no Brasil, enquanto estratégia de saúde mental, e explicou as suas principais características, destacando a tolerância e o respeito ao limite individual de cada pessoa que faz uso de drogas. Ela, por fim, afirmou a diferença entre uma aproximação em termos de cuidado, com uma perspectiva alinhada à da RD, em que a busca por autonomia sobressai, e abordagens definidas como tratamentos clínicos, explicando que, em casos mais específicos, como aqueles em que pessoas desenvolvem dependência química em relação ao uso de alguma substância, estas últimas podem ser utilizadas em forma de cuidado inicial, para, depois, retomar as estratégias de RD.

Concluindo esta parte, Laka se voltou às informações sobre cada substância citada e perguntou como as pessoas participantes se cuidavam quando faziam uso ou quando viam alguém fazendo uso, caso não o fizessem, e, ainda, como observavam outras pessoas em suas estratégias de redução de danos, tendo em vista que qualquer substância pode provocar danos, em menor ou maior grau. Finalizou com mais informações, trazendo dados estatísticos sobre violações de direitos das pessoas que vivem nas periferias, e suas relações com as políticas proibicionistas. Saliento que ela buscou interagir com o público da oficina ainda no momento da exposição, deixando o grupo mais instigado para o que viria na sequência da atividade.

Em seguida, Laka pediu para que cada participante pensasse em frases que estavam relacionadas com a ideia de redução de riscos e danos. Afirmou que elas ficariam estampadas

e fixadas em áreas de circulação comum do Cuca Jangurussu. Terminou por convidar o grupo a sair da biblioteca e ir ao anfiteatro, para que finalizassem a atividade com a elaboração de materiais gráficos e sua composição em frases e imagens. Em seguida, ela passou a palavra para Aero.

Aero era conhecido na região por ser morador da vizinhança do Cuca, e tinha melhor desenvoltura quando lidava com instrumentos gráficos. Assim, a direção de arte do exercício proposto ao grupo ficou a seu cargo. Confeccionar estêncil, lambe-lambe e adesivos com a orientação de como fazer para estampar letras ou desenhos nos moldes era uma atividade que lhe parecia menos desafiadora do que falar sobre as substâncias e as questões ali já expostas. Ainda assim, ele introduzia dicas de como produzir certos dizeres sobre cuidados e redução de danos, e sobre proibicionismo. Ele trouxe já impressa a imagem de um *bong* para ajudar a fazer o molde do estêncil. Explicava como poderiam utilizar os materiais disponibilizados para a oficina, que havia sido iniciada na biblioteca, e, em seguida, passou a ser feita ao ar livre, devido ao uso de *spray* de tinta. Outras já haviam ocorrido desta forma, com finalização próxima ao anfiteatro, onde seriam afixados ou estampados alguns dos materiais resultantes da oficina.

Ele explicou qual tipo de papel era apropriado de se utilizar em moldes para estêncil, indicando aqueles com gramatura elevada. Demonstrou a intensidade da pressão a ser feita com o jato de tinta do *spray* e os movimentos que provocavam maior eficiência na inscrição do conteúdo das peças em paredes, postes, nas calçadas e no asfalto da rua. Mostrou as folhas de papel de baixa gramatura, que não eram ideias para aplicação da técnica de lambe-lambe, porque eram muito porosas, mas que serviriam para estampar, com tintas e pincéis, frases e desenhos também relacionados ao conteúdo da oficina. Mostrou, ao diluir a cola com água, a textura ideal para fixar as folhas em arquibancadas, muros, e no chão de calçadas e praças, utilizando rolinhos de espuma.

Ainda havia material para confeccionar os adesivos, feitos utilizando canetinhas de tinta azul e vermelha, e folha de papel branca, do tipo ofício. A ideia era fixar esses produtos da oficina em portas de madeira ou superfícies de vidro nos locais cobertos, distribuídos pelo espaço interno do Cuca. Uma dificuldade para finalização foi a baixa qualidade das tesouras, ao tentarmos cortar o plástico adesivo, motivo de esforço e risos. Entretanto, não inviabilizou a feitura de mais essa forma de produção de textos e mensagens referenciados no que poderia, às participantes e aos participantes, parecer-lhes ações ou estratégias de redução de danos.

Dessa oficina, sugeriram mensagens com amplo espectro do que poderia ser referência sobre o tema segundo o grupo participante. Percebo que a simples presença e permanência

no local, ouvindo, escrevendo, desenhando, interagindo de algum modo na realização dessa oficina, parecia já um indicativo relacionado à redução de danos, de acordo com os moldes que os próprios educadores sociais tinham como indicativo de sucesso nas técnicas de RD. E, ainda, contamos com a possibilidade de termos à disposição materiais gráficos para, talvez, registrar algo que lhes interessasse, mas que não dizia respeito ao conteúdo específico dessa oficina, e pudesse ser fixado em paredes, muros, locais de passagem nesses espaços públicos, sem necessariamente uma cobrança por resultados individuais para a oficina. Esse modo de estar em contato com informações relacionadas a cuidados e com as questões envolvidas no proibicionismo, ainda que adotando uma postura pouco atuante, na minha compreensão, é um resultado a ser avaliado, ao menos, como possível nas intervenções.

Havia pedido autorização aos participantes e pude registrar algumas imagens. Creio ser importante expô-las para não só explorar os conteúdos dos *insumos*, mas também mostrar como resultaram e os locais onde foram fixados no Cuca. Nesse sentido, segue a apresentação e a discussão dos registros fotográficos das frases e imagens produzidas na oficina.

Figura 6 – Estêncil aplicado no chão – Roda das 4:20.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 7 – Estêncil aplicado no chão – “vida loka é quem estuda”.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 8 – Pixo no chão – Tudo Nosso * Nada Deles.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 9 – Lambe “lorena é pedo”.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 10 – Lambe fixado na arquibancada do anfiteatro – “Se for F1 prefira jogar na SEDA”



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 11 – Estêncil – Use seda!! (com desenho de uma folha de *Cannabis*)



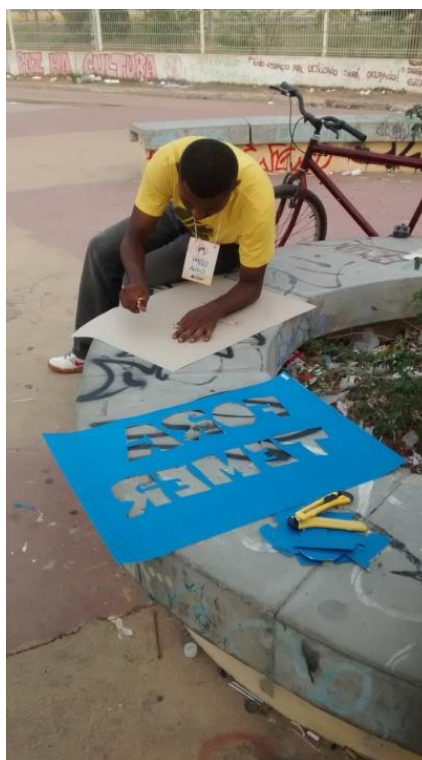
Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 12 – Estêncil – Use seda!! (aplicado na arquibancada do anfiteatro).



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 13 – Redutor de Danos realizando oficina de estêncil.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 14 – Estêncil aplicado na base da cerca do Cuca – Jangurussu.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 15 – Adesivo afixado na parede de vidro da biblioteca do Cuca – Jangurussu “+ [mais] amor [e] - [menos] violência e um Brasil justo – fora Temer”



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Figura 16 – Adesivo afixado na parede de vidro da biblioteca do Cuca – Jangurussu – “não legalização / certo pelo certo”



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Estas frases foram produzidas pelos jovens durante a oficina realizada no Cuca e então registradas por esta pesquisadora em 2016.

A primeira imagem reflete o resultado de um estêncil produzido na *Roda das 4:20*, claramente prestigiando o momento em que educadores sociais dedicavam tempo e esforço para trabalhar temáticas ligadas aos Direitos Humanos e à saúde de jovens usuários de drogas. Geralmente, num formato dialógico, participantes traziam questões, dúvidas e informações que lhes eram de conhecimento sobre as temáticas trabalhadas.

Com *spray* à mão livre, elas/es deixaram registradas frases que poderiam designar a compreensão dos jovens sobre redução de danos no sentido social, pois “vida loka é quem estuda”, “tudo nosso, nada deles”. Ao fazerem menção ao valor dado ao estudo frente à noção de “vida loka” – expressão que representa uma atitude juvenil de se arriscar –, muitas vezes, referente ao contexto do trabalho junto ao tráfico, a mensagem provoca uma tensão, pois que feita sob tal comparação: estudos vs. trabalho arriscado / vida arriscada. Neste caso, portanto, escolher estudar em vez de trabalhar para o tráfico é uma forma de redução de riscos e danos.

Misse (2011) explica, pela lógica sociológica, a principal diferença entre atividades reguladas pelo mercado legal e as que deste escapam. Segundo ele, a diferença principal “[...] fica por conta da alta taxa de lucratividade e baixa especialização exigida dos varejistas e, por conseguinte, do alto risco de concorrência envolvido nas transações deste mercado” (MISSE, 2011, p. 1). Já a noção de “vida loka” se encaixa no mundo social de pessoas que estão inseridas no comércio ilícito de substâncias psicoativas, devido ao risco expandido em relação à própria existência, pois não são apenas bens que estão em jogo num mercado sem regulação estatal, são vidas.

A segunda frase abre algumas possibilidades para compreendermos como a noção de disputa literalmente se apresentava. O teor de rivalidade expresso no “tudo vs. nada” poderia expressar uma miríade de compreensões. Já quanto ao “nós” e o “eles”, até onde alcancei na vivência do campo, estavam postos tanto em relação à classe social, quanto à raça, ao gênero e às diferenças geracionais. Mas, explicitamente, parecia expressar a radicalidade de se estar firmado como parte inextricável de onde se situa sua moradia, culminando com a coincidente estratégia de domínio e pertencimento territorial acionada pelas organizações faccionadas de tráfico local. A rivalidade alimentada pelo pertencimento a grupos facionados respingava entre moradores do Conjunto São Cristóvão e do Conjunto Palmeiras, e não estava somente exposta nas muitas conversas sobre o assunto que ouvi, mas em momentos de conflitos que se vivencia em campo. A morte do jovem que marcou o último *Cuca Roots* foi um triste fato, e que refletiu a disputa atroz entre estes grupos.

Elastecendo a compreensão, se a frase foi produzida nesta oficina, em um bairro de periferia, creio ser possível também denotar a noção da tomada de poder dos sujeitos jovens sobre bens e prestígio. A oposição “tudo vs. nada” é autoexplicativa quando tomadas, por exemplo, as referências dos índices que avaliam a qualidade de vida da população. Se os piores indicadores do IDH (2015) na cidade se concentram em locais onde estes jovens vivem, possivelmente isso os levará a julgar essa experiência em termos do desrespeito aos seus direitos, da negligência ao seu conforto, ao desfrute de bens de consumo, a vagas nas universidades públicas, dentre outros “privilégios” que “eles” (e outros jovens) não têm.

O poeta Jardson Remido falou em seus versos, recitados por vezes naquele mesmo anfiteatro, e em outros lugares,

[...] meu sonho é ver criança com o livro embaixo do braço e não com o fuzil sobre o ombro/ é criminalidade versus sonho de formatura/ literatura tira os moleques do tiro da viatura/ segregação ou agressão à liberdade/ expressão que é contra opressão na comunidade/ ... / prato vazio pro tio/ tio catando o lixo/ capitalismo excita e dita o consumismo/ ostentação/ tentação do cão arrasta os meninos⁷³

Isso expressa, se tomarmos uma lógica social da RD, uma afirmação de resistência radical, entretanto, utilizada com a virulência do “ter nada vs. ter tudo”. Historicamente, as populações violentadas buscam formas de resistir, e, dentre as diversas formas, a rivalidade entre classes sociais perfaz as possibilidades dessa resistência.

As frases “lorena é pêdo”, “se for F1 prefira jogar na seda” e “use seda”, reunidas à imagem da folha da cannabis, foram geradas e fixadas no espaço do anfiteatro do Cuca. Estas frases carregavam códigos locais de linguagem, e que simbolicamente comunicavam algo a determinada pessoas, àquelas que de algum modo poderiam ser tidas como “informadas”⁷⁴ (GOFFMAN, 1988).

Repito, lorena, conforme conheci no Jangurussu, era como denominavam o produto “antirrespingo de solda” usado enquanto inalante, armazenado em frascos de plástico ou em doses depositadas já para o uso em latinhas vazias de bebidas. O neologismo “pêdo”, em seu significado mais comum, tinha a ver com algo que não prestava ou que poderia resultar em

⁷³ “Rap de Jardson Remido encerra audiência pública no Cuca Jangurusu”, uma apresentação feita em 2015, logo após ocorrer a Chacina do Curió. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EDJgm2O5O_0. Acesso em: 5 jan. 2020.

⁷⁴ São aquelas pessoas que tem uma identidade social deteriorada, porém, “na maioria dos casos, entretanto, ele descobrirá que há pessoas compassivas, dispostas a adotar seu ponto de vista no mundo e compartilhar o sentimento de que ele é humano e ‘essencialmente’ normal apesar das aparências e a despeito de suas próprias dúvidas” (GOFFMAN, 1988, p. 28).

problemas: “fazer tal coisa é pêdo”, referindo-se a algo que tinha uma valoração ruim; ou “foi pêdo”, quando se referiam a algo que não havia sido bom. Porém, quem se dispôs a dar a seguinte explicação foi Mel, quando falávamos sobre a influência das emissoras de TV em suas representações e sua linguagem. Ela disse que “pêdo” (com o fenômeno linguístico de apagamento do fonema “r”) viria de uma brincadeira em referência às duras avaliações do ator e comediante Pedro de Lara, enquanto crítico de um programa de calouros visto como “carrasco”. Portanto, a mensagem “lorena é pêdo” tanto poderia informar sobre a valoração negativa em relação ao uso da substância para o corpo, como tinha a ver com a negociação local com as forças do mercado de substâncias psicoativas ilícitas, pois sabíamos que o TD2⁷⁵ (ligado ao CV) havia emitido um alerta no território proibindo a venda dessa mercadoria no anfiteatro do Cuca Jangurussu. A organização criminosa chegou a expor uma faixa, durante o *Cuca Roots*, com o dizer “lorena aqui não”.

Outra questão suscitada por aquela frase remete ao tipo de informação passada tanto nesta oficina, por Laka, como no *Varal da Redução de Danos*, que foi uma intervenção com imagens e frases informando como poderia ser menos danoso o uso deste inalante (uma ação realizada pelas extensionistas do Nuced, logo que iniciaram seus trabalhos junto aos Cucas). O material alertava, dentre outras coisas, para o risco físico relativo ao armazenamento feito para uso imediato em latas de alumínio, garrafas de vidro e em vasilhames plásticos, citando, especialmente, a interação química da substância corrosiva com os materiais dos vasilhames, e os riscos apontados para o uso do vidro, que, por descuido ou tontura durante a inalação da droga, poderia quebrar e ferir quem fazia uso ou quem estivesse próximo.

Na segunda frase do lambe-lambe, o que está cifrado é o “F1”, que significa “fumar um baseado”. Portanto, indica que, se a pessoa decidisse por usar essa substância fumando-a, o papel de seda seria menos danoso se comparado ao papel tipo ofício ou de caderno. Após as narrativas aqui apresentadas, acredito que a última delas é autoexplicativa.

O estêncil com o dizer “Fora Temer” refletia também o momento político em nível nacional, quando uma presidenta eleita democraticamente sofreu seu impedimento, e Michel Temer, vice-presidente, assume interinamente e, depois, pelo restante do mandato. Creio que os jovens que estavam produzindo dizeres e registros sobre redução de danos pensavam em como a tomada de posse por esse político lhes poderia ser danosa às suas vidas e à sua saúde.

⁷⁵ TD2 ou Tudo2 remetia à configuração dos pactos entre as organizações de tráfico locais firmando acordo expresso nas duas letras de Comando Vermelho. Esse pixo podia ser visto em territórios cujo “domínio” estava sob esta articulação. Diferente de TD3, referente ao PCC, esta sigla tendo três letras.

Assim, este produto da oficina dialogava com o adesivo “+ amor – violência um Brasil mais justo (Fora Temer)”, que ficou fixado na parede de vidro da biblioteca do Cuca.

Por fim, porém, com uma importância destacada, creio que esta última imagem falava de algo bastante importante para percebermos os conflitos referentes à forma como a “guerra às drogas” tem gerado efeitos mais do que indesejáveis. Quem escreveu esta mensagem e escolheu onde fixá-la foi um dos jovens que atuava junto ao TD2, sigla de parceiros do CV no Jangurussu. Tentei conversar com ele sobre o teor da mensagem, mas ele não quis falar muito além da resposta, “acho que a tia entende a minha posição, né?!”. Em outro momento, pudemos trocar mais ideias sobre o assunto, e ele disse que achava que a legalização poderia ser ruim para eles, porque tiraria a possibilidade dos ganhos envolvidos no trabalho ilegal no tráfico de drogas que assumira.

As dinâmicas de acordos e as tensões resultantes dos conflitos estabelecidos diante do modo geracional, político e econômico de atuação dos sujeitos em campo apontaram tanto para a diversidade na forma de conceber as estratégias de redução de riscos e danos, quanto para a potencialidade de posturas que valorizam conhecimentos e saberes dos sujeitos locais.

Acompanhar a realização das ações e das atividades identificadas como redutoras de danos, e desenvolvidas com a Diretoria de Promoção de Direitos Humanos (DPDH) do Cuca Jangurussu, foi fundamental para perceber como a forma colaborativa do trabalho agregava características dialógicas ao processo de criação de estratégias e insumos de RD para e por jovens. Destaca-se de modo mais direto a atuação em planejamentos e na condução de ações por parte de educadoras e educadores sociais, juntamente a jovens universitários (e jovens extensionistas) de graduação – alguns destes moradores das “mermazárea”, ou seja, jovens que frequentavam o Cuca – e aos próprios jovens que transitavam pelo aparelho – mas não eram identificados oficialmente como atendidos pelo Cuca, pois muitos não tinham inscrição ou frequência registradas em práticas esportivas ou cursos.

Estes planejamentos eram realizados levando em conta as críticas e ponderações das equipes, as interdições implícitas que pairavam no território e as tentativas de avanços na forma de comunicar – com respeito a assuntos que condiziam com o universo local, e em se considerando os desafios postos à garantia de Direitos Humanos a jovens.

Partir de metodologias e ferramentas pedagógicas já existentes e utilizadas tanto pelos educadores sociais, como pelos jovens que não eram educadores, inserindo temas e conteúdo especializado e específico (tais como sobre o uso de maconha, tabaco, cocaína, gravidez entre adolescentes, HIV e ISTs), pareceu promover um tipo de vínculo que, a despeito da natureza furtiva do evento, expressava alguma identificação.

Observar os momentos de criação e difusão destes artefatos gerados a partir da noção de redução de danos, do cuidado com o possível (um cuidado precário), foi fundamental para descrever não somente informações contidas nas mensagens, mas reconhecer seus discursos e interações, como as reações de surpresa, por exemplo, daqueles que recebiam, nas ações realizadas em festas, os “kits de RD”. O momento registrava o estabelecimento de um contato mediado não só por objetos que poderiam representar prevenção e cuidado, mas também pela tolerância e respeito em relação às práticas de uso de substâncias ilícitas, que alguns deles faziam, mas não tinham esse tipo de aporte. As reações explícitas em falas ponderavam, por vezes, sobre a valorização dos insumos enquanto tecnologias percebidas como cuidado e/ou respeito validado por estas pessoas.

A importância dos rituais para os jogos de cooperação e competição é fundamental. Segundo Sennett (2012, p. 110):

Nos seres humanos, constatou McNeill, o jogo de passar tempo juntos evolui para uma performance, para “ocasiões festivas em que quase todo mundo da comunidade se une para conviver por horas a fio [...] [a caminhada] une mais fortemente a comunidade facilitando os esforços cooperativos de qualquer natureza”.

E Sennett (2012) segue explicando que há “três maneiras pelas quais os rituais podem ser construídos como práticas autônomas” (p 114), são elas: a repetição; a transformação de objetos, movimentos corporais ou palavras em símbolos; e a necessária expressão de dramas, enquanto cerimônias. Os rituais “dependem da repetição para serem intensos” (SENNETT, 2012, p. 114). E se estamos falando de práticas presentes no cotidiano das pessoas, torna-se paradoxal ritualizar reincidentemente, por correr o risco de se tornar um hábito. Portanto, estes momentos devem ser destacados do cotidiano. Ao tratar sobre o modo como nos adaptamos aos rituais criados para dar sentido a determinados propósitos coletivos, Sennett (2012, p. 115) afirma que os rituais se tornam “insípidos quando ficam presos ao primeiro estágio de aprendizado, o estágio de um hábito; se passarem por todos os ritmos da prática, haverão de se renovar automaticamente”. Mas se aceitamos que os rituais podem transformar “objetos, movimentos corporais ou palavras inexpressivas em símbolos” (SENNETT, 2012, p. 115), seu conteúdo deve manter uma distinção em relação a outros que perfazem a rotina das pessoas. E, por fim: “Ritual diz respeito a expressão, e especificamente a expressão dramática” (p. 116) – o que nos serve para destacar momentos de suspensão do que é corriqueiro.

Há ainda a questão da “sutileza sociológica na atenção conferida ao conteúdo, e não a si mesmo” (GOFFMAN, 1983). O “drama da vida cotidiana” analisado por Goffman (1983) estava centrado na caracterização do que um sujeito encena para o outro, enquanto Richard Sennett (2012), seguindo Keith Thomas, acredita que o melhor termo a ser analisado, neste caso, é a noção de “atuação” e não de “apresentação de si” – conceito de Goffman (1983) –, para descrever o “voltar-se para fora dos rituais”. (SENNETT, 2012, p. 117).

O exercício que Sennett (2012) fez ao utilizar a noção clássica de ritual me serviu de inspiração no trabalho de análise sobre como a *Roda das 4:20* poderia ser vista enquanto um entre os “rituais cotidianos” que “precisam ser acessíveis e de fácil aprendizado para que todos possam participar”, ou seja, “rituais de cooperação”.

Nesta parte do trabalho, procurei dialogar com questões e indicações resultantes de pesquisas socioantropológicas com jovens periféricos da Região Nordeste do Brasil, o que ajuda a contextualizar a cidade de Fortaleza. Ao analisar como as ações de redução de riscos e danos eram promovidas, e com certo protagonismo, por jovens educadoras e educadores sociais, também pertencentes a esta juventude periférica, ou que há pouco haviam sido jovens periféricos e estavam agora nesta função, vi emergir alguns sentidos para a noção de cuidado precário.

Percebi que o acúmulo de “capital social e simbólico” (BOURDIEU, 2007) destes sujeitos promotores de estratégias de RD se revelava na conexão, inicialmente, mediada por certa estética periférica, verificável nas vestimentas, termos linguísticos, habilidades, hábitos e gostos, além do reconhecimento de acordos sociais informais. Estes atributos poderiam gerar um vínculo inicial com aqueles que não estavam diretamente envolvidos na criação ou difusão destas ações ou insumos, e deixavam explícita a evitação àquelas e aqueles de outra geração, e que vinham de outros contextos sociais e econômicos.

Este vínculo inicial poderia se desenvolver para laços relacionais com baixa ou alta potência, reverberando em adesão a estratégias de autocontrole e autocuidado, e não somente relacionadas aos impactos físicos do uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, mas às condutas sociais frente aos riscos de serem violentados ou presos pela polícia, por exemplo. Lembro de Resistência lendo trechos de um livro⁷⁶ que lhe apresentei. Ele encontrava um momento em que os jovens estavam atentos e lia em voz alta para aqueles envolvidos com a venda de produtos ilícitos. O livro tratava sobre como a Lei de drogas do Brasil (11.343/06) poderia ser manejada de modo a favorecer os usuários. Ao abrir o diálogo, utilizando-se de

⁷⁶ ANTUNES, Márcio Mota. Direitos do usuário: consumo pessoal de drogas no Brasil. São Paulo: Catrumano, 2016. 148.

exemplos explorados no livro, ele promovia compreensão sobre até que ponto eles poderiam encontrar amparo legal para suas ações arriscadas.

Por meio de tecnologias de cuidado leves, os laços poderiam se firmar também se respeitadas as dinâmicas que agregavam os interesses a nível local. Alguns jovens estavam vinculados aos comandos articulados pelo tráfico, e já eram “batizados no crime”, o que, a contrapelo, refletia-se numa lógica global, localizando os jovens periféricos entre o que lhes cabia fazer – e ressaltou, neste caso, as atividades ilegais, reparando os limites de negociação do possível, visto que as normas legalistas vigoravam como regras.

6 HISTÓRIAS COM JOVENS REDUTORES DE DANOS

Retomar o campo de pesquisas em 2016, depois de uma curta estadia (três meses em 2015)⁷⁷, em que acompanhei atividades junto a jovens da região e a educadoras/es sociais do Cuca Jangurussu, fez-me perceber como estes sujeitos centrais se faziam interlocutores desta pesquisa, uma vez que eu estava presente ali não somente como pesquisadora das Ciências Sociais, vinculada à UFBA, mas também como apoiadora das atividades de RD do Nuced no território do Jangurussu.

Interagir especificamente nos Cucas, a partir da mediação feita pelo Nuced, tornando este um contexto de pesquisa institucionalizada, foi fundamental. E isso ocorreu exatamente quando começava a se organizar no Jangurussu um grupo de jovens que já atuavam nesse território e discutiam questões que lhes atingiam. Apareceram aí também interlocutores que se interessavam em investigar academicamente e atuar politicamente nesse território, dentre outros modos de agir implicados com as juventudes e os direitos ao cuidado relacionado ao uso de substâncias psicoativas.

Já neste retorno, em 2016, reencontrei Jangu, um interlocutor e ator central para a confluência de trabalhos e a construção de parte desta pesquisa, que desenvolvi no contexto do Cuca Jangurussu. Jangu, ainda em 2015, estava bastante instigado a pensar sobre o tema da violência e do racismo, pois se percebia como um “homem negro”, “morador da periferia” e demonstrava empolgação em compreender discussões sociológicas trazidas por um projeto (Traficando Saberes) de que participava, e que era desenvolvido pelo Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV-UFC). Neste projeto, realizavam-se, também, ações nos Cucas, mais especialmente junto a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. No campo, pude perceber, por meio de observações e das narrativas colhidas, que tal projeto incentivava educadoras/es sociais e jovens usuárias/os do Cuca a refletirem sobre cidadania e garantias de direitos, e a agirem no sentido de alcançar o que lhes é devido, mesmo em meio à violência brutal que permeava aquele local no momento.

Jangu, em seu trabalho de educador social, então, ligado à Diretoria de Promoção de Direitos Humanos do Cuca, acessou debates até então pouco frequentes em seu horizonte de reflexão, como me relatou: “Só depois que vim trabalhar aqui, comecei a ter dimensão do

⁷⁷ O projeto Juventudes e Drogas, desenvolvido pela Diretoria de Promoção de Direitos Humanos da Rede Cuca, estava ocorrendo nesse período, e um dos redutores de danos que trabalhava no projeto me convidou para conhecer e se possível colaborar com as rodas de conversa que faziam parte das atividades do projeto. Deixei-me levar por esse chamado e então reestruturei o projeto de pesquisa em meio ao processo de idas ao Cuca – Jangurussu e de retorno às aulas de disciplinas do PPGCS da UFBA.

racismo que eu mesmo passava... de questões de gênero e sexualidade e da violência na periferia que eu nem dava conta”. Ressalta-se que, desde que nasceu, Jangu morou em um dos bairros de baixo IDH de Fortaleza.

Como educador social atuante no Cuca Jangurussu, ele ficava muito tempo, durante o trabalho, observando, conversando e tentando compreender o que ocorria no equipamento, que trazia em sua proposta inicial a oferta de espaços, ocupações e formação “para” e “com” jovens. Quando conversávamos sobre nossos interesses em comum, as suas questões giravam em torno do que se passava com essas pessoas, a partir de sua vivência e da compreensão das políticas envolvendo Direitos Humanos e segurança pública. Sua compreensão política das noções de raça e gênero se revelou mais clara após adentrar esse trabalho, que o levava uma reflexão crítica e emergente sobre o racismo. Além disso, seu interesse acadêmico (alinhado ao que demonstrava nas conversas e discussões que acompanhei no campo) estava bastante centrado em pensar sobre como o tráfico de drogas e as ações da polícia no Jangurussu eram atravessados pela intersecção das temáticas: “raça-violência-colonialismo”.

Soube de seus interesses acadêmicos mais pragmáticos, e também em termos teórico e metodológico, quando Jangu me pediu que o ajudasse fazendo uma leitura crítica do projeto de pesquisa que apresentaria no processo seletivo para o mestrado em Sociologia da UECE. Dialogamos, após sua aprovação na primeira fase, sobre a avaliação do seu projeto, e lhe “dei dicas” sobre como se guiar e se portar diante de bancas como a da entrevista de seleção, fase subsequente naquele processo.

Tínhamos o reconhecimento mútuo de nossas trajetórias em termos de trabalho, assim como de aspectos da vida particular e de interesses políticos. Rememoramos o tempo em que trabalhamos juntos e pudemos nos sentirmos à vontade para trocar informações e impressões sobre as ideias que guiavam aqueles nossos projetos de pesquisa, que ali, no Cuca, iniciavam-se ou ganhavam corpo – naquele momento, o meu em início de execução e o dele ainda em construção.

Por eu ter certa experiência nesse âmbito institucional, ele queria saber sobre minhas críticas e incentivos, tendo em vista aquele processo de seleção. E, de minha parte, gostaria de ouvi-lo, já que em campo estava interessada em problemas que nos conectavam, e também em continuar incentivando aquele rapaz, que começava a pensar em termos sociológicos, e poderia analisar, a partir de sua experiência de vida em uma periferia, entendendo-se como “preto”, e já há alguns anos a desenvolver trabalho junto a jovens no Cuca, as questões que colocava a si. Pois poderíamos partilhar dados, leituras e críticas, e ainda alguns problemas de pesquisa que se complementassem – ou se interpelassem.

Ele é um rapaz sagaz. Não tinha dúvida que seu desempenho seria bom, mesmo sem as nossas conversas. Mas o fato é que ele confiou em mim para que tivéssemos essa troca de informações e permitiu que, de certa forma, eu lhe “orientasse” na seleção. Creio que isso promoveu confiança para que trabalhássemos em conjunto, e, daí por diante, começamos a escrever e a mostrar esses escritos um para o outro. Tanto na construção da sua dissertação, como na confecção da minha tese, posicionando-nos como interlocutores e pesquisadores do campo e da academia, implicados, cada qual, com a sua pesquisa, mas interagindo de modo pragmático em nossas produções socioantropológicas.

É importante ressaltar aqui que Jangu foi um adolescente “atendido”⁷⁸ pelo projeto *Se cuida Galera*, no qual trabalhei quando era parte do corpo de ativistas do Grupo de Apoio a Prevenção à AIDS do Ceará (GAPA-CE). Esse projeto tinha por propósito “formar jovens multiplicadores em prevenção às DST-AIDS e uso indevido de drogas”, por meio de oficinas e momentos de apoio às intervenções que os jovens faziam nas escolas, de onde haviam sido convidados a participar do projeto. Tornavam-se, assim, um tipo de “referência para outros jovens do bairro” (sobre o assunto). O *Se cuida Galera* ocorreu entre os anos 2002 e 2006, em três Centros Sociais Urbanos (CSU), situados em bairros periféricos de Fortaleza. Nessa época, Jangu fazia parte da turma dos adolescentes moradores do bairro José Walter, cujo facilitador era Helder Diniz, um pedagogo que trabalhava com projetos de prevenção ao uso de drogas em escolas do Município de Fortaleza.

Após passar por esse projeto com bons resultados, e realizar atividades em outros municípios acompanhando Helder Diniz, Jangu foi selecionado para compor um grupo de jovens educadores em um novo projeto do GAPA-CE, no qual atuaria em discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, com foco em uma perspectiva de saúde e garantia de direitos junto a crianças, pais e professores de escolas municipais de Aquiraz, município da Região Metropolitana de Fortaleza. Jangu, assim como mais quatro jovens, foi convidado a fazer parte da equipe de educadores no novo projeto *Nativa: criando alternativas*, pelo qual, íamos, muitas vezes, juntos para as escolas municipais. Então, fomos colegas de trabalho por alguns meses, ele como educador social e eu como coordenadora pedagógica desse projeto.

Relatou-me em recente conversa que sua remuneração – ele recebia pelo trabalho no “projeto Nativa” – o ajudou, em essência, a pagar seu curso de Jornalismo em uma faculdade

⁷⁸ Termo técnico utilizado tanto por ONGs, como por projetos sociais, (ligados ou) executados pelas secretarias municipais, estaduais e federais para referenciar o sujeito que passa por algum tipo de “sensibilização, formação ou capacitação” com determinado fim, podendo ou não desenvolver ou desempenhar o mais complexo dos resultados esperados para tal investimento.

particular. Falou nesta conversa: “se não fosse isso, não teria como pagar para ter um curso de Ensino Superior”. Lembrando aí que sua mãe trabalhava como lavadeira e que sua família não teria condições de arcar com custos desse tipo. Seria difícil, naquele contexto, passar em um vestibular para aquele curso concorrido em uma universidade pública.

6.1 O que movia a Roda?

Jangu, junto com Resistência, outro educador social do Cuca Jangurussu, iniciou uma “aproximação” com alguns dos jovens que, em geral, não se matriculavam em atividades no Cuca, e que eram vistos como um dos “problemas administrativos” enfrentados pela gestão, pois estavam constantemente nos arredores do equipamento, ou utilizando os seus banheiros e bebedouros. Concentravam-se nas proximidades do anfiteatro, espaço onde a circulação é menos restrita. Dentro do problema do projeto de pesquisa de Jangu, estes seriam o oposto do que se propunha como sendo um “jovem Cuca”, portanto, seriam uma espécie de “jovens não-Cuca”. Por esta perspectiva, ressalta-se que aqueles “jovens não-Cuca”, que ficavam perambulando pelos espaços do equipamento em busca de convivência, lazer ou negócios, eram os mesmos que, em geral, estavam passíveis de “baculejos” (abordagens com revista corporal), aplicados pela polícia, ou constrangimentos físicos e morais, tanto por parte de alguns dos moradores, como por parte dos empregados do Cuca, pouco sensíveis à discussão de Direitos Humanos.

A atividade que surgiu neste contexto veio a ser chamada de *Roda das 4:20 – Chá e Café*, ainda em 2014, e sob incentivos da diretora de promoção Direitos Humanos da Rede Cuca. Ela entendia que aqueles jovens discriminados também deveriam ser sensibilizados e investidos de seus direitos, e, portanto, deveriam ser atendidos pelo Cuca, incentivando essa atividade. O que movia a *Roda* quando entrei em campo era falar sobre cuidados relacionados ao uso de drogas. Ainda que esses jovens não se “vinculassem” ao Cuca – ou não de acordo com o modelo ideal do projeto, como um jovem que participasse de formações, cursos, de um grupo de dança, assistisse a filmes na sala de projeção, ou fizesse parte de uma turma de esportes, ou coletivos incentivados pelos funcionários do Cuca –, estes jovens se encaixavam no perfil do público alvo, do “jovem Cuca” de fato, segundo observações iniciais de Jangu. Pois eram jovens da periferia e, por estarem espontaneamente ocupando espaços no Cuca, deveriam ter seus direitos protegidos e respeitados, segundo a própria diretora defendeu, em reunião de recepção ao pessoal do Nuced nos Cucas.

Na DPDH, Jangu estava ligado às atividades de comunicação, e Resistência às de meio ambiente e saúde, mas, em vários momentos, atuavam em conjunto.

A *Roda das 4:20 – Chá e Café* era uma atividade promovida numa área externa às cercas do Cuca, num espaço de convivência de acesso irrestrito ao público, com três bancos de cimento: um circular abrigando um jovem pé de algaroba, de galhos esparsos; envolvido por dois outros bancos semicirculares, colocados um de frente para o outro, e em oposição. Próximo a um desses bancos semicirculares, havia um muro baixo que separava o espaço de convivência das arquibancadas da quadra esportiva de areia. Era nestes bancos, em geral, que se realizava a *Roda*. O local ficava entre as pistas de esquite e o anfiteatro, e era circunscrito por uma pista de caminhada de cerca de 900m de distância. Em 2017, a atividade da *Roda* passou a acontecer em uma área interna às cercas do Cuca, próxima à quadra poliesportiva, debaixo de um pé de manga, onde havia bancos feitos de toras de madeira e pneus usados.

Em setembro de 2017, acompanhei uma edição da *Roda das 4:20* e ouvi o relato de Jangu, lembrando – junto a dois jovens que frequentavam as atividades da *Roda* na área externa – o dia em que estavam na sala da DPDH para tomar um café, e começaram a pensar em como poderiam fazer uma roda de conversa como atividade de extensão do Cuca nesse espaço externo, próximo ao anfiteatro.

A ideia era que acontecessem bate-papos ou conversas não-formais com convidados ou com as/os próprias/os educadoras/es sociais, além de dinâmicas e jogos abordando temas como drogas, redução de danos, violência, saúde, meio ambiente, sexualidade e direitos da juventude (ou qualquer tema selecionado pelo grupo que pudesse ser explorado). Além disso, surgiu a ideia de fazerem um “bate-bola” em círculo, no palco do anfiteatro, usando as saídas laterais como “traves” para o jogo, cuja bola seria cedida pelo Cuca.

Tal forma de atuação de educadoras e educadores sociais, mesmo que visasse atender às especificidades⁷⁹ no manejo desse grupo (por exemplo, flexibilizando assinaturas de listas de frequência ou não fotografando as ações), sofria alguns revezes, especialmente perante os administradores, supervisores e coordenadores dos Cucas. Pois era a partir desses sistemas de acompanhamento e monitoramento das ações que os detentores das posições hierárquicas acima deveriam prestar contas do trabalho realizado por educadoras e educadores sociais, e

⁷⁹ Vários dos rapazes – raras eram as meninas que ficavam entre eles – não tinham posse de documentos que os identificasse, ou porque nunca tiraram, ou porque estes tinham ficado recolhidos em órgãos do Estado, especialmente, por motivos de penalizações judiciais, como fugas no cumprimento de penas de reclusão em centros de socioeducativos ou desobediências a penas alternativas. Por esse motivo, também, recusavam-se a assinar listas de frequência ou a se deixarem ser fotografados, pelo receio de onde essas informações iriam interferir em suas vidas e cotidianos.

essa prestação de contas junto à administração central dos Cucas exigia uma contagem dos jovens que teriam sido “beneficiados” pela política desenvolvida no equipamento.

Esse era mais um entre os problemas enfrentados pelas/os educadoras/es sociais e, de algum modo, pela equipe da DPDH, que também tinha dificuldade para se articular com as outras diretorias. Por exemplo, a diretoria que gerenciava atividades esportivas não conseguia viabilizar algumas atividades da DPDH por não ter meios de controle das saídas e devoluções de uma bola para um jogo de futebol com uma hora de duração, dentro do anfiteatro. Destarte, se a bola fosse danificada ou “perdida”, como seria feita a justificativa institucional para esse prejuízo? Essa era uma das justificativas acionadas entre vários desses agentes que atuavam nos Cucas.

Por vezes também, as atividades foram planejadas dentro da DPDH, com o apoio de outras instituições, como grupos de universidades ou de movimentos sociais e de ONGs, mas houve, especialmente pelo que pude notar das falas de Resistência, assim como também das de Jangu e de outras/os educadoras/es sociais, a preocupação se calibrar as ações, discutindo com os próprios jovens atendidos sobre como se dariam essas atividades. Essa preocupação era a de que essas/es jovens tivessem voz e participassem de fato no que se decidia, o que era algo extremamente complexo. Por diversas vezes, acompanhei as tentativas de Resistência, que convidava jovens rapazes para um planejamento, mas eles não permaneciam na sala onde o restante da equipe estava por mais de cinco minutos. Resistiam ao modo enquadrado, dentro de uma sala, de a instituição fazer esse planejamento. Por vezes, ouvi planos de como poderia ser a próxima atividade, encaminhadas ao equipamento por educadoras e educadores sociais e os “pivetes” da *Roda*. Tratava-se, portanto, de um modo específico de fazer a conexão entre o que estava nas pautas da política pública de juventude e esse público específico – que não estudava e nem trabalhava de modo formalizado.

A dissertação de mestrado em Sociologia da pesquisadora Roseli Bregantin Barbosa (2017) apontou falhas na percepção de órgãos oficiais do Estado em relação a uma categoria quantitativista que classifica 28% dos jovens no Brasil (IBGE, 2013 *apud* BARBOSA, 2017, p. 36-37), e mais especificamente aqueles pertencentes ao grupo etário entre 15 e 19 anos de idade, como sendo “nem-nem” (nem trabalha, nem estuda). A autora critica essa categoria, que surgiu no contexto de um estudo realizado entre jovens atendidos por dois centros do projeto municipal *Portal do Futuro* de Curitiba (PR). Segundo os resultados de sua pesquisa, essa categoria pode fortalecer estigmas como os já atribuídos historicamente a certos sujeitos no Brasil, como aqueles clássicos de “vadios” e “irresponsáveis”. Isso afasta o entendimento de que, na verdade, alguns dos jovens situados estatisticamente em tal categoria frequentaram

a escola e muitos trabalham informalmente. O que estaria em jogo aí, na realidade, seria a precariedade dessa formação educacional formal e da oferta de vagas no mercado de trabalho formal, o que direcionava os jovens, às vezes até por falta de opção ou tentando sobreviver, a ações e práticas por vezes moralizadas negativamente ou ilegais. Falava-se sobre os jovens priorizados pela *Roda das 4:20* que se enquadravam em algo próximo ao que compunha essa categoria de “nem-nem”. Entretanto, havia essa especificidade de que, em sua maioria, estes jovens ou já trabalhavam à revelia da lei, ou já haviam iniciado uma “carreira” (BECKER, 1977, 2008) de usuários de álcool, tabaco, maconha e/ou pó.

O espaço físico do Cuca Jangurussu, naquele momento, era composto por uma porção do edifício cercada e por outra externa à cerca, algo que até meados de 2017 se colocava, nos discursos e práticas, como questão a ser resolvida quanto à regulação e à gestão do espaço. Ao se construir áreas abertas, ficava a dúvida de se estas seriam reguladas pela administração pública e os seus órgãos reguladores de praças e logradouros emitiriam, então, chancelas para os usos coletivos destes locais, ou se o próprio Cuca é que deveria fazer essa gestão e como isso se daria.

Até havia uma proposta de interação cidadã executada entre o equipamento, seu corpo técnico e a população que demandava o uso de seus espaços, gerenciada mensalmente por meio do que chamavam programa *Comunidade em pauta*. Porém, a questão da segurança e (do controle) da circulação de pessoas permanecia em discussão, pois a gestão e execução do Cuca Jangurussu estavam sob os auspícios do Instituto Cuca – OS composta por um corpo técnico e profissionais de variadas formações, e que ficavam dispostos nas quatro diretorias organizacionais de cada Cuca, além de um corpo de serviços gerais –, que foi contratado pela Secretaria Municipal de Juventudes, enquanto que a vigilância no local era feita pela Guarda Municipal, responsável pela segurança patrimonial de prédios públicos.

6.2 A Roda das 4:20 no diálogo com as turmas de psicólogas em formação e o Nuced

A *Roda das 4:20*, que ocorria sob a responsabilidade de educadores sociais da DPDH, foi base para que começássemos, Mel e eu, a observar a interação entre os jovens entendidos como “difíceis de acessar” ou que provocavam desconfortos entre a DPDH e outras diretorias ou com a Guarda Municipal, responsável pela “segurança” (patrimonial). O pedido de auxílio com o manejo de um problema identificado ao Nuced como envolvendo o “uso e comércio de drogas” foi também tema de algumas falas de integrantes da DPDH do Cuca Jangurussu, à época, numa reunião com participantes do Nuced, em uma de suas atividades de extensão,

juntamente com estudantes da disciplina de Práticas Integrativas II⁸⁰. Os reclames giravam em torno do uso de substâncias ilícitas no local e da falta de estratégias e de protocolos para lidar com as questões legais, de segurança e de garantia de direitos envolvidas na situação – incluindo aí saúde, esportes, lazer e convivência, como preconizado na Política Nacional de Juventude (CONJUVE, 2006), referência pela qual a agenda de atividades dos Cucas deveria se guiar para promover ações e debates.

Durante um semestre letivo, por cerca de 4 meses, a turma de Práticas Integrativas II esteve presente nos equipamentos da Rede Cuca, podendo experienciar as atividades que já ocorriam nas sedes e nos territórios abrangidos. A ida a campo, nas unidades do equipamento, era um investimento e uma tentativa de despertar ou fortalecer o interesse dessas estudantes de Psicologia pelo tipo de demanda que a população jovem da cidade apresentava. E não era a população jovem em geral, era a juventude moradora da periferia, pessoas que passavam por um drama específico no momento, com altos índices de assassinato e de encarceramento (WAISELFISZ, 2016). Chegando aos Cucas, as estudantes verificariam em quais atividades poderiam colaborar melhor, aprender e, daí, engajar-se.

A partir de pesquisas em RD e vivências no seu território, as estudantes pensavam e debatiam em duplas e em grupos a proposição de temas, insumos, ações ou estratégias, numa perspectiva de aprender e de colaborar com a promoção da política de saúde mental de RD relativa aos usos de drogas, relatados como sendo comuns entre jovens que circulavam nos Cucas. Eram levadas em conta a presença de drogas e os relatos de seu consumo, ou o que causava “preocupação” e gerava “conflitos” entre: população, agentes de segurança, equipe de profissionais e coletivos de jovens que se fortaleciam com o e no equipamento.

A formação desses coletivos se dava a partir de vinculações relativas a algum tipo de experiência, pessoal ou em grupo, e a seus interesses políticos. Alguns dos coletivos pareciam distribuídos por marcadores sociais da diferença (como de gênero, raça-etnia, sexualidade e geração). Por exemplo, no Jangurussu, tinha-se o *Coletivo Florifera*, que era composto por jovens identificadas como negras e que debatiam o feminismo em suas pautas.

O *Fórum de Jovens* também era um dos coletivos em que os debates sobre políticas públicas de acesso à cultura, lazer, segurança, saúde, trabalho e ocupação, aprendizado, meio ambiente, violências, drogas, dentre outras, eram questões pautadas em suas reuniões. Esse

⁸⁰ Semestralmente, alunos de Psicologia da Universidade Federal do Ceará passam por essa experiência de observar as atividades que existem nos Cucas e tentam ajudar a pensar e executar atividades ou estratégias que possam fortalecer o que já é realizado pelo serviço. O intuito é potencializar as atividades. Estudantes dessa disciplina poderiam ou não ter passado por uma disciplina onde leituras e debates ocorrem em torno do estudo sobre drogas e suas interações políticas, sociais e no âmbito da saúde dos sujeitos.

coletivo de jovens, em boa medida, fazia oposição política aos gestores do equipamento, na medida em que exigiam a adoção de certas posturas pela “gestão”. Os jovens daquele coletivo faziam manifestações, expondo aquelas atitudes e decisões da gestão cujos resultados eram entendidos como desvantajosos para os jovens. Uma das mobilizações em que o *Fórum de Jovens* esteve em conflito com a gestão do Cuca Jangurussu foi uma ocupação, cuja demanda era a finalização do teatro daquela unidade do equipamento. Conforme já foi apresentado, os Cucas tinham plantas semelhantes e uma composição arquitetônica que os padronizava, mas apenas no Cuca Jangurussu o teatro não havia sido concluído e posto em funcionamento.

Outro coletivo presente no Cuca Jangurussu era o *Coletivo Cucaney*. Segundo relatou um interlocutor que participava do coletivo e trabalhava em ações de comunicação do Cuca, como aprendiz, em conversa privada por WhatsApp, quando lhe perguntei se havia alguma descrição do que era e quem eram as pessoas que faziam o *Cucaney*:

cucaney: coletivo lgbt do cuca jangurussu que visa dar visibilidade ao público lgbt, ficou esse nome pq as gay do jangu sempre chamava as outras ‘vamo pro cucaney’. o ney remete a britney Spears e tal [...] era uma forma de brincar: Tipo ‘tô passadaney’ ou ‘ei, saraney’. (mensagem de texto recebida por WhatsApp, em 29 de agosto de 2017).

Assim, o nome do *Coletivo* tinha a ver com o modo como o final das palavras eram pronunciadas de modo afeminado, numa linguagem peculiar e apropriada por aquele grupo, em referência simbólica à cantora norte-americana Britney Spears, que é bastante popular entre públicos LGBTTQ+. Provisoriamente, penso-as, nesse contexto, como pessoas jovens que se apresentavam como interessadas por ações e políticas LGBT, promovendo debates e articulações para executar programações que ocorriam, algumas das vezes, no anfiteatro ou na parte interna do prédio do Cuca Jangurussu – estas programações eram: debates em rodas de conversa, apresentações e atividades de lazer direcionadas para esse público.

A primeira turma da disciplina de *Práticas Integrativas II* que acompanhei, ainda no segundo semestre de 2015, atuou nos Cucas Jangurussu e Barra, e elaborou, como um dos insumos, o *Varal da Redução*, entendido por Mel como objeto que “promove conhecimento e interação sobre a temática do uso de inalantes”. O *Varal* tratava sobre a RD para o uso de “lorena”⁸¹. Foi relatado, durante uma das visitas guiadas, em que acompanhávamos juntas a

⁸¹ Substância inalante volátil, ao que nos foi relatado provocava euforia e tontura. Identificamos que o produto era vendido em lojas de materiais para uso na indústria de metalurgia. Em pesquisas feitas pelas estudantes da disciplina, encontraram o produto à venda em tubos de *spray* em sites da internet no valor girando em torno de R\$ 15,00.

turma e o professor responsável, que, nas festas que ocorriam nos anfiteatros dos Cucas, havia uso intenso de uma substância com a qual não sabiam bem como trabalhar o cuidado, seja para os usos ocasionais ou para o consumo frequente. Ofertada e vendida pelos jovens – a dose custava em torno de R\$ 2,00 – em pequenos frascos de plástico ou vidro, ou em doses em garrafas plásticas ou latas, sob posse de adolescentes e jovens que as compravam. Essa era consumida em pequenos grupos ou individualmente. Presenciamos em campo sua venda e uso em festas até meados de 2015. Nessa época, surgiu um tipo de regra tácita, que orientava os jovens para não mais vender ou usar “lorena” no *reggae* do Cuca, que era o *Cuca Roots*. Esse era justamente o espaço onde vínhamos acompanhando os jovens, tentando pensar em insumos e estratégias que possibilitassem a troca de informações e de cuidados para aquele público de jovens.

Tínhamos, nesse trabalho, um motivo para atuar com a seguinte proposta:

Precisamos rever os caminhos propostos pelas políticas dedicadas ao uso abusivo de drogas, colaborando com estudos e pesquisas que busquem novas estratégias de enfrentamento. Nenhuma abordagem isolada tem chance de sucesso nesta tarefa. É nessa perspectiva, de ser um trabalho transdisciplinar, que este projeto está sendo renovado.⁸²

Acompanhando as atividades desenvolvidas pelo Nuced nos Cucas e como integrante do grupo nas propostas, percebi que havia algo em comum entre os trabalhos do Núcleo e a noção de cuidado referida por María Epele (2012, p. 247), cuja abordagem seria como...

[...] um conjunto de tecnologias corporais, vinculares, subjetivas e políticas. [...] os modos “adequados” de cuidar de outros, não só em relação aos “novos problemas”, mas também aos que, como dizem os próprios atores sociais, “não se sabe como cuidar”, “não se deixam cuidar”, ou aos que não se ajustam ao conjunto disponível de sujeitos e práticas das tradições locais de cuidado.

Em seu estudo realizado com usuários/as de drogas em contextos marginalizados da área metropolitana de Buenos Aires, a autora fala de “cuidado para outros”.

Neste caso, esses “outros” são sujeitos que realizam ações autorreferenciais que envolvem graus variáveis de prazer e de dano e que, por sua vez, são socialmente punidas e criminalizadas. (EPELE, 2012, p. 248).

⁸² Blog do Nuced. Disponível em: <http://nuced.blogspot.com/p/atividades-de-reducao-de-danos.html>. Acesso em: 24 dez. 2020.

A noção de cuidados que a autora cita é desdobramento de pesquisas contemporâneas que ajudam a delinear tal noção. Desta forma,

[...] o cuidado é entendido como um complicado processo que consome energia, tempo, recursos financeiros, no qual intervêm saberes, redes sociais, tecnologias, tarefas e corpos, e que deixa lugar à fragilidade, à incerteza e à incorporação da experiência própria e dos outros em seu desenvolvimento. (MOL, 2007; KLEINMAN; HANNA, 2008 *apud* EPELE, 2012, p. 248).

Acredito que essa definição de cuidado se aplica à forma como as estratégias de RD foram pensadas e propostas nos Cucas, ou pelo menos diante do que pude testemunhar, tanto na sua unidade da Barra, como na sua unidade do Jangurussu. A Política Nacional de Saúde Mental (BRASIL, 2004) tem como uma das bases de ação para o cuidado a RD, aplicando-se, no contexto aqui descrito, no sentido de informar para promover prevenção, de despertar a ideia do cuidado para consigo, em relação ao corpo, assim como para com as pessoas que lhes são próximas e que lhes provocam afeto, e ainda para aquelas pessoas que não querem ou que não podem parar de usar substâncias psicoativas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Participamos da montagem do *Varal da Redução*, Mel como membra do Nuced e do Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu, estudante da disciplina de *Práticas Integrativas II* e parte de um dos grupos da turma, e eu como pesquisadora e colaboradora no trabalho. Esse trabalho consistiu em montar, como o próprio nome indica, um varal, mas que sustentaria não roupas, mas mensagens. Esticamos um cordão, com cerca de aproximadamente 5 metros, no qual penduramos informações gravadas com e em diversos materiais: papelão, cartolinas, E.V.A., tintas, *glitter* etc., com textos (do tipo “Entre uma cheirada e outra dê um tempo”) colocados junto a imagens remetendo a personagens de “memes” populares entre os jovens da região. Mantinham a preocupação com a linguagem a ser utilizada, a dimensão das frases, e o conteúdo – como o é no caso da personagem “Suricate Seboso”.

Havia também garrafas plásticas penduradas por barbante, com textos e informações impressas em papéis e postos dentro, sobre como poderia ser a interação daquela droga e suas substâncias com o corpo. Esses artefatos estavam suspensos e firmados por prendedores de madeira, e ficavam expostos em momentos oportunos para a divulgação de ideias de RD.

Figura 17 – *Varal da Redução* exposto na entrada do prédio do curso de Psicologia da UFC durante a semana universitária



Fonte: Nuced (2015).

A montagem demandou inicialmente: (a) idas a campo para observar como se davam os usos de drogas nesses ambientes; (b) a produção de informações por meio de relatos tanto de educadoras/es sociais, como de jovens que faziam esses usos; (c) pesquisas desde a leitura e debates sobre cartilhas que expunham estratégias de RD já praticadas em contextos de usos de inalantes e euforizantes; (d) assim como acessando alertas nos *sites* dos fabricantes desses produtos, visto que, por serem regulados e lícitos, apresentam informações em seus rótulos e peças publicitárias sobre os potenciais riscos de seu uso em ambiente fabril – ainda que, no contexto das festas no Cuca Barra, fossem anunciados como algo novo.

Em narrativas colhidas em campo, a “lorena” era associada ao já conhecido “loló”. Fizemos buscas em mídias como *sites* de jornais e de organizações nacionais e internacionais que trabalham com a temática das drogas, assim como em plataformas on-line de periódicos científicos. Boa parte das notícias encontradas vinculavam os usos festivos a overdoses e a mortes por parada cardíaca, provocando “pânico moral” (THOMPSON, 1998).

O *Varal da Redução*, construído no Nuced, circulou por algumas atividades de festas no anfiteatro do Cuca Barra e em atividades internas dos Cucas Jangurussu e Mondubim, assim como também foi exposto em outras ocasiões e locais. Porém, foi mais utilizado nas festas realizadas no Anfiteatro do Cuca Barra, servindo como suporte às ações de RD para

as/os educadoras/es sociais que lá trabalhavam, segundo quem, foi mote de discussão entre os jovens, pelo que avaliaram como positivos os efeitos da ferramenta como um insumo para ações de RD em geral.

Os jovens que entravam no Cuca Barra acabavam lendo o que estava escrito e riam dos diálogos – diálogos entre dois “suricates”, personagens da página “Suricate Seboso” (no *Facebook* e no *Instagram*) –, confirmavam algumas coisas que estavam ali escritas (como a corrosão do plástico no qual se armazenava a substância) e, alguns, conversavam sobre o assunto por mais tempo. O local onde o *Varal* ficava exposto era a entrada do Cuca, que dava acesso ao anfiteatro, fixado na parte superior da arquibancada, por onde os jovens transitavam frequentemente durante as festas (para beber água, ir ao banheiro, ou mesmo, somente, para circular etc.). Era onde o *Varal* podia ser visto melhor e de um bom ângulo, pelo público da festa, além de ficar próximo aos jovens que se sentavam nas arquibancadas.

Já no Cuca Jangurussu, o *Varal* não foi exposto perto do anfiteatro durante as festas. Integrantes do Nuced e educadoras/es sociais desse Cuca acreditavam que, diferentemente da disposição arquitetônica encontrada no Cuca Barra, o *Varal* não se adequaria ao espaço ali correspondente, pois, além de muito vento, que já inviabilizaria a exposição, parecia não haver um local estratégico, para a fixação, no qual os transeuntes pudessem vê-lo. Os acessos, entre o anfiteatro e a parte interna do Cuca Jangurussu, localizavam-se num corredor distante alguns metros do anfiteatro. Era um local por vezes fétido, devido ao córrego poluído que se localizava pouco abaixo do corredor de acesso ao prédio administrativo e às salas, quadras e à piscina do equipamento.

6.3 Convite à festa: o *Cuca Roots*

Festas em espaços públicos nas periferias, historicamente, são malvistas por parte da sociedade brasileira, especialmente por aquela que acredita deter o privilégio de acesso ao lazer. Quem desfruta do legítimo direito à diversão no atual contexto de Fortaleza? E a uma diversão de baixo custo?

Aqueles que buscam a manutenção de regalias para uma pequena parte da população, ou que buscam distinguir quem são as pessoas que “podem” utilizar os espaços públicos em benefício próprio, o fazem com os seus recursos e também com os do Estado – por exemplo, solicitando, sistematicamente, a incursão da polícia aos locais onde as festas populares se realizam, ou tentando intervir por meio de sua influência e com exigências feitas às gestões

de órgãos governamentais, para que alvarás ou outros tipos de chancelas e permissões de uso do espaço sejam cassados ou dificultados.

Caso estas festas sejam organizadas e também frequentadas por jovens moradores de bairros pauperizados, a marca da marginalidade estará garantida por meio de acusações sobre haver criminalidade nesses espaços, associando-os à violência urbana, ao tráfico de drogas e armas, a abusos, vandalismo, vagabundagem etc.

No Brasil, as manifestações populares passaram historicamente por retaliações, e que tiveram como corte quesitos como raça-etnia e posição de classe (SOUZA, 2012). E isso é bastante relevante nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, onde há grande concentração de renda entre grupos específicos e onde a aplicação de sanções sociais baseadas em estigmas de raça-etnia e classe social se faz comum. Como podemos constatar na repressão histórica aos eventos de capoeira, tambor de mina, tambor de crioula, sambas e *reggaes* realizados em locais periféricos pauperizados; ou ainda às manifestações religiosas onde negros e indígenas utilizavam em rituais ou no cotidiano de curas ervas enteógenas e medicinais que possuíam substâncias psicoativas, dentre as quais a *Cannabis* (MACRAE; ALVES, 2016).

O *Cuca Roots* surgiu como festa organizada por jovens e ocorreu pela sua primeira vez em janeiro de 2016. Dizem os relatos recuperados em uma página do grupo (Cuca Roots) no Facebook: “[...] foi em um domingo debaixo de muita chuva” (postado em 24 de janeiro de 2016). E, desde então, semanalmente, às terças-feiras, centenas, por vezes até milhares, de jovens, mas também adultos e crianças, ocupavam o Anfiteatro do Cuca Jangurussu, para o *reggae*.

Jangu, em nossas conversas e em um texto seu (ainda em construção), levantava uma hipótese que dizia respeito às condições para que o *reggae* pudesse fluir, e sem perder essas características. Ele afirmava que a conjuntura de segurança, política e econômica ligada ao mercado de drogas ilícitas estava no “tempo da paz”. Ou seja, os grupos organizados através do “tráfico” passavam por um momento em que as atividades foram tomadas por uma ordem: a de não provocar mortes ou conflitos violentos no território onde os grupos organizados em torno da venda de drogas ilícitas pactuaram a “paz”. A manutenção dessa ordem, segundo Jangu, era garantida por acordos firmados pelos comandos locais com organizações maiores, tais como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV), a Amigos dos Amigos (ADA) e a Família do Norte (FDN). Naquele momento, no Jangurussu, o grupo que havia se sobreposto aos comandos locais era o CV.

Jovens implicados politicamente com questões sociais e afetivas dessa sua região de moradia, praticamente sem apoio do equipamento Cuca, tomaram a iniciativa, em um grupo

pequeno, de aproximadamente cinco jovens, mobilizaram-se para conseguir caixa e mesa de som, aparelhos para reprodução de música, extensões elétricas e a própria energia, “puxadas” de residências de colaboradores que moravam no entorno do anfiteatro. Os gastos, segundo relatos colhidos em campo, eram rateados pelos organizadores e colaboradores.

Na arquibancada ou na concha do anfiteatro, um tecido com três cores – vermelha, amarela e verde –, em representação já vulgarmente conhecida como bandeira da “nação do *reggae*”, foi esticado. Assim como foi colocado um lustre feito em macramê, para promover uma decoração e uma iluminação condizentes com o clima mais intimista desejado dentro da concha, propiciando o *setting* para dançar “A2” (um tipo de dança, em pares, ao ritmo de *reggae*), como eles a chamam. A ambientação do local era pensada em conexão com a “*vibe*” de paz e amor, almejando uma “cultura de menos guerra” (registro no Grupo Cuca Roots no Facebook), conforme as fotos e mensagens veiculadas pela página permitem interpretar.

O espaço começava a ganhar aspecto e dinâmica de festa a partir das 18:30, quando organizadores passavam a montar os equipamentos. Mulheres e homens, em geral adultos moradores das redondezas, iniciavam a montagem de seus pontos de venda de lanches e de bebidas, com carrinhos, bicicletas e isopores sobre bancos. Baleiros e vendedores ambulantes também passavam a circular entre as arquibancadas e no entorno da pista de dança logo que o som surgia, anunciando a venda de bebidas alcoólicas, cigarros e comidas.

A maior parte dos rapazes chegavam com o corte de cabelo estilizado bem rebaixado na base da cabeça e com a parte superior mais cheia, camisas de times de futebol locais, com bermudas feitas de tecido *nylon* ou *tactel*, típicas dos estilos *surfwear* e *streetwear*, camisetas ou camisas de algodão ou tecidos sintéticos, em geral coloridas em preto, vermelho, amarelo, azul, com imagens de “leão” (simbólico no mundo do *reggae*, a partir de sua influência pela cultura e religião rastafari) ou emblemas de bandas reconhecidas em seus gostos musicais – em geral bandas de *reggae* ou *rock* eram mais presentes –, os bonés estilo *cap*, poucos gorros, e, algumas vezes, usando bolsas laterais feitas de tecido ou mochilas feitas de lona. As garotas usavam miniblusas (estilo *cropped*), blusas com decote, camisas com mangas curtas, túnicas curtas com *shorts* por baixo, camisetas regatas, saias longas soltas ou ajustadas ao corpo, vestidos, minissaias ou *shorts* ao estilo *hot pants*, e bolsas menores de uso lateral ou mochilas. Algumas meninas também usavam bonés, mas o uso dos cabelos soltos (e longos) eram mais presentes. Era comum, tanto entre as garotas, quanto entre os garotos, o uso de alargadores nos lóbulos das orelhas, *piercings* nas orelhas, no nariz (tanto nas laterais das narinas, como no septo) e na boca (lábio inferior ou no freio próximo a gengiva). As sandálias de cabresto

e rabicho ou tipo chinelo, de borracha, eram as mais comuns, mas alguns usavam tênis ou sapatilhas.

Antes mesmo que a movimentação entre corpos, espaços e materiais se concretizasse, havia conversas sobre as expectativas em torno dos encontros, como se sentiam naquele dia, prospecção sobre as músicas que seriam tocadas, sobre a qualidade do som, as substâncias que poderiam “rolar”, a indumentária a ser usada, ou que par teria para dividir uma música na concha, e quem sabe, trocar uns beijos etc.

Em um dos dias que pudemos acompanhar mais proximamente a chegada dos jovens, entre organizadores e público do evento, presenciamos uma negociação para que a atividade continuasse acontecendo no anfiteatro⁸³ – porque em vários momentos houve demanda por parte do Cuca para colocar outras atividades nas terças, justo no horário do *reggae*, mesmo que a atividade fosse programada a partir do *Comunidade em pauta*⁸⁴. Ouvi uma conversa entre uma organizadora do *Cuca Roots*, bastante envolvida com ações que tentam resguardar direitos de crianças e adolescentes (a sua atuação junto aos grupos políticos locais parecia bastante forte), e um artista (grafiteiro, esqueitista e DJ) contratado pelo Cuca. Ele tentava convencê-la de que a conexão direta com o Cuca, “parceria” em seus termos, poderia minorar os problemas de “choque de horários”, e “fortalecer o reggae” com equipamentos som (ter à disposição mesa e caixas, operadores e eletricidade fornecidos pelo próprio Cuca). Porém, ao que pude entender, estava em jogo também a vinculação desta jovem com um movimento político e com a “Juventude do PSOL”.

Um dos educadores sociais, na época, comentou que o secretário de juventude tinha como uma prática cooptar lideranças para que não houvesse desacordos com seus discursos, o que acreditava ser uma forma de fazer com que os reclames legítimos de jovens da região fossem silenciados. Isso se mostrava bastante complexo tendo em vista algumas demandas feitas pelo Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu, que se apresentava como uma instância de negociação entre a gestão municipal e os beneficiários da política de cultura, esporte e lazer.

⁸³ Como citado neste trabalho, o anfiteatro foi um dos suportes arquitetônicos anexos à estrutura dos Cucas, porém, há um impasse estruturante no que diz respeito à gestão desse espaço. Por se localizar fora das grades que cercam o prédio do Cuca, assim como as pistas de esquite, estes espaços se tornam “mais” públicos. Pois, quando o Cuca está fechado, fora de horário de funcionamento, estes espaços continuam acessíveis aos moradores e visitantes.

⁸⁴ “Comunidade em Pauta” é o nome que a gestão do Cuca deu para os momentos mensais em que ocorre uma negociação entre as demandas do próprio equipamento e das pessoas/movimentos/grupos que gostariam de reservar os espaços (quadras, salas, cinema, anfiteatro) para utilizar com demandas de grupos organizados em torno do esporte, expressões artísticas (dança, teatro, poesia), lazer, cultura etc.

Ainda que não tenha havido consenso entre o “porta-voz do secretário” e os jovens organizadores da festa, houve articulação com pessoas das redondezas e o *reggae* tomou o anfiteatro.

Quando a festa começou de fato e o fluxo de pessoas ficou mais intenso – há variação de número no público a cada semana, de aproximadamente 500 a 2.000 pessoas por noite, a depender da divulgação e do clima (quando chovia, menos pessoas se faziam presentes) –, percebia-se que os usos de psicoativos ganhavam espaço. Nesse dia, fez calor e não choveu. Garrafas plásticas de “vinho”⁸⁵ das marcas São Braz ou São Francisco eram oferecidas junto às arquibancadas e na lateral da concha. Cigarros industrializados de variadas marcas também circulavam entre o público do *reggae*. Talvez por minha visão implicada com a saúde coletiva e algum moralismo, choquei-me ao ver uma criança de aproximadamente dez anos fumando cigarros de tabaco ao lado de uma mulher adulta, que também fumava. A criança estava na companhia de duas mulheres, uma com aparência mais jovem e outra adulta. E lá ficaram, conversando, assistindo o movimento e interagindo com o público do *Cuca Roots*. Em alguns momentos da festa, o microfone era ligado para que esta jovem citada anteriormente – na negociação sobre o espaço do *reggae* – falasse sobre o que movia os organizadores o evento. Dizia, por exemplo: “o nosso *reggae* de periferia, o *Cuca Roots*, é pra nossa juventude se encontrar, na paz”; ou então agradecia a parceria com os moradores vizinhos que ajudavam para que a festa acontecesse, “fortalecendo a ação da juventude que se organiza pra se divertir na paz”.

Percebi que esse discurso sobre a paz tinha a ver com os contextos de violência, guerra e mortes que os moradores da região enfrentavam. O último boletim do Mapa da Violência (WASELFSZ, 2016) aponta Fortaleza como a capital em que mais jovens são assassinados no Brasil. E, um modo de resistir à violência, segundo a narrativa desses jovens, era ocupar espaços públicos. Uma questão a ser destacada é que o “tempo da paz” se tornava bastante frágil em se tratando de acordos tácitos que envolviam disputas por mercados ilícitos. Porém, este era sentido no cotidiano de mulheres, homens, jovens e crianças do Jangurussu e seus arredores. “A galera de outras quebradas podem chegar aqui no *Cuca Roots*”, dizia um dos meus interlocutores quando lhe perguntei o que significava “tempo da paz” naquele evento.

⁸⁵ A palavra “vinho” está entre aspas porque, apesar de vendido como vinho, sua composição e seu processo de feitura diferem do que é entendido como um vinho tradicional, elaborado a partir da uva e fermentado. Estas marcas de bebidas fornecem misturas de bebidas alcoólicas, com sabor artificial de uva, e com concentração alcoólica, muitas vezes, maior que a dos vinhos.

Aqui é possível apontar para a situação crítica na qual se encontravam esses jovens, que se propunham realizar o reggae para “as juventudes das áreas”, mantendo a “resistência”. Por um lado, eram pressionados a aceitarem a vinculação desse evento mobilizado por eles e elas, recebendo em troca a anuência para realização do evento com as regras e o “silêncio” impostos pela gestão do Cuca. Por outro lado, tinham que limitar o uso de psicoativos como a “lorena”, devido à pressão do comando do tráfico local – posto também que esta mercadoria não fazia parte das que eram distribuídas no seu comércio ilícito de drogas.

Os cigarros de maconha também eram bastante comuns no contexto da festa. Vários grupos de amigos e conhecidos faziam rodas de fumo ou se juntavam entre uma arquibancada e outra para compartilharem “baseados”. Em outros momentos em que estive no *Cuca Roots*, pude perceber que o uso da substância “lorena” se fazia presente. Mas, nos últimos “reggaes” que presenciei, havia uma faixa grafitada com os dizeres: “não use lorena” – uma mensagem vinha do CV, segundo um interlocutor informou, mas que ressoava entre organizadores do *reggae*.

6.4 Antes e depois da *Roda das 4:20*

As atividades na *Roda das 4:20 – Chá e Café* passaram a contar com uma parte mais prática. Isso atendia às demandas dos próprios jovens por esse tipo de estímulo, posto que apenas dialogar sobre determinados assuntos não lhes parecia o bastante. Como já dito, essa pauta se associava com uma agenda regulada pelo que preconizavam as secretarias locais e nacionais como conteúdo a ser debatido entre coletivos e grupos nos Cucas, e que deveriam ser estimulados pelas/os educadoras/es sociais, oficinairas/os e convidadas/os nas formações, debates e rodas de conversa.

Apresento, a seguir, a descrição de algumas destas atividades práticas, acompanhadas em campo, desde aquelas que precederam o momento em que o Nuced iniciou a parceria com a DPDH do Cuca, até as que foram planejadas em conjunto com integrantes deste Núcleo.

6.4.1 Oficina de Arraia

A Oficina de Arraia foi facilitada por Resistência e Jangu, por meio de conexões com outros educadores sociais, e incentivada pela supervisão da DPDH. Todo ano, durante os meses do ano em que há mais vento na cidade, as arraias (conhecidas também por pipas, ou, simplesmente, por “raias”) ganham as ruas e calçadas (em sua confecção), e os ares, com uma linha fina a guiar seu voo, conduzidas por meninos, rapazes e homens e, mais raramente, por meninas e jovens mulheres. Essa prática lúdica é bastante valorizada por adolescentes e por jovens no Jangurussu, devido a sua função recreacional. Porém, é também apontada como uma prática arriscada, se realizada com “cerol”. Este é um tipo de revestimento, produzido com cola branca e pó de vidro, aplicado na linha. É utilizado em disputas, em que as arraias são os prêmios daqueles que conseguem fazer com que elas se desliguem das pessoas que as conduzem, ou seja, que conseguem utilizar as linhas cortantes de suas pipas para romperem as linhas das pipas de seus adversários em pleno voo, mediante manobras de ataque. Assim, o que move a utilização do “cerol” é a busca por um desempenho arrojado nesse momento da disputa. Vale lembrar, entretanto, que o “cerol” é proibido em Fortaleza, desde 2014, sob pena de multa. Seu uso pode danificar os cabos das redes de energia e comunicação e causar acidentes aos seus usuários, já que a linha utilizada conduz eletricidade, e aos passantes, em especial motociclistas e ciclistas, devido a tornarem a linha muito cortante e perigosa caso atinja, por exemplo, o pescoço de alguém em trânsito próximo. Assim, a prática requer um local apropriado e privado da circulação de pessoas que não estejam envolvidas na atividade – o que foi observado pela equipe do Cuca.

Como ainda estava em um momento de reconhecimento do Cuca e suas atividades, e em uma tentativa de aproximação dos meninos e rapazes que participavam da *Roda das 4:20*, ainda bastante desconfiados com minha presença, acompanhei pessoalmente apenas alguns minutos dessa atividade. A proposta de debate político embutida na oficina era a questão da “redução da maior idade penal”. Essa era uma pauta que sempre entrava em debate na Câmara de Deputados e que tomava as pautas de jornais locais e regionais. Como vários destes jovens faziam parte de um universo em que a pauta da redução da maioria penal era pertinente às suas atuações e às suas liberdades, a proposta de utilizar a Oficina de Arraia para agregar o público e debater o assunto político que lhes tocava imediatamente era uma boa estratégia para sensibilizá-los sobre sua participação cidadã, por meio de algo que lhes dizia respeito.

6.4.2 Totó e jogos coletivos

O Totó e os jogos coletivos eram atividades programadas pelos educadores sociais da DPDH, Bel e Resistência. Eram inspirados pela noção da RD de promover períodos em que as pessoas se ocupassem de outra coisa que não o uso de drogas ou “os corres”⁸⁶ para, dentre outras coisas, conseguir drogas para o seu uso próprio. Com alta capacidade de resiliência e criatividade, trabalhadores do Cuca fizeram o conserto do depósito onde caía a bolinha do Totó, atrás do gol, e voltaram a disponibilizar o jogo para os jovens. Este era especialmente utilizado por rapazes, entretendo-os com uma atividade lúdica que também requeria esforço físico (mesmo que pequeno) para jogar. Além disso, um dos objetivos por trás dessa proposta era vê-los menos “envolvidos” (LIMA, 2017) com atividades ligadas ao uso e ao comércio de drogas ilícitas ou de uso controlado e vendidas sem receita médica.

Figura 18 – Mesa de totó.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

⁸⁶ Em sua dissertação, Francisco Rômulo Silva (2019) analisa a noção de “corres” entre poetas de saraus e de “busão”, que circulam na periferia, contexto em que a noção de “corres”, “entre outros significados, exprime a luta cotidiana”, e “demonstra que as práticas de re-existências poéticas constituem exercícios de reinvenção da vida de seus praticantes a partir da noção de sobrevivências, da errância e da re-existência.” (p. 131).

Figura 19 – Destaque para a falta da peça que segurasse a bolinha.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

6.4.3 Grafite – arte na periferia

Aconteceu mais uma edição da *Roda das 4:20* na quarta-feira seguinte, guiada em conversa mediada por dois artistas locais, um grafiteiro e um tatuador. Ambos falaram sobre a capacidade de alguns jovens “fazerem de seu talento uma arte e um modo de se manter”. O grafiteiro fazia trabalhos com desenhos nos muros do Cuca e em comércios ou residências nas imediações, contratado por alguém da comunidade para fazer letreiros ou pinturas para adornar muros. O tatuador circulava entre o Conjunto São Cristóvão e a Praia do Futuro, e Praia de Iracema, onde oferecia o serviço de tatuagem – dizia que nesses locais havia mais possibilidade de “ganhar a vida”, referindo-se a ganhar dinheiro com o trabalho prestado.

6.4.4 Xadrez, chá e café

Um dos educadores sociais da DPDH, estudante do curso de História e praticante de xadrez, levou o jogo para o Cuca Jangurussu. Parecia ser uma das estratégias que utilizava para se aproximar dos jovens em seu trabalho. Vendo que havia jovens interessados pelo jogo e que alguns se destacavam na prática, doou um tabuleiro e peças para a DPDH. Numa das edições da *Roda das 4:20*, esse mesmo rapaz, que pouco depois deixou a equipe, explicava como funcionava o jogo, como desenvolver o raciocínio lógico, e também tática e estratégia. O rapaz que se sobressaia no xadrez era um dos jovens que ficavam à frente do “movimento” feito por outros adolescentes e jovens nos arredores do Cuca a mando das facções locais. Ele já tinha uma carreira moral (BECKER, 1977) no “mundo das drogas” (VELHO, 1975). Mas

era visto como “responsável” em um tipo de regulação social violenta (GARLAND, 2008; RUGGIERO, 2005 *apud* LIMA, 2017), como alguém que comandava um pequeno grupo de aprendizes nas atividades praticadas por jovens ligados às facções, e, no caso dele, ligado ao Comando Vermelho daquela região. Possuía entre 23 e 24 anos de idade, era casado e tinha um filho, e já havia cumprido pena de reclusão em medida socioeducativa. Era experiente, inteligente e apto para assumir aquele papel.

6.4.5 Planejamentos e técnicas em oficinas de e sobre Redução de Riscos e Danos

Após acompanhar a dinâmica das atividades desenvolvidas pelos educadores sociais, e sentindo-me mais apta a interagir com a proposta metodológica de oficinas e de rodas de conversa tal como operadas por educadoras/es sociais do Cuca, eu passei a propor algumas atividades, planejadas em conjunto com essas/es e com integrantes do Nuced. Centramos a atenção em aspectos fisiológicos e sociais dos riscos e danos associados ao uso abusivo de drogas que os jovens diziam ser comuns entre eles e que podia, às vezes, ser observado entre os participantes da *Roda das 4:20*.

Decidimos concentrar nosso investimento em conhecer mais sobre algumas drogas específicas. Tê-las, cada qual, como um mote da atividade facilitaria a divulgação e tentaria promover adesão às discussões daquelas/es em que a atividade pudesse vir a despertar sua curiosidade ou seu interesse pelo tema. Iniciamos uma das reuniões de planejamento fazendo um apanhado de quais substâncias poderiam ser abordadas como temática central. Tomamos como referência a observação dos educadores sociais e das/os jovens componentes do Nuced que circulavam pelo Cuca naquele momento. E, dessa perspectiva, foram apontadas como as drogas mais utilizadas: a cocaína, a maconha e o tabaco. Acreditava-se que conversar sobre essas drogas poderia agregar as/os jovens.

Às propostas, foram agregadas, junto com informações sobre cada droga, atividades que envolvessem algum jogo ou alguma produção com manufatura. Essa proposta de baseou nas aprendizagens que tivemos no período de aproximação com a lógica da atividade da *Roda das 4:20*.

Exponho a seguir nossos sistemas de planejamento, a partir de cada uma das drogas escolhidas:

Figura 20 – Xadrez Inca, junto ao livro “Almanaque das Drogas” – Tarso Araújo.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Roda 1) Da coca à cocaína

Metodologia:

Apresentação do xadrez com personagens Incas e hispânicos.

Dinâmica do repolho.

Coleta e pesquisa de músicas.

Chá de cidreira, café e biscoito.

Perguntas para dinâmica do repolho:

Qual a importância da coca para o povo Inca?

Mascar coca é diferente de *mambear*?

Movimento cocaleiro é um exemplo de resistência política e ética?

A cultura cocaleira existe?

Coca é diferente de cocaína?

Quais foram os usos medicinais da cocaína quando era legalizada?

Quais são os modos de uso da cocaína atualmente em Fortaleza/CE?

Objetivo: Utilizando o xadrez poderemos explorar um pouco da história da coca e de seus usos tradicionais na América Andina, para a partir daí chegarmos numa contextualização dos seus modos de uso e seus cuidados relacionados ao corpo e à legalidade. Esta atividade ocorreu em 14 de setembro 2016.

Figura 21 – Materiais para confecção de bituqueiras.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Roda 2) Sobre tabaco e o fumo

Metodologia:

Faremos a dinâmica da teia com algumas perguntas norteadoras situando os participantes da atividade. Após a teia tecida e as perguntas respondidas falaremos sobre as curiosidades acerca do tema e para finalizar faremos uma oficina de construção de bituqueiras com material reciclável.

Dinâmica da teia.

Oficina de bituqueira.

Perguntas para a dinâmica da teia:

Qual o nome, idade e bairro/comunidade onde mora?

Qual sua relação com o uso do tabaco?

Se usa cigarros, quantos fuma diariamente?

Você sabe o que o uso do tabaco pode causar em suas vias respiratórias?

Objetivo: Sensibilizar jovens que frequentam o anfiteatro sobre os cuidados com o corpo/saúde e o meio ambiente, provocando a reflexão sobre modos de uso e como dispensar os filtros dos cigarros em locais públicos. Esta atividade ocorreu em 21 de setembro de 2016

Roda 3) Sobre Maconha

Metodologia:

Pesquisar, imprimir e mostrar imagens de utensílio e adereços utilizados para reduzir danos com uso de maconha (bongue, vaporizador, cachimbo, livros sobre cannabis).

Usar música do Planet Hemp. (imprimir, cortar e fazer dinâmica de construção da letra).

Objetivo: discutir sobre os estigmas históricos ligados ao uso da cannabis no Brasil, falando sobre seus efeitos corporais e legais. Esta atividade foi realizada em 28 de setembro de 2016.

Relativamente à adesão dos jovens às rodas de conversa, as atividades planejadas nem sempre tinham o efeito que esperávamos. Pois, embora os jovens costumassem usufruir do espaço externo do Cuca em seus momentos de lazer, de perambulação e ócio ou diligências comerciais, nem sempre estavam interessados em conversar sobre o mote proposto para a *Roda das 4:20*. Em geral, levávamos folhetos, livros, música e também objetos para tornar mais interativa a atividade, mas, pelo que pude perceber, nem sempre o assunto ou o modo com que tentávamos expô-lo bastava para lhes chamar a atenção. As atividades mais bem-sucedidas eram aquelas que envolviam os jovens na produção de algo.

A primeira atividade foi emblemática, devido ao fato de ter havido um incidente⁸⁷ quase corriqueiro naquele dia, já próximo ao horário de se iniciar a *Roda*. Alguém, “que não era das áreas”, segundo um dos educadores sociais do Cuca, tentou roubar um celular nos arredores do anfiteatro, mas os jovens que ficavam nesse espaço – que pareciam tomar para si ou eram levados à responsabilidade de garantir as regras determinadas pelos comandos de tráfico locais – correram tentando pegar o rapaz. Na fuga, narrada por um educador social chamado para ir ao local, estavam o rapaz perseguido pela sua tentativa de roubo do celular, alguns dos meninos que ficavam/ocupavam o anfiteatro e um policial civil que mora próximo ao Cuca, e atua na área. A narrativa do educador segue nesse sentido: “o pivete foi parar nos braços de uma senhora que tava em frente à borracharia ao lado do Cuca. Ela disse que os meninos não iam bater nele, e [...] não sei como o policial foi parar lá, mas já tinha chamado uma viatura e até deu tiro para cima”.

O tiro pareceu servir tanto para assustar aqueles rapazes, que estavam desarmados, quanto para a polícia, cuja delegacia se situava na mesma rua em que ocorria o incidente, que havia algo ocorrendo. Um sinal que não poderei precisar ao certo o que significava, mas que, supus, teria ao menos esses dois propósitos, diante do que tenho como referência.

Enfim, este fato foi suficiente para desviar a atenção dos jovens, tirando a atratividade da atividade planejada, cujo tema a ser debatido na ocasião seria coca e cocaína. Interessava aos jovens falar sobre o ocorrido, entre eles ou entre aqueles que julgassem ter proximidade, e eu não era uma pessoa com quem lhes parecia pertinente compartilhar o conteúdo dessas conversas. Eu frequentava o Cuca havia pouco mais de um mês e era vista como alguém de fora, ou que “nem é das áreas”, como fui identificada algumas vezes, ou seja, era vista ainda

⁸⁷ Após o “salve” nas favelas de Fortaleza (um tipo de acordo entre facções/comandos ligados ao comércio de substâncias ilícitas), o território no Jangurussu – aparentemente dominado pelo Comando Vermelho (CV) – parecia ter menor incidência de mortes, roubos e furtos, segundo narraram alguns interlocutores. Uma das ordens do CV é a proibição de “roubar na favela” (escrita em muros) e a tentativa de garantia do cumprimento desta regra por aqueles ligados ao grupo, de algum modo.

como indigna de confiança naquele contexto, de modo a não poder participar de conversas que envolvessem esses assuntos espinhosos ou sigilosos.

Aquele incidente se tornou imperativo para nós, Mel e eu, como um interlúdio entre executar o planejado em projeto e preparativos ou manter a nossa escuta ativa e atender ao convite feito pelo educador social do Cuca que acompanhava a ação/atividade para participar daquela conversa e mediar possíveis conflitos. Mas haviam mais interlocutores envolvidos na preparação da atividade. Parte destes tentava manter a atenção no planejado e executar a oficina, parte buscava dar espaço às conversas e “fofocas” sobre o ocorrido. Aqui, cabe-nos pensar como a noção de equipe, tida enquanto “qualquer grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular” (GOFFMAN, 1983, p. 78), pode ser atualizada diante da demanda imposta pelo território e por suas interações.

[...] no estudo de casos de determinadas instituições sociais, a atividade cooperativa de alguns dos participantes parece importante demais para ser tratada meramente como variação de um tema anterior. Quer os membros de uma equipe encenem representações individuais ou encenem representações diferentes que se ajustem a um todo, surge a impressão de uma equipe emergente que pode ser convencionalmente tratada enquanto tal como um terceiro nível do fato localizado entre a atuação individual, de um modo, e a interação total dos participantes, de outro. Poderíamos mesmo dizer que se nosso interesse especial é o assunto do manejo das impressões, das contingências que surgem na promoção de uma impressão, e das técnicas para desfazer tais contingências, então a equipe e suas representações podem ser as melhores para se tomar como ponto fundamental de referência. (GOFFMAN, 1983, p. 78-79).

Tomando a análise de Goffman (1983) sobre o que constitui uma equipe, registrei em meu diário a maneira como Resistência, enquanto um dos educadores sociais responsáveis por aquela atividade semanal, ateu-se a ouvir as narrativas dos jovens envolvidos com o incidente descrito acima. A coordenadora dos educadores sociais, que também acompanhava essa nossa tentativa de realizar a oficina, tinha outra postura, mais inclinada a manter uma fachada (GOFFMAN, 1988). Aproximada de uma perspectiva da neutralidade da gestão do Cuca, ela não deu muita atenção às conversas dos jovens, mostrando-se tendente a manter essa atividade, a dar maior importância ao porvir do que estava programado e a dar pouca importância ao ocorrido.

Mel e eu, que estávamos iniciando essas atividades com propostas que vinham sendo amadurecidas havia quase um mês, seguimos o planejado, entretanto, não com a participação daqueles jovens, e sim com um grupo de adolescentes que se preparavam para participar de uma reunião sobre o uso da piscina, a eles negado pelos funcionários do Cuca, sob a alegação

de que estariam ainda em faixa etária inferior à atendida pela Cuca. Estes, porém, sentiam-se no direito de usufruir daquele espaço e de suas atrações.

Seguindo nosso planejado, promovemos uma conversa sobre o jogo de xadrez e sobre a cultura do uso da coca entre populações andinas. Para manter os jovens na roda, chegamos a falar sobre as diferenças entre a folha da coca e a cocaína. Isso causou risos, perguntas e até acusações entre os meninos de doze e treze anos que aguardavam ali a hora de participar da reunião em que deveria se decidir quando e como o *banho de piscina* seria liberado para o público das crianças e adolescentes.

Estas oficinas eram uma tentativa de estabelecer diálogos sobre estratégias de redução de riscos e danos entre jovens que passavam boa parte de suas tardes e noites naquele espaço (externo) do anfiteatro e arredores do Cuca, mas que, por diversos motivos, não participavam de oficinas, cursos, formações e nem de grupos de música, dança ou esportes, individuais ou coletivos. Dois ou três deles participavam de aulas de *muay thai*, mas nenhum participava dos grupos de capoeira, *hip-hop*, *break* ou *funk*.

Convidamo-los, então, para, dentro de quinze dias, participar de uma formação para redutores de danos que seria desenvolvida pelo Nuced, em parceria com a equipe de Direitos Humanos do Cuca. Esta era uma demanda registrada pelo grupo *Fórum de Jovens do Cuca Jangurussu*, cuja participação ativa nas demandas de cursos e pela busca de incentivos para o equipamento fazia com que pautas fossem levadas até a gestão do Instituto Cuca.

6.4.6 Cuidando do espaço do Cuca: a Oficina de “bituqueiras”

Lavagem da arquibancada e limpeza da região do anfiteatro

Após algumas dessas atividades realizadas um casal de jovens com um filho bebê se fez presente numa das últimas e comentavam sobre a necessidade de se ter mais árvores e plantas naquele espaço. Também se dizia que as pessoas que o usam para se divertir e para vender seus produtos deveriam ter consciência sobre a sua preservação e limpeza. Lembrava-se que quem frequentava também deveria se sentir responsável por esse manejo, já que a prefeitura pouco fazia. Resistência, que também era um educador social ligado à pauta ambientalista, estimulou a conversa e fomentamos em conjunto ideias sobre a questão. Uma que se sobressaiu foi a de fazermos, uma limpeza do anfiteatro como a próxima atividade da Roda das 4:20 – Chá e café. Isso foi aceito pelos que estavam juntos e contou com adesão de umas 12 pessoas.

Foi interessante ver como se engajaram na atividade também alguns funcionários do Cuca, ligados à limpeza e zeladoria. Estes não tinham a obrigação de fazer a manutenção da limpeza fora da área murada e cercada, mas, como Resistência pediu para usar as vassouras, ciscadores, rodos, pás, baldes e mangueiras neste setor, um dos zeladores se juntou à atividade juntamente conosco. Bel conseguiu a caixa de som e esta foi ligada durante

o horário da atividade da roda do chá. Lá negociava-se quais celulares tocariam as músicas para embalar o trabalho de cuidado coletivo com o local.

Alguns dos rapazes que atuam no comércio de substâncias ilícitas não perceberam que estávamos começando a recolher os materiais plásticos que se espalhavam pelo espaço e vieram correndo buscar, em uma “loca de pedra”, uma carteira de cigarros, que suspeitei haver no conteúdo não tabaco em cigarros, mas outro produto. Um deles veio rindo e dizendo: “a tia é doida? Vai deixá nois no preju?!”. Ao que respondi, não ter interesse de ficar com nada que era deles. Argumentando que apenas estávamos fazendo uma limpeza no anfiteatro, um lugar de diversão que deveria ser bem cuidado. Alguns utilizavam a estratégia de esconder os produtos que vendiam para tentar se livrar do flagrante quando eram abordados em “baculejo” pela guarda ou polícia.

Juntaram-se a nós dois dos rapazes que apareceram para buscar sua mercadoria entocada. Um chamado, feito por Resistência com seu apelo carismático, foi suficiente para termos adesão de mais jovens.

Ao final da atividade, tínhamos ouvido muito rap, funk, música eletrônica e reggae, algumas brincadeiras sobre nosso trabalho em vão e deixamos as arquibancadas e arredores do anfiteatro com ar de limpeza. Enchemos três grandes sacos plásticos com de lixo (reciclável em grande parte) e levamos para o depósito de dispensa do Cuca. A arquibancada foi lavada com água e sabão e em seguida foi escorrida com rolos. Ao final, juntamos todo o material de limpeza utilizado em um carrinho de mão disponibilizado pelo zelador e o devolvemos ao almoxarifado do Cuca.

Com essa narrativa, contida em meu diário de campo, gostaria de apontar questões subjetivas e estruturais em torno do que pode ser um dos achados desta tese. Poderia supor eu que a postura de jovens ao aderirem à atividade da limpeza de arquibancadas e arredores do palco, de modo coletivo e descontraído, faria parte de uma negociação que envolve honra e respeito. Talvez possa chamar isso de “resquílios marginais” do meu próprio estudo, posto que emergiram com certa espontaneidade, mediante de uma sequência de intervenções sobre redução de riscos e danos no Jangurussu.

Em jogo nesta negociação estão as normativas da Política Nacional de Juventude, que teriam o propósito de incentivar o protagonismo cidadão de jovens, além de uma atuação positiva dos educadores sociais que se posicionavam em reflexão sobre as ações que eram imprimidas sobre seus corpos, e, por fim, a sequência semanal de atividades que reforçavam o respeito às escolhas conscientes sobre usos de psicoativos, além de oferecerem informações de interesse desses jovens.

A percepção de deterem certa propriedade coletiva sobre o Anfiteatro do Cuca – ainda que gerido por um órgão governamental –, devido à sua agregação, o lazer e o consumo de drogas, no *Cuca Roots*, pareciam ter o efeito de permitir, a esses jovens, perceberem-se como parte constituinte de um espaço público de múltiplos usos, ao ponto de se disporem a fazer a

limpeza das arquibancadas conosco. Sua disposição para realizar esse trabalho parecia uma demonstração pública de cuidado com aquilo que usavam e com aquelas/es que os acolhiam e por quem teriam algum afeto. Parece ter havido um tipo de estreitamento dos vínculos, e o estabelecimento de certa confiança ao partilharmos ciscadores, rodos, baldes, vassouras e sacos de coleta de materiais. Durante a limpeza, alguns dos jovens correram para buscar suas mercadorias “mocoçadas”⁸⁸ em fendas ou buracos que havia naquele espaço. Isso não era um problema para nós que estávamos tentando desenvolver atividades, movidos pelo cuidado e pelo respeito àqueles jovens, a despeito de seus “corres”.

Conforme apontado, Resistência, o educador social que tinha um contato mais íntimo com os jovens que participavam da *Roda das 4:20*, era um entusiasta da defesa ecológica e do meio ambiente. Nossa experiência de fazer as “bituqueiras”, uma manufatura na oficina sobre tabaco, foi algo peculiar em nossas interferências criadoras de estratégias de redução de riscos e danos neste contexto. A estratégia resultou dos atravessamentos entre temas que envolviam cuidado de si e o cuidado com os outros, transcendendo as técnicas de cuidados fisiológicos, ou com o corpo, e, portanto, individualistas, para técnicas de cuidado coletivo, altruístas e holistas, envolvendo os outros e o meio ambiente. Um dos atos de Resistência, enquanto educador social, foi propor e movimentar um coletivo socioambiental de jovens no Cuca Jangurussu.

A Oficina de *bituqueiras* consistia em usar barbantes, garrafas PET e areia para criar receptáculos para acomodar as “pontas” e bitucas de cigarros em espaços de circulação, neste caso, no anfiteatro. Durante a sua realização, debatemos sobre o cuidado necessário com os espaços públicos que acolhiam jovens em suas iniciativas autônomas de se congregarem para o lazer e o consumo de substâncias psicoativas.

Um dos motivos que nos fizeram organizar a limpeza das arquibancadas do Cuca foi a observação feita por uma das jovens que participava da oficina sobre redução de riscos e danos em relação ao uso de tabaco e à quantidade de restos de garrafas plásticas, papéis e bitucas de cigarros encontrados após as festas nas noites de terça-feira. Ou seja, não fomos Resistência, Bel, eu ou Mel, e nem Jangu ou Flora, que observamos algo a esse respeito, manifestando nossa conexão com o uso de tabaco. Foi uma das/os jovens, que, ao fazer as conexões possíveis, extrapolou a preocupação com o cuidado no âmbito pessoal, chegando à noção coletiva de cuidado, levando em conta tanto as pessoas que faziam uso daquele espaço, quanto o espaço em si.

⁸⁸ Termo utilizado para designar o ato de esconder algo. Uma variação do termo informal “mocozear” registrado no dicionário Houaiss com o sinônimo parecido.

Foi-nos proposto trabalhar com materiais recicláveis, ou de baixo valor monetário – como a base de insumos propostos e construídos em oficinas, como as edições da *Roda das 16:20*, e também as formações diversas realizadas com jovens no Cuca –, com o intuito de criarmos condições não só viáveis para a construção destes insumos que marcavam o próprio histórico do território, mas pensando em materiais fáceis para se conseguir, e transformados em outras coisas, resultantes de momentos interativos de construção e reformulações feitas coletivamente, e centradas em trocas de informações sobre algumas drogas específicas.

Talvez pudesse ir além, e pensar que o reuso e a reciclagem de materiais descartados pudesse ser umnexo entre os cuidados, não só nas suas consequências para os sujeitos e os seus corpos, mas também para o meio onde viviam, como algo que surge do “precário”, para que a experiência possa ser valorizada como parte do que já faziam em seus cotidianos. Ao planejar as atividades, pensei na simplicidade de acesso aos materiais. Popularizar formas e estratégias de cuidados vinculadas às suas possibilidades e necessidades poderia fazer com que esse jeito de pensar a rotina nos cotidianos desses jovens me trouxesse outros modos de integrar sujeitos e os meios onde viviam.

6.5 Planejamento da formação em RD e estudos de textos com o Nuced

Após as atividades desenvolvidas durante as edições da *Roda das 4:20*, trabalhamos mais proximamente, nós, integrantes do Nuced (jovens extensionistas e pesquisadoras), e os educadores sociais (alguns deles ainda jovens), e com apoio da DPDH, para a realização de uma formação em RD⁸⁹. Combinamos, juntos ao Nuced e aos gestores do Cuca Jangurussu, realizarmos um curso para a formação de jovens redutores de danos, certificado pela UFC e apoiado pelo Cuca.

A equipe da DPDH disponibilizou profissionais para fazerem o serviço de divulgação e inscrição. Utilizamos um questionário digital, desenvolvido por uma pesquisadora e por integrantes do Nuced, para nos nortear quanto ao perfil e quanto aos conhecimentos sobre o tema que as/os inscritas/os nesse curso já tinham. O Cuca nos cedeu o espaço físico de salas, cozinha e biblioteca, equipamentos eletrônicos (como computador e projetor), e ainda quadro branco, pincéis, ônibus para levar participantes até a sede do Nuced na UFC, fogão, materiais para confecção dos zines, estêncil e o açúcar para o xarope fitoterápico (*lambedor*), além de

⁸⁹ Ver cartaz no Anexo E.

orientar os profissionais (educadoras/es sociais) para que, na conclusão do curso, esses jovens participassem como facilitadores de oficinas.

Tínhamos o desafio de sensibilizar os jovens que participavam da *Roda das 4:20* para estarem em sala conosco, algo inusitado, pois a maioria não manifestava interesse em ficar em atividades que ocorriam em salas. No entanto, os convites feitos por Resistência durante a semana que antecedeu a essa formação e a oferta de lanche em cada dia da atividade teórica do curso, que se desenvolveu entre os dias 18, 19, 20 e 21 de setembro de 2016, pareceram ter atraído a presença de alguns jovens. Estes eram considerados pelos educadores sociais, assim como para nós do Nuced, como formando um público importante a ser sensibilizado a respeito de seus direitos e práticas.

A cada dia de atividade, ao menos duas/dois integrantes da equipe organizada para realizar a formação ficavam responsáveis pela condução do evento. Uma das pessoas tomava a frente, ao apresentar informações e ideias, enquanto a outra dava suporte para as demais atividades. Os primeiros dias da formação foram destinados ao trabalho em sala de aula, ou, como ficou conhecido entre o grupo envolvido, à formação teórica. As atividades tiveram as seguintes integrantes do Nuced como responsáveis: Jéssica, Mel, Amanda e Juliana. Nessa atividade e em outras também desenvolvidas pelo Nuced, ali e em outras regiões da cidade, todas atuavam como membras do Núcleo vinculado à UFC.

Por algumas semanas, elas organizaram, por meio de pesquisa e estudos, sequências de *slides* temáticos para realizar exposições dialogadas durante os quatro dias de “atividades teóricas”. As temáticas seguiram o roteiro:

- 1) Drogas: o que são, história, tipos, usos etc.;
- 2) Guerra às Drogas ou guerra aos jovens negros e pauperizados;
- 3) Substâncias psicoativas e redução de riscos e danos;
- 4) Encontrando técnicas de RD que já utilizávamos e criando novas.

Entendemos, ao discutirmos isso com educadores sociais, que essas temáticas eram pertinentes à interação com o público de jovens moradores das periferias. Além de estudantes dedicadas e curiosas sobre RD, algumas destas jovens viviam em bairros periféricos, e, creio eu, isso ajudava a perceber o que poderia ser relevante e de fato levantava interesse no público – que também era jovem, como elas.

Durante a formação em sala de aula, as duplas, além do coordenador do Nuced e eu, trabalharam em parceria. Seu protagonismo, na condução das atividades, era estimulado, mas

contavam também com o apoio de quem estava na preparação e acompanhamento das suas primeiras exposições em público, frente a uma turma de jovens, neste projeto de extensão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa etnográfica, percebo que, além do modo de realizá-la, seus resultados estiveram implicados também com as ações de jovens atores políticos, envoltos por processos organizacionais. A exposição em sequência, de acordo com a feitura do campo, reflete sua natureza etnográfica, e um emaranhado de situações, atravessadas por incidências de ações guiadas ou norteadas por políticas públicas de juventude, saúde, segurança, drogas, cultura e educação, além de interesses particulares que afetavam diretamente seus corpos e histórias, nos contextos em que os acompanhei no Jangurussu.

Inicialmente, contextualizei como a pesquisa se iniciou em campo e discuti a forma como negocieei minha presença e o modo das interações, os acordos e as possibilidades de narrativas sobre estes momentos compartilhados a partir de uma ética forjada no encontro e ao longo do processo.

Segui apresentando o modo como a política pública de juventude se expressava na cidade de Fortaleza (CE), com o fomento de Bancos Internacionais, e como este apoio criou bases institucionais para a execução de políticas culturais para jovens em bairros periféricos da cidade.

Discuti, a partir de referencial bibliográfico atualizado, situado no nordeste do Brasil, mas dialogando com pesquisadores de outras regiões e de outros países, as bases e questões referentes aos temas envolvendo RD, políticas públicas e juventudes. Fui construindo essa discussão numa perspectiva de tornar os dados coletados em campo parte do que perpassava o debate levantado por pesquisas precedentes.

Na análise de recortes do cotidiano compartilhado com jovens e educadoras/es sociais que eram usuários ou trabalhavam no Jangurussu, apresentei mais detalhadamente processos de planejamento, exposição, criação, recriação com modificações e adaptações de atividades institucionais ligadas à noção de redução de riscos e danos. A *Roda das 4:20* foi uma das estratégias mais perenizadas, com intervenções pontuais como a formação para redutores de danos, e sua conclusão numa ação de redução de riscos e danos na festa denominada *Cuca Roots*, além de contar com oficinas lúdico-formativas para diálogo sobre cuidados com o uso de drogas e criação de materiais para gerar informações e insumos de intervenções adaptados ao contexto e às situações vivenciadas por jovens que circulavam pelo *Cuca Jangurussu*.

Alguns jovens interlocutores, e que foram centrais nesta pesquisa, transitavam entre periferias, centros urbanos e universidades. Ao longo da minha permanência em campo, pude perceber convergências entre alguns de nossos interesses e preocupações. De modo que esta

conjuminância de foco fez com que estivéssemos mais tempo juntos para sociabilizarmos, de mais modo artesanal, nossos textos e questões de pesquisa. E foi nessa tessitura de interesses e atuações que construímos apresentações conjuntas em eventos acadêmicos e intervenções orgânicas em redução de riscos e danos “nazáreas”. Esse foi um resultado inesperado e muito proveitoso, o que atribuo à prática da etnografia implicada.

Portanto, os resultados deste trabalho se constituíram entre as bases estabelecidas no Cuca Jangurussu e no Nuced (que fica no bairro do Benfica), dentre outros locais de fluxos em comum na cidade de Fortaleza. Para as análises feitas, além de me utilizar de diários de campo, e de registros gráficos, fotográficos e sonoros, realizei um *clipping* da imprensa local, feito de forma sistemática e visando situar questões e conflitos que emergiam em campo.

Ao tentar focar nas potências que essas juventudes me deixaram perceber, com suas ações em torno das noções de cuidado e redução de riscos e danos, creio ter deixado menos iluminadas questões ligadas à violência que os afeta fortemente pelos fatores de raça, gênero e posição socioeconômica. Porém, muitos trabalhos referidos nesta pesquisa já exploram de modo incontestado a permanência e a expressão da violência ligada à “guerra às drogas” nesta cidade.

A escrita do trecho final deste trabalho se deu ao som de panelaços na vizinhança, entres as noites dos dias 19 e 24 de março de 2020. A partir de então, essa insatisfação da população com a situação econômica e política, juntamente com a mudança de humor que o confinamento começou a promover nas pessoas, refletiu-se nas performances individuais ou em pequenos grupos de manifestantes em clausura e expostos nas janelas e sacadas.

Era o início de uma quarentena decretada por diversos governos estaduais, anunciada como uma medida para reduzir, entre a população dos estados, a proliferação do novo vírus que havia alguns dias chegara ao Brasil, após vitimar milhares de pessoas pelo mundo afora, da China e ao Irã e até países da Europa. Essa orientação culminou com o anúncio de milhares de mortes e adoecimento, já ocorrendo no continente americano, como resultado da pandemia de COVID-19. O anúncio tirava um tanto o equilíbrio emocional que ainda restava.

Tempos intranquilos desde a última vez que ouvimos o bater das panelas, por ocasião de um reflexo esquizofrênico das camadas médias e altas a inflamar o polêmico processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. No período posterior à sua saída, quando o vice assumiu o cargo, foram postas em curso decisões do Governo Federal orientando cortes nos investimentos em políticas de cultura, juventudes e grupos considerados “identitários”, como negras/os, mulheres, indígenas LGBTQI+ etc. Além disso, implementou-se uma “reforma” trabalhista altamente nociva aos trabalhadores e se aprovou uma emenda constitucional que

congelou os gastos com saúde e educação por 20 anos. Em relação ao universo da pesquisa com que lidei mais proximamente, a situação se agravava. Naquele momento, aprofundava-se a situação de crise vivida pelas populações periféricas e pelos jovens; os próprios Cucas e as universidades enfrentavam cortes de orçamento e outros ataques.

Pouco depois, a eleição presidencial de 2018 resultou na eleição de um representante político acusado, em discursos de opositores e pelas mídias, de estar ligado a integrantes de milícias e por consequência, aos crimes relacionados a estes sujeitos, grupos especialmente localizados no Estado do Rio de Janeiro. A ineficiência na gestão de ministros e secretarias que assumiram pastas fundamentais, como os ministérios da economia, educação, justiça, e as secretarias de cultura, da mulher e de demais grupos oprimidos, comprometeu projetos e tornou cada vez mais evidente e insustentável a já conturbada situação administrativa.

O presente trabalho estava e continua implicado com essas pessoas. E algumas com quem mantive uma relação mais próxima vivenciavam os desgastes do desemprego, falta de renda, adoecimentos, corte de bolsas e verbas de pesquisa nas universidades, e o desrespeito aos direcionamentos das políticas públicas que lhes foram anunciadas como direitos, e que, desde então, passaram a ser negados pelas reformas assumidas pelo então Governo Federal.

Recuperar um pouco da problemática e trazer uma justificativa para este trabalho na conclusão da tese me ajudam a reiterar meu argumento e a narrativa que conduz esta pesquisa, apontando para as conexões entre as questões locais e os problemas que são históricos e mais gerais (TILLY, 1984).

Antes da Reforma Psiquiátrica, posta em marcha entre os anos 1990 e 2000, os espaços institucionais reservados para pessoas que fossem presas por usarem drogas ilícitas eram as prisões ou os manicômios. Após conquistas devidas às batalhas travadas em âmbito acadêmico, político e social, outros modos de dispensar cuidados e as garantias de direitos a essas pessoas foram sendo articuladas. A Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2001) redirecionou a forma como, no país, devem ser tratadas as pessoas que sofrem com algum transtorno mental, garantindo direitos antes desrespeitados em unidades de recolhimento⁹⁰.

A nova legislação resguarda o direito da pessoa “ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental”. Mas, a pergunta é: pessoas que fazem uso de drogas sofrem de transtornos mentais? A resposta a essa pergunta é complexa e nem sempre única. Historicamente, o discurso biomédico tem colocado as pessoas que usam drogas na categoria de “toxicômanos”. Sofreriam de um “desvio”, classificado na lista de adoecimentos mentais

⁹⁰ Ver mais em Silva (2013).

como “toxicomania”. O que foi chamado pelos saberes ‘psi’ de toxicomania se tornou mais recentemente a “adição” ou a “dependência química”. Mas, na maioria das vezes, o uso de drogas não representa adoecimento mental. A complexidade da questão está em fatores que escapam ao corpo biológico e se situam em práticas culturais que têm sua própria dinâmica. O tipo e o *status* da droga usada, a forma e a intensidade com a qual cada pessoa faz seu uso, e os reflexos desse uso em sua vida prática, e contextual, são as bases do tripé oferecido por teóricos como Zinberg (1984), que ajuda a tensionar assertivas englobantes que pretendem dar respostas padronizadas para algo que deve ser avaliado de modo particular.

No Brasil, temos um clássico caso relatado em livro e posteriormente transformado em filme bastante difundido durante os anos 2000. Trata-se da autobiografia de Austregésilo Carrano Bueno, no livro *Canto dos Malditos* (1990), onde o autor conta a sua trajetória de internações em hospitais psiquiátricos, por conta do seu uso de *cannabis* e de medicamentos controlados. O caso foi dramatizado em *Bicho de Sete Cabeças* (2000), filme dirigido por Laís Bodanzky, com roteiro de Luis Bolonesi. O drama traz denúncias sobre como o jovem, internado entre os anos 1970 e 1980, foi vítima do sistema de controle psiquiátrico da época, cujo atendimento era pouco tolerante com práticas dissidentes e/ou moralizadas.

Um dos efeitos da Reforma Psiquiátrica, ocorrida a partir dos anos 1990, tem sido o fechamento de hospitais psiquiátricos e de manicômios. A abertura de uma rede substitutiva a esse sistema teria que se implantar de modo sistemático no país, mas a política de saúde mental passa por mudanças em seus direcionamentos a cada troca de gestão no governo, seja federal, estadual ou municipal. Os CAPS (Geral, Álcool e Drogas e Infantil) são fortes pontos de apoio para essa rede, porém, de modo geral, a forma como têm sido geridos no município de Fortaleza não obedece à lógica necessária para estabelecer conexões com outras políticas e ações a fim de dar encaminhamentos viáveis às dificuldades que se espraiam pelos âmbitos sociais e econômicos atuais, afetando aqueles considerados como tendo um “problema com drogas”. A noção de “problema das drogas” (SCHEERER, 1993), surgida no início do século XX, continua, até o presente, a provocar ações pouco efetivas no sentido do cuidado com a saúde e com os Direitos Humanos.

Tal “problema” ganha maiores proporções em alguns países a partir dos anos 1910. O Brasil é um daqueles que, entre os anos 1930 e 1950, colocou-se como participante de uma suposta “Guerra às Drogas”. A partir de acordos multilaterais, muitos países passaram a tratar certas drogas como ilícitas (inicialmente, ópio e cocaína), mas isso não trouxe muito alívio. O sistema de distribuição e o fetiche em relação ao uso destas drogas/mercadorias continuam a mobilizar muito dinheiro e a preocupar as sociedades atuais. Os riscos advindos dos dribles

e estratégias adotados por usuários e comerciantes de drogas ilícitas se sofisticaram com o tempo e passaram a contar com tecnologias arrojadas. A distribuição sem regulação oficial e as adulterações dos produtos visando aumentar os lucros tornaram as substâncias diferentes, sendo vendidas em cápsulas, papélotes, saquinhos, porções etc. – uma “parada de surpresas”.

Meu interlocutor, redutor de danos e psiquiatra, que conduzia atividades de rodas de conversas sobre RD nos Cucas, afirmou:

Entre os usuários (quase todos rapazes) que conhecemos e nos aproximamos, destaco os de “situações mais complicadas” e aqueles protagonistas/lideranças entre eles (...) Dali vimos que daria certo, que poderíamos fazer muitas coisas, pois já havia vínculo. Ficou a dúvida de como conseguiríamos que aqueles fossem os protagonistas do processo, e aí entra o Fórum de Jovens, que se empolga e compra a ideia da RD, agora não só mais do Coletivo que se formara, o Fórum de Jovens passa a pautar a RD em suas reuniões, com momentos formativos. De lá surge a “Quinta dos Morgados”. (Ávido, 31 anos – julho 2015).

Diante de argumentações como essa, posso inferir que haja indícios de cruzamentos entre as políticas de saúde mental e juventude. Em minha pesquisa, pude observar tentativas de encaminhar formações de grupos locais, visando que os próprios jovens gerissem as suas ações de RD. Tal como foi o caso da criação da *Quinta dos Morgados*. Nesse evento, jovens partícipes do Fórum de Jovens do Jangurussu planejaram, participaram e avaliaram as ações em termos de cuidados relacionados ao uso de psicoativos no anfiteatro. Buscavam, com isso, a participação de jovens que, em geral, não se vinculavam às atividades do Cuca, no intuito de sensibilizá-los por meio de atividades motivadoras de cuidados com o corpo e a saúde.

As formas com que gerem/controlam populações jovens, periféricas e empobrecidas determinam como os governos exercem poder e afetam a vida dessas pessoas em nível local. Acompanhar os reflexos advindos dos discursos acionados (e os valores monetários captados por meio de acordos multilaterais) faz pensar nos termos em que Charles Tilly (1984) trata os processos sociais de larga escala, referindo-se ao tempo e à extensão do fenômeno como dimensões imprescindíveis para a avaliação e análise. Para tomarmos um aspecto micro como algo conectado com discussões macro e taxinômicas em termos de “inconsciente intelectual”, tentei apontar nexos possíveis e dar continuidade a análises que nunca terão um fim, mas que podem ser como rastros do pensamento sociológico sobre determinada vertente na análise de um problema.

Uma forma que encontrei de tentar dar conta em termos de aspectos micro, diante de contextos macro, na discussão do campo de saber em jogo, foi entrecruzar as noções críticas

sobre juventude, saúde e drogas, e verificar como ações de RD se desenvolveram, observando estas diante do modo como a implementação da Rede Cuca se deu e como inseriu a temática e as estratégias em seus ambientes e atividades. Também percebendo este empreendimento social como resultante de políticas intercontinentais, onde bancos financiam intervenções em regiões empobrecidas do mundo, e através da análise de documentos, entrevistas, diários e registros de observações em campo, e atuando em cooperação com meus interlocutores, pude detectar como se dava a cooperação das gestões federais e municipais no cumprimento dos seus acordos com bancos internacionais. Isso poderia revelar como giravam os incrementos e ações cujo aporte financeiro gerara a construção de prédios grandiosos, em termos de porte e estrutura, discrepantes da extrema pobreza material no entorno destes.

Ficou evidente que enquanto alguns jovens moradores do Jangurussu concebiam o Cuca como um investimento público e destinado a garantir seus direitos, outros concebiam aquele “equipamento” como simplesmente mais um espaço onde poderiam desenvolver seu comércio de drogas ilícitas. Entretanto, atividades como as desenvolvidas na *Roda das 4:20 – Chá e Café* eram de algum modo atravessadas por discursos que os punham diante de outra visão sobre o que eles poderiam fazer para si e para os seus.

Nos últimos dez anos, a região periférica da cidade de Fortaleza vem demonstrando sensível crescimento nos sistemas de policiamento ostensivo e nas iniciativas de controle de determinadas populações, promovidas e justificadas por campanhas midiáticas, que são as responsáveis pela promoção do “pânico moral”⁹¹. Isso gera muitas consequências. Criam-se estigmatizações baseadas na origem geográfica e social dos cidadãos. O uso de noções como “o problema das drogas” ou “o tráfico”, para compreender complexas situações envolvendo jovens não é novidade. O problema é a limitação do seu potencial explicativo e o fracasso de medidas baseadas nessas ideias.

Foi neste sentido iniciei o trabalho de campo, com o propósito de compreender como ações e estratégias de RD para o uso de drogas chegavam aos jovens na periferia e como estes as recebiam e aplicavam no seu autocuidado cotidiano. Minhas observações revelaram maneiras como uma parcela da população de adolescentes e jovens (15 a 29 anos), moradores de uma periferia específica da cidade de Fortaleza, as adotaram, interpretaram e submeteram a diferentes transformações criativas.

⁹¹ Conforme discutido em Alcantara (2009, p. 33) cito: “Cohen (*apud* THOMPSON, 1998) explica que ‘pânico moral’ é a forma como, em determinado período, ‘a condition, episode, person or group of persons emerge to become defined in a threat to societal values and interest’, ou seja, pessoas ou grupos são apresentados de modo estilizado e estereotipado, principalmente pela imprensa e demais meios de comunicação de massa” (p. 33).

O diagnóstico de altos índices de homicídios de adolescentes e jovens relatados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2017), como o crescente encarceramento de jovens negros/as e as restrições ao direito cidadão à saúde e à educação, mobilizou muitas de minhas leituras.

Buscando na memória o que veio a ser o projeto dos Cucas na cidade de Fortaleza, vejo que se apresenta como uma espécie de expressão local da política de juventude, cultura e de Direitos Humanos, estruturada em Centros Urbanos de Cultura e Arte, ou Cucas, que são equipamentos grandiosos instalados em regiões periféricas da cidade. Quando realizava essa pesquisa, o Estatuto da Juventude era um dos documentos que ganhavam visibilidade. Naquele momento ainda havia incentivos financeiros, designados ao projeto em um período anterior, quando se dava mais importância à questão social. Apoios assumidos e pactuados entre prefeituras, Governo Federal e entes da federação, e que ressaltavam a importância da gestão correta de um contingente geracional compreendido como potencial ou problemático, mas ainda tutelável.

Pude registrar nos capítulos desta tese informações a partir de registros documentais sobre como se deu a criação dos Cucas. Por meio do trabalho de campo e da realização de entrevistas, compreendi alguns dos efeitos da desaceleração desses projetos sociais, devida aos cortes orçamentários, e apontei para os resultados da diminuição dos incentivos estatais.

Um dos fortes argumentos para a criação dos Cucas foi o de que, por meio deles, o poder público ofereceria espaços de lazer, atividades formativas e culturais em acomodações dignas para jovens moradores de regiões periféricas marcadas por altos índices de evasão escolar e de “envolvimento com o tráfico de drogas”.

Durante o período de coleta de dados, percebi o quanto abordagens policiais, muitas vezes truculentas e envolvendo tortura, o cumprimento de medidas socioeducativas definidas de modo alheio e peremptório, e medidas privativas de liberdade (como o encarceramento), ainda que alternadas e temporárias, enfraqueciam o senso de dignidade de rapazes e moças negros/as e mestiços/as, que passavam a carregar um estigma de desviantes não apenas nos registros estatais, mas em seus corpos e memórias de sujeitos jovens, negros e pauperizados.

Constatei a necessidade de políticas de ação que apoiassem essa população e que os ajudassem a minimizar os efeitos das discrepâncias de natureza socioeconômica, racial, de gênero e educacional existentes no país como um todo e no Ceará, em específico. Tais ações deveriam ser conduzidas de modo protocolar e as/os jovens deveriam ser aconselhadas/os e/ou orientadas/os sobre suas infrações, antes de perderem o direito à liberdade física. Assim, estando garantidas condições que possibilitassem o desenvolvimento de suas capacidades e

potências, esses jovens poderiam reordenar suas atitudes e ações de maneira mais positiva e socialmente integrada.

Analisei, a partir de registros no meu diário de campo, formas de negociação entre operadores das políticas de juventudes municipais e os sujeitos em questão. Apontei situações onde facilitar ou dificultar a realização de eventos ou demandas por formação sobre temáticas tidas como “tabu”, especialmente para aqueles tipos de jovens que geravam conflitos entre as diretorias do Cucas. Estas/es jovens, ao “se tornarem” protagonistas em seus locais, foram avaliados levando em consideração as moralidades e os consensos mantidos pelas parcelas da população que, apesar de não serem consideradas jovens, não deixavam de afetar o modo como as atividades eram realizadas nos Cucas.

Ainda antes da reestruturação e reorganização da equipe de educadoras/es sociais da DPDH, acompanhei, também como redutora de danos, a realização de momentos formativos internos à sua equipe e uma formação para jovens redutores de danos, a partir de demanda do próprio Fórum de Jovens do Jangurussu. Eram ações realizadas com o intuito de favorecer algumas estratégias de redução de riscos e danos, promovidas com apoio do Nuced em suas atividades de extensão acadêmica, apoiadas pela DPDH e por técnicos daquele equipamento, e voltadas aos jovens que não eram “vinculados” aos Cucas.

Algumas alunas do curso de Psicologia da UFC, junto a educadoras/es sociais dos Cucas, dedicaram-se a planejar, executar e avaliar a atividade, dividida em uma parte teórica e outra prática de formação. A fase de oficinas dedicadas à produção de insumos (fanzines, estêncil, lambedor etc.) foi encabeçada pelos educadores sociais, então empregados do Cuca Jangurussu. Estes tinham traquejo para a organização de atividades em campo e já haviam estabelecido vínculos de confiança com aqueles jovens mais arredios, que se negavam a ficar em salas ou a participar de atividades oferecidas através de inscrições na secretaria do Cuca. Esses momentos de combinação entre conhecimentos, práticas e habilidades firmavam uma parceria de trocas extremamente sensíveis, pois tanto as estudantes da graduação entravam em contato com tecnologias sociais desenvolvidas durante as atividades de formação, quanto educadoras/es sociais adentravam em atividades desenvolvidas com a desenvoltura formativa acadêmica, e com o rigor das buscas por informações baseadas em evidências científicas.

O desmonte da equipe de educadores sociais do Cuca Jangurussu, que se deveu a certa querela político-partidária local, evidenciou aspectos relativos à “simpatia” política de uns frente a outros grupos partidários, e também um silêncio estratégico, que mantinha práticas políticas tradicionais e a aceitação tácita das condições impostas pelos gestores como moeda de troca para a permanência ou ascensão em cargos aos que se submeteram à lógica da nova

gestão. Tal mudança se refletiu, por exemplo, em uma nova forma de realizar as ações de RD na *Roda das 4:20*.

Foi neste momento do trabalho de campo que percebi a necessidade de proceder com uma discussão hermenêutica em relação à ética em pesquisas socioantropológicas. O diálogo corrente entre pesquisadoras/es das Ciências Sociais pontua como, nas Ciências Humanas em geral, dá-se importância ao tipo de relação que estabelecemos com as/os interlocutoras/es em pesquisas que demandam o convívio ou determinados modos de interagirmos em grupos e estarmos presentes em lugares onde somos estranhos, e que precisamos negociar a estadia em campo. De grande importância é a construção de relações de confiança e, mesmo, de certa cumplicidade. Diante das diferenças imponderáveis entre minhas/meus interlocutoras/es e eu, percebo uma sutura que aproxima esta pesquisadora daquelas pessoas que se dispuseram a tentar cooperar com ela (SENNETT, 2012).

Procurei superar aquela tradição onde “o outro” era colocado sempre “do lado de lá”. Consegui me enxergar, dentro do possível, como alguém que poderia estar naquele lugar, pretendendo, dessa maneira, observar os modos como aquelas/es jovens periféricas/os, diante de iniquidades diversas, encontravam formas de se cuidar, reduzindo danos, e não apenas aos seus corpos fisiológicos, mas em suas vidas, de modo geral – e na vida das pessoas que lhes importavam, com quem estabeleciam relações de afeto.

O que era “exótico” para alguns de meus interlocutores era poderem conversar com pessoas parecidas com as que trabalhavam com Serviço Social ou Psicologia ou Pedagogia do Cuca, mas com a liberdade de poder falar sobre maneiras de usar maconha, os riscos do uso de “lorena” ou como cheirar pó com menor risco de adquirir uma IST. Havia também a possibilidade de discutirem como os direitos de usuários de drogas poderiam ser preservados, diante da atuação de representantes do poder instituído. Isso lhes interessava muito porque, enquanto jovens que viviam em regiões pauperizadas da cidade, eram atropelados pelo modo truculento com o qual a força policial lhes afetava. E saberem, a partir de registros em livros, compartilhados em atividades de trocas de informações, quais eram os seus direitos legais os fazia não só refletir sobre as distinções sociais existentes, mas elaborarem estratégias dentro do possível para escaparem às abordagens que comumente lhes eram dispensadas.

Então, em cooperação, começamos a detectar o que as/os interlocutoras/es achavam interessante, para assim criar um repertório de atividades que poderiam ser realizadas. Essas atividades iam desde as edições da *Roda das 4:20* até o que, com o apoio técnico do Nuced, culminou na formação em RD negociada entre a DPDH e o Fórum de Jovens do Jangurussu.

Como ações e resultados práticos daquela formação, houve a produção de “insumos”, materiais e imateriais, tais como: os *spots* de rádio; as frases desenvolvidas para a “sedanapo” (que viraram adesivos) e a própria “sedanapo”; dois modelos de fanzine criados pelos jovens integrantes da formação, e as capas destes fanzines, feitas com técnica de estêncil; e cerca de três litros de xarope fitoterápico (lambedor). Estes insumos foram utilizados em ações de RD, realizadas em dias de maior movimentação noturna no equipamento ou em festas tipo o *Cuca Roots*. Destarte, porcionaram-se ocasiões nas quais integrantes do Nuced, educadoras/es sociais do Cuca e jovens envolvidos com a formação em RD atuaram “juntos”, unidos pelo propósito de atenderem uma parcela mais ampla de jovens e adultos que circulavam naquele ambiente, mas não eram vinculados, além de estabelecerem diálogos sobre prevenção à AIDS e às ISTs de forma geral. Depois daquele momento, interlocutores (que haviam feito parte de alguma das fases da formação e/ou execução das ações), sentiram-se incentivados a falar com Mel e comigo. Discutíamos as temáticas levantadas durante a formação para jovens redutores de danos, cumprindo o que preconizam o Nuced, e, no meu caso, também o PPGCS-UFBA.

Ao longo da escrita, e não apenas do trabalho de campo, fui influenciada pela tese de Richard Sennett (2012) exposta em *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*, e a cada momento em que participava das atividades em campo ou de leituras e apresentações de trechos desta pesquisa, tentei me colocar em uma perspectiva de dialogia, como colocou Sennett (2012, p. 32), seguindo as indicações de Mikhail Bakhtin,

[...] ao se referir a uma discussão que não resulta na identificação de um terreno comum. Embora não se chegue a um acordo, nesse processo de troca as pessoas podem se conscientizar mais de seus próprios pontos de vista e ampliar a compreensão recíproca.

Portanto, a partir do conhecimento prático em ações e estratégias de RD que eu trazia na bagagem, acreditei que investir atenção nas experiências comuns e valorizar as habilidades apresentadas por cada sujeito em campo poderiam ser algumas das formas de eu atuar em dialogia e cooperação, e com isso encontrar algo que refletisse a compreensão de redução de riscos e danos entre minhas/meus interlocutoras/es naquele contexto específico.

Aquelas/es que se envolveram nas investidas para gestar e gerir ações com estratégias de redução de riscos e danos tinham motivações diversas. Alguns almejavam vivenciar momentos de prazer ao trocar informações sobre algo que lhes era de interesse, já outros tinham o propósito de acessar, em melhores condições, trocas de informações relacionadas às principais substâncias psicoativas e as características das drogas de seu uso. Estes últimos

pouco se vinculavam às atividades ofertadas pelo Cuca. Havia também gestores simpáticos à perspectiva da redução de riscos e danos, e que visavam tornar mais flexíveis as atividades propostas para atender àquela importante parcela da população, a qual, afinal, justificava a existência e o funcionamento dos Cucas.

O fluxo de informação sobre cuidados e garantias de direitos das juventudes, algumas vezes estabelecido nas trocas frouxas instauradas durante edições da *Roda das 4:20*, levava e trazia bens materiais e imateriais. E foram produções resultantes da aplicação de dinâmicas pedagógicas, bem como também pelo improviso de intervenções baseadas no cotidiano e no uso de diferentes técnicas planejadas ou efetivadas – ainda que fora do roteiro previsto –, que surtiam efeitos imediatos e a médio prazo.

O próprio local onde as atividades se desenvolviam (boa parte ocorria em ambientes externos ao prédio do Cuca Jangurussu) revelava também o propósito de assim ser e porque o tema das atividades era RD. Como apontaram a psicóloga e a pedagoga (coordenadora da equipe de educadoras/es sociais da DPDH) do equipamento, o propósito era o de divulgar a existência do projeto de prevenção e cuidados no Cuca, e mostrar a todos o potencial dessas atividades para se desdobrarem também em encaminhamentos dali para uma rede de serviços ofertados pelo Estado, capaz de acolher e cuidar destes jovens, mantendo-os em liberdade e visando a prevenção de usos abusivos e danosos. Isso forneceria um contraponto importante, contrastando com o lado punitivo do Estado, muito conhecido pelos jovens “envolvidos” com o uso ou o tráfico de drogas.

Interpretei, portanto, que o intuito, por parte de quem propunha as atividades, era fazer circular conteúdos e ações relacionadas aos cuidados em redução de riscos e danos entre jovens usuários de drogas da periferia. Havia também o objetivo de promover um diálogo sobre os direitos das pessoas que fazem uso de drogas, numa tentativa de apontar, de modo sistemático, os efeitos do racismo estrutural, da “guerra às drogas” e de seus impactos entre jovens. Assim, compreendi o elastecimento por um lado, mas também um ajuste de recorte, no qual a compreensão dos efeitos das ações de redução de riscos e danos implicaria, para além das questões objetivas relativas aos cuidados com o uso de substâncias psicoativas, em ganhos em termos de cidadania para uma população específica, a de jovens.

Em última análise, indiquei como esse tipo de atividade poderia ser incorporado nos programas de formação do Cuca, na tentativa de alcançar a importante parcela destes jovens que os programas não “atingiam”. Ouvi muitos argumentos em campo sobre isso. Diante da ponderação sobre o modo como os registros numéricos e de identificação dos “beneficiários de um serviço público” seriam repassados à gestão havia um problema a ser enfrentado: como

contabilizar e avaliar atividades realizadas sem uma lista de inscritos ou mesmo registros de frequência? Uma das sugestões que se sobressaíram foi a de que se dispensasse a exigência de identificação, com documentos (Certidão de Nascimento ou Registro Geral), por parte de jovens que desejassem participar de atividades, mesmo que não pudessem assinar a lista de frequência. E fosse adotado uma espécie de diário, em que as/os responsáveis pela atividade produziram um relato sobre o que foi realizado e com número de “atendidos”. Alguns dos rapazes nem tinham Certidão de Nascimento, outros estavam com seus documentos retidos em instituições judiciais, o que os levava a evitar qualquer identificação.

Um exemplo de como poderia ser mensurado esse tipo de concessão remete ao caso relatado por Flora, educadora social, quando nos narrou como um dos jovens, que fazia uso continuado de pó (o que poderia ser cocaína ou não), a havia procurado em busca de auxílio em relação a uma suposta dependência que ele não sabia como fazer para superar. Ela expôs o caso, sem identificar o sujeito, em uma das reuniões de equipe. Seu relato levou a equipe a dedicar um dos seus planejamentos semanais para conhecer melhor a rede de apoio formal e informal às pessoas que fazem uso de drogas, existente na região de Fortaleza onde atuavam. Além disso, buscava-se resguardar as/os usuárias/os do equipamento com informações sobre atendimentos em casos de emergência e telefones ou *sites* para contatos e informações.

A despeito de nossas diferenças, e muito também por conta delas, pudemos atuar em cooperação intensa no campo. Até em momentos quando não estávamos juntos em campo, no período da execução do projeto de pesquisa ou do trabalho de extensão, pudemos manter contatos e trocas, em especial, com dois destes jovens que estavam em campo, e com quem estabeleci e fortaleci vínculos de confiança e de amizade. Estes se tornaram sujeitos centrais para o que veio a ser um dos resultados não calculados ou esperado da presente pesquisa, que consistiu no estabelecimento de um grupo de jovens periféricos, atuando entre universidade e periferia, capazes de construir ações, estratégias e pesquisas que tinham como seu impulso noções de “cuidado de si” e “cuidado dos outros” (FOUCAULT, 1972).

Nesta pesquisa doutoral, tentei, por meio de descrições, entrevistas, diários de campo acompanhados de análises de situações e no diálogo com autoras e autores, fazer eco ao que as colegas de pesquisa Taniele Rui e Beatriz Labate dizem a respeito do que representa “uma importante contribuição” da Antropologia contemporânea para o debate público no Brasil:

[...] proferir aos quatro cantos a legitimidade e a positividade do uso de drogas, bem como a capacidade dos próprios grupos sociais enfrentarem seus dilemas, [...] significa levar a sério o que os pioneiros da disciplina argumentaram, e o que nossos estudos empíricos continuam mostrando, isto

é, que o contexto e as relações estabelecidas em torno do consumo *de fato* importam. Significa igualmente assumir uma postura política e ética segundo a qual o usuário e as práticas associadas ao consumo devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva que respeite os hábitos culturais e os direitos humanos. (RUI; LABATE, 2016, p. 59).

Utilizando-me da inserção em campo, através da extensão universitária desenvolvida pelo Nuced, consegui por vezes colaborar e tantas outras improvisar em ações que visavam o cuidado e a redução de riscos e danos aos jovens periféricos pelo uso de drogas e também pelos efeitos colaterais do proibicionismo. Durante o trabalho de campo, convivi com estas/es jovens por quase dois anos e meio, e o que vi foi um cenário complexo envolvendo cuidado, democracia e a garantia de Direitos Humanos.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks** no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO; Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.); **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2005. 448 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Transtornos de ansiedade. **Boletim Saúde e Economia**. ano V, n. 10, p. 1-5, dez. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/regulamentacao/boletim-saude-e-economia-no-10.pdf/view>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. **Nas ondas do surfe: estilo de vida, territorialização e experimentação juvenil no espaço urbano**. Orientadora: Irllys de Alencar Firmo Barreira. 2006. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1145>. Acesso em: 30 dez. 2020.

ALCANTARA, J. L. “Junkies” e “Exodus”: hedonismo, corpo e identidade entre jovens nordestinos. *In*: SCHWADE, Elisete; PEREIRA, Edmundo. **Entre interiores e capitais: antropologia, formação e pesquisa no Rio Grande do Norte**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 189-202.

ALCANTARA, Jaína Linhares. **Passadas marginais: uma etnografia entre psicoativos, saberes das pessoas de periferia e da ‘intelectualidade’ de Foollyk**. 2005. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALCANTARA, Jaína Linhares. **Sociabilidades e hedonismos: etnografia entre jovens usuários de substâncias psicoativas sintéticas** – Fortaleza – Ceará. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12269>. Acesso em: 29 mar. 2020.

ALCANTARA, Jaína Linhares; VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Uso e comércio de “morfina” entre jovens “junkies” de Fortaleza – Ceará. *In*: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin (org.) **Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em antropologia do direito**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 249-268.

ALESSI, Gil. Misha Glenny: “Os grandes traficantes brasileiros não moram nas favelas”: escritor autor de livro sobre o Nem da Rocinha critica política de guerra às drogas. **El País**, São Paulo, 27 jun. 2016. Seção política. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466791253_323836.html. Acesso em: 1 abr. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização**. São Luís, MA: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, 1995. 183 p.

ALVES, Nágela Raposo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A política pública para juventude em Fortaleza. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Fortaleza, CE, v. 4, n. 12, p. 126-145, 2 set. 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1082>. Acesso em: 30 dez. 2020.

ALVES, Wagner Coutinho. Rasta, ganja e resistência na Jamaica. *In*: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016. 565 p. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27775/1/Fumo%20de%20Angola-EDUFBA-2016.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ALVES, Ygor Diego Delgado. **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo**. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2017. 350 p.

ANDRADE, Marcelo Magalhães. **“Balas”, “doces” e outras “guloseimas”; coletivo Balance de redução de danos; substâncias psicoativas: uso, cultura e redução de danos na “cena” psytrance soteropolitana e conexões nacionais**. 2009. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ANDRADE, Tarcísio; LURIE, Peter; MEDINA, Maria Guadalupe; ANDERSON, Kim, DOURADO, Inês. The opening of South America’s first needle exchange program and an epidemic of crack use in Salvador, Bahia-Brazil. **AIDS and Behavior**, San Diego, CA, USA, v. 5, n. 1, p. 51-64, mar. 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A%3A1009559405477>. Acesso em: 2 abr. 2020.

ANZALDÚA, Gloria E. La consciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, set.-dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2020.

BARBOSA, Roseli Bregantin. **Nem-Nem: uma subcategoria de juventude ou uma ficção?** 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47892>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BARROS, Tatiane V.; ALCANTARA, Jaína L. Reflexões Metodológicas sobre a experiência com o mapeamento do perfil de usuários de crack no nordeste do Brasil. *In*: LABATE, Beatriz; POLICARPO, Frederico; GOULART, Sandra; ROSA, Pablo O. (org.). **Drogas, políticas públicas e consumidores**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras: NEIP, 2016. p. 149-175.

BASTOS, F. I.; BERTONI, N. **Pesquisa nacional sobre uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Ed. ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. *In*: ZALUAR, Alba (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 123-174.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2010. 245 p. (Coleção Antropologia Hoje).

BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (org.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 405-418.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 370 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURGOIS, Philippe. **En busca de respeito: vendiendo crack en Harlem**. Tradução para o espanhol: Fernando Montero Castillo. New York: Cambridge University Press, 1995. p. 1-41.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://cepad.ufes.br/sites/cepad.ufes.br/files/A%20Pol%c3%adica%20do%20Minist%c3%a9rio%20da%20Sa%c3%bade%20para%20a%20Aten%c3%a7%c3%a3o%20Integral%20dos%20Usu%c3%a1rios%20de%20c3%81lcool%20e%20Outras%20Drogas.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 5.346/2009, de 3 de junho de 2009. Autoria de Chico Lopes. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E7045A1871E3AC06C077BAC5BC4D8697.proposicoesWebExterno1?codteor=1602478&filename=Avulsos+-PL+5346/2009. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção, Brasília, DF, ano 128, nº 135, p. 1563-1577, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990&totalArquivos=80>. Acesso em: 1 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, nº 69-E, p. 2, 9 abr. 2001. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/04/2001&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=121>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, nº 150, p. 1-4, 6 ago. 2013. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/08/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=104>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Experiências exitosas do Laboratório de Inovações na atenção à saúde de adolescentes e jovens, em 2014**. Brasília: Ministério da Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde, 2016. 95 p. (Série Técnica Navegador SUS, v. 11). Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/49110>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Sobre. 2017. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/sobre/secretaria-da-juventude>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Nacional DST/AIDS. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUENO, Austregésilo Carrano. **Canto dos Malditos**. Curitiba: Scientia et Labor, 1990. 151 p.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CACHIMBO da Paz. Intérprete: Gabriel o Pensador. Compositores: Gabriel o Pensador, Bollado Emecê (Lulu Santos) e DJ Memê. *In*: QUEBRA-CABEÇA. Intérprete: Gabriel o Pensador. [S. l.], Sony Music Brasil, 1997. 1 CD, faixa 3 (5min 32s).

CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 148 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.) **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011. 568 p.

CAMPOS, Marcelo Araújo; SIQUEIRA, Domiciano J. R.; BASTOS, Francisco I. **Droga e redução de danos: uma abordagem para pessoas vivendo com HIV AIDS**. Disponível em: www.aborda.com.br. Acesso em: 12 dez. 2005.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. **Entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”**: juventude e políticas sociais na periferia de Salvador. Orientadora: Núbia Bento Rodrigues. 2016. 227 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20967>. Acesso em: 30 dez. 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.) **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF: ABA, 2004. p. 33-44. 207 p. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/7_0012267.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

CAVALCANTE, Regina Cláudia Barroso. **Políticas públicas sobre drogas: labirinto entre a marginalidade e a cidadania**. 2008. Sem numeração. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=47982>. Acesso em: 6 jan. 2021.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. **Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.uece.br/politicassuece/dmdocuments/ricardo_moura.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

COHEN, Stanley. Deviance and Moral Panic. In: COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panic**. London: MacGibbon & Kee, 1972. p. 9-26.

COMITÊS PELA DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E DA POLÍTICA. **Cartilha pela Desmilitarização da Polícia e da Política**. 2015. Disponível em: <https://desmilitarizar.files.wordpress.com/2015/09/cartilha-desmilitarizacao-versc3a3o-03.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (Brasil). NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.) **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CORRA PRO ABRAÇO: o encontro para o cuidado na rua. Salvador, BA: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Centro de Referência Integral de Adolescentes, 2016. 164 p. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0058712009be9e64c5a4a>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CUNHA, Claudia Carneiro da. **“Jovens vivendo” com HIV/AIDS: (con)formação de sujeitos em meio a um “embaraço”**. Orientadora: Adriana de Resende Barreto Vianna. 2011. 297 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://clam.org.br/uploads/arquivo/Tese%20Claudia%20Carneiro%20da%20Cunha2012.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2020.

CUNNINGHAM, Wendy. **Relatório N° 32310-BR: estudo sobre jovens em situação de risco no Brasil**. V. II. Brasília, DF: Banco Mundial, 2007. 2 v. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/119931468232732100/pdf/323100v20PORTU1II0Relatorio0Tecnico.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

DANTAS BRANDÃO, Marcílio. Medo, fetiche e espetacularização na política de juventude em Pernambuco. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. 145-182, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235701/28575>. Acesso em: 25 nov. 2020.

DAVIS, Angela. **Educação e libertação: a perspectiva das mulheres negras**. Tradução Heci Regina Candiani, 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2018.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417-426, abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200017>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2020.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. Orientadora: Irllys Alencar Firmo Barreira. 1998. 381 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 1998. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/4060>. Acesso em: 30 dez. 2020.

DIÓGENES, Glória. **Eles dizem não ao não: um estudo sobre a geração N**. Fortaleza, CE: Instituto Dragão do Mar, 2019.

DOMÂNICO, Andrea. “**Craqueiros e cracados: bem vindo ao mundo dos nóias!**”: Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. Orientador: Edward John Batista das Neves MacRae. 2006. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp047746.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Rio de Janeiro. Perspectiva: 1979.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EPELE, María. Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 247-268, ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000200001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2020.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços das drogas. In: TAVARES, Luiz Alberto *et al.* (org.). **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004. p. 11-26. 222 p. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura). Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16167>. Acesso em: 29 mar. 2020.

ESPINHEIRA, Gey. Violência e pobreza: janelas quebradas e o mal-estar da civilização. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 461-470, set.-dez. 2005. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18539/11915>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FERNANDEZ, Osvaldo Francisco Ribas Lobos. **A epidemia clandestina: AIDS e usuários de drogas endovenosas em São Paulo**. 1993. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/48_fernandez_osvaldo_francisco_r._lobos_termo.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

FERNANDEZ, Osvaldo Francisco Ribas Lobos. **Coca-light? usos do corpo, rituais de consumo e “carreira” de cheiradores de cocaína em São Paulo**. 2007. 345 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10880>. Acesso em: 29 mar. 2020.

IORE, Maurício. **Uso de “drogas”**: controvérsias médicas e debate público. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2006.

FLACH, Patrícia Maia von. **A implementação da política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas no Estado da Bahia**. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10692>. Acesso em: 4 abr. 2020.

FORTALEZA (Município). **Programa Integrado de Política Pública para Juventude**. Mimeografado, 2010.

FORTALEZA (Município). **Retratos da Fortaleza jovem**: relatório síntese de gráficos. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza; Instituto da Juventude Contemporânea, 2006. Disponível em: <http://www.itarget.com.br/clients/retratosdafortalezajovem.org.br/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FORTALEZA, 2007. **Cuca**: concepção e desenvolvimento: proposta para análise. Mimeografado.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987. 288 p.

FRANCH, Mônica. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 19,

n. 2, p. 117-133, jul.-dez. 2002. Disponível em:
<https://rebeb.org.br/revista/article/view/315>. Acesso em: 30 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

FRIEDMAN, Samuel R. *et al.* Harm reduction theory: users' culture, micro-social indigenous harm reduction, and the self-organization and outside-organizing of users' groups. **International Journal of Drug Policy**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 107-117, mar. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2006.11.006>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0955395906002301>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FRIEDMAN, Samuel; DES JARLAIS, Don. A importância das estratégias de redução de danos (“harm reduction”) para países em desenvolvimento. *In*: MESQUITA, Fábio; BASTOS, Francisco Inácio (org.). **Drogas e AIDS**: estratégias de redução de danos. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 13-20.

GADELHA, Kaciano Barbosa. **“Um barulho na cidade”**: culturas juvenis e espaço urbano. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1291>. Acesso em: 29 mar. 2020.

GALLOIS, Dominique, CARELLI, Vincent. “Vídeo nas aldeias”: a experiência Waiãpi. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 25-36, 1992. DOI:
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v2i2p25-36>. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/40299/43184>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

GOFFMAN, Erving. Equipes. *In*: GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 76-100.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

HANKE, Michael. A noção de sociabilidade: origens e atualidade. *In*: FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv. (org.). **Livro do XI Compós**: Estudos de Comunicação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002. v. 1. p. 127-142.

HARAYAMA, Rui. O sistema CEP-CONEP e a ética em pesquisa como política de proteção do usuário do SUS. *In*: FERREIRA, Jaqueline; FLEISCHER, Soraya (org.). **Etnografias em serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 323-351.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa**. Versão monusuário 3.0. Produção e distribuição Ed. Objetiva Ltda. [S. l.]: Instituto Antônio Houaiss, 2009. 1 CD-ROM.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. *In*: FRAGA, Paulo Cesar P.; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. (org.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. p. 54-75.

LANCETTI, Antonio. **Clínica peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2011.

LARANJEIRA, Ronaldo. Legalização de drogas: um debate necessário. [CONTEXTO], Curitiba, jun. 2011. Seção Ideias e Debates – Junho, 2011 – Artigo do médico Ronaldo Laranjeira sobre a descriminalização das drogas. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/pagina-3508.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; CASTRO, João Paulo Macedo e. Política(s) pública(s). *In*: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. 447 p., p. 351-392. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

LIMA, Antônio dos Santos. **Rastros de fogo e sangue: estudo sobre (des)centralização de um mercado varejista de drogas na grande Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2017. 172 p.

LIMA, Juliana Domingos de. O que é o projeto ‘Vídeo nas Aldeias’ e por que ele está ameaçado. **NEXO**, [S. l.], 25 nov. 2016 (atual. 17 abr. 2018). Seção Expresso. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/11/25/O-que-%C3%A9-o-projeto-%E2%80%98V%C3%ADdeo-nas-Aldeias%E2%80%99-e-por-que-ele-est%C3%A1-amea%C3%A7ado>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LOPÉZ y RIVAS, Gilberto. A antropologia, o etnomarxismo e o compromisso social dos antropólogos. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 473-480, mar. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/17621>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MACRAE, Edward. Abordagem etnográfica do uso de drogas. *In*: MESQUITA, Fabio; BASTOS, Francisco Inácio (org.). **Drogas e Aids: estratégias de redução de danos**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 99-114.

MACRAE, Edward. Canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. *In*: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016. 565 p. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27775/1/Fumo%20de%20Angola-EDUFBA-2016.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. **Investigação sobre o uso habitual e autocontrolado da maconha entre camadas médias**. São Paulo: Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, 1988.

MACRAE, Edward; VIDAL, Sergio Souza. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 645-666, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000200005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2020.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: HUCITEC: Unesp, 1998.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no centro histórico de Salvador. In: MACRAE, Edward; TAVARES, Luiz Alberto; NUÑEZ, Maria Eugênia (org.). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2013. p. 223-314. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16089/3/Crack-contextos%2C%20padroes%20e%20propositos%20de%20uso-RI.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2020.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia**. 2018. 292 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28468>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MARINHO, Camila Holanda. **Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade**. Orientadora: Glória Maria dos Santos Diógenes. 2012. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6296>. Acesso em: 30 dez. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MEIRELES, Cildo. Inserções em circuitos ideológicos. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília (org.). **Escritos de artistas: anos 60/70**. Tradução Pedro Sússekind *et al.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 264-265.

MESQUITA, Fábio; BASTOS, Francisco Inácio (org.). **Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MISSE, Michel. Conferência realizada em 2003 no III Simpósio Internacional sobre Álcool e Outras Drogas, no Colégio Brasileiro de Cirurgiões, no Rio de Janeiro. In: MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011.

MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the state effect. In: STEINMETZ, George (ed.). **State-formation after the cultural turn**. London: Conell University Press, 1999. p. 76-97.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE DROGAS. **Sobre o grupo**. Disponível em: <http://nuced.blogspot.com.br/p/sobre-o-grupo.html>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global Accelerated Action for the Health of Adolescents (AA-HA!)**: guidance to support country implementation. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2017. 176 p. Disponível em: https://www.who.int/maternal_child_adolescent/documents/adolescents-health/en/. Acesso em: 2 abr. 2020.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. *In*: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

POLICARPO, Frederico. Acesso à saúde e ao direito dos consumidores de drogas na cidade do Rio de Janeiro. *In*: ASENSI, Felipe Dutra; MUTIZ, Paula Lúcia Arévalo; PINHEIRO, Roseni (org.). **Direito e saúde**: enfoques interdisciplinares. v. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora Ltda., 2013, p. 320-340.

RAMALHO, Ramon Rodrigues. Contribución a la propuesta de una etnografía militante. *In*: Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, 10., 2013, Buenos Aires, Argentina. **Anais [...]**. Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2013.

RESENDE, Beatriz. **Cocaína**: literatura e outros companheiros de ilusão. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2006.

ROSA, Pablo Ornelas. **Drogas e biopolítica**: uma genealogia da redução de danos. 2012. 373 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3436>. Acesso em: 2 abr. 2020.

RUI, Taniele. Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na “cracolândia”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo. v. 6, n. 2, p. 336-351, ago.-set. 2012. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/124>. Acesso em: 2 abr. 2020.

RUI, Taniele; LABATE, Beatriz Caiuby. Psicoativos, cultura e controles: contribuições da antropologia ao debate público no Brasil. *In*: LABATE, Beatriz; POLICARPO, Frederico; GOULART, Sandra; ROSA, Pablo O.; (org.). **Drogas, políticas públicas e consumidores**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras: NEIP, 2016. p. 37-64.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundo e consideração**. uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Orientador: César Barreira. 2010. 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1284/1/2010_TESE_LDSA.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.

SANTIAGO NETO, João Pedro. **Fronteiras de Pedra**: controle, exclusão e sociabilidades nas madrugadas da praça. Orientador: Leonardo Damasceno de Sá. 2011. Monografia (Graduação em de Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTOS, José Augustiano Xavier dos. **Juventudes e a democratização da comunicação:** uma análise do núcleo de comunicação popular do centro urbano de cultura, arte, ciência e esporte (Cuca). 2014. 100 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Faculdade Sete de Setembro, Fortaleza, 2014.

SARTI, Cynthia e DUARTE, Luis Fernando Dias (org.) **Antropologia e ética:** desafios para a regulamentação. Brasília, DF: ABA, 2013. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Antropologia_e_etica__desafios_para_a_regulamentacao.pdf. acesso em: 29 mar. 2020.

SCHEERER, Sebastian. Estabelecendo o controle sobre a cocaína (1910-1920). *In:* BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; GONÇALVES, Odair Dias. (org.) **Drogas: é legal?** um debate autorizado. Rio de Janeiro: Imago Editora: Instituto Goethe, 1993. 194 p., p. 169-190.

SCHUCH, Patrice. A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do “campo” para o debate). *In:* SARTI, Cynthia e DUARTE, Luis Fernando Dias (org.) **Antropologia e ética:** desafios para a regulamentação. Brasília, DF: ABA, 2013. p. 31-85. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Antropologia_e_etica__desafios_para_a_regulamentacao.pdf. acesso em: 29 mar. 2020.

SENNETT, Richard. **Juntos:** os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012. 377 p.

SILVA, Francisco Rômulo do N. **Rede de afetos:** práticas de re-existências poéticas na cidade de Fortaleza (CE). 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87392>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SILVA, Martinho Braga e. Um caso entre a saúde mental e os direitos humanos: as versões e a vítima. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1257-1275, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000400012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2021.

SOARES, Cássia Baldini; CAMPOS, Célia Maria Sivalli; LEITE, Adriana de Souza; SOUZA, Cristina Lourdes Leite de. **Juventude e consumo de drogas:** oficinas de instrumentalização de trabalhadores de instituições sociais, na perspectiva da saúde coletiva. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu**, SP, v. 13, n. 28, p. 189-99, jan.-mar. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000100016>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2020.

SOUZA, Jessé. **Construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 207 p.
SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras: a busca da identidade**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SUZUKI ARQUITETURA. Contém informações sobre o projeto vencedor do Concurso Nacional de Idéias para a Construção do Primeiro Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza. 2006. Disponível em: http://www.suzukiarquitetura.com.br/det_premiacoes.asp?codigo=1. Acesso em: 21 dez. 2020.

THOMPSON, Kenneth. Why the panic: the topicality of the concept of moral panic. *In*: THOMPSON, Kenneth. **Moral Panics**. London: Routledge, 1998. p. 1-30.

TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russel Sage Foundation, 1984.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Ações extensionistas: Projeto – Traficando Saberes**. Disponível em: <https://acoesextensionistas.ufc.br/pt/campus-do-benfica/direitos-humanos-e-justica/projeto-trafficando-saberes/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das “pessoas vivendo com HIV e AIDS”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 179-210, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000100010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2020.

VELHO, Gilberto Cardoso Alves. **Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. 1975. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1975.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. *In*: LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.). **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 271-312. 316 p. (Coleção Antropologia da Política).

VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (org.) **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF: ABA, 2004. p. 33-44. 207 p. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrador/product/files/7_0012267.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

VIRGÍLIO, Jefferson. **Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo?** revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea. 2014, 79 f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://antropologia.paginas.ufsc.br/files/2016/04/TCC-Jafferson-Virg%C3%ADlio.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Flacso, 2016. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.

XEREZ, Gioras. Lagoa Redonda, Curió e São Miguel têm 12 homicídios na madrugada. **G1**, Fortaleza, 12 nov. 2015. Seção Ceará. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/11/lagoa-redonda-curio-e-sao-miguel-tem-12-homicidios-na-madrugada.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

YOUNG, J. Youth Culture and Drug. *In*: YOUNG, J. **The drugtakers**: the social meaning of drug use. London: Ed. Paladin, 1972. p. 139-147.

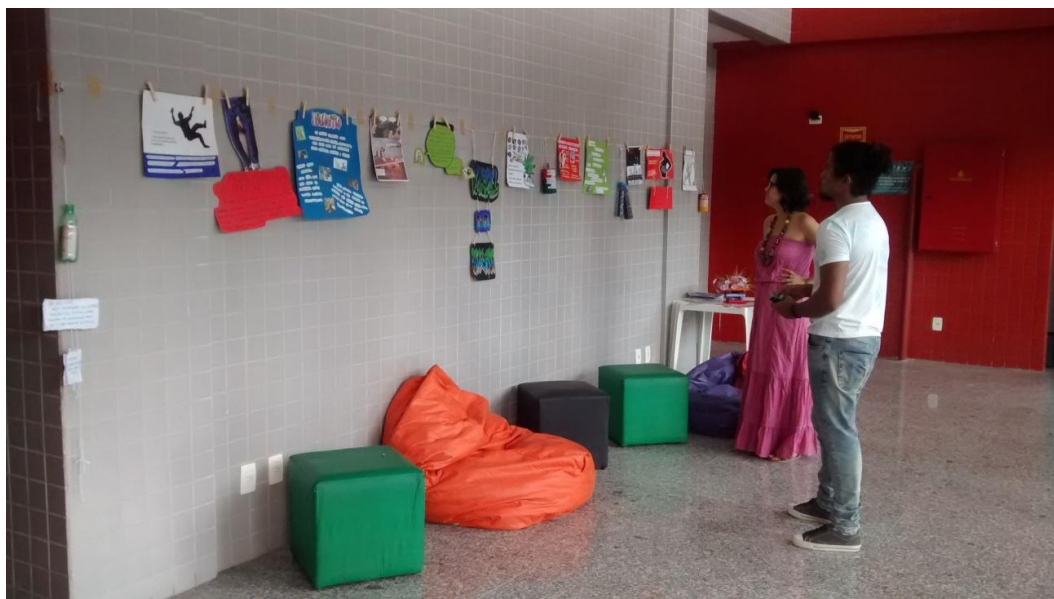
ZARANZA, Karine. A luta e o luto das mães da chacina da Grande Messejana. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 mai. 2017. Editoria Metro. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/a-luta-e-o-luto-das-maes-da-chacina-da-grande-messejana-1.1751570>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ZINBERG, Norman E. **Drug, set and setting**: the basis for controlled intoxicant use. New Haven: Yale University Press, 1984.

ANEXOS

ANEXO A – Registros da exposição do Varal da Redução no 1º Festival de Educação Social e da reunião de avaliação das primeiras ações de redução de danos (Cuca/Nuced).

Varal exposto no 1º Festival de Educação Social



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Reunião de avaliação das ações da disciplina Práticas Integrativas



Fonte: arquivo pessoal (2016).

ANEXO B – Tabela de oferta, organização e distribuição de Atividades do Cuca –
Jangurussu – set. 2015

Difusão e Programação	Promoção dos Direitos Humanos	Educação
<p>Artes Cênicas:</p> <p>1) <u>O Averso da Cenas</u> – formação de plateia;</p> <p>2) <u>Primeiro Ato</u> – aberto aos grupos, artistas e produtores culturais para exibição de seus espetáculos;</p> <p>3) <u>Conexão Comunidade</u> – oportunidade para grupos iniciantes</p>	<p>Equipe de Economia Criativa:</p> <p>Implementa e monitora políticas públicas para promoção do desenvolvimento local, através do fomento aos jovens profissionais.</p> <p>1) <u>Central de Ideias</u> – Espaço voltado para o atendimento, orientação, convívio e trabalho para jovens serem atendidos e desenvolverem suas atividades de forma individual e coletiva;</p> <p>2) <u>Coluna de Oportunidades</u> – Espaço expositivo com oportunidades de emprego, estágio, oficinas, cursos, editais, prêmios, bolsa de estudo, entre outras oportunidades para os jovens;</p> <p>3) <u>Empregabilidade</u> – Realiza assessoria para criação de currículo, capacitação sobre mercado de trabalho, novas formas de gestão e direitos do trabalhador;</p> <p>4) <u>Observatório de Editais</u> – Assessoria e capacitação para criação de projetos, lançamento de editais, calendários;</p> <p>5) <u>Empreendedorismo</u> – Projeto Incubadora de Economia Criativa que busca estimular o surgimento de novos negócios, produtos e</p>	<p>Planeja, inscreve e acompanha os cursos:</p> <p>1) <u>Intensivos</u> – Iniciações, sensibilizações ou aperfeiçoamentos com carga horária de até 60h/a</p> <p>2) <u>Extensivos</u> – Formação intermediária e aperfeiçoamento com carga horária superior a 61h/a.</p> <p>3) <u>Esportes</u> – Prática continuada de diversas modalidades, visando promoção do bem estar pessoal e coletivo, do autoconhecimento e da cidadania.</p> <p>Outras Atividades</p> <p>1) <u>Clube da Leitura</u> – Grupo de jovens para conversar, debater, comentar, compartilhar e propor leituras;</p> <p>2) <u>Venha Jogar</u> – É uma arena de jogos com múltiplos ambientes com jogos eletrônicos e jogos de estratégia;</p> <p>3) <u>Toca do Cuca</u> – Voltado para a prática de RPG é uma iniciativa dos jovens do Comunidade em Pauta.</p>

	<p>patentes voltadas aos jovens empreendedores;</p> <p>6) <u>Banco de Talentos</u> – Voltado a promoção dos talentos jovens que buscam oportunidades através da equipe de Economia Criativa e Empregabilidade;</p> <p>7) <u>Edital Ação Jovem</u> – Lançamento anual de edital público, com intuito de estimular a elaboração e execução de projetos.</p>	
<p>Música:</p> <p>1) <u>Encontros Musicais</u> – recebe grupos que tem trajetória já consolidada e grupos iniciantes, para dialogar e trocar experiências, exibindo seus trabalhos;</p> <p>2) <u>Cuca Musical</u> – Promove apresentação de grupos e coletivos musicais que desenvolvem trabalhos nas vertentes instrumental, autoral e experimental;</p> <p>3) <u>Sexta Cultural</u> – Espaço aberto para apresentações de grupos de música. Com inscrições previamente feitas na diretoria de Difusão.</p>	<p>Equipe de Comunicação Popular:</p> <p>Desenvolve projetos, promove ações e produz conteúdos para dar visibilidade às juventudes e às comunidades, buscando articular e formar jovens comunicadores.</p> <p>1) <u>Repórter Cuca</u> – Jovens comunicadores responsáveis por produzir pautas sobre as comunidades, moradores e os temas que interessam a juventude, além de acompanhar a agenda da Rede Cuca;</p> <p>2) <u>Rádio Cuca</u> – Espaço da Rede Cuca voltado para difusão radiofônica de músicas e programas.</p>	
<p>Áudio Visual:</p> <p>1) <u>Sessão Cine Cuca</u> – Exibição de filmes longa metragem, com sessões de quinta a domingo;</p> <p>2) <u>Curta Mais Cinema</u> – traz filmes de curta e média metragem. Essa atividade conta com uma visita guiada pelo equipamento para as turmas de escolas previamente agendadas.</p>	<p>Equipe de Promoção à Saúde</p> <p>Tem como objetivo maior desenvolver ações e serviços integrados com os demais equipamentos sociais do Poder Público e da sociedade civil com o objetivo de garantir o direito a saúde e a cidadania.</p> <p>1) <u>Cuca Saudável</u> – Equipe de dois técnicos de enfermagem e</p>	

	<p>um médico, o programa realiza atendimentos básicos a intercorrências aos jovens frequentadores do Cuca, além de emitir atestado de saúde aos jovens matriculados nas práticas esportivas;</p> <p>2) <u>Orientação Profissional/Projeto de Vida</u> – Proporciona diálogos e atividades que possibilitam aos jovens conhecer e refletir sobre o mercado de trabalho a partir de uma reflexões sobre a sua vida e os seus anseios.</p> <p>3) <u>Educação em Saúde</u> – Ações de educação em saúde nos diversos temas abordados pela Equipe de Promoção de Saúde e Cidadania, enquanto o público aguarda o atendimento médico;</p> <p>4) <u>Plantão Psicológico</u> – Espaço de acolhimento e escuta pela psicologia.</p>	
<p>Arte Plural</p> <p>1) <u>Conexão arte e rua</u> – apresentação de grupos ou coletivos de arte de rua no espaço cênico;</p> <p>2) <u>Roda Viva da Cultura Popular</u> – Promove o encontro dos diversos seguimentos/manifestações populares para apresentação e troca de experiências;</p> <p>3) <u>Mostra de Talentos</u> – Visa proporcionar a trocas de experiências entre jovens, promover e SAR visibilidade à</p>	<p>Equipe de Participação Juvenil</p> <p>Equipe transversalizada a atuação das três demais equipes, por carregar em si o sentimento de empoderamento. Potencializa a energia, a força empreendedora e o potencial criativo juvenil.</p> <p>1) <u>Fórum de Jovens da Rede Cuca</u> – Espaço permanente para discussão de Políticas sobre as Juventudes, composto por jovens entre 15 e 29 anos que residem no território de atuação da Rede Cuca.</p> <p>2) <u>Comunidade em Pauta</u> – Comunidade pode solicitar</p>	

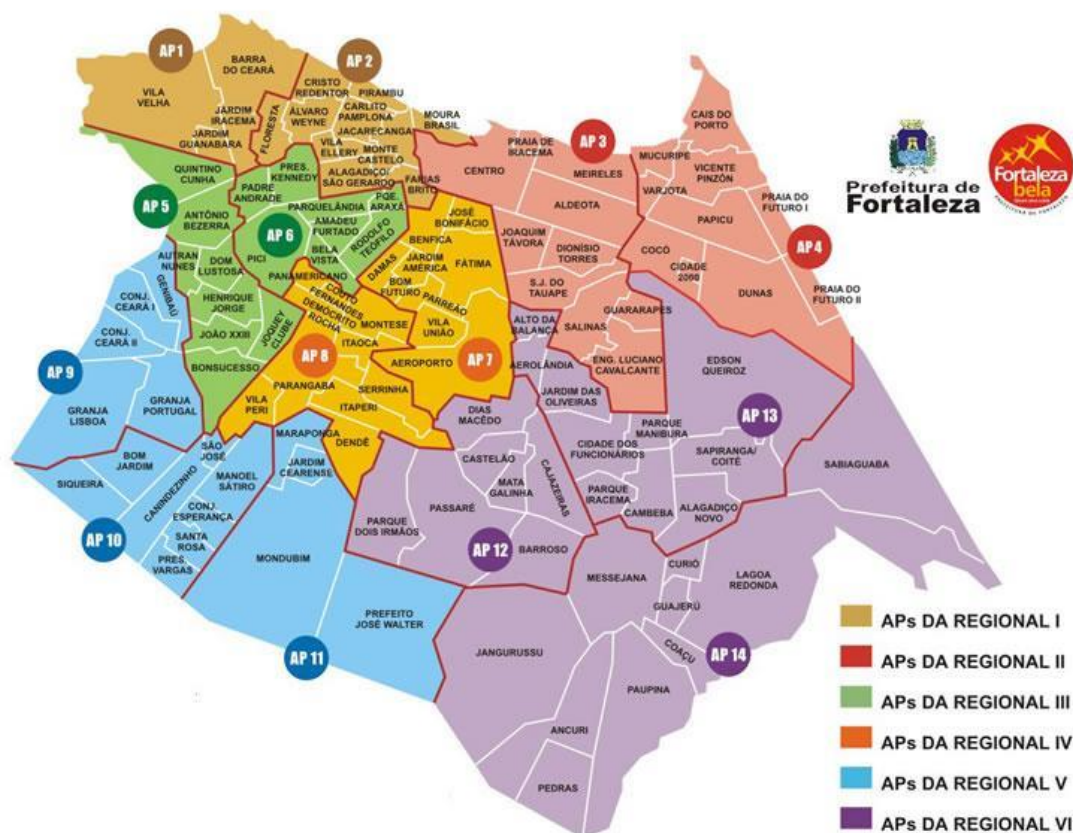
<p>produção artística dos alunos da Rede Cuca;</p> <p>4) <u>Multiacesso</u> – Promove experiências e vivências construtivas voltadas para acessibilidade de jovens com deficiência às diversas manifestações oferecidas pelo Cuca;</p> <p>5) <u>História Pintada</u> – Contação de histórias em suas diversas linguagens, incentivando o gosto pela leitura e arte;</p> <p>6) <u>Quarta Cultural</u> – Grupos e jovens do “Comunidade em Pauta” apresentam na última quarta-feira do mês;</p> <p>7) <u>Roda de Break</u> – Encontro entre grupos de cultura de rua;</p> <p>8) <u>Roda de Conversa</u> – Um bate-papo que aborda temáticas de vínculo social e construção coletiva do saber;</p> <p>9) <u>Profissão Descobridor</u> – Bate-papo mensal sobre atividades, profissões e profissionais das mais diversas áreas do saber.</p>	<p>espaços do Cuca para ensaios e atividades esportivas, de acordo com a disponibilidade;</p>	
<p>Artes Visuais</p> <p>Exposições, instalações e performances urbanas dedicadas às várias vertentes das artes visuais, contemplando os trabalhos dos jovens que participam de oficinas de formação nessa linguagem, além das obras de arte locais.</p>	<p>Cuca na Comunidade</p> <p>Visa estreitar as relações da Rede Cuca com as comunidades próximas aos três equipamentos, levando uma programação de oportunidades e serviços à população.</p>	
<p>Esportes</p> <p>1) <u>Cuca Radical</u> – Apresentação de atletas ou equipes de esportes</p>		

radicais na pista (de esqueites) externa do Cuca.		
Literatura 1) <u>Encontro com o Escritor</u> – Promove o encontro entre um escritor convidado e os jovens da Rede Cuca		

Fonte: elaborado pela autora a partir da Programação Gratuita da Rede Cuca – SET/2015.⁹²

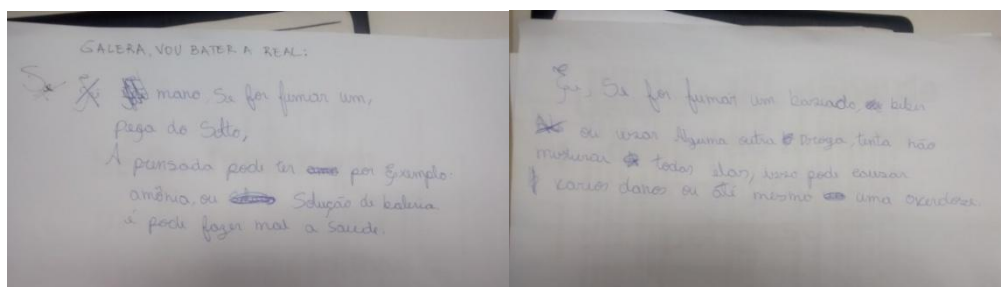
⁹² Disponível em: <https://issuu.com/institutocuca/docs/programacao-cuca-jangurussu-set-201>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ANEXO C – Mapa de Fortaleza dividido em Regionais Administrativas em 2012.



Fonte: mapsFortaleza (c2021).⁹³

⁹³ Disponível em: <https://pt.maps-fortaleza.com/fortaleza-e-regi%C3%A3o-mapa>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ANEXO D – Registros da produção de *Spots* de Rádio no Cuca Jangurussu – 2015**Spots de rádio**

Fonte: arquivo pessoal (2016).

ANEXO E – Cartaz de divulgação da Formação para jovens Redutores de Danos
(NuCED/Cuca)

CUCA
Jangurussu

FORMAÇÃO
DE
REDUÇÃO
DANOS

Inscrições na sala da DPDH
18 a 21 de OUT

A formação abordará o debate contemporâneo sobre drogas, partindo de um breve histórico e as atuais políticas sobre drogas, para introduzir reflexões acerca do manejo, cuidados e práticas na perspectiva da redução de danos.

 **NUCED**
Núcleo de Estudos sobre Drogas - UFC

 Prefeitura de **Fortaleza**

Fonte: NuCED (2015).

ANEXO F – Pré-projeto elaborado entre Fórum de Jovens do Cuca
Jangurussu/DPDH – Cuca

COLETIVO RD Cuca Jangurussu - SER VI

1º ENCONTRO

PRIMEIRO ENCONTRO: “Drogas e Juventude no Cuca Jangurussu” (25/05/2015)

Problematização: Drogas e Juventude é um problema! Como me sinto como equipe diante desta situação?

O uso de drogas no entorno do Cuca é um problema por carregar visões e interpretações estigmatizadoras por parte da sociedade em geral. Diante da realidade legislativa que vê como uma contravenção o uso de maconha, por exemplo, é possível identificar “barreiras invisíveis” existente entre jovens usuários de drogas e espaço Cuca. Um abismo entre quem usa e quem não usa, portanto vale lembrar: “Quem usa não abusa e quem não usa não acusa!”

Entretanto, o uso de drogas lícidas, como o cigarro por exemplo, pode ser visto como um problema quando usado dentro do espaço Cuca? Por ser legal sofre menos preconceito. Mas o que dizer da contradição de termos quando este usuário criminaliza jovens que usam maconha no Anfiteatro do Cuca? Alguns jovens preferem, entretanto, fumar o “pacaí” ao invés da maconha - a diferença está nos efeitos danosos a saúde, mas o ritual de “apertar” o fumo é praticamente o mesmo. O ritual (e não necessariamente a droga) é o porque do preconceito.

- **Refletir sobre os diferentes padrões de uso e os diferentes impactos que o uso de drogas provoca em áreas de maior vulnerabilidade social - com a complexidade de envolvimento em diferentes graus com o tráfico de drogas.**

Houve a indagação: por qual razão colaboradores do Cuca não estão passando por esta formação? *Os funcionários que trabalham na matrícula, professores e na biblioteca*, por exemplo.

- **O envolvimento das equipes será processual. Informo que já agendamos, junto a diretoria de educação, uma formação sobre Redução de Danos para os professores da Rede Cuca, nos dias 8 de junho e 6 de julho no período da manhã.**

O uso de drogas dentro do Cuca é um problema por muitos de nós não sabermos lidar com os diferentes níveis de vulnerabilidades, estes que envolve preconceitos e as diversas dificuldades de aproximação colaborador e jovem baseada no medo e no preconceito.

Um dos problemas e preocupações da Instituição Cuca encara com relação aos usos de drogas são os julgamentos existentes de pais e mães de jovens em proibir seus

filhos de participar da programação do equipamento. Por outro lado, o Estatuto do Cuca objetiva alcançar, principalmente, jovens com níveis maiores de vulnerabilidade, estes que, por sua vez, fazem uso de drogas lícidas e ilícitas. A questão da criminalização “afugenta” tanto um perfil como o outro.

Existe a necessidade, portanto, de trabalhar metodologias para trabalhar tanto os preconceitos de quem não usa como aproximar os jovens usuários e ao mesmo tempo trabalhar a Redução de Danos.

- ***Pensar estratégias e metodologias para trabalhar estas temáticas com as famílias e nos espaços comunitários. Foi sugerido a elaboração de um Pacto sobre o Uso de Drogas, que este documento fosse discutido no fórum de jovens, nas reuniões do Comunidade em Pauta e, após finalizado, fosse entregue e discutido com familiares e entidades sociais e comunitárias.***

Encaminhamentos do primeiro encontro:

- Próximo encontro: dia 8 de junho às 13h - 17h na Sala Multiuso 3 do Cuca Jangurussu;
- Roda de conversa para apresentação da equipe no Anfiteatro: “Roda do Chá e do Café” (Momento de escuta e encaminhamentos a partir das particularidades) - ***será agendado após a próxima reunião?***;
- Voltar a programação cultural no anfiteatro - ***ação contínua nas programações mensais do Cuca Jangurussu;***
- Fazer reuniões juntamente com as lideranças da comunidade e associações - ***será agendado após a próxima reunião?***;

2º Encontro “Drogas e Juventude no Cuca Jangurussu: estratégias para trabalhar temas ligados ao uso abusivo de drogas” (08/06/2015)

Problematização: Drogas e Juventude é um problema! Quais as estratégias possíveis para trabalhar temáticas ligadas ao uso abusivo de drogas dentro dos espaços de educação formal e informal do Cuca Jangurussu entre colaboradores e jovens?

A estratégia inicia em **colaboradores**. É preciso criar um movimento permanente de Redução de Danos e se faz necessário começarmos por nós, colaboradores do Cuca. A **proposta** parte de uma necessidade de formação ética, legislação, reflexões críticas sobre as realidades desses jovens por parte de todos os colaboradores.

Pensamos encaminhar **encontros** e intervenções junto aos profissionais do Cuca.

Já fechamos com a Diretoria de Educação formação para os professores. A primeira turma acontecerá próxima segunda-feira.

Já com os **jovens** pensamos estratégias de aproximação. Há duas semanas iniciou o “**Rolezinho**” no espaço Cuca Jangurussu e aproveitaríamos o público (que é numeroso) para trabalhar intervenções.

Na sexta-feira, assim como acontece o rolezinho, existe o “**rachão**” de alguns jovens onde poderiam ser realizadas algumas atividades com vistas em trabalhar os temas ligados ao uso abusivo de drogas

Jovens que usam drogas e os que não usam possuem as mesmas necessidades, entretanto visões diferentes sobre o usuário de substâncias lícita e ilícitas. Um outro campo de atuação de nós educadores nos processos de Redução de Drogas é o Fórum de Jovens. Estamos pensando estratégias via Comunidade em Pauta (Equipe Participação Juvenil - DPDH). **A proposta** é integrar o grupo desta formação em Redução de Danos com o Fórum de Jovens, próximo dia **23 de junho às 17h30**.

Fundamental! Precisamos fortalecer esse espaço e apropriar os próprios jovens das estratégias e discussões sobre Redução de Danos e uso de drogas. Avançar na construção do Pacto.

Esta semana começa o **Cuca na Comunidade do Estrela**. Alguns da equipe se interessaram de observar e participar das atividades do Cuca na Comunidade.

Próximo encontro dia 22 de junho onde será dedicado a **Rodas de Conversas Simultâneas** com os colaboradores a tarde inteira. R ficou de fechar com a Isis este encaminhamento para que seja solicitado à gerência do Cuca o convite aos colaboradores! Ótimo, R iniciou conversa sobre isso. Amanhã acerto com ele os detalhes.

Dia 24 de junho 2016 Seminário Municipal de Direitos Humanos Sobre Drogas, o local ainda a definir e ser comunicado para toda a equipe.

Acredito que será na UNIPACE, amanhã será definido.